

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

Geisy Leopoldo Barbosa

**O AMBIENTALISMO EM NOVA IGUAÇU:
políticas públicas e movimentos sociais**

Rio de Janeiro
2008

Geisy Leopoldo Barbosa

O AMBIENTALISMO EM NOVA IGUAÇU:
políticas públicas e movimentos sociais

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa EICOS de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social, Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social.

Orientador:
Prof. Dr. Carlos Frederico Bernardo Loureiro

Rio de Janeiro
2008

FICHA CATALOGRÁFICA

Barbosa, Geisy Leopoldo.

O Ambientalismo em Nova Iguaçu: políticas públicas e movimentos sociais / Geisy Leopoldo Barbosa. – 2008.
237f.: il.

Dissertação (Mestrado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Psicologia, Rio de Janeiro, 2008.

Orientador: Carlos Frederico Bernardo Loureiro

1. Ambientalismo. 2. Movimentos sociais. 3. Políticas Públicas.

I. Loureiro, Carlos Frederico Bernardo (Orient.). II. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Instituto de Psicologia. III. Título.

CDD:

FOLHA DE APROVAÇÃO

Geisy Leopoldo Barbosa

**O AMBIENTALISMO EM NOVA IGUAÇU:
políticas públicas e movimentos sociais**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa EICOS/ Instituto de Psicologia/
Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, como parte dos requisitos necessários à
obtenção do título de Mestre em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social.

Rio de Janeiro, 13 de maio de 2008

Aprovada por:

Prof. Carlos Frederico Bernardo Loureiro, Doutor em Serviço Social (UFRJ)

Prof^ª. Ruth Machado Barbosa, Doutora em Psicologia (UFRJ)

Prof. Philippe Pomier Layrargues, Doutor em Ciências Sociais (MMA)

AGRADECIMENTOS:

A Sonia Maria, Mario Miguel e Cindy Leopoldo, pela vida, pelo apoio, pela compreensão com as ausências e pela paciência com as louças não-lavadas e as camas não-arrumadas sob pretexto de estar estudando.

Aos companheiros de mestrado, em especial Lara Moutinho, Cláudia Cunha (e Miguel Ângelo), Michelle Glória, Larissa Fernandes, Aline Pinna, Aline Viégas, Sultane Mussi, Maria Fernanda e Cláudia Horta; docentes e funcionários do Programa EICOS, em especial Rosa Pedro, Ruth Machado e Ricardo Fernandes; companheiros do Laboratório de Investigações em Educação, Ambiente e Sociedade (LIEAS) e todos aqueles que, mesmo sem querer, colaboraram com o resultado deste trabalho, seja com reflexões e comentários perfeitos, seja com convites pra cervejinha no momento exato. Cabe aqui um agradecimento especial a Marina Zborowski, companheira, amiga, colega do EICOS, companheira do LIEAS, co-orientadora incidental e membro da família, responsável por reflexões, observações, conselhos, risadas, discussões e, principalmente, pelo carinho, apoio e suporte emocional em todos os momentos deste processo tantas vezes penoso.

A Carlos Frederico Bernardo Loureiro, por ser ainda mais que o melhor e (virtualmente) mais presente orientador do mundo: por ser também um pouco amigo, um pouco pai, um pouco conselheiro e um pouco tudo o que for necessário. Mas, acima de tudo, por ser um exemplo de coerência entre discursos e práticas, constante fonte de inspiração para alunos e companheiros para que mantenham a coragem e a vontade de seguir na luta por justiça e igualdade social.

Agradeço também ao Programa EICOS, por acreditar e apoiar este estudo, e ao CNPq, por fornecer o suporte financeiro sem o qual talvez não teria sido possível alcançar estes resultados.

Por fim, agradeço muito especialmente a todos aqueles envolvidos com a questão socioambiental em Nova Iguaçu e que, direta ou indiretamente, participaram deste estudo: Maria Auxiliadora, Geraldo Rocha, Tânia, Edivanildo de Almeida, César Ribeiro, Almir, Cláudio Amaro, Vavá, Cosme Sigolis, Gilvoneick de Souza, Hélio Vanderlei, Magno Neves, Fernando Ferreira, Cristiano Camerman, Tatiana Dahmer, Pedro Couto, Kelly Abreu, Maria Léa Xavier, Luiz Henrique Teixeira, José Augusto Venda, Marco Aurélio Berao, Fernando Cid, Padre Geraldo Lima, Rodinei Costa, Ney Alberto, Sérgio Ricardo e José Miguel da Silva, pela colaboração na pesquisa e por todas as informações prestadas, sem as quais este trabalho não teria sido possível. Vocês são meu grande estímulo para prosseguir na luta por uma cidade melhor, mais justa e menos desigual. Muito obrigada.

RESUMO

BARBOSA, Geisy Leopoldo. **O Ambientalismo em Nova Iguaçu: Políticas Públicas e Movimentos Sociais**. Rio de Janeiro: UFRJ/EICOS; CNPq, 2008. Dissertação (Mestrado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2008.

A observação de uma maior “consciência” ambiental da população brasileira nas últimas décadas não trouxe consigo uma melhoria das condições ambientais e de qualidade de vida em igualdade para todas as regiões e classes sociais do país. Pode-se afirmar que, de forma geral, existe um menor interesse e investimento em meio ambiente em regiões pobres: sob alegação de que existem assuntos mais imediatos a serem tratados, o poder público justifica o abandono da questão ambiental e a formação de "zonas de sacrificio". Esta realidade se repete em Nova Iguaçu, município cuja história socioeconômica associada a diferentes ciclos de exploração da natureza levou a uma intensa degradação de suas condições ambientais. O presente estudo objetiva analisar a atuação dos movimentos sociais de Nova Iguaçu na garantia e promoção da sustentabilidade socioambiental frente a um contexto histórico no qual o potencial ambiental da região não foi convertido em benefícios sociais igualmente distribuídos. Faz-se uma opção metodológica pela dialética, problematizando a realidade social em uma abordagem crítica que busca evidenciar a relação existente entre o universal e o particular em um dado momento histórico. O estudo foi desenvolvido por meio de revisão teórica e pesquisa de campo, realizando entrevistas com militantes para desvendar objetivos, condições e formas de luta do movimento ambientalista local. Toda a análise foi permeada pela problematização dos conceitos de participação e identidade, por se constituírem como estruturantes na relação entre políticas públicas e movimentos sociais quando se objetiva a democratização da sociedade e o controle social do Estado. Os resultados obtidos indicam a existência de uma grande diversidade de entidades envolvidas com a questão socioambiental de Nova Iguaçu, entre movimentos de base, ONGs, instituições governamentais e religiosas. Suas atuações no cenário local são variadas, havendo desde entidades “profissionais”, mais próximas da luta preservacionista, quanto movimentos “militantes”, cujas lutas se ancoram nos princípios da justiça ambiental. Entre as ONGs, nota-se o predomínio da atuação baseada em projetos, geralmente desenvolvidos em locais com maior destaque regional. Entre os movimentos de base, o foco se dá na luta por políticas públicas e por visibilidade social, em especial diante da situação de decadência observada ao longo dos últimos vinte anos. Entre os órgãos governamentais, há uma gama de projetos voltados à questão ambiental, com ênfase em coleta seletiva, reflorestamento e turismo ecológico. Como conclusão final, fica clara a divergência entre discursos e práticas daqueles que compõem o ambientalismo em Nova Iguaçu, evidenciando a necessidade de maior articulação e diálogo entre as entidades para que se criem condições para o enfrentamento dos grandes conflitos socioambientais que existem e podem se agravar no município.

ABSTRACT

BARBOSA, Geisy Leopoldo. **The Environmentalism in Nova Iguaçu: Public Policy and Social Movements.** Rio de Janeiro: UFRJ/EICOS; CNPq, 2008. Dissertation (Master degree in Psychosociology of Communities and Social Ecology and Social Ecology) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2008.

The observation of a greater environmental "awareness" of the Brazilian population issues in recent decades has not necessarily brought an improvement of equal environmental conditions and quality of life on all regions and social classes throughout the country. It is possible to say, in general, that there is less public interest and investments on environmental issues in poor regions: under the assertion that there are more immediate issues to be dealt, the public power justifies the abandonment of the environmental issue, leaving space for the emergence of "sacrifice zones". Such pattern can be seen in Nova Iguaçu, county whose socioeconomic history has been associated with different cycles of nature exploitation, which has led to an intense deterioration of its environmental conditions. This study aims to examine the role of social movements from Nova Iguaçu in ensuring and promoting sustainable socioenvironment front the historical context in which the environmental potential of the region has not been converted into social benefits equally distributed among the population. The Dialectics methodology was chosen as an approach, by problematizing the social reality in a critical perspective that seeks to highlight the relationship between the universal and the particular in a given historical moment. The study was conducted through theoretical review and research in the field, and also conducting interviews with militants to unveil objectives, conditions, and forms of struggle of the local environmental movement. The whole analysis was constantly permeated by the problematization of the concepts of participation and identity, by being the structural concepts in the attempt to build the relationship between public policy and social movements, especially when objectifying the democratization of society and the State's social control. The results indicate the existence of a wide variety of entities involved into the socioenvironmental issue of Nova Iguaçu — such as grassroots movements, NGOs, governmental and religious institutions. Their performance in the local scene is varied. It ranges from "professional" entities closer to the preservationist struggle, to "militant" movements, whose struggles have been based on the principles of environmental justice. Among the NGOs, there is a predominance of performance-based projects, usually developed in places with more regional emphasis. Among the basic movements, the focus is on the fight for public policy and social visibility, especially because of the state of decay observed over the last twenty years. Among the government agencies, there is a range of projects aimed at the environmental issue, with emphasis on selective collection, reforestation, and ecological tourism. As a final conclusion, there is a clear discrepancy between words and practices of those who are part of the environmentalism in Nova Iguaçu. It is evident the need for a greater coordination and dialogue between the entities in order to generate conditions for those who want to face the major socioenvironmental conflicts that already exist and may become worse.

LISTA DE SIGLAS

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas
ANAMMA – Associação Nacional de Órgãos Municipais de Meio Ambiente
APA – Área de Proteção Ambiental
APEDEMA – Assembléia Permanente de Entidades em Defesa do Meio Ambiente
BNH – Banco Nacional da Habitação
CAMPO – Centro de Assessoria ao Movimento Popular
CEASA – Centrais de Abastecimento do Rio de Janeiro
CEDAE – Companhia Estadual de Águas e Esgotos
CNEN – Comissão Nacional de Energia Nuclear
CNPJ – Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica
COMREBIO Tinguá – Comissão Permanente de Entidades Ligadas à Preservação da Reserva Biológica do Tinguá
CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente
CSA – Companhia Siderúrgica do Atlântico
CSN – Companhia Siderúrgica Nacional
CTR – Centro de Tratamento de Resíduos
DAMGEMT – Defensores Ambientais do Gericinó-Mendanha-Tinguá
EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Rio de Janeiro
ETE – Estação de Tratamento de Esgoto
FASE – Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional
FEEMA – Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente
FHC – Fernando Henrique Cardoso
GCCA – Grupo de Combate a Crimes Ambientais
GDN – Grupo de Defesa da Natureza
GEHNat – Grupo Ecológico Herdeiros da Natureza
IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBDF – Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal
ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IEF – Instituto Estadual de Florestas
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ING – Indivíduo Não-Governamental
IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano
ISO – International Organization for Standardization
ITERJ – Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro
ITR – Imposto Territorial Rural
MAB – Federação de Associações de Bairro de Nova Iguaçu
MDL – Mecanismo de Desenvolvimento Limpo
MP – Mobilização Política
MPE – Ministério Público Estadual
MPF – Ministério Público Federal
MR – Mobilização de Recursos
MS – Movimentos Sociais
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
NMS – Novos Movimentos Sociais
ONG – Organização Não-Governamental
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento
PCdoB – Partido Comunista do Brasil
PCNI – Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu

PDT – Partido Democrático Trabalhista
PMNI – Parque Municipal de Nova Iguaçu
PT – Partido dos Trabalhadores
PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PSF – Programa de Saúde da Família
REBIO – Reserva Biológica
REDUC – Refinaria de Duque de Caxias
RMA – Rede de ONGs da Mata Atlântica
RPPN – Reserva Particular do Patrimônio Natural
SEMCID – Secretaria Municipal da Cidade
SEMMAM – Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Nova Iguaçu
SEMUAM – Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente de Nova Iguaçu
SESC – Serviço Social do Comércio
UBEM – União Brasil Ecologistas e Motociclistas
UC – Unidade de Conservação
UE – União Européia
URG – Unidade Regional de Governo

LISTA DE ANEXOS

1. Relação completa de entidades ambientalistas do município de Nova Iguaçu
2. Relação de entrevistados
3. Roteiro da entrevista semi-estruturada
4. Mapa de localização de Nova Iguaçu
5. Mapa de unidades de conservação de Nova Iguaçu
6. Modelo do consentimento informado
7. Foto aérea da Pedreira Vigné
8. Imagem de satélite do Aterro Sanitário de Nova Iguaçu
9. Imagem de satélite de areal localizado no entorno da REBIO Tinguá
10. Foto do Centro de Nova Iguaçu
11. Foto de manifestação de trabalhadores rurais pela revisão do Plano Diretor

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	1
CAPÍTULO I – INTRODUÇÃO	3
1.1 – Problematização e Justificativa	4
1.2 – Objetivos	6
1.3 – Referencial teórico-metodológico	6
CAPÍTULO II – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	10
2.1 – Unidos pelo bem comum? - A relação entre conflitos ambientais e movimentos sociais	10
2.2 – Caracterizando o contexto sociopolítico na contemporaneidade	14
2.3 – Há espaço para a ação coletiva na modernidade tardia? - Uma discussão sobre Identidade e Participação	17
2.4 – Movimentos sociais e a particularidade do movimento ambientalista	21
2.5 – ONGs e movimentos sociais: de aliados a concorrentes	40
2.6 – Reforma ou revolução? Liberdade, democracia e sustentabilidade	46
CAPÍTULO III – METODOLOGIA	51
3.1 – A fase exploratória	51
3.2 – A seleção de entidades ambientalistas e dos entrevistados	52
3.3 – A análise dos dados	54

CAPÍTULO IV – RESULTADOS E DISCUSSÃO	56
4.1 – O cenário da questão ambiental em Nova Iguaçu	56
4.1.1 – Aspectos sociais, econômicos e políticos	61
4.1.2 – Problemas ambientais	70
4.1.3 – Conflitos ambientais	74
4.1.3.1 <i>A distribuição interna dos conflitos</i>	75
4.1.3.2 <i>Zonas de sacrifício: o caso de Vila de Cava</i>	78
4.2 – O ambientalismo em Nova Iguaçu	81
4.2.1 – Classificação das entidades ambientalistas	81
4.2.2 – O papel e a participação dos atores do processo	85
4.2.2.1 – <i>Movimentos sociais</i>	86
4.2.2.2 – <i>Organizações Não-Governamentais (ONGs)</i>	109
4.2.2.3 – <i>Empresas privadas</i>	144
4.2.2.4 – <i>Poder Público</i>	150
4.2.2.5 – <i>Instituição religiosa</i>	164
4.3 – Como pensam os atores envolvidos	166
4.3.1 – Como entendem a questão ambiental	166
4.3.2 – Quais os problemas e conflitos ambientais que identificam	175
4.3.3 – Envolvimento nos conflitos e estratégias de enfrentamento	184
CAPÍTULO V – CONCLUSÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS	196
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	205
ANEXOS	214

APRESENTAÇÃO

Quando iniciei a pesquisa sobre Nova Iguaçu, a cidade onde nasci e fui criada, já não morava nela. Talvez por isso tenha alcançado o distanciamento necessário para enxergar em Nova Iguaçu algo além da visão que havia trazido comigo. Atualmente, ao contrário da maior parte dos residentes iguaçuanos, sei que a cidade guarda um grande potencial natural mal aproveitado tanto por moradores quanto por visitantes; sei que existem pessoas e entidades que lutam por melhorias nas condições ambientais da cidade; sei que existem pessoas que sofrem com problemas que sempre existiram e só agora são chamados de “ambientais”; sei, por sinal, que não faltam problemas ambientais em Nova Iguaçu, e que eles afetam sobretudo os mais pobres e menos visíveis.

A atual situação de desigualdade e deterioração socioambiental que a cidade vem enfrentando não é recente: ela tem origem em uma longa história de exploração de seus bens naturais e sociais – uma história que, aliás, é também a síntese da história da Baixada Fluminense, local de boa parte das “cidades-dormitórios” e das “zonas de sacrifício”¹ do Estado do Rio de Janeiro. É resultado, portanto, de um histórico processo político-econômico que privilegiou uma minoria (que veio a se tornar também a elite política da região) e vitimou a imensa maioria de uma população que, aos poucos, foi perdendo sua auto-estima, mostrando-se aparentemente resignada com a condição de vida que lhe foi imposta.

Neste processo de reconstrução mental da minha cidade, confesso que passei por muitos momentos emocionantes, como no contato com aqueles que nunca soube que existiam (e que, para muitos, talvez permaneçam não existindo): os produtores rurais de Nova Iguaçu. Passei também por alguns momentos inusitados, como ao conhecer os ecologistas-motociclistas de uma ONG, com quem andei de “gaiolinha” bem no Centro de Nova Iguaçu. Passei, é claro, por momentos de angústia e até mesmo raiva, quando notei que nem todos têm prazer em mostrar o que vêm fazendo – não foi fácil completar as entrevistas! Mas, de forma geral, posso afirmar que fui feliz, pois compreendi realmente que a maior riqueza que a cidade tem a oferecer não está só em suas florestas, em seus rios, em sua “beleza cênica”, hoje tão bajulada quanto os laranjais que garantiam a riqueza econômica algumas décadas atrás. Na verdade, a grande riqueza de Nova Iguaçu está em Auxiliadoras, em Tânicas, em Geraldos, em Hélios, em Fernandos, em Marias e em tantos outros que formam esse mosaico que, forçosamente, eu poderia chamar de “sociedade iguaçuana”. Afinal, seria injusto, nesta altura, afirmar que a

¹ Denominação dada a localidades em que se observa uma grande superposição de empreendimentos e instalações responsáveis por danos e riscos ambientais.

riqueza de um lugar se encontra apenas no que pode gerar recursos financeiros para uma cidade; neste momento, entendo que bem maior está naqueles que lutam para que esta dimensão da riqueza possa ser distribuída de forma justa, uma luta tão longa quanto dolorosa para aqueles que até hoje só receberam os prejuízos da exploração da natureza e do homem.

E foi por isso que, se no início desta pesquisa achei que poderia fazer mais uma pesquisa burocrática e descritiva da realidade local, hoje percebo que meu trabalho evoluiu para uma análise complexa que buscou aspectos estruturais de um sistema que produz uma sociedade a cada dia mais desigual, e cujos indivíduos recebem impactos positivos ou negativos de acordo com suas classes sociais. Ao tomar consciência disto, notei que não poderia reduzir a análise do movimento ambientalista de Nova Iguaçu ao seu contexto local. Assim, esta pesquisa sempre levará em conta os aspectos macropolíticos que o envolvem e determinam suas condições de funcionamento, mas buscando igualmente ressaltar suas particularidades e subjetividades.

Portanto, meu desafio será tentar reproduzir em palavras e dados a relação dialética que existe entre o universal e o particular, apresentando aos leitores deste trabalho aquilo que existe no mundo inteiro, mas só em Nova Iguaçu é desta forma.

CAPÍTULO I - INTRODUÇÃO

Este estudo se propõe a analisar as políticas ambientais e a atuação dos movimentos sociais, particularmente aqueles que se identificam como ambientalistas, em Nova Iguaçu, município da Baixada Fluminense que possui um grande potencial natural mas cujas políticas públicas historicamente desenvolvidas em um contexto de ocupação territorial subordinada aos interesses econômicos da capital do estado provocaram o surgimento de graves problemas socioambientais, o levando a um baixo índice de desenvolvimento humano e a uma não-identificação da questão ambiental como relevante por considerável parcela da população. Diante da necessidade de se estabelecer um recorte na temática escolhida, define-se como objeto de trabalho a análise das relações entre políticas públicas-políticas ambientais e movimentos sociais-Estado no município em foco, mediada pela discussão dos conceitos de democracia, participação e identidade.

Muito se tem falado no mundo acadêmico sobre o uso de novas formas de se fazer ciência ou gerar conhecimentos sistematizados que utilizam técnicas participativas em pesquisas e em ações de intervenção social oriundas de movimentos sociais, educadores populares e universitários. Desenvolvidas em oposição à hegemonia da ciência positivista, que trata as populações pesquisadas sob o pressuposto de cisão "sujeito-objeto", reproduzindo relações de dominação e opressão exercidas em sociedade, métodos como "pesquisa participante" (BRANDÃO, 1982), "pesquisa-ação" (THIOLLENT, 1985) e "pesquisa-ação-participante" (FALS BORDA, 1991) surgem com o propósito de empoderar os grupos sociais dominados para que realizem ou planejem ações voltadas ao seu desenvolvimento e superação de tais relações tanto na esfera econômica quanto na política e cultural.

Estas metodologias têm sido amplamente divulgadas, como ressalta D'Ávila (2005): "participação, desenvolvimento comunitário, cultura popular e participação no processo de tomada de decisão formam um conjunto intocável nos programas de organismos internacionais, ONGs ou de qualquer um que deseje fazer pesquisa com comunidades desfavorecidas, oprimidas ou dominadas". Contudo, por maiores que sejam os benefícios sociais alcançados pela ascendência desses modelos, é importante que seja feita uma análise crítica dos processos ditos participativos na constituição dos espaços públicos deliberativos e sua relação com o Estado, principalmente quando constatamos como o conceito de participação foi apropriado pelo discurso liberal com vistas a uma suposta "transformação social" que reforça a ação individualista e a lógica econômica mercantil, ambas claramente antagônicas ao ideário ambientalista em suas correntes críticas. A banalização do conceito é

tão evidente que o mesmo passou a fazer parte de discursos de organismos multilaterais e agentes financeiros, ONGs e movimentos sociais revolucionários como algo indistinto ou consensual, cabendo sob o rótulo “participativo” pelo menos oito modelos de atuação, indo desde a manipulação até o efetivo controle cidadão, passando ainda por formas intermediárias definidas como terapia, informação, consulta, pacificação, parceria e delegação de poder, em ordem crescente de participação (ARNSTEIN, 2002). Vale ressaltar que, entre estas formas de “participação”, a manipulação e a terapia correspondem, na realidade, a situações de não-participação, próximas à catequização, enquanto outras (como a informação e a consulta) não permitem a redistribuição do poder decisório, que permanece com as classes dominantes.

As intensas transformações socioculturais observadas em decorrência do ritmo acelerado da globalização afetaram igualmente as identidades pessoais. É possível supor um deslocamento do senso de identificação da classe e da nação para contextos coletivos relacionados a gênero e etnia, entre outros, o que se reflete na composição e atuação dos movimentos sociais. Por este motivo fala-se no surgimento dos "novos movimentos sociais", cuja novidade, na opinião de alguns autores, se definiria pela luta por emancipação em níveis pessoais, sociais ou culturais acima da dimensão política, dificultando a luta por igualdade e transformação social.

Assim, mediado pela problematização destes conceitos estruturantes da prática dos movimentos sociais e dos processos de democratização da sociedade, pretende-se analisar a proposta do estudo.

1.1 Problematização e Justificativa

A escolha de Nova Iguaçu como área de estudo se deu por este ser o maior e mais antigo município da Baixada Fluminense e ocupar, devido também à sua localização, o papel de centro de negócios e comércio para os municípios vizinhos. Por estes motivos, a história de Nova Iguaçu se confunde com a história da Baixada Fluminense e também com a da cidade do Rio de Janeiro, visto que sua ocupação territorial é fortemente relacionada aos interesses econômicos da capital do estado. Apesar de ser o 4º município mais populoso, contar com o 7º maior PIB e ser o 10º município com maior cobertura de Mata Atlântica preservada, Nova Iguaçu ocupa apenas a 45ª posição no ranking de Índice de Desenvolvimento Humano do estado do Rio de Janeiro. Estes números evidenciam um contraste entre o potencial de geração de riquezas do município e sua realidade social, marcada por profundas desigualdades e altos índices de criminalidade. Por concebermos inicialmente que as políticas públicas sejam

a materialidade da intervenção do Estado frente aos problemas sociais em dada sociedade (AZEVEDO, 1997), é possível pressupor que a sociedade em questão, ao receber diretamente os impactos da gestão pública, se mobilize para exigir mudanças capazes de gerar benefícios sociais. Neste contexto, o termo "movimentos sociais" diz respeito aos processos não institucionalizados e aos grupos que os desencadeiam, às lutas políticas, às organizações e discursos dos líderes e seguidores que se formaram com a finalidade de mudar, de modo freqüentemente radical, a distribuição vigente das recompensas e sanções sociais, as formas de interação individual e os grandes ideais culturais (ALEXANDER, 1998).

Embora a história do município desde sua criação até os dias atuais tenha uma importância significativa para o estado, verificou-se que são raros os trabalhos acadêmicos envolvendo a região, sobretudo no que diz respeito à questão ambiental. Assim, este estudo pretende contribuir para um maior conhecimento acerca do ambientalismo na Baixada Fluminense, com foco na atuação dos movimentos sociais de Nova Iguaçu frente às políticas públicas historicamente desenvolvidas que culminaram na atual situação de degradação socioambiental observada na região. Como um estudo de caso, este trabalho visa estimular uma mudança na forma de condução política da região de forma a potencializar seus atrativos naturais, priorizando a educação e o meio ambiente como bases de seu desenvolvimento, assim como provocar uma reflexão nos movimentos sociais que atuam na região sobre seu papel naquele contexto. Ao mesmo tempo, a problematização dos conceitos que permeiam o estudo, tais como participação e identidade na modernidade tardia, pretendem contribuir não só na análise do caso de Nova Iguaçu como também nos estudos sobre movimentos sociais, extrapolando a discussão para além dos limites do município.

Diante do exposto e da relevância de se estudar a questão ambiental em regiões em que tal temática foi relegada a um papel secundário, tenho como problemas de pesquisa:

1. Como os movimentos sociais reagem às políticas públicas locais e globais?
2. Qual a diferença entre discurso e prática desses movimentos?
3. Que parcela da sociedade esses movimentos representam?
4. São movimentos de contestação ou de manutenção da ordem?
5. Como o movimento ambientalista local pode fazer parte de um processo global de transformação social?

1.2 Objetivos

Objetivo geral:

- ✓ Analisar a relação entre políticas públicas e movimentos sociais em Nova Iguaçu, tomando como objeto de estudo a atuação do movimento ambientalista na garantia e promoção da sustentabilidade socioambiental no contexto atual.

Objetivos específicos:

- ✓ Analisar os movimentos sociais de Nova Iguaçu que se identifiquem como ambientalistas, problematizando sua atuação à luz da educação ambiental crítica;
- ✓ Correlacionar a atuação do movimento ambientalista com as políticas públicas desenvolvidas ao longo do tempo e com a história ambiental do município;
- ✓ Gerar conhecimentos que auxiliem a reflexão destes movimentos sobre seu papel na atualidade.

1.3 Referencial teórico-metodológico

A atuação de movimentos sociais é um tema complexo associado a componentes culturais, políticos e ideológicos que necessitam uma investigação mais aprofundada por parte do pesquisador, de forma a permitir a percepção de nuances do objeto de estudo. Por este motivo, a pesquisa de campo deste estudo será desenvolvida utilizando os princípios da pesquisa-participante. Dentre estes princípios, destacamos a necessidade de superação da cisão pesquisador-sujeito/pesquisado-objeto, acreditando na possibilidade de o agente de pesquisa ser considerado servidor e mediador (entre teoria e prática, global e local), aquele que detém o conhecimento científico e permite aos sujeitos pesquisados participar da produção do conhecimento e tomar posse dele. Para Brandão (1982), a função do pesquisador deve ser vista como de "uma gente aliada, armada dos conhecimentos científicos que foram sempre negados ao povo, àqueles para quem a pesquisa participante – onde afinal pesquisadores-e-pesquisados são sujeitos de um mesmo trabalho comum, ainda que com situações e tarefas diferente – pretende ser um instrumento a mais de reconquista popular".

Fals Borda (1982) aponta seis princípios metodológicos da pesquisa participante que nos servirão como base neste estudo. São eles:

1. *autenticidade e compromisso* – o pesquisador tem espaço na luta popular sem que para isso tenha que se "disfarçar" comportando-se como o grupo que

pesquisa. Deve apenas demonstrar honestamente seu compromisso com a causa popular perseguida por meio da contribuição específica de sua própria disciplina, sem negá-la completamente.

2. *antidogmatismo* – o dogmatismo é, por definição, um inimigo do método científico, podendo tornar-se também um obstáculo para o avanço da luta popular (MARX, 1971 *apud* FALS BORDA, *op. cit.*). Assim, a aplicação rígida de idéias preestabelecidas ou princípios ideológicos deve ser permanentemente evitada pelo pesquisador, respeitando-se a concepção dialética que considera todas as relações como em constante movimento e transformação.
3. *restituição sistemática* – o uso de uma "técnica desalienadora" de retorno cultural sistemática, organizada e sem arrogância intelectual, que permita aos grupos pesquisados alcançar novos níveis de consciência política. Dessa forma, o senso comum (moldado por valores dominantes) poderia ser transformado, tornando-se mais sensível a mudanças radicais na sociedade e aos tipos necessário de ação.
4. *feedback para os intelectuais orgânicos* – a existência de um *feedback* das bases para os intelectuais engajados, importante no processo de procura e identificação da ciência do homem comum.
5. *ritmo e equilíbrio de ação-reflexão* – uma das maiores responsabilidades do pesquisador é articular o conhecimento concreto com o geral, o local com o nacional, a formação social com o modo de produção. Para garantir a eficiência dessa articulação, deve-se manter a sincronização permanente de reflexão e ação no trabalho de campo, como um ato de permanente equilíbrio intelectual.
6. *ciência modesta e técnicas dialogais* – aponta a importância da modéstia no uso do aparelho científico e das concepções técnicas, posto que a tarefa científica pode ser realizada mesmo em condições insatisfatórias com o uso de recursos locais. Ainda, sugere o rompimento do pesquisador com o erudito, com a assimetria de relações entre entrevistador e entrevistado e a incorporação de indivíduos das bases sociais como agentes ativos e pensantes nos esforços de pesquisa.

Pelo fato de a fase exploratória ser complementar à etapa inicial da pesquisa, teórica, baseada em recursos e fontes primárias (como documentos, informações e dados originais das organizações ambientalistas e da Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu), e fontes

bibliográficas secundárias (livros, teses, dissertações e artigos científicos nacionais e estrangeiros que abordem os temas em questão), pode-se afirmar que a estratégia utilizada no desenvolvimento da dissertação de mestrado foi *mista* (VASCONCELOS, 2002).

Ao envolver o uso de diversas áreas do saber, como sociologia, políticas públicas e ecologia, este estudo se sustenta no campo teórico-conceitual do paradigma da complexidade. Entretanto, foi desenvolvido a partir de um enquadramento paradigmático principal na Teoria Crítica, fazendo uso da abordagem do *materialismo histórico dialético* na compreensão da questão ambiental em um movimento constante no relacionar dos aspectos micro-macro de seu desenvolvimento ao longo da história, numa tentativa de compreender suas mútuas influências. O posicionamento metodológico favorável à dialética se justifica pelo fato deste estudo buscar uma alternativa à homogeneização e ao reducionismo das formulações totalizantes típicas do positivismo e do racionalismo moderno sem que, nessa busca, venha a cair no total relativismo (ou "individualismo metodológico") das abordagens pós-modernas. Esta opção entra em conformidade com a afirmação de Vasconcelos (*op.cit*):

No contexto atual das sociedades capitalistas avançadas e do pós-modernismo, os conceitos e estratégias epistemológicos de complexidade e de interdisciplinaridade devem constituir valores explícitos da teoria crítica e da agenda das lutas emancipatórias, anti-opressivas, de caráter popular-democrático e por uma globalização mais solidária, no sentido de evitar não só a fragmentação das ciências instrumentais e a crise dos paradigmas totalizantes de cunho modernista, mas também a dispersão micropolítica das abordagens pós-modernas.

Assim, um trabalho comprometido com as lutas emancipatórias que visem à transformação social do nível local ao global deve considerar a importância de estratégias como a delineada por Gramsci para o pensamento social crítico de caráter interparadigmático e complexo. Este autor de tradição marxista é considerado por Vasconcelos como o "que mais avançou na articulação de um projeto de esquerda com uma visão complexa da dinâmica de sociedades civis ocidentais e com forte tradição democrática". O presente estudo, ao se identificar como uma *pesquisa social crítica engajada interdisciplinar e complexa*, nos moldes da concebida por Gramsci, deve se ancorar fortemente na produção deste autor em suas análises, com especial destaque para a releitura de suas formulações sobre sociedade civil e hegemonia (Acanda, 2006; Semeraro, 1999). Outros autores em cujas obras esta pesquisa se baseia são Gohn (2003; 2005; 2006), Acselrad (1993; 2004a; 2004b; 2004c) e Loureiro (2002; 2003; 2005; 2006; 2007).

Diante das limitações de tempo e da necessidade de se estabelecer um recorte da realidade para se promoverem estudos teóricos e práticas de campo, esta pesquisa foi desenvolvida como um *estudo de caso*. Este é definido como uma modalidade de pesquisa pela qual se tenta compreender fenômenos complexos em curto espaço de tempo, geralmente focada em problemas contemporâneos e na qual se apresentam questões do tipo "como?" e "por quê?" (YIN, 2005, *apud* LOUREIRO, 2007). No estudo de caso, é de fundamental importância o uso de uma metodologia que relativize suas conclusões a partir de sua contextualização no espaço e no tempo. Esta condição é atendida pela dialética e assim toda conclusão é considerada provisória, no sentido de que a realidade é vista como em constante transformação, sendo portanto sujeita a testes posteriores que podem validá-la ou não.

CAPÍTULO II – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Unidos pelo bem comum? - a relação entre conflitos ambientais e movimentos sociais

A questão ambiental conta nos dias atuais com uma visibilidade dificilmente imaginada há algumas décadas, fato que se verifica sobretudo com a atenção ao tema despertada na imprensa e pela importância dada ao meio ambiente em acordos políticos nacionais e internacionais. No Brasil, pode-se afirmar que até meados da década de 60 eram raros e isolados os focos de discussão sobre os males da degradação ambiental promovida pela promessa de desenvolvimento. Atualmente, entretanto, já é possível encontrar pessoas trocando percepções no seu dia-a-dia sobre os mais diversos temas, dos benefícios da reciclagem aos perigos do aquecimento global. Muito se deve ao fato de que cada vez mais são descobertos os riscos que esta degradação traz à saúde humana e à manutenção da vida na Terra, o que acaba por despertar a atenção da sociedade; por outro lado, essa maior “consciência” verificada na população não trouxe consigo uma melhoria igualitária das condições ambientais e de qualidade de vida para todas as diferentes regiões e grupos sociais do país. Observamos que, de forma geral, existe um menor interesse e investimento em meio ambiente em regiões pobres, comumente sob alegação de que existem assuntos mais urgentes a ser tratados, como saúde, habitação, educação e geração de empregos.

Em resumo, constatamos uma situação em que ora o meio ambiente é visto como um bem público de interesse comum da humanidade, sendo sua proteção de responsabilidade de todos os habitantes do planeta igualmente, ora é visto como bem coletivo de grupos restritos, seja porque a proteção ambiental expresse um valor socioespacialmente localizado, seja porque os benefícios da proteção ambiental tendam a se concentrar em determinados locais. Essa condição remete à polaridade universal-particular, na qual se constata que, na prática, a intenção de universalidade pressuposta no conceito de meio ambiente não se confirma.

As tensões oriundas deste fato propiciam a entrada da temática ambiental nas arenas de ação e debate públicos, onde grupos sociais com concepções distintas entre si disputam a hegemonia sobre o tratamento correto a ser destinado ao meio ambiente (FUKS, 2001). Desta forma, pode-se afirmar que a discussão sobre conflitos ambientais é inerente ao tema "meio ambiente", devendo estar presente na pauta do movimento ambientalista e dos programas educativos como ponto de extrema relevância para o processo de democratização da sociedade. O movimento ambientalista encontra-se, portanto, desafiado a buscar o tão desejado "consenso" no processo de desvelamento da complexidade da realidade e dos conflitos que a

constituem, pressupondo que o consenso só poderá ser alcançado pelo reconhecimento da diversidade, tensões e oposições, e nunca com base na abstrata e idealizada homogeneidade da realidade (LOUREIRO *et al*, 2005).

A falsa idéia de universalidade que se confere ao meio ambiente tem forte relação com o pensamento liberal e sua constante busca por consensos. Santos (1999), em ensaio sobre o que chama de "crise da contratualização moderna", cita como uma das principais características do momento atual a desconsideração dos conflitos como elementos estruturais das relações sociais, sendo substituídos pela passividade frente a situações supostamente universais e incontornáveis. No entanto, esta concepção liberal que considera consenso e conflito como forças antagônicas e excludentes é refutada pela corrente crítica, que defende que consenso e conflito caminham dialeticamente juntos. Citando Loureiro (2003),

ignorar a existência de conflitos na busca de consensos é definir uma posição ideológica de defesa do diálogo para a resolução de riscos sem considerar as desigualdades que marcam necessidades radicalmente distintas em uma sociedade de classes. Assim, o processo dialógico democrático a que se propõem as ONGs [e movimentos sociais de forma geral] passa pela explicitação do conflito e não pela sua supressão, entendendo que acordos e consensos são possíveis enquanto estratégia e em dadas circunstâncias conjunturais. (p.125)

Em consonância com a abordagem crítica, Fuks (2001) analisa três leituras que indicam o caráter restrito dos interesses associados à proteção ambiental: 1. o meio ambiente não se apresenta como questão relevante para as classes sociais que ainda não têm asseguradas condições básicas de sobrevivência; 2. ainda que o meio ambiente seja considerado um bem de uso comum, os custos e benefícios de sua proteção são desigualmente distribuídos, variando de acordo com os recursos disponíveis dos diversos grupos para atuar no contexto da política local; e 3. a universalidade do meio ambiente expressa o projeto de um determinado grupo visando tornar universais seus valores e interesses.

Para este autor, ainda que o movimento ambientalista se perceba como defensor dos interesses gerais da humanidade, as lutas específicas por ele encaminhadas atendem aos interesses das classes de maior poder aquisitivo que procuram perpetuar valores próprios, isto é, procuram transformar a preocupação de um determinado setor da sociedade em interesse público, o que se consuma por meio das leis. Assim, a proteção do meio ambiente seria indissociada da manutenção do estilo de vida de grupos sociais bem definidos, representando uma saída escapista para os problemas trazidos pela degradação ambiental e trazendo como consequência a exclusão de outros grupos de áreas ambientalmente valorizadas.

Somado a isso, o autor identifica outra justificativa, bastante comum ao discurso universalista de alguns autores que trabalham a questão da conservação, de que as demandas ambientais se colocam além da preocupação com a distribuição justa dos bens. Tal concepção, típica do pensamento liberal, revela o falso pressuposto de que as lutas do movimento ambientalista estariam inclusive além do embate político, ao passo que as mudanças devam se concentrar nos comportamento individuais e não na injusta distribuição de bens e custos imposta pelo sistema capitalista, algo presente também na análise dos chamados "novos movimentos sociais". No entanto, ao se conceber o meio ambiente como um bem coletivo, não há como ignorar a presença de questões de ordem distributiva, tais como as que envolvem a distribuição das restrições e direitos de poluir (EDER, 1994 *apud* FUKS, 2001) ou a definição de regiões onde serão ou não serão alocadas atividades poluidoras.

O conjunto dos fatos levou ao surgimento de um movimento por justiça ambiental, buscando evidenciar que, ao contrário do que postula o pensamento hegemônico, as causas da degradação não se dão por fatores conjunturais ou ignorância tecnológica, mas são determinadas por um conjunto de variáveis interconexas que se dão em bases sociais, econômicas, culturais e políticas estruturalmente desiguais da sociedade contemporânea, fazendo com que o processo de exposição aos problemas ambientais, assim como suas definições e percepções, seja também constituído e distribuído de formas diferentes (LOUREIRO *et al*, 2005).

O conflito, afinal, faz parte da própria dinâmica das relações humanas. No entanto, ele pode ser latente ou explícito, reconhecido ou não. Esta perspectiva vai de encontro à visão de neutralidade e harmonia da natureza e da sociedade, comum a determinadas ONGs e educadores ambientais. Segundo Acselrad (1992), os conflitos ambientais podem ser explícitos – quando as comunidades estabelecem uma associação lógica imediata entre a degradação do ambiente e a ação de agentes determinados – ou implícitos – quando as comunidades são atingidas por um processo de degradação do qual não têm consciência ou quando as comunidades não associam a degradação às práticas e aos agentes sociais específicos. Em trabalho posterior, o mesmo autor afirma que os conflitos ambientais surgem do rompimento de acordos simbólicos não-harmônicos entre práticas espaciais no interior dos quais cada protagonista afigura-se interessado em certo tipo de "sucesso" do outro, definido segundo suas próprias razões, sendo por isso emblemáticos das contradições que permeiam os modelos de desenvolvimento do qual eclodem (ACSELRAD, 2004).

Acselrad (*op.cit.*) ressalta também a importância da luta simbólica por poder, afirmando que as lutas por recursos ambientais são simultaneamente lutas por sentidos culturais, pela

afirmação de certos projetos em contextos de desigualdade sociopolítica e que "é na esfera simbólica que desenvolve-se a disputa de legitimidade dos discursos que buscam afirmar suas respectivas capacidades potenciais de operar tal universalização [de causas particulares e/ou parcelares]" (p.19), algo verificável na argumentação dos que detêm conhecimento científico e o usam para manter o atual regime de distribuição de bens e custos ambientais. Dentro desta perspectiva, conceitos, programas, avaliações e análises técnicas são encarados não apenas como instrumentos de intervenção política, mas também como instrumentos de determinada forma de perceber e expressar o mundo. Oliveira (2004) afirma que "se a disputa se dá no campo simbólico, os produtores de símbolos, legitimados e reconhecidos com tal, ocupam uma posição privilegiada principalmente se detêm o discurso autorizado" (p.102-3). Por este motivo, os conflitos ambientais devem ser analisados simultaneamente nos espaços de apropriação material e simbólica dos recursos do território.

Da discussão apresentada, podemos definir conflito ambiental como "aquele em que há confronto de interesses representados em torno da utilização e/ou gestão do meio ambiente" (CARVALHO *et al*, 1995) ou, buscando uma definição mais completa,

aquele que envolve grupos sociais com modos diferenciados de apropriação, uso e significação do território, tendo origem quando pelo menos um dos grupos tem a continuidade das formas sociais de apropriação ameaçada por impactos indesejáveis decorrentes do exercício das práticas de outros grupos. (ACSELRAD, 2004: 26)

O campo ambiental, portanto, pode ser visto como um campo de disputa, onde categorias novas, como sustentabilidade, uso racional/predatório, proteção ambiental e degradação, entre outras, estão no centro da luta pela legitimação de significados. Estando até mesmo os conceitos em disputa, é fácil concluir que as "receitas" para a resolução de conflitos e obtenção de consensos constituem lutas ainda mais acirradas. Documentos oficiais, como a Agenda 21, tendem a estabelecer que o consenso pode ser alcançado por meio do conhecimento científico, isto é, as soluções apontadas pelos especialistas são vistas como as únicas possíveis, devendo ser respeitadas e obedecidas sem questionamento. O consenso se confunde desta forma com apatia e acomodação, onde as discussões se limitarão a questões superficiais fora das esferas política e econômica. Esta constatação nos conduz a uma nova discussão, dessa vez sobre o conceito de participação. Afinal, que participação se espera das comunidades? E neste contexto, qual o papel dos movimentos sociais? Para responder a estas questões, é importante entender o momento histórico que o mundo atravessa.

2.2 Caracterizando o contexto sociopolítico na contemporaneidade

A pós-modernidade pode ser vista como uma situação histórica, uma fase do capitalismo contemporâneo, uma forma social e cultural com origens históricas e fundamentos materiais sujeita à mudança e à ação política. O "pós-modernismo", por sua vez, se caracteriza pela rejeição categórica do conhecimento "totalizante" e de valores "universalistas" - como as idéias de racionalidade, igualdade e emancipação humana geral. Segundo Wood (1999), os pós-modernistas enfatizam a diferença: identidades particulares, tais como gênero, raça, etnia e sexualidade; suas opressões e lutas distintas, particulares e variadas, assim como seus conhecimentos particulares. Esta concepção fragmentada do mundo e do conhecimento humano gera como implicação política a crença de que tudo é tão fluido, incerto e variável – assim como nossas próprias identidades – que não pode haver base para a solidariedade e a ação coletiva fundamentadas em uma identidade social (classe), experiência ou interesses comuns.

A rejeição a qualquer tipo de explicação causal tida como totalizante geralmente vem acompanhada de denúncias de "reducionismo", "simplismo", "essencialismo" e "fundacionismo", assim como alegações de que o universalismo iluminista nega a diversidade de experiências, culturas, valores e identidades humanas. Entretanto, esta negação resulta na dificuldade de reconhecer o capitalismo como o sistema mais universal que o mundo já conheceu – tanto por ser global quanto por penetrar em todos os aspectos da vida social e do ambiente natural. Como afirma Wood (*op.cit.*): "a realidade social do capitalismo é 'totalizante' em formas e graus sem precedentes. Sua lógica de transformação de tudo em mercadoria, de acumulação, maximização do lucro e competição satura toda a ordem social. E entender esse sistema totalizante requer exatamente o tipo de "conhecimento totalizante" que o marxismo oferece e os pós-modernistas rejeitam".

Os pós-modernistas são descritos como insensíveis à história, o que em boa parte está ligado a uma espécie de pessimismo político que carregam. Segundo a autora,

uma vez que não há sistemas ou história suscetíveis à análise causal, não podemos chegar à origem dos muitos poderes que nos oprimem, nem tampouco aspirar a algum tipo de oposição unificada, de emancipação humana geral ou mesmo a contestação geral do capitalismo; o máximo que podemos esperar é um bom número de resistências particulares e separadas. (*idem*)

A concepção pós-moderna, no entanto, tem sido bem-sucedida não só pela grande aceitação que seus principais ideólogos têm obtido nos meios de comunicação mas também por encontrar suporte na realidade objetiva, visto que, após os esforços de homogeneização cultural dos Estados modernos, o que se observa com o advento das políticas neoliberais é uma tendência à reaceitação das diferenças baseada sobretudo nas idéias de "liberdade individual" e "tolerância" (BAUMAN, 2003), concepção esta que acaba por rejeitar um suposto reducionismo marxista que considera a oposição de classes o motor da história e, conseqüentemente, desprezaria as condições de opressão a que determinados grupos sociais estão submetidos. Posteriormente discutiremos essa interpretação evidenciando alguns equívocos cometidos por autores que não observam a relação dialética existente entre o conjunto de opressões específicas a determinados grupos e a condição de classe estruturalmente presente no capitalismo.

O neoliberalismo, por sua vez, pode ser definido como a atual fase político-ideológica do sistema capitalista, fundamentada sobretudo na desestatização da economia ou "liberdade de mercado", onde são acirrados os processos de exploração da força de trabalho e de concentração do capital. Tais processos reproduzem e agravam a fragmentação e a precarização do mundo do trabalho e, portanto, geram o refluxo dos movimentos sociais e das lutas econômicas e políticas dos dominados (PIZETTA, 2006).

Pela abordagem crítica, a atual necessidade de afirmação da diversidade que se verifica em resposta a essa condição sociopolítica não deve negar a discussão da igualdade, mas a ela se vincular dialeticamente, gerando movimentos de transformação e superação da sociedade vigente. Contudo, em seguimento ao movimento atual de celebração das diferenças, nota-se que a luta por igualdade, justiça social e redistribuição vem sendo gradativamente substituída pela busca por liberdades individuais, direitos humanos e reconhecimento, longe do embate político-trabalhista que representaria uma "impureza" à dimensão cultural.

Verifica-se, portanto, que fatores políticos, sociais e ideológicos têm contribuído fortemente para a crescente fragmentação sociocultural, que traz como efeito a crescente dificuldade de reconhecimento da semelhança de condições entre grupos marginalizados e da constatação da exclusão como uma construção histórica. Dessa forma, os conflitos são desconsiderados e substituídos pela passividade frente a condições supostamente incontornáveis, e cada caso é tido como uma luta temporal e espacialmente isolada. Ao decretarem o "fim da história", alguns autores pós-modernos sugerem mesmo que já não há mais motivos estruturais para lutar, e sim pequenos ajustes a serem feitos no sistema dominante de modo a "aperfeiçoá-lo", descartando a necessidade de sua superação. Esta é uma

ideologia tão hegemônica nos dias atuais que mesmo intelectuais considerados "de esquerda" se rendem a um discurso de adaptação das antigas reivindicações e aceitação do capitalismo como sistema insuperável.

O discurso liberal, ao se propagar por canais de comunicação tão diversos quanto "confiáveis" para a sociedade (e isto não inclui apenas intelectuais de direita e esquerda, mas também escolas, universidades, mídia e "formadores de opinião" de forma geral) acaba por se tornar praticamente único, fato que se agravou consideravelmente com o fracasso das experiências do chamado "socialismo real" no leste europeu e o sucesso – ainda que restrito e passageiro – do Estado de bem-estar social adotado em alguns poucos países capitalistas centrais, ao custo da degradação social e ambiental em países do "terceiro mundo". Para Pizetta (2006), "o capital tem recorrido vitoriosamente à força da ideologia² para afirmar e fazer acreditar que o atual estágio da acumulação capitalista é um processo lógico e natural do desenvolvimento econômico".

Essa condição trouxe um efeito muito sensível para os movimentos sociais na modernidade tardia. Os chamados "novos movimentos sociais" (NMS) se distanciaram das lutas coletivas por transformação social para se concentrarem em buscas isoladas pelo reconhecimento de diferenças como se estas estivessem descoladas das lutas macropolíticas. Este fato é perceptível também no movimento ambientalista, ao passo que este, muitas vezes, trata a questão ambiental como dissociada das questões sociais, econômicas, culturais e simbólicas que compõem o macroambiente e a ele se vinculam dialeticamente. Cai-se assim num profundo relativismo que despolitiza as lutas e reivindicações, tornando-as superficiais e facilmente apropriáveis pelo discurso hegemônico, que ajuda a perpetuar, assim, o ciclo de destruição da natureza e das condições de sobrevivência no planeta.

Nesse contexto, qualquer menção aos ideais socialistas e/ou anticapitalistas passa a ser visto como "vulgar" e ultrapassado. O movimento ambientalista, ao absorver o discurso liberal para ter sua luta aceita, se torna também um novo canal de propagação ideológica. Ainda, ao compactuar com a elite política dominante, deixa de realizar uma de suas principais funções, o controle social do Estado e das organizações privadas, gerando apatia e dependência.

Com isso, é possível perceber a relevância de algumas questões que têm sido levantadas com frequência cada vez maior dentro da problemática ambiental: afinal, pra que e pra quem são feitas as políticas ambientais? É possível no momento histórico atual constituir

² Baseado no pressuposto marxista de que nenhum conhecimento humano nos chega sem mediação e que todo conhecimento é absorvido através da língua e da prática social, o conceito de ideologia aqui será entendido como o registro de pressões deformadoras atuando sobre o processo de elaboração do conhecimento, que produzirá uma visão parcial, fragmentária e incompleta da realidade social (Konder, 2002).

movimentos sociais que lutem por bens coletivos e difusos? Ainda, é possível que esses movimentos combinem a defesa do meio ambiente com a luta pela superação do capitalismo e transformação social diante do atual contexto de disseminação global da ideologia neoliberal?

2.3 Há espaço para a ação coletiva na modernidade tardia? - uma discussão sobre Identidade e Participação

As transformações econômicas ocorridas com o advento das políticas neoliberais na chamada "modernidade tardia" causaram grandes mudanças também nas relações sociais. Santos (1999) caracteriza a crise da contratualização moderna fundamentalmente pela predominância estrutural dos processos de exclusão sobre os de inclusão. Tais processos teriam origem na quebra do principal pressuposto do contrato social, ou seja, de que seja firmado entre partes livres e iguais. A nova contratualização é considerada, portanto, um falso contrato constituído por condições impostas à parte mais fraca. O contrato liberal seria caracterizado por ser firmado entre indivíduos, contar com uma intervenção mínima do Estado (restrita aos suportes militar e policial e a alguns aspectos normativos da vida pública) e desconsiderar os conflitos como elementos estruturais, sendo substituídos pela passividade frente a condições supostamente universais e incontornáveis - o que resulta no conhecido padrão comportamental de "cidadão-consumidor", focado na defesa de interesses privados-pessoais em detrimento de processos coletivos de organização e prática política.

A consagração do indivíduo como instituição e a perda gradativa dos direitos trabalhistas, alcançados após muitos anos de lutas coletivas, levaram a uma crescente fragmentação da sociedade, que se polariza ao longo de eixos econômicos, políticos e culturais. Neste contexto, afirma Santos (*op. cit.*), "não só perde sentido a luta pelo bem comum como parece perder sentido também a luta por definições alternativas de bem comum. A vontade geral parece ter-se transformado em uma proposição absurda". A proliferação caótica dos poderes somada à fluidez dos valores levaram a uma dificuldade na identificação de "inimigos e vítimas", dos antagonismos estruturais, inibindo o engajamento. A erosão dos direitos trabalhistas, a fragmentação do processo produtivo, a ampliação das tecnociências e da informação na reprodução social, por sua vez, fazem com que o trabalho deixe de sustentar a cidadania, levando à emergência de uma subclasse de excluídos, mesmo diante de uma formal ampliação de autonomia individual. Os processos de subordinação do trabalho ao capital se intensificam e se diversificam no atual momento em que o setor de serviços e do capital financeiro ganham peso nos processos de acumulação capitalista, levando a uma sensação de

liberdade individual (esfera do consumo) sob um forte controle dos monopólios na produção e na distribuição (LEHER, 2005; ROSA, 2005).

Entretanto, esses "novos" excluídos nunca estiveram efetivamente incluídos quando se trata dos processos de tomada de decisão. Mesmo a abertura que atualmente se observa nos processos de "gestão participativa" muitas vezes consiste em uma função apenas consultiva, onde as decisões se restringem à opinião dos especialistas, os quais freqüentemente ignoram em absoluto a realidade em que as populações marginalizadas vivem, perpetuando a relação de dominação existente. Por estarem numa posição de subordinação no processo político decisório, ignorados em suas expectativas e dinâmica produtiva-cultural, os oprimidos são tratados como um bloco homogêneo sem que se considere a complexidade sociocultural do conjunto de opressões ali existentes. Portanto, neste trabalho entenderemos a *participação* como "um processo de vivência que imprime sentido e significado a um grupo ou movimento social, tornando-o protagonista de sua história, desenvolvendo uma consciência crítica desalienadora, agregando uma força sociopolítica a esse grupo ou ação coletiva, e gerando novos valores e uma cultura política nova", conforme definido por Gohn (2005).

Analisando a questão da participação popular no Brasil, Valla (1998) afirma:

A proposta da integração dos grupos 'marginalizados' parte do princípio de que a maioria da população, em razão da sua pobreza, encontra-se 'fora' da sociedade. É como se a dificuldade de acesso aos produtos e serviços básicos fosse uma decorrência da ignorância e passividade dessas populações 'marginais', ou para utilizar um termo mais atualizado, os excluídos, isto é, aqueles que estão 'fora' por sua própria culpa, precisando ser animados, incentivados, esclarecidos, para poderem participar dos benefícios do progresso econômico e cultural (p. 9).

O autor ressalta, porém, que esse tipo de participação obscurece o fato de que estes grupos marginalizados sempre estiveram dentro da sociedade, mas participando da riqueza de forma bastante desigual.

De fato, após os esforços nacionalistas dos Estados modernos para a homogeneização cultural, sob o risco de exclusão social, o que se observa com o neoliberalismo é uma tendência à reaceitação das *diferenças*. Entretanto, se antes a demanda era por um modelo de aceitação pautado na justiça social, na sociedade fragmentada essa busca é substituída pelos princípios dos direitos humanos. Assim, se supostamente a luta por liberdade poderia ter sido vencida, por outro, como afirma Bauman (2003), tal luta descolada de uma demanda coletiva por redistribuição impossibilitou o fortalecimento de ações de caráter transformador e apenas tem contribuído para a perpetuação das desigualdades e, conseqüentemente, da falta de

liberdades. Bauman (2000), em outro trabalho, questionava: "se a liberdade foi conquistada, como explicar que entre os louros da vitória não esteja a capacidade humana de imaginar um mundo melhor e de fazer algo para concretizá-lo? E que liberdade é essa que desestimula a imaginação e tolera a impotência das pessoas livres em questões que dizem respeito a todos?" Para o autor, é importante saber por que o mundo em que vivemos continua a nos enviar esses sinais evidentemente contraditórios, sustentando que o problema da nossa civilização é que ela "parou de se questionar".

O processo de individualização da sociedade tem ainda outras conseqüências, como a falta de identificação entre os grupos historicamente oprimidos, que culmina na inviabilidade da formação de uma unidade comum. Como indicado por Weber (1947 *apud* Bauman, *op.cit*), "a similaridade de condição e status não asseguram automaticamente uma ação unificada, da mesma forma que a dissimilaridade não leva necessariamente ao conflito. Para que ocorram unidade e conflito, um mero agregado de unidades similares tem que ser transformado antes numa comunidade agindo em uníssono para então poder se opor contra outro grupo apresentado como o 'vilão da história". Entretanto, as atuais tendências favorecem a política do "dividir para reinar", o que acaba por beneficiar as forças dominantes. Ainda segundo Weber, "o fato de a identidade ou similaridade da situação típica em que um indivíduo dado e muitos outros encontrem definidos seus interesses não é suficiente para transformar a similaridade de privação sofrida individualmente numa comunidade pronta para lutar pelo interesse comum". Entre os requisitos adicionais necessários para formar a chamada "comunidade de interesses" estariam a possibilidade de concentrar-se em opositores nos quais o conflito imediato de interesses é vital e a possibilidade técnica de reunião, ambos em falta na atualidade.

Nesse contexto, a simples existência de movimentos sociais já se torna um grande desafio. O tema suscita um debate sobre a possibilidade da ocorrência da unidade, do reconhecimento da similaridade de condição necessário para a formação de uma comunidade. Em um contexto de imensas desigualdades sociais, é possível que haja esse reconhecimento? Há espaço para uma mobilização que não seja meramente local, com demandas regionais e que possam ir além de objetivos concretos e imediatos? Em se tratando da questão ambiental, existe espaço para a luta por bens coletivos e difusos na sociedade individualista do mundo pós-moderno?

Ibáñez (1996), em estudo sobre a identidade latino-americana, afirma que "toda identidade pessoal está enraizada em contextos coletivos culturalmente definidos". Assim, grandes transformações culturais, como a que está em curso no mundo globalizado, tendem a

afetar as identidades pessoais. Não se trata, como afirmam alguns autores pós-modernos, dos indivíduos perderem seus contextos coletivos de identificação, mas sim na sua reconstrução em novos termos. Se na modernidade as identidades culturais que influenciaram mais fortemente a formação dos sujeitos foram as identidades de classe e nacionalidade, não se pode negar que as mudanças ocorridas na modernidade tardia as tenham afetado profundamente. Tal declínio, por sua vez, coincide com o surgimento de outros contextos coletivos relevantes relacionados a movimentos sociais que lutam pelo reconhecimento de sua diferença, como as identidades étnicas, de gênero e sexualidade.

No entanto, o aumento da complexidade das relações e da necessidade de afirmação da diversidade que se verifica não deve negar a discussão da igualdade, mas a ela se vincular dialeticamente, gerando movimentos sociais de transformação e superação da sociedade vigente. Como afirma Loureiro (2006) na defesa da educação ambiental crítica:

É inegável que a celebração do diverso é uma exigência contemporânea para a construção de uma sociedade democrática, principalmente se considerarmos sua relevância na superação da padronização ditatorial decorrente do stalinismo e da homogeneização cultural que está na base da expansão econômica do capitalismo globalizado. Porém, para a tradição crítica, celebrar a diversidade vem no mesmo movimento da luta pela igualdade, posto que elas não são antagônicas, mas sim complementares na emancipação (p.67).

O autor defende que as identidades culturais precisam ser trabalhadas concretamente, e não como fatores descolados das relações complexas que as constituem na história e em uma formação social específica. Ao se desconsiderar como os indivíduos se constituem em sociedade, perde-se a dimensão "do 'eu' em um contexto que não é apenas um meio de vida, mas parte viva da formação da pessoa".

O tratamento antidialético aplicado na análise de ações individuais se repete muitas vezes na análise da problemática ambiental, o que pode ser encarado como mais uma característica da modernidade tardia. O problema "micro" acaba sendo entendido como algo dependente unicamente de subjetividades, desconsiderando-se sua contextualização no conjunto de relações sociopolíticas que constitui o "macro" (LOUREIRO *et al*, 2006).

Escobar (1995) afirma que o discurso liberal se baseia na idéia de que o crescimento econômico é necessário para erradicar a pobreza. Ao se pensar a pobreza tanto como causa quanto como efeito dos problemas ambientais, o crescimento econômico se faz necessário para eliminar a pobreza com o objetivo indireto de proteger o ambiente. Nota-se que a análise se concentra nas atividades degradantes dos pobres sem que se discuta a fundo a dinâmica social

que gera tal atividade destrutiva. O autor conclui afirmando que "a razão não é outra senão os mesmos processos de desenvolvimento econômico que têm expulsado as comunidades indígenas e rurais de seus locais habituais, empurrando-os para outros onde, necessariamente, têm de afetar negativamente o ambiente". Não se trata de defender quem degrada, mas de pensar o processo socioambiental em sua totalidade, evidenciando como a reprodução social na modernidade tardia não oferece outra escolha às populações marginalizadas senão afetando seus ambientes.

E é neste ponto que voltam à cena os "inconvenientes" conflitos, desta vez como motivadores de mobilizações sociais, posto que é a partir desta vivência prática das contradições inerentes ao capitalismo que os indivíduos tornam-se conscientes de sua condição de classe, formando movimentos que lutam por justiça e igualdade social.

2.4 – Movimentos Sociais e a particularidade do movimento ambientalista

O ambientalismo no Brasil historicamente é tachado como um movimento de interesse da classe média altamente escolarizada, que já teve suas necessidades básicas resolvidas e portanto em condições de se preocupar com “qualidade de vida” (CRESPO, 2003). De fato, uma das maiores críticas da esquerda a este movimento se refere à sua origem vinculada à classe média e ao fato de esta postura de classe permanecer ainda hoje hegemônica e representada pelas ONGs em seu modo de operar desvinculado das lutas populares. Tal entendimento por muito tempo conduziu um posicionamento fortemente contrário de sindicatos de trabalhadores às propostas *verdes*, até que na década de noventa se percebeu que a luta por melhores ambientes de trabalho, cidades planejadas, novos padrões de produção e consumo e pela preservação dos recursos naturais não era exclusiva daqueles que “não tinham preocupações concretas e imediatas”, mas uma realidade relacionada com a busca e definição do que se pretende e entende por qualidade de vida e sociedade justa (LOUREIRO, 2003). Se, por um lado, nota-se uma evolução no reconhecimento do discurso ambientalista pelos setores sociais como tema de relevante interesse na atualidade, por outro fica claro que este não conduz à mobilização e ao envolvimento de amplas parcelas da população, a não ser em situações concretas e específicas (LOUREIRO, *op.cit.*). É sabido que o ambientalismo se manifesta em cada país de acordo com as condições socioculturais das sociedades locais, adquirindo nessa ambiência características transformadoras ou meramente discursivas, sendo a predominância de uma ou outra dinâmica fundamental na criação de condições mais ou menos favoráveis à promoção do “desenvolvimento sustentável”.

No Brasil, estudo realizado pelo ISER (2002) acerca da visão do brasileiro sobre o meio ambiente comprovou estas teorias, mostrando que quanto maior o nível de escolaridade, mais consistente é o interesse, o conhecimento e a preocupação com as questões ambientais. Ainda, em geral os jovens se mostram mais interessados que os mais velhos, talvez devido à proliferação de programas de educação ambiental destinados a esta faixa etária. Entretanto, se mostra preocupante a constatação de que ainda predomina entre todas as classes a visão “natural” de meio ambiente, deixando de fora de seu imaginário qualquer coisa que se relacione à presença humana. Muitos problemas ambientais são associados à natureza externa sendo, portanto, pouco prioritários em termos de atuação social, investimento e interesse público. Este tipo de concepção implica um descolamento da consciência em relação à ação, algo verificável no cotidiano das grandes cidades onde, apesar de toda informação circundante, convive-se diariamente com a banalização de todo tipo de poluição. Para entender melhor esta condição, é importante discutir um pouco o que são os movimentos sociais e as mudanças por eles sofridas na modernidade tardia.

Em contraposição à suposta "crise" dos movimentos sociais no contexto das políticas neoliberais, pode-se dizer que este é um tema em alta quanto ao número de publicações em livros e revistas especializadas. Os estudos sobre movimentos sociais se mostram bastante concentrados nos programas de pós-graduação de universidades, especialmente na área das ciências sociais. Ao mesmo tempo, estudos sobre determinados movimentos se encontram divididos em áreas específicas, como na antropologia (indigenismo), direito (movimentos negro, feminista e homossexual) e planejamento urbano (luta por moradia).

Pode-se afirmar também que o tema *movimentos sociais* não tem uma abordagem única, tampouco existe uma definição consensual para este conceito. Na realidade, muitas são as teorias e paradigmas a respeito dos movimentos sociais, variando tanto ao longo do tempo quanto de acordo com a região onde este tema é desenvolvido. Gohn (2006), ao observar a confusão formada em torno das várias definições utilizadas e a escassez de estudos no Brasil sobre as teorias dos movimentos sociais, realizou um grande mapeamento das principais teorias sobre movimentos sociais e seus paradigmas correspondentes. Assim, organizou-as pelo critério geográfico, as dividindo em três grandes paradigmas: norte-americano, europeu e latino-americano.

O *paradigma norte-americano* é composto por três blocos: as teorias clássicas sobre as ações coletivas – entre as quais as abordagens interacionista da Escola de Chicago, sociedade de massas, sociopolítica, funcionalista e organizacionais-comportamentalistas; as teorias contemporâneas da ação coletiva e dos movimentos sociais, com destaque para a teoria da

Mobilização de Recursos (MR); e as teorias sobre movimentos sociais na era da globalização, com destaque para a abordagem culturalista da teoria da Mobilização Política (MP).

Os *paradigmas europeus* são divididos em dois: o paradigma dos novos movimentos sociais (NMS), dentro do qual se desenvolveram as correntes francesa (Alain Touraine), italiana (Alberto Melucci) e alemã (Claus Offe); e o paradigma marxista, em suas fases clássica e neomarxista. Gohn destaca a utilização teórica do paradigma europeu na análise de dados dos estudos brasileiros: "o resultado, por um lado, foi a utilização acrítica de teorias elaboradas no exterior para a análise dos MS no Brasil e na América Latina, muitas vezes incorporando categorias que se opõem no debate teórico; por outro lado, o quase completo silêncio sobre o paradigma norte-americano (...) Destaque-se ainda a ínfima importância dada neste debate à produção e à própria existência dos movimentos na América Latina e no chamado "Terceiro Mundo". A autora ressalta a predominância de estudos de natureza empírico-descritiva sobre o tema dos MS na América Latina, assim como a falta de um paradigma teórico próprio, embora exista na realidade concreta um paradigma de lutas e movimentos sociais bem diferenciado dos norte-americanos e europeus. Por isso, afirma que o *paradigma latino-americano* ainda se encontra em construção, embora tenha avançado bastante nos últimos anos, concentrando-se fundamentalmente nos estudos sobre movimentos sociais libertários/emancipatórios, nas lutas populares urbanas por bens e equipamentos coletivos e, na área rural, nas lutas pela terra.

De todos os paradigmas citados, certamente o dos "novos movimentos sociais" (NMS) foi aquele que obteve maior repercussão e é atualmente o mais trabalhado pelos pesquisadores. A discussão sobre os NMS, de fato, é controversa. Duas correntes principais concorrem por uma versão do que haveria de realmente "novo" nestes movimentos: Alexander (1998) afirma que os movimentos sociais clássicos foram identificados segundo o modelo dos movimentos revolucionários, entendidos como mobilizações de massa que buscavam o poder de um Estado antagônico, visando substituir a opressão do poder estatal por outra, mas utilizando meios diferentes. A associação dos velhos movimentos sociais à idéia de revolução teria dado origem a uma clara orientação tática para o poder, a violência e o controle. O suposto declínio histórico da revolução como modalidade prática, entre todas as grandes mudanças sociais observadas na modernidade tardia, teria possibilitado a emergência dos "novos movimentos sociais", muito distantes do modelo revolucionário, definidos inteiramente por sua ênfase na subjetividade e na individualidade. No entanto, o autor é crítico em relação a esta concepção, e conclui seu trabalho afirmando:

Os movimentos sociais podem ser vistos como mecanismos sociais que constroem traduções entre o discurso da sociedade civil e os processos institucionais específicos de tipo mais particularista. (...) Estamos agora muito longe do modelo clássico dos movimentos sociais, com seu realismo, materialismo e preocupação exclusiva com a derrubada do poder prático do Estado. Contudo, estamos também muito longe da teoria dos novos movimentos sociais, que trata os argumentos simbólicos como estratégias de defesa contra o isolamento e a vulnerabilidade de atores que se defrontam com novas formas de dominação técnica.

Para Santos (2005), a maior novidade dos novos movimentos sociais seria o fato de constituírem tanto uma crítica à regulação social capitalista como uma crítica à emancipação social socialista, como foi definida pelo marxismo clássico. Através da identificação de novas formas de opressão além das relações de produção (que atingem agora não classes, mas grupos sociais "transclassistas" ou mesmo a sociedade como um todo) e da defesa de um novo paradigma social baseado na cultura e na qualidade de vida, esses movimentos denunciam "com uma radicalidade sem precedentes" os excessos de regulação da modernidade.

O autor cita duas concepções conflitantes sobre a novidade dos NMS: a primeira defende que a novidade está na afirmação da subjetividade sobre a cidadania, sendo a emancipação pela qual lutam não política, mas acima de tudo pessoal, social e cultural. Os protagonistas não são classes sociais, mas sim grupos sociais. Os NMS se manifestariam no contexto da sociedade civil e não no contexto do Estado, mantendo uma distância "segura" em relação a este. Entretanto, esta concepção é criticada pela ala que afirma que os NMS são, na realidade, velhos, portadores de reivindicações que foram parte integrante dos antigos movimentos ou correspondem a ciclos da vida social e econômica, sendo sua novidade, portanto, apenas aparente. Para esta ala, o ponto de partida para a análise dos NMS devem ser os modos de mobilização dos recursos, e não a ideologia. O impacto buscado é, em última instância, político, e sua lógica prolonga a mesma cidadania que orientou os velhos movimentos sociais. Santos, por sua vez, adota uma posição híbrida afirmando que "é evidente a novidade existente nos NMS, tanto no campo da ideologia quanto no das formas organizativas, mesmo que esta não deva ser defendida em termos absolutos", pondo em dúvida qualquer teoria unitária que tente explicar os NMS em sua totalidade.

Para o autor, a América Latina tem uma característica particular pelo fato de não contar com movimentos sociais "puros" devido à multidimensão não só das relações sociais como também dos próprios sentidos da ação coletiva e nesta impureza se encontraria a verdadeira novidade de seus NMS, visto que em sua extensão aos NMS dos países centrais se definiria uma das condições de revitalização da energia emancipatória destes movimentos em geral. "A novidade dos NMS não está na rejeição à política; pelo contrário, está na ampliação da política

para além do contexto liberal da distinção entre Estado e sociedade civil", diz, para em seguida afirmar que, "ao regressar politicamente, o princípio da comunidade [rousseauniana] se traduz por estruturas organizacionais e estilos de ação política diferentes daqueles responsáveis por seu desaparecimento", optando por estruturas descentralizadas, não-hierárquicas e fluidas, com preferência pela ação não-institucional, dirigida à opinião pública, com enérgica utilização dos meios de comunicação, envolvendo quase sempre atividades de protesto e confiando na mobilização de recursos que elas proporcionam. Esta novidade seria o elo que liga os novos aos velhos movimentos sociais, aprofundando a luta pela cidadania. O autor, entretanto, conclui reconhecendo que, entre muitas opções, optou por uma análise otimista, visto que as limitações destes novos movimentos sociais são conhecidas por todos.

Nosso posicionamento em relação ao tema será explicitado posteriormente, ao retomarmos esta questão. Feita a breve exposição, importante para a posterior discussão sobre o papel específico do ambientalismo na totalidade dos movimentos sociais, voltaremos à análise deste tema em nível nacional.

Gohn (2003) realizou importante contribuição ao estudo dos MS no Brasil com a publicação de um mapeamento dos movimentos e das lutas sociais ocorridas no país durante os séculos XIX e XX. O mapeamento mostra que, enquanto as lutas sociais do final do século XVIII e início do século XIX têm como característica principal o desejo de libertação da metrópole por meio de lutas caóticas, sem projetos bem delineados, no século XX as lutas sociais se concentraram nos conflitos que ocorreram no meio urbano devido à industrialização e ao crescimento das cidades. Assim, surgem novas categorias de lutas, tais como as lutas da classe operária por melhores salários, as lutas das classes populares por educação e moradia, as lutas por mudança de regime político e as lutas e movimentos por questões ambientais, de raça, etnia e gênero, entre outros. Gohn sintetiza diversas fases da construção da cidadania no Brasil, mas neste estudo vamos nos ater ao período de surgimento e desenvolvimento do ambientalismo no país. Para tanto, devemos primeiramente fazer uma breve análise da história ambiental brasileira.

A história da exploração da natureza brasileira data do momento da chegada da primeira leva de humanos em seu território, há aproximadamente 13 mil anos. A interação homem-natureza neste período certamente trouxe impactos ambientais, mas seria impossível comparar o impacto de uma população de caçadores-coletores nômades a uma densidade de 0,4 pessoas por quilômetro quadrado com aquele provocado pela chegada dos europeus ao Brasil em 1500. Começando pela exploração do pau-brasil para abastecer o mercado de madeiras corantes, Dean (1995) calcula que, somente no primeiro século, o comércio desta árvore

afetou 6 mil Km² da Mata Atlântica. O autor, responsável pela principal publicação sobre a história da devastação da Mata Atlântica brasileira, estima em cerca de 1 milhão de quilômetros quadrados a área original deste bioma, estendendo-se entre 8° e 28° de latitude sul e seguindo da costa leste para o interior a cerca de cem quilômetros no norte e mais de quinhentos quilômetros no sul. Após mais de 500 anos de exploração dentro do sistema político-econômico introduzido pelos europeus, o bioma que resistiu a mais de 10 mil anos de interação com a população nativa se encontra atualmente reduzido a menos de 10% da área original (SOS MATA ATLÂNTICA, 2006), após passar por diversos ciclos de exploração de recursos naturais.

Extração de pau-brasil, introdução de espécies exóticas, cultivo intensivo de cana-de-açúcar, desmatamento de grandes áreas para formação de pastos e plantações de café, escavação de imensas minas para extração de ouro e diamantes e finalmente a chegada das indústrias, alargando a demanda por diversos produtos florestais e recursos minerais. Com toda a devastação ocorrida ao longo dos anos, e excetuando-se a existência de raras figuras conservacionistas isoladas diante da magnitude da exploração, o ambientalismo no Brasil só veio a se firmar como movimento em meados dos 70.

Viola (1992) delimita a fase fundacional do ambientalismo brasileiro no período de 1971 a 1986. No entanto, cita a criação da Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza (FBCN) em 1958 como fato importante, ainda que esta, à época, tenha tido atuação muito limitada devida à absoluta falta de preocupação da opinião pública brasileira com a problemática ambiental. Segundo o autor, mesmo a conferência da ONU em Estocolmo, em 1972, teve um impacto mínimo no Brasil se comparado aos países desenvolvidos e também alguns do Terceiro Mundo, como Índia e Venezuela. Neste período, a política econômica brasileira até mesmo incentivava a transferência de indústrias poluentes para o país em nome do "progresso", na contramão da crescente preocupação mundial com a degradação ambiental.

Os grupos ambientalistas surgidos na fase fundacional se baseavam em atividades de denúncia e conscientização pública. Neste passo foram criados pequenos grupos, especialmente nas regiões sul e sudeste, tendo como prioridades o movimento antinuclear e a luta contra o uso de agrotóxicos, assim como movimentos locais, como os que chamaram a atenção dos meios de comunicação para a degradação socioambiental ocorrida em Cubatão. Os grupos ambientalistas se proliferaram na primeira metade da década de 80 nas regiões sul e sudeste: se em 1980 havia aproximadamente 40 grupos ambientalistas no país, em 1985 este número saltou para cerca de 400 (VIOLA, *op. cit.*). Este grande aumento é explicado pelo

autor pela emergência de valores pós-materialistas em parte da classe média educada, de forma similar ao ocorrido anteriormente nos países desenvolvidos.

Em 1986, o movimento ambientalista passa a se organizar também politicamente, elegendo ecologistas como vereadores, deputados estaduais e federais, evidenciando que parcela significativa do eleitorado brasileiro estava aberta às idéias ambientalistas. Também em 86 é fundado o Partido Verde, que lança manifesto comprometendo-se a "lutar pela liberdade, paz e ecologia, pelos direitos civis, pela autonomia, autogestão e formas alternativas de vida". Define-se então como um "movimento de cidadãos e não de políticos profissionais ou homens de aparelho. Considera que o povo brasileiro está descontente com a chamada 'classe política' e almeja um tipo de representação e ação mais eficiente, desinteressada e moderna" (PV, 1986).

No entanto, ressalta-se que em sua fase fundacional o ambientalismo não conseguiu ganhar a atenção das classes populares por não conseguir inter-relacionar aos seus objetivos questões fundamentais nos países periféricos: a justiça ambiental e o desenvolvimento econômico. De fato, Viola destaca que durante esta fase, grande parte dos ambientalistas era avessa ou não dominava os conceitos da economia, se abstendo de opinar sobre temas de suma importância para o país àquela época, como o programa pró-álcool.

No período seguinte, de 1987 a 1991, permaneceu crescendo o número de entidades ambientalistas no Brasil, embora em ritmo menos intenso. A maior diferença verificada nesse período é o início da institucionalização dos grupos, com a emergência de organizações com perfil profissional. Segundo o autor, "as entidades profissionais têm nítida influência sobre as agências estatais do meio ambiente, o legislativo e o empresariado, e além disso constituem um agente social de introdução de um novo estilo administrativo no país". Diversas outras mudanças apontam para uma ampliação do alcance do movimento ambientalista, o que se reflete em uma crescente disseminação da preocupação pública com a degradação ambiental. Herculano afirma, em texto de 1992, que o movimento ambientalista no Brasil possuía neste período uma feição predominantemente social, que identificava e relacionava a deterioração ambiental a um modelo de desenvolvimento gerador de miséria para a população, embora estivesse ainda longe de ser um movimento de massas. Assim, na segunda metade da década de 80, considera-se que o ambientalismo no Brasil passa da bissetorialidade (agências estatais e grupos de base) para a multissetorialidade.

Viola e Leis (1995) criam o conceito de ambientalismo multissetorial para explicar a expansão da complexidade ocorrida no movimento ambientalista, que passaria a contar com 8 setores:

ambientalismo governamental;
ambientalismo *stricto sensu* (profissionais, semiprofissionais e amadores);
ambientalismo religioso;
ambientalismo científico;
socioambientalismo;
ambientalismo empresarial;
ambientalismo dos educadores, jornalistas e artistas (formadores de opinião);
ambientalismo dos políticos profissionais.

Para os autores, estes setores tendem a colaborar entre si em busca de um objetivo comum: a preservação do meio ambiente. O ambientalismo multissetorial deveria assumir uma postura globalista, destacando-se alguns pontos a ser seguidos: evitar comportamentos de confronto e posturas nacionalistas que dificultem a orientação globalista; abandonar ideologias populistas e democráticas radicais que bloqueiam o progresso do ambientalismo; evitar o excesso de verbalismo e ativismo que dificultam o desenvolvimento do verdadeiro espírito crítico; estimular maior participação do ambientalismo empresarial em fóruns multissetoriais; e buscar uma perspectiva realista-utópica em substituição ao utopismo característico do ambientalismo *stricto sensu*.

No entanto, o Viola & Leis desconsideram – ou minimizam – os diferentes objetivos e enfoques destes "ambientalismos", apostando na idéia de universalidade da questão ambiental, como se a relação entre os diferentes setores fosse livre de conflitos. Assim, deixam de avaliar criticamente os interesses e visões de mundo muitas vezes opostos que tais setores carregam. Não há como negar que o ambientalismo empresarial e o socioambientalismo, na maior parte das vezes, buscam formas de atuação e têm objetivos finais conflitantes. Se quase a totalidade das empresas praticam o ambientalismo de maneira instrumental e com o objetivo real de aumentar seus lucros por meio do "marketing verde", muitas entidades socioambientalistas lutam pela transformação radical do sistema político vigente.

É preciso assumir que a suposta neutralidade do ambientalismo é um mito. Se os fins almejados podem ser semelhantes na busca pela sustentabilidade ambiental, o fato é que os meios propostos para alcançar esses fins são tão variados quanto contraditórios. Várias são as correntes que acompanham a questão ambiental, cada qual apostando em pontos estratégicos que devem ser trabalhados. Herculano (1992) indica sete principais correntes que orientam as ações ambientalistas no mundo: 1. a vertente *arcadiana e antiprogressista*, com sua recusa às

características do mundo moderno, crítica ao Estado e ao industrialismo totalitários nas suas expressões capitalista e comunista; 2. a vertente *neo-malthusiana*, centrada na necessidade de limitar o crescimento populacional; 3. a vertente "*zerista*", que propõe o crescimento econômico nulo como forma de preservar o planeta; 4. as vertentes *marxistas*, divididas entre os que culpam o consumo excessivo como responsável pela degradação ambiental, sendo necessário por isso combater o capitalismo, e aqueles que acreditam que a crise atual é muito mais social e econômica que ecológica, propondo por isso uma aproximação entre verdes e trabalhistas; 5. a vertente dos *verdes* ou ecologistas sociais, cujas bandeiras são a descentralização, o não-consumo, o ativismo, o pacifismo, a autogestão, a distribuição do trabalho e das riquezas e a busca da ética; 6. a vertente *fundamentalista*, partidária da "ecologia profunda", que propõe uma visão ecocêntrica, não-humanista, acreditando que a espécie humana é apenas mais uma, portanto não tem mais direitos que qualquer outra; e finalmente 7. a vertente *ecotecnista*, que acredita que a superação da crise ambiental será alcançada por meio do desenvolvimento da ciência e suas novas técnicas. Além dessas correntes, muitas outras surgem a cada dia, e pode-se dizer que mesmo dentro de cada grupo existe uma grande diversidade de subgrupos, cada qual com sua "receita".

Acima dessas vertentes, no entanto, existem sistemas político-ideológicos que determinam a realidade concreta em que serão desenvolvidas todas as ações humanas, inclusive as da área ambiental. As correntes de pensamento citadas são partes de um planejamento maior que a sociedade irá pôr em prática, podendo ser hegemônicas – de acordo com as condições macropolíticas vigentes –, ou contra-hegemônicas, isto é, buscando subverter a ordem imposta. Desta forma, podemos classificar algumas das correntes de pensamento como alinhadas ao sistema político-ideológico hegemônico, que na atualidade corresponde à face neoliberal do capitalismo, e outras como revolucionárias, transformadoras da realidade social. É neste ponto que ocorrerão os embates simbólicos, pela busca da afirmação de visões de mundo correspondentes a determinadas classes sociais.

A sociedade capitalista é formada por indivíduos em situações sociais extremamente desiguais e que, por isso, desenvolvem concepções de mundo profundamente diferentes. Acanda (2006), ao analisar a sociedade, sentenciou: "A sociedade civil não é politicamente neutra, mas, ao contrário, é um campo de disputa entre várias propostas de sociedade, entre diferentes concepções de mundo, sendo expressão da sempre mutável correlação de forças entre as classes. Ou seja, é precisamente o terreno onde os grupos sociais lutam pela hegemonia, pela conquista do consenso para seus diferentes projetos societários". Segundo o mesmo autor:

Uma classe ou grupo pode exercer seu domínio sobre o conjunto social porque não apenas é capaz de impor esse domínio, mas também de fazer os demais grupos sociais aceitarem-no como legítimo. Seu poder se fundamenta na capacidade de dirigir toda a produção espiritual para a consecução de seus interesses. O conceito de hegemonia em Gramsci ressalta a capacidade da classe dominante de obter e manter seu controle sobre a sociedade pelo controle que mantém sobre os meios de produção econômicos e sobre os instrumentos de repressão, mas, principalmente, por sua capacidade de produzir e organizar o consenso e a direção política, intelectual e moral dessa sociedade. A hegemonia é, ao mesmo tempo, direção ideológico-política da sociedade civil e combinação de força e consenso para obter o controle social. (p.177-8)

Para Bobbio (1982, *apud* LOUREIRO *et al*, 2002), a sociedade civil é "o momento ativo e positivo do desenvolvimento histórico", o local de construção de hegemonia cultural e política de um bloco social, de interpretação e ação dos sujeitos coletivos sobre uma dada estrutura socioeconômica. Este autor, apesar de buscar inspiração nos escritos de Gramsci sobre sociedade civil e hegemonia, é considerado de cunho liberal, tendo por este motivo interpretado de forma inadequada – ou incompleta – tais conceitos. Alguns autores de formação crítica (SEMERARO, 1999; MONTAÑO, 2005), por sua vez, desenvolveram importantes obras no intuito de superar os equívocos cometidos na interpretação deste que é considerado um dos principais autores marxistas e também um importante interlocutor do pensamento social brasileiro, especialmente no período da ditadura. Neste período de luta pela democracia, diz Coutinho (1999), "sociedade civil tornou-se sinônimo de tudo aquilo que se contrapunha ao Estado ditatorial, o que era facilitado pelo fato de 'civil' significar também, no Brasil, o contrário de 'militar'". Isto teria provocado uma leitura problemática do par conceitual sociedade civil/Estado, que viria a assumir traços de dicotomia radical, enquanto que, pra Gramsci, este par forma uma "unidade na diversidade". Assim, sociedade civil passou a sinalizar tudo o que há de positivo, enquanto aquilo que dizia respeito ao Estado era tratado de forma negativa.

Para Coutinho, este equívoco contribuiu para "obscurecer o caráter contraditório das forças sociais que formavam a sociedade civil brasileira, as quais, apesar dessa contraditoriedade, convergiam objetivamente na comum oposição à ditadura". Para o autor, tudo se complicou quando, a partir do final dos anos 80, a ascendente ideologia neoliberal se apropriou daquela "dicotomia maniqueísta", demonizando tudo o que provinha do Estado (mesmo sendo este agora um Estado de direito) para "fazer uma apologia acrítica duma

'sociedade civil' despolitizada, ou seja, convertida num acrítico 'terceiro setor' falsamente situado para além do Estado e do mercado".

Semeraro também analisa a concepção de sociedade civil utilizada por alguns atores sociais:

Para alguns, de fato, [a sociedade civil] é entendida com esfera autônoma ao lado do Estado e do mercado; para outros é vista como um conjunto de entidades de caráter filantrópico, para onde podem ser transferidas responsabilidades governamentais. Há quem a considera o espaço de manifestações culturais e de relações intersubjetivas. Não faltam, também, os que a idealizam como utopia duma sociedade sem Estado. (1999: p.13)

Esse autor, no entanto, encara igualmente de forma crítica este tipo de visão, afirmando que, para Gramsci, a sociedade civil é uma arena privilegiada da luta de classes, e não um terreno neutro: "Gramsci viu na sociedade civil não apenas o espaço para enfrentar o totalitarismo e sair da massificação, mas principalmente o terreno decisivo para as classes trabalhadoras chegarem à hegemonia e instaurarem uma democracia substantiva em realidades complexas e mundializadas como a nossa" (SEMERARO, *op.cit.*: 251-2). A partir disso, Semeraro faz uma breve análise das concepções acríticas do conceito de sociedade civil utilizadas por estudiosos dos movimentos sociais, como Habermas, Cohen e Arauto. Estes últimos, inspirados em Habermas, definem a sociedade civil como local do "surgimento da pluralidade de movimentos auto-organizados que favorecem a participação e a formação de espaço público, premissas duma 'democracia radical autolimitada', na qual as ações das instituições sistêmicas (Estado e o mercado) seriam freadas e/ou influenciadas pela sociabilidade multidiferenciada das atividades associativas e interativas" (*id.*: 253). Voltaremos futuramente a esse debate, ao comentar a proliferação das ONGs e sua relação com os movimentos sociais.

A crítica a esta concepção da sociedade, feita por Semeraro e Coutinho, é levada à frente por Montaña (2005), que desenvolve uma obra na qual analisa o isolamento e a mistificação de uma sociedade civil "popular, homogênea e sem contradições de classe" que recebe o rótulo de "terceiro setor", em oposição ao Estado ("primeiro setor", supostamente burocrático e ineficiente) e ao mercado ("segundo setor", orientado pela busca do lucro). Neste trabalho, o autor discorre sobre a funcionalidade deste conceito para a reestruturação do capital pós-70, orientada segundo os princípios neoliberais – para a América Latina, a partir do chamado Consenso de Washington. Para Montaña, o debate do "terceiro setor" se trata de um conceito ideológico (no sentido marxista de "falsa consciência") utilizado para encobrir um fenômeno

real: a desarticulação da resposta estatal às seqüelas da questão social em um contexto de forte concentração de capital e ofensiva contra o trabalho, que facilita ainda a aceitação social da (contra)reforma neoliberal do Estado.

Montaño segue um caminho teórico-metodológico que concebe o real como uma totalidade concreta, entende a realidade social como um processo histórico desenvolvido fundamentalmente mediante a luta de classes – portanto com centralidade na categoria *trabalho* e nas contradições entre capital e trabalho – como um processo social que tanto tende a reproduzir sua dinâmica e estrutura quanto contém sua negação, a possibilidade de *transformação*. O autor desconstrói o conceito de terceiro setor, afirmando que este "*nem é terceiro, nem é setor* – numa segmentação do social entre Estado, mercado e sociedade civil – nem se refere às organizações desse setor – ONGs, instituições fundações e outros". De fato, a separação entre sociedade civil e Estado é equivocada do ponto de vista gramsciano pois, para autor italiano, o Estado é constituído por sociedade civil + sociedade política. Assim, Estado, mercado e sociedade civil não podem ser vistos como entidades autônomas: "para ele [Gramsci] a superestrutura (ou Estado *lato sensu*) é igual à sociedade política mais a sociedade civil, quer dizer, hegemonia reforçada pela coerção" (MONTAÑO, *op. cit.*). A primeira (Estado coerção) desenvolveria as funções de ditadura, coerção e dominação, enquanto a segunda (Estado ético), teria as funções de hegemonia, consenso e direção mediante aparelhos privados. Desta forma, o modelo teórico de Gramsci não seria tripartite, mas bipartite (Estado e estrutura econômica) não sendo portanto setorialista, pois apresenta uma visão de totalidade.

Montaño demonstra a carência de rigor teórico na aplicação do termo "terceiro setor" utilizando outros argumentos, como a falta de uma definição clara para este conceito, visto que não há consenso sequer sobre quais entidades comporiam o "setor". De fato, autores que exploram o tema referem-se a ele como 1. organizações não-lucrativas e não-governamentais (ONGs, movimentos sociais, associações comunitárias); 2. instituições de caridade, religiosas; 3. atividades filantrópicas (fundações empresariais); 4. ações solidárias; 6. ações voluntárias; e 7. atividades pontuais e informais. Ressalta-se, no entanto, que organizações e movimentos combativos, como o MST, não são considerados na maioria das análises. Assim, seriam consideradas do "terceiro setor" apenas organizações mais ou menos formais da sociedade civil, tendo como definição mais aproximada "ações desenvolvidas por organizações da sociedade civil, que assumem as funções de resposta às demandas sociais a partir de valores de solidariedade local, auto-ajuda e ajuda mútua" (*id.*: 184). Dentro do padrão neoliberal, cujo fundamento é a focalização e a desconcentração das respostas, a responsabilidade por trazer

soluções às suas demandas seria dos próprios portadores de necessidades, de seus pares e de suas localidades. Portanto, ao contrário do padrão do *Welfare State*, para Montaño o neoliberalismo responde com a desresponsabilização do Estado, a desoneração do capital e a autoresponsabilização do cidadão e da comunidade local. Assim, argumenta o autor:

A recorrente afirmação de que existiria hoje uma "nova questão social", seria justo pensar na necessidade de uma nova forma de intervenção nela, supostamente mais adequada às questões atuais. Na verdade, a 'questão social' – que expressa a contradição capital-trabalho, as lutas de classe, a desigual participação na distribuição da riqueza social – continua inalterada: o que se verifica é o surgimento e alteração, na contemporaneidade, das refrações e expressões daquela. O que há são novas manifestações da velha “questão social”. (*ibid.* :187).

Houtart (2006) elabora outra análise crítica sobre o papel dos movimentos sociais na contemporaneidade, realizando uma breve explanação sobre a história do capitalismo e a construção de sujeitos históricos, em um momento em que os protestos contra os centros de poder se intensificam. Para o autor, a classe trabalhadora se transformou em sujeito histórico quando se construiu no centro das lutas, passando do estado de uma classe em si a uma classe para si: "não era o único sujeito, mas sim o sujeito histórico, o instrumento privilegiado da luta de emancipação da humanidade em função do papel jogado pelo capitalismo", afirma, referindo-se ao momento em que o capitalismo concretizava as bases materiais de sua reprodução: a divisão do trabalho e a industrialização.

O capitalismo realiza um novo salto com o desenvolvimento da informática e dos meios de comunicação, exigindo uma acumulação acelerada de capital para responder às novas demandas. Assim, rompe com os pactos sociais entre capital, trabalho e Estado do keynesianismo, assumindo a dupla ofensiva neoliberal contra o trabalho (desregulação/flexibilização) e o Estado (privatizações) já citada por Montaño. A busca por novas fronteiras de acumulação na agricultura, nos serviços públicos e na biodiversidade, como fonte de energia e matéria-prima, resultou na submissão de todos os grupos sociais à lei do valor, e não apenas a classe proletária. A lógica capitalista passa a dominar a quase totalidade de relações sociais, levando à destruição das suas duas fontes de riqueza: a natureza e os seres humanos. Por esses motivos, o novo sujeito histórico se estende ao conjunto de grupos sociais submetidos, tanto os submetidos reais (chamados "antigos movimentos sociais") quanto o grupo dos formalmente submetidos ("novos movimentos sociais"). Assim, o novo sujeito social será popular e plural, constituído por uma multiplicidade de atores, democrático em sua construção e multipolar (intercontinental).

O autor define os movimentos sociais como frutos de contradições que têm-se globalizado, nascendo da percepção de objetivos como metas de ação, mas que, para existirem ao longo do tempo, requerem um processo de institucionalização. Desta forma, nasce a dialética permanente entre metas e organização. Para que os movimentos sociais estejam em posição de construir o novo sujeito social, Houtart aponta duas condições fundamentais: as capacidades de crítica interna, a fim de assegurar uma referência permanente aos objetivos, e de captar os desafios da globalização, ao mesmo tempo gerais e específicos de cada movimento.

Houtart enfatiza a importância do reconhecimento da ação política dos movimentos sociais em novas bases. Para o autor, "construir o novo sujeito histórico requer conceber e cimentar um vínculo com um campo político renovado". Tal renovação deve receber a contribuição dos movimentos sociais, dada a perda de credibilidade dos partidos políticos em nível mundial. Dessa forma, aponta como uma das condições consideradas básicas para a construção de um novo sujeito histórico a elaboração de uma consciência coletiva sustentada em uma análise apropriada da realidade e em uma ética, na qual seja possível entender os mecanismos e lógicas de funcionamento da sociedade, além de produzir um aparato técnico capaz de responder ao "grito dos de baixo"; além da mobilização de atores e da constituição de estratégias a longo, médio e curto prazos.

Sallum Jr (2005) examina a relação entre consciência de classe e ação coletiva na atualidade. Destacando também a superação do proletariado como sujeito histórico privilegiado com a emergência da chamada "nova classe média", fenômeno surgido na década de 70, momento em que se acentuava a redução do peso do operariado industrial entre os trabalhadores assalariados, crescia a participação de não-proprietários no comando de empresas capitalistas e aumentava o número de ocupações intermediárias entre trabalhadores manuais e empresários, o que parecia contrariar a previsão marxista de que a estrutura social tenderia a se simplificar com o desenvolvimento capitalista. Pelo contrário, a expansão das "camadas intermediárias" demonstrava uma grande complexificação na estrutura e nas relações sociais, sendo impossível ignorar o surgimento de diversos movimentos sociais não mais preocupados apenas com salários mais altos e melhores condições de trabalho, mas também engajados pela paz, por direitos civis para negros e mulheres, por um meio ambiente equilibrado etc. Qual seria a relação entre o surgimento destes "novos movimentos sociais" e a expansão da "nova classe média"? Como explicar, neste contexto, a relação entre classe e ação política?

Para cumprir essa missão, Sallum Jr. analisa e compara importantes teorias surgidas naquele momento. A primeira, de tradição marxista (Poulantzas, 1975), reconhece o surgimento no capitalismo de uma classe intermediária perene entre proletariado e burguesia: a "nova" pequena burguesia, representada pelos assalariados que realizam trabalho improdutivo, mental ou de supervisão. Esta nova classe, porém, manteria a mesma incapacidade de fazer história que a pequena burguesia tradicional, pois oscila entre a conservação e a revolução no capitalismo. Os autores marxistas da época, de fato, não deram atenção aos novos movimentos de protesto que surgiam, posto que a projeção política das classes intermediárias abalava fortemente uma das principais premissas marxistas: o status político do proletariado como portador privilegiado da revolução socialista.

Outra interpretação sobre os novos movimentos de protesto foi feita por Gouldner (1979), que os via como movimentos de intelectuais que buscavam ampliar o acesso a empregos e melhores condições de trabalho para a classe média, restringindo também o poder do Estado e das empresas capitalistas. A nova classe, assim como as demais, teria interesses materiais comuns - valorizar seu capital cultural – e uma ideologia própria, a Cultura do Discurso Crítico, cuja validade é obtida por meio da argumentação e do consenso voluntário entre os falantes, e não mais pelas autoridades. O autor rompe com o paradigma marxista ao apostar numa nova classe (a dos profissionais e intelectuais) como sujeito histórico muito mais provável que o proletariado.

A formulação teórica dos *Novos Movimentos Sociais*, já parcialmente analisada neste trabalho, também é citada. Apesar de reconhecer que os participantes destes movimentos pertenciam a segmentos da nova classe média, seus autores acentuaram que neles não havia qualquer especificidade de classe, suas reivindicações eram dispersas e universalistas ou específicas de distintos coletivos de classes. Haveria uma política de classe, mas não "em favor de uma classe". Seu significado global seria uma resposta defensiva à expansão do Estado e da economia capitalista, cujas formas técnico-rationais passaram a atingir todas as esferas da vida social e todos os membros sociais.

Finalmente, o autor analisa a *teoria da guinada cultural*, ainda mais distante do marxismo, cuja idéia central consiste na perspectiva de que o desenvolvimento do capitalismo teria produzido uma quantidade tão grande de riquezas que diminuiria a importância dos conflitos econômicos. Isto é, a diminuição da escassez faria com que valores pós-materialistas (busca de identidade, significado pessoal e qualidade de vida) viessem a moldar a sociedade de forma crescente, uma reorientação cultural especialmente visível nos países de capitalismo avançado. Os movimentos de protesto seriam, portanto, afirmações dos novos valores

resultantes da afluência produzida pelo capitalismo. Ao invés de amarrar, o capitalismo libertaria os trabalhadores para tirar proveito de valores pós-materialistas, absorvendo virtudes que Marx dizia serem próprias do reino da abundância: o comunismo.

Sallum Jr. pondera que, embora todas as teorias tenham em comum o fato de reconhecerem nos novos movimentos de protesto manifestações da nova classe média, nenhuma delas consegue vincular classe e ação coletiva com alguma consistência, pois subestimam a importância da cultura na articulação e conformação destes dois termos. A influência destes estudos foi sentida inclusive no campo sociológico, cujas investigações passaram a apresentar uma crescente dissociação entre classe e ações coletivas. Assim, o autor, tomando como referência central a noção de classe de Bourdieu, busca em seu trabalho superar essa dissociação ajustando a teoria de classes aos avanços obtidos nos estudos sobre movimentos sociais. Sobre Bourdieu, afirma:

As classes, para ele, são construções teóricas que procuram identificar relações entre agentes que ocupam posições relativas vizinhas em função, principalmente, do capital econômico e cultural que possuem. É o montante e a composição do capital de que dispõem os agentes, aquilo que os distancia no espaço social, ele mesmo diferenciado em diversos campos (do econômico ao cultural), que têm lógicas próprias de operação, mas mantêm uma hierarquia decorrente de o campo econômico impor sua estrutura aos demais. Bourdieu supõe que agentes que ocupam posições relativas vizinhas no espaço social, estando sujeitos a condicionamentos similares, têm boa probabilidade de terem interesses, atitudes e práticas semelhantes. (2005: 28)

O autor utiliza o conceito de *habitus* de Bourdieu, que consistiria em um "conjunto de disposições de conduta de cada classe em relação às outras, que resulta da incorporação por seus agentes das percepções que têm sobre sua posição relativa no conjunto das relações de classes". Tais disposições de conduta estariam aquém do nível da representação explícita e da expressão verbal. O *habitus*, para Bourdieu, é mais um *inconsciente de classe* do que uma consciência de classe, que "dá o sentido do lugar próprio de cada um", levando os agentes a aceitarem o mundo como natural. Além disso, o *habitus* não decorre apenas da posição que determinada classe ocupa num dado momento, mas também de sua trajetória no tempo. Não seria um elemento homogeneizador, pois permite uma variedade de condutas dentro de cada classe ou fragmento de classe devido às diferentes origens e trajetórias dos indivíduos que compõem a classe. Este conceito seria a ponte teórica entre as posições de classe e suas práticas efetivas:

A concepção de que as classes sociais são *categorias construídas* que fixam *probabilidades de ação*, que só se efetivam por meio do *habitus* de classe e do sistema de símbolos que conformam estilos de vida e práticas de classe, tem estimulado o surgimento de um conjunto de novas investigações e de reflexões teóricas que indicam uma possível retomada dos problemas concernentes à relação entre classe, ação coletiva e política. (p.30)

Para o autor, a concepção de *habitus* poderia superar a idéia de "classe em si" presente no marxismo, admitindo a relevância da perspectiva dos dominados e de sua tradição histórico-cultural internalizada de forma pré-reflexiva. Contudo, sugere que a proposição de Bourdieu é incompleta, podendo ser complementada pela assimilação do conceito de contradição de Marx (aplicado ao sistema de produção capitalista), considerado igualmente insuficiente por Sallum Jr. para concluir uma teoria da ação coletiva:

Em suma, não são apenas as posições e trajetórias das classes e dos atores (divergentes ou não) que explicam a possibilidade de variação das disposições de conduta inerentes a cada classe; a *própria experiência social* de cada classe - e especialmente a das dominadas - é, como disse antes, *ambígua e dinâmica*, na medida em que o *sistema* capitalista de classes é contraditório e cíclico. A ambigüidade introduzida na experiência das classes sociais pelas contradições do capitalismo amplia os limites dos esquemas pré-reflexivos de percepção e das disposições de conduta que caracterizam o *habitus* de cada classe social. Assim alterada, a teoria das classes torna-se mais sensível que o esquema teórico original de Bourdieu para explicar a emergência de movimentos de contestação à ordem estabelecida que, de quando em vez, irrompem no fluxo previsível da dinâmica social. (*id.*, p.40)

As contradições inerentes ao capitalismo, apesar de vivenciadas diariamente por todos os indivíduos, não são reconhecidas com facilidade no cotidiano justamente por terem sido "naturalizadas", ou seja, deixam de ser vistas como construções históricas, sendo portanto impassíveis de desconstrução, transformação, revolução. A complexificação das relações sociais e de produção, por sua vez, acaba por aumentar a alienação dos cidadãos, dado que dentro de um sistema com tantas etapas e engrenagens, torna-se cada vez mais difícil distinguir a origem de injustiças, opressões e desigualdades. Na realidade, torna-se difícil até mesmo definir o que é de fato justiça, liberdade e igualdade, assim como quem são as verdadeiras vítimas e os verdadeiros vilões. Neste jogo, geralmente ganha quem detém o poder econômico e, conseqüentemente, consegue fazer impor aos outros suas visões de mundo. No entanto, é fato que não só aqueles a quem faltam os "capitais" (econômico, cultural e simbólico) são "inconscientes de classe". Podemos afirmar que todo indivíduo inserido no sistema capitalista é alienado de sua condição de ferramenta direta ou indireta de

reprodução da ordem capitalista, não porque exista um "operador" consciente das máquinas do sistema capaz de promover este estado de alienação, mas porque a própria *lógica* capitalista, universalizada em todos os espaços de vida, trata de amarrar os indivíduos de forma que não se consiga nunca enxergar por completo a totalidade.

A totalidade pode ser entendida como a síntese de múltiplas determinações. Assim, o particular é visto como parte de uma totalidade, que em uma relação dialética determina condições para o particular. No caso dos movimentos sociais, considerando que estão inseridos em uma totalidade na qual o sistema capitalista em sua fase neoliberal determina as condições em que cada movimento operar, fragmentar em raça, gênero, etnia e ambiente, tratando cada segmento como "todos" dissociados da totalidade, é não enxergar que tudo está relacionado à divisão em classes. Portanto, classe, como conceito, não pode ser considerado algo que limita o debate, reduzindo-o, pois na verdade é aquilo que o "ilumina", apresentando aquilo que conduz os movimentos sociais.

Como dito, todos são alienados, o que não impede que se tome consciência da própria alienação. Neste ponto, os conflitos são de fundamental importância, pois trazem à tona as contradições e evidenciam a luta de classes, mostrando ao indivíduo onde ele efetivamente se "encaixa" na sociedade. Essa tomada de consciência somada à práxis educativa é o que leva a uma mobilização social capaz de transformar a realidade social.

Desta forma, acredita-se que o movimento ambientalista, entre todos os chamados "novos movimentos sociais", se encontra numa posição privilegiada por ser o mais universalista, pois o tema de que trata atinge a todos – não igualmente, como já dito, mas a falta de condições ambientais pode dificultar ou até mesmo inviabilizar a sobrevivência da espécie humana no planeta.

Ferreira (1999), afirma que o ambientalismo, ao emergir nos anos 70-80, foi caracterizado com um novo movimento social por muitos autores, entre os quais Habermas (1981), Touraine (1985) e Offe (1985). Isto se justificaria pelo fato de ser um movimento identificado com as classes médias intelectualizadas urbanas, de forma que se acreditava até então que seu objetivo central seria "muito mais a aceitação de suas idéias e da sua identidade enquanto grupo social diferenciado do que a transformação da sociedade como um todo". No entanto, a autora observa que o ambientalismo surpreendeu ao ultrapassar seus princípios originais de oposição a uma sociedade predatória e imediatista, passando então a esboçar o que poderia vir a ser um novo projeto societário. O próprio perfil de multissetorialidade traçado por Viola demonstraria sua tendência a movimento social histórico, portador de um projeto de mudança universalizante, capaz de articular setores sociais díspares.

Para Gonçalves (2002), o movimento ecológico, ao contrário dos movimentos operário, camponês, feminista, homossexual e negro, não tem um "corpo" enquanto condição social. Consta que não há para este movimento uma base objetiva, produzida e instituída socialmente através de lutas, o que se constitui em uma diferença significativa, posto que este movimento é mais difuso. No entanto, o que poderia ser prejudicial se torna benéfico:

Esse caráter difuso não desqualifica o movimento ecológico. Ao contrário, é a fonte da sua riqueza e dos seus problemas enquanto movimento político e cultural. Ao propugnar uma outra relação dos homens (sociedade) com a natureza, aqueles que constituem o movimento ecológico estão, na verdade, propondo um outro modo de vida, uma outra cultura. Chocam-se com valores já consagrados pela tradição e que, ao mesmo tempo, perpetuam os problemas que queremos ver superados. É por esse caráter difuso de um movimento que, no fundo, aponta para uma outra cultura, que os ecologistas se encontram envolvidos com questões tão diferentes como a luta contra o desarmamento, contra os agrotóxicos, os alimentos contaminados, o crescimento da população, a urbanização descontrolada, o gigantismo tecnológico e o nuclear, a poluição, a erosão dos solos, a extinção de animais etc. (*op.cit.*: 21)

Seria esse, portanto, o grande trunfo do ambientalismo como mobilizador de uma transformação radical que venha a modificar o modelo de produção vigente e propicie o surgimento de uma nova ética, ecológica e planetária. E é também nesse sentido que concluímos que os "novos" movimentos sociais, apesar de se apresentarem em formas diferentes de acordo com o momento histórico, na realidade são velhos em suas reivindicações, pois lutam contra um mesmo modelo de exploração e dominação que, estruturalmente, é arquitetado pela lógica capitalista de reprodução social e material.

Assim, assumimos neste trabalho um posicionamento alinhado à corrente que considera as reivindicações dos novos movimentos sociais como "prolongamentos" das reivindicações dos antigos, embora com mudanças importantes em suas práticas, em função da própria dinâmica material da existência histórica. Assim, cabe aos movimentos sociais saber incorporá-las e trabalhá-las sem que se perca o sentido de luta pela igualdade e pela transformação social, sob o risco de cair no jogo liberal da mercantilização das diferenças sem uma demanda efetiva por redistribuição. Este é um ponto importante para o repensar do próprio ambientalismo, no sentido de que este não permita que haja um isolamento de suas lutas para além do embate político, tratando a problemática ambiental como descolada dos demais aspectos que constituem a totalidade social e que estabelecem as nossas mediações na natureza.

Um pensamento de Marx, do ano de 1847, concluiria a discussão realizada: "Não digam que o movimento social exclui o movimento político. Não existe movimento político que não seja, ao mesmo tempo, social" (MARX, 2001).

2.5 ONGs e movimentos sociais: de aliados a concorrentes

Um fato que chama a atenção no Brasil especialmente a partir do final dos anos 70 e início dos 80 é a proliferação das ONGs, o que é ressaltado por Viola (1992) ao analisar o crescimento do movimento ambientalista. Neste período de transição da ditadura para o regime democrático no país, no entanto, não só o movimento ambientalista se desenvolveu. Este momento histórico marca também a entrada de outros atores em cena, destacando-se os movimentos sociais populares urbanos, assim como parcelas dos "novos movimentos sociais" em luta pelo reconhecimento de direitos sociais e culturais modernos. Tais movimentos convergiam na reivindicação por mais liberdade e justiça social. Para Gohn (2005),

O campo dos novos atores ampliou o leque dos sujeitos históricos em luta, pois não se tratava mais de lutas concentradas nos sindicatos ou nos partidos políticos. Houve, portanto, uma ampliação e uma pluralização dos grupos organizados, que redundaram na criação de movimentos, associações instituições e ONGs. (p.72)

Com o passar dos anos e a consolidação da democracia representativa no Brasil, houve até mesmo quem preconizasse que a fase das mobilizações nas ruas estava ultrapassada e que correspondiam a uma etapa já superada, dado que o regime militar havia chegado ao fim. Assim, a atuação política poderia se restringir ao plano institucional. Gohn lembra que, no início dos anos 90, vários analistas diagnosticaram a crise dos movimentos sociais populares urbanos, que iam perdendo visibilidade e reduzindo o poder de pressão conquistado nos anos 80 ao mesmo tempo em que ganhava força um outro movimento popular do campo: o MST.

As mudanças na conjuntura política levaram também à emergência, ou ao fortalecimento, de outros atores sociais relevantes na sociedade civil, tais como as ONGs e outras entidades do "terceiro setor" (fundações empresariais, entidades filantrópicas etc.). Assim, segundo a autora, "os movimentos populares passaram a ter outros aliados e/ou competidores na disputa entre os grupos organizados para demandar as necessidades sociais

ao poder público, ou organizar trabalhos coletivos para resolver estas demandas entre os próprios necessitados" (p.80).

Contudo, o que ocorria no interior dos movimentos apenas refletia o momento que o país atravessava com o desmonte das políticas sociais pelas políticas neoliberais, iniciadas no governo Collor e efetivamente implementada no governo FHC. Neste contexto, as ONGs, anteriormente tidas como entidades de apoio/assessoria às ações dos movimentos sociais de base, passaram a ganhar visibilidade e respeito. O fato de serem entidades formais, com modelos de gestão que teoricamente facilitariam a transparência nas negociações e formas de atuação baseada em programas e projetos, certamente tiveram relevância nesse processo.

Montaño (2005) analisa a emergência das ONGs (e de outras entidades do terceiro setor) de forma crítica, fazendo um resgate histórico para justificar sua argumentação. Para o autor, desde sua constituição, especialmente a partir dos anos 70, as ONGs assumiram um claro papel articulador do lado dos movimentos sociais e captador de recursos para eles. Estas ONGs tinham como missão tanto contribuir para a melhor organização interna como para a articulação entre os movimentos sociais, além de transferir para estes os recursos captados de organismos estrangeiros. A ONG era então um importante "ator coadjuvante", enquanto o ator principal era o movimento social. Nos anos 90, no entanto, houve uma mudança nesta relação e as ONGs passaram a ocupar o lugar dos movimentos sociais, deslocando-os de seu espaço de luta e da preferência na adesão popular. Para Petras (1999, *apud* MONTAÑO, *op.cit.*: 272) "há uma relação direta entre o crescimento dos movimentos sociais que desafiam o modelo neoliberal e o esforço para subvertê-los através da criação de formas alternativas de ação social, através das ONGs".

Muitas são as conseqüências deste fato para o enfraquecimento dos movimentos sociais de base. Primeiramente, a ONG, com maiores possibilidade de obtenção de recursos e apoio do que o movimento social, passa a conquistar maior credibilidade e adesão da população; sua lógica gerencial lhes dá um ar de maior eficiência que, num contexto altamente meritocrático, passa a constituir uma distinção central com os movimentos sociais. Em segundo lugar, a ONG passa a ter uma relação diferente com o Estado e com as empresas. De enfrentamento ao sistema, passam a se relacionar com o Estado como parceiros. Da luta passa-se à negociação, da relação conflituosa à clientelista. Em terceiro lugar, os movimentos sociais deixam de ter relação direta com o Estado, passando a uma relação indireta, agora intermediada pelas ONGs, o que aumentaria o isolamento político e econômico das organizações populares.

Assim, o movimento social, com menos adesão e sem recursos, tende a se reduzir em quantidade e impacto social, enquanto a ONG, parceira do Estado, assume a

representatividade das organizações sociais, carregando as demandas populares, mas não mais numa relação de luta, mas de "pedido", "negociação", em uma relação de dependência com os governos. Isso traz como resultado uma drástica mudança na forma e conteúdo das lutas sociais: uma relação mais dócil com o capital e com o Estado, despolitização e esvaziamento das organizações populares e das demandas sociais, agora intermediadas pelas ONGs (MONTAÑO, *op.cit.*).

É importante ressaltar ainda que a nova política de distribuição e gestão dos fundos públicos, focalizados não em área sociais mas em projetos pontuais, contribuiu para desorganizar as antigas formas dos movimentos fazerem suas reivindicações:

Muitos movimentos se transformaram em ONGs ou se incorporaram às ONGs que já os apoiavam. A atuação por projetos exige resultados e tem prazos. Criou-se uma nova gramática na qual a idéia de mobilizar deixou de ser para o desenvolvimento de uma consciência crítica ou para protestar nas ruas. Mobilizar passou a ser sinônimo de arregimentar e organizar a população para participar de programas e projetos sociais, a maioria dos quais já vinha totalmente pronta e atendia a pequenas parcelas da população. O militante foi se transformando no ativista organizador das clientelas usuárias dos serviços sociais. (GOHN, p.81-2)

Assim, as ONGs se especializaram em eixos, trabalhando em projetos específicos e atuando em redes temáticas, de abrangência local, regional, nacional e transnacional. Para Gohn, no entanto, os fatores que contribuíram para a fragmentação e o enfraquecimento políticos das ONGs não são causados diretamente por essa especialização, mas sim pelos seguintes motivos:

1. o crescimento e o fortalecimento do pólo associativo do "terceiro setor", pouco ou nada politizado, com compromissos genéricos sobre o combate à exclusão social, discurso diluidor dos conflitos sociais, preocupado apenas com a inclusão social em termos de integração social ao *status quo* vigente, sem questionamentos à base do modelo de desenvolvimento;
2. sua opção pelo trabalho institucionalizado que, apesar de necessário, prioriza a via das parcerias com as políticas públicas estatais (esvaziando assim o poder de controle social do Estado);
3. o trabalho com políticas públicas levou a trabalhos concentrados em projetos e programas focalizados, para clientelas específicas, desconsiderando-se os processos, conflitos e universalização das demandas (p.91).

As ONGs passaram por uma nova transformação na forma de atuar, com a busca da qualificação dos atores sociais por meio de cursos, seminários, capacitações e treinamentos, vendidos em "pacotes" de serviço. Contudo, essa venda de pacotes supõe um mercado de compradores, que não se situa entre os necessitados, mas está localizado nas entidades que atuam diretamente com os excluídos, na ponta da linha.

Gohn procura ainda diferenciar a natureza das ONGs das entidades do terceiro setor, destacando que vários autores não os distinguem, posto que as atividades desenvolvidas pelas ONGs muitas vezes se confundem com aquelas desenvolvidas por entidades do terceiro setor. De fato, dentro da denominação *ONG* cabem "entidades com histórias, tamanhos, missões, modelos organizacionais e mecanismos de sustentabilidade completamente diferentes", mas enfatiza que muitas, denominadas por ela como "ONGs cidadãs", têm projetos políticos bem definidos, enquanto as entidades do "terceiro setor" geralmente se denominam como apolíticas.

Faz-se também uma comparação entre ONGs e movimentos sociais a partir das suas diferenças no caráter educativo. Para a autora, os movimentos sociais são "escolas de cidadania e aprendizagem política", dentro dos quais se aprender a descobrir direitos, agregar interesses, reconhecer opositores, etc. As ONGs, por outro lado, têm objetivos bastante diferentes, estruturam-se como organizações, possuem quadros hierárquicos onde há assalariamento (embora haja também o trabalho voluntário), trabalham por projetos etc. Em suma, suas lógicas de articulação com a sociedade e com o poder público são bastante diferentes das dos movimentos sociais. Por trabalharem com projetos bem focalizados, as ONGs têm apenas uma pequena possibilidade de produzir conhecimentos universalizantes; em compensação, sua ênfase em processos comunicativos diretos permite a rápida troca de experiências e circulação de idéias. As ONGs incorporam rapidamente novos discursos estratégicos, o que lhe possibilita mudar rapidamente quando a conjuntura política se torna desfavorável. Segundo Gohn, "o perigo desta postura é o abandono de alguns princípios que deveriam ser os pilares norteadores das ações" (p.100).

Por fim, a autora discorre sobre a representatividade das ONGs, afirmando que, no meio acadêmico, existe uma grande contestação a esse respeito à medida que elas falam em nome de coletividades e ocupam espaços de representação em órgãos públicos. Essa cobrança envolveria não apenas uma discussão sobre sua legitimidade, mas também o cenário de não-transparência e não-publicização de seu cotidiano. As ONGs falam em nome da sociedade civil, mas não se conhece a relação existente entre cada ONG e sua "base", isto é, não se sabe se, de fato, estas entidades representam os setores da sociedade que dizem representar. Leher

(2002) é um dos autores que questionam a legitimidade das ONGs como representantes da sociedade, sobretudo no que diz respeito à política internacional:

O argumento de que a sociedade está representada nesses organismos [FMI, Banco Mundial, G-7 e OMC] por meio de Organizações Não-Governamentais não é válido. As ONGs não são entidades da democracia-representativa: o princípio eletivo não se aplica aqui, tampouco podem expressar a soberania política do povo, visto o seu caráter particular. As ONGs que têm assento nos organismos internacionais, na maioria dos casos, são pró-capital. (p.194)

Para Gohn (2005), a legitimidade é obtida por um movimento quando a sociedade reconhece a necessidade de sua atuação em determinadas áreas consideradas problemáticas. Para ser mantida, a legitimidade necessita de uma certa duração e isso só ocorre quando duas outras variáveis são consideradas: a representatividade e a própria eficácia da ação:

A representatividade diz respeito a duas questões: a primeira – a proporção entre o universo de pessoas que uma ONG atende ou contempla e o número de mandatários daquelas ações; a segunda – o número e a qualidade das pessoas que a própria ONG incorpora em seus quadros e equipes (...) Muitas ONGs têm sido questionadas por esse lado sob o seguinte argumento: como duas ou três pessoas podem falar em nome de maiorias abstratas? (...) Quanto à eficácia, o desafio é: como produzir ações eficazes e apresentar seus resultados de forma imediata em problemas profundos que demandam tempo para se alterarem? (p.104-5)

De fato, a grande maioria das ONGs e movimentos sociais justificam sua atuação ao falar em nome de princípios e valores considerados universais. Assim, dizem representar a vontade de grupos sociais específicos, nações inteiras ou até em nome de todos os habitantes do planeta. Mas ao lutar por "democracia", "liberdade" e "sustentabilidade", estas entidades não estão se referindo a conceitos plenamente bem definidos e que, por este motivo, tampouco podem ser consideradas representantes legítimas de reivindicações sociais mais amplas. Deve-se ter clareza de que a luta pelo direito ao voto, por exemplo, não significa em si uma luta pela "democracia", mas sim por uma das várias dimensões da democracia. Da mesma forma, a luta pela criação de unidades de conservação tanto pode ser uma luta por "sustentabilidade" e "democracia", quanto pode ser insustentável (social e culturalmente) e excludente para grupos sociais de menor visibilidade pública. Por este motivo, faz-se necessário examinar com cuidado o uso que se faz destes conceitos, buscando apontar a quem e a quem determinadas lutas que falam em nome da coletividade realmente beneficiam.

Como ressaltamos anteriormente, é falsa a idéia de que a sociedade civil é neutra e homogênea. Neste trabalho, a sociedade civil sempre será tratada não como "sujeito" ou "setor", mas sim como um espaço de embate, tenso, contraditório. Dentro desta concepção, a sociedade civil passa a ser vista como um espaço da totalidade social, portanto necessariamente articulada às outras esferas, particularidades do universal. Concordamos com Montañó quando afirma que, dentro desta perspectiva, as lutas sociais devem ser concebidas a partir das contradições entre classes e interesses sociais, com independência dos espaços onde elas se processam.

Não são lutas da sociedade civil contra o Estado, mas lutas dos trabalhadores contra o capital, desenvolvidas ora no Estado, ora na sociedade civil, ora no mercado, ora no espaço produtivo. Da mesma maneira, lutas "específicas" – contra a exclusão de gênero, idade, religião, etnia e raça, pela preservação do meio ambiente etc. – sendo elas derivações, desdobramentos ou articulações das contradições entre capital e trabalho, também, se não concebidas na sua imediatividade, mas mediatizadas nas determinações da totalidade social, articulam-se, ou tendem a articular-se, num confronto de interesses não definidos pelo "espaço" do qual partem (a sociedade civil ou o Estado, por exemplo), mas pelas contradições de uma vida emancipada e uma vida alienada. (p.276)

Diversos estudiosos consideram a vida cotidiana da sociedade civil como instância exclusiva da liberdade, da desalienação, da emancipação, do aprendizado participacionista, do desenvolvimento da democracia e da atividade livre e autônoma, sem os constrangimentos do sistema, do Estado e do mercado. Contudo, tão equivocado é identificar o cotidiano como mero espaço de dominação, de alienação, como também seria conceituá-lo diretamente como âmbito imaculado da emancipação e da desalienação.

Embora as lutas empreendidas no âmbito da sociedade civil sejam absolutamente necessárias, nas atuais condições elas são também insuficientes para enfrentar o processo neoliberal de reestruturação sistêmica ou, a longo prazo, encaminhar a humanidade para a emancipação da vida alienada. Isso porque a vida cotidiana, conforme análise lukacsiana, apresenta determinações fundamentais: *heterogeneidade* (fenômenos e processos de natureza diversa); *imediatividade* (sem mediações entre necessidade, pensamento e ação, às carências singulares; e *superficialidade extensiva* (respostas ao conjunto de situações singulares, mas sem considerar as relações que as vinculam).

É nesse ponto que se aponta a importância da mediação para superar a "imediatividade alienante do cotidiano". A mediação se refere aqui ao conjunto de particularidades que relaciona dialeticamente o universal e o singular:

O cotidiano constitui, assim, uma campo de mediações que, não obstante, não aparecem ao sujeito de forma direta, mas destes se ocultam. Portanto, é preciso ultrapassar o plano da imediatividade (da aparência) em busca da essência, o que exige construir intelectualmente mediações para reconstruir o próprio movimento do objeto. (PONTES, 2000, *apud* MONTAÑO, *op cit.*, p.269)

Toda esta discussão é concernente ao debate sobre o movimento ambientalista, posto que muitas ONGs, ao trabalharem por projetos específicos, sendo avaliadas segundo as regras mercantis de "produtividade", "eficiência" e "eficácia", acabam por buscar soluções imediatas para situações particulares sem problematizar as relações que estas guardam com o universal-sistêmico. É também neste sentido que reafirmamos a importância de articulação das lutas, de forma a alcançar a hegemonia das classes populares na sociedade civil e fortalecer a busca por uma democracia plena.

2.6 Reforma ou revolução? Sustentabilidade, liberdade e democracia

Após examinar as diferentes concepções das correntes hegemônicas (liberais) e contra-hegemônicas (marxistas-críticas) sobre a situação em que se encontram os movimentos sociais no atual contexto histórico, é possível perguntar: o que chamamos aqui de "sustentabilidade", "liberdade" e "democracia plena"? Este capítulo se faz necessário no presente trabalho para que haja clareza quanto aos objetivos dos movimentos sociais a que nos referimos. Sabe-se que muitos conceitos são absorvidos pelo sistema hegemônico de forma a esvaziar determinados debates e/ou reivindicações, o que se observa quando são oferecidas algumas "vitórias" aos coletivos pleiteantes que na realidade não passam de pequenas cessões do sistema para obter em troca uma satisfação social que garanta "paz e ordem", dissolvendo qualquer tentativa de transformação sistêmica radical. Essa absorção será evidenciada aqui a partir destes três conceitos fundamentais na análise do movimento ambientalista.

Pode-se afirmar que o conceito de sustentabilidade ainda faz parte das arenas de disputa por definição e legitimação na sociedade. No entanto, o que predomina atualmente é sua abordagem liberal, isto é, sua concepção dentro dos moldes do mercado e do livre comércio. Mesmo em determinadas ONGs e movimentos sociais, "sustentabilidade" foi transformado em um conceito que exprime não mais uma grande complexidade que envolve dimensões não apenas econômicas, mas também políticas, sociais, culturais, ideológicas, institucionais e espaciais. Dentro da abordagem liberal, por sua vez, a sustentabilidade parece se resumir à sustentabilidade econômica ou, se não se resumir, ser absolutamente predominante sobre suas

outras dimensões. O fato é que nada poderá ser considerado "sustentável" dentro do liberalismo se não garantir retorno econômico, e isso não se refere apenas a um retorno de capital ao caixa, mas sim à produção de lucros crescentes que estabeleçam a "sustentabilidade" da acumulação capitalista.

Isto se torna ainda mais flagrante com a constatação de que, no Brasil, o órgão governamental responsável pela produção, análise e documentação de informações sociais e ambientais (IBGE) desenvolveu um modelo de indicadores de sustentabilidade que considerava quatro dimensões – social, econômica, ambiental e institucional – as quais se subdividam em diversos temas e subtemas formando ao todo 59 indicadores (IBGE, 2000 *apud* LOUREIRO, 2003). Contudo, apesar deste ser o parâmetro oficial produzido para determinar o que é ou não "sustentável", percebe-se que este conceito permanece sendo utilizado com base em poucos indicadores, geralmente restritos à suas dimensões econômica e ambiental em detrimento das dimensões social e cultural.

É fato que, no Brasil, a prática de empresas e indústrias – tanto privadas quanto estatais – é ainda muito diferente de seus discursos de sustentabilidade. Ao mesmo tempo, países tidos como mais "corretos" do ponto de vista ambiental e social, como os escandinavos, desenvolveram modelos de sustentabilidade baseados em indicadores tanto objetivos quanto subjetivos de satisfação, felicidade e crescimento pessoal. Seria um excelente exemplo se não soubéssemos que esses mesmos países, que tanto investem em sustentabilidade dentro de seus territórios nacionais, exportam para os países pobres suas indústrias poluentes (tais como as indústrias de papel e celulose de capital finlandês e sueco atualmente fixadas no Brasil). Nesse caso, seria o caso de se pensar em um modelo de sustentabilidade que não se resumisse também à escala nacional, mas assumisse a escala planetária como forma de avaliação.

Fenômeno semelhante de "absorção" ocorre com o conceito de liberdade, que não se refere mais à liberdade coletiva outrora prometida pelos teóricos do sistema socialista (e não realizada na prática por diversos fatores). A liberdade a que se referiam estes teóricos não se resume à liberdade individual atualmente propagada como grande vitória da "democracia capitalista", mas sim à liberdade coletiva, a liberdade de classe que permitiria aos dominados (proletariado) serem novamente donos de seus corpos e espíritos, vendidos aos donos dos meios de produção (burgueses) sob a forma de mão-de-obra.

Impressiona notar que um dos maiores argumentos a favor do sistema (neo)liberal seja sua suposta capacidade de garantir liberdade de escolha aos indivíduos. No entanto, essa liberdade se restringe apenas a escolher a quem vender sua força de trabalho ou que marca de um produto consumir? Essa questão nos faz refletir profundamente se a liberdade individual de

escolha é a liberdade que se quer, enquanto a liberdade coletiva é determinada por uma elite alheia ao que anseia a maior parte da população. Bauman (2000) discorre sobre este tema ao perguntar *até que ponto é livre o homem livre?*, e diz: "o aumento da liberdade individual pode coincidir com o aumento da impotência coletiva na medida em que as pontes entre a vida pública e a privada são destruídas ou, para começar, nem foram construídas".

Outro autor de tradição crítica segue esta linha de interpretação quando fala sobre as contradições do sistema capitalista que criam *a liberdade que é e não é liberdade e a igualdade que é e não é igualdade* e abrem a possibilidade do conflito social fundado em classes:

Em suma, o desenvolvimento das relações mercantis - a expansão da troca e dos âmbitos de liberdade e de igualdade a ela inerentes - acaba por generalizar o mundo das mercadorias, gerando o capitalismo industrial, capitalismo que, por seu próprio funcionamento, conforma uma sociedade de classes em que se produz e reproduz constantemente, no plano societário, escravidão e desigualdade entre as classes. Assim, na sociedade dominada pelo capital, a liberdade e a igualdade passam a ter como alicerces escravidão e desigualdade. (SALLUM Jr, 2005: 36)

Por fim, trataremos de um dos conceitos mais amplos e mais debatidos na atualidade: a democracia. Tão debatido que, para a opinião geral, parece haver unanimidade sobre sua conquista plena dentro do capitalismo, tendo como exemplo maior a democracia norte-americana, considerada espelho para toda a humanidade a ponto de supostamente "justificar" a violenta tomada de poder em países sob regime ditatorial, obtendo apoio das massas ao redor do planeta. Contudo, será que essa discussão sobre a democracia tem sido bem conduzida?

No entanto, em ensaio brilhante, Coutinho (2002) desconstrói o conceito de democracia liberal, mostrando todos os equívocos subjacentes a este debate contemporâneo. Para este autor, deveríamos ter cautela quando usamos hoje a palavra "democracia". Resgatando a história, afirma que houve épocas em que o liberalismo se apresentava francamente contra a democracia. Apenas no século XX, sobretudo a partir dos anos 30, o liberalismo assumiu a defesa da democracia, mas a reduzindo, minimizando e empobrecendo suas determinações. Lembra ainda que mesmo a ditadura militar brasileira nunca se apresentou como antidemocrática, mesmo violando sistematicamente todos os direitos de participação e expressão da população.

Coutinho argumenta que os primeiros pensadores liberais do século XVII não discutem a questão democrática, inclusive porque essa questão não se colocava na época histórica em que viveram. Assim, se atinham à tarefa de pôr fim ao Estado absolutista e consolidar a nova

ordem burguesa. A guinada do liberalismo em direção à democracia só se deu a partir do surgimento do movimento socialista, obrigando o pensamento liberal a responder à ascensão da democracia moderna.

O autor diferencia a "liberdade dos antigos" (democrática) e a "liberdade dos modernos" (liberal), de acordo com a descrição do pensador liberal Benjamin Constant:

(...) a liberdade do mundo antigo é a liberdade de participar na formação do governo, com a criação de uma esfera pública da qual todos participam, onde todos discutem, debatem. Em suma, onde todos são ao mesmo tempo governantes e governados. Mas isso, afirma Constant, não é mais a liberdade dos modernos. A liberdade dos tempos modernos consiste em fruir na esfera privada aquilo que os indivíduos constroem para si mesmos, suas riquezas, sua família, etc. (p.13)

Desta forma, Constant denota de forma sutil que a democracia não seria mais válida na modernidade, o tempo da liberdade privada. Outros pensadores liberais são citados, tais como Tocqueville, Mosca e Kant, evidenciando suas opiniões sobre a democracia. O primeiro acreditava que a democracia, embora irreversível no mundo moderno, deveria ser controlada para não se tornar a "tirania da maioria" (dado que a maioria é popular); Mosca, por sua vez, não temia a tirania da maioria pois, para ele, as maiorias não existem como sujeitos políticos e a política seria sempre feita por elites (minorias); Kant, segundo Coutinho, afirmava que só deveria ter direito a voto quem tem "independência de juízo". Assim, mulheres e trabalhadores, por exemplo, estariam excluídos, pois dependiam ou de seus maridos ou de seus patrões. Sua opinião de restrição do sufrágio universal ia ao encontro da concepção de Constant, que dizia que só deviam votar os proprietários, pois sendo donos de uma parte da nação, seriam os únicos a se interessar efetivamente por ela.

Assim, Coutinho vai desfazendo a noção de que o sistema (neo)liberal sempre foi próximo aos ideais democráticos. Na verdade, pode-se afirmar que estes ideais foram sendo progressivamente impostos aos regimes liberais pela luta dos subalternos. Alguns direitos foram assimilados e incorporados – tais como o sufrágio universal, a livre organização sindical e partidária etc. No entanto, o autor faz questão de ressaltar que este processo de democratização não se realizou plenamente, mas se choca com a apropriação privada dos mecanismos de poder:

Temos aqui uma contradição: o fato de que haja um número cada vez maior de pessoas participante politicamente, participando organizadamente, constituindo-se como sujeitos coletivos, choca-se com a permanência de um Estado apropriado restritamente por um pequeno grupo de pessoas, por membros da classe economicamente dominante ou por uma restrita

burocracia a seu serviço. Então a democratização só se realiza plenamente na medida em que combina a socialização da participação política com a *socialização do poder*, o que significa que *a plena realização da democracia implica a superação da ordem social capitalista*, da apropriação privada não só dos meios de produção, mas também do poder do Estado, com a conseqüente construção de uma nova ordem social (...). (p.17)

No atual contexto liberal, a democracia teria se reduzido a regras formais que excluem a idéia de soberania popular: se há eleições regulares, mais de uma elite na disputa e um parlamento funcionando, há democracia. Não há qualquer sentido econômico ou social; para Coutinho, "não há democracia efetiva onde existe excessiva desigualdade material entre os cidadãos. E essa desigualdade material, econômica impede inclusive que haja uma democracia política efetiva" (p.20). Por isso, o atual regime é descrito como um regime de liberdades formais, com elementos de democracia. Assim, conclui sentenciando que, assim como não há socialismo sem democracia, não há democracia plenamente realizada sem socialismo.

CAPÍTULO III – METODOLOGIA

3.1 A fase exploratória

Na fase exploratória, a técnica utilizada para coletar informações sobre os movimentos sociais foi a da *entrevista qualitativa semi-estruturada em profundidade* aplicada em universo amostral definido após o levantamento e seleção de entidades significativas para o ambientalismo de Nova Iguaçu. Para desenvolver a relação de entidades ambientalistas atuantes no município, foram realizadas pesquisas na *internet* e feitos contatos com funcionários da Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMMAM), que cederam informações sobre as principais organizações não-governamentais (ONGs) de Nova Iguaçu. No entanto, a relação completa de entidades ambientalistas contempla, além destas ONGs, movimentos sociais, associações de bairro, empresas privadas, instituições religiosas e órgãos governamentais que tenham relação direta ou indireta com a questão ambiental do município (anexo 1). No caso das associações de moradores e de produtores rurais, foram selecionadas aquelas consideradas mais atuantes e/ou localizadas no entorno da maior unidade de conservação do município, a REBIO Tinguá.

Para selecionar os entrevistados (anexo 2), o critério utilizado foi o de longevidade e/ou atividade na militância ambiental. Pode-se definir o perfil do grupo estudado como composto por membros de entidades que se definem como ambientalistas (ONGs) ou desenvolvem trabalhos relacionados à área ambiental (movimentos sociais, poder público, empresas e instituições religiosas). Foram priorizados os presidentes ou líderes dessas entidades por se supor que representem a visão da organização.

O roteiro de entrevista foi elaborado de acordo com as propostas de Spradley (1979), que utiliza tipos variados de questões – mais e menos amplas, descritivas, exemplificativas etc. –, para chegar a informações que descrevam o mais fielmente possível a realidade. O roteiro é composto por perguntas-chave cujos temas abordaram história, composição, atividades desenvolvidas, a relação de cada entidade com poder público, empresas privadas e população local, formas de enfrentamento dos conflitos socioambientais existentes e perspectivas futuras, buscando investigar sua atuação no cenário local (anexo 3). De acordo com o andamento das entrevistas, no entanto, o roteiro foi adaptado para buscar maiores detalhes de especificidades e situações relevantes, como o relato de problemas e conflitos socioambientais ainda não descritos.

3.2 Seleção de entidades ambientalistas e entrevistados

As entidades aqui apresentadas não necessariamente seriam intituladas "ambientalistas". Algumas das organizações não-governamentais (ONGs) se auto-denominam desta forma e promovem atividades estritamente relacionadas à conservação da natureza, mas, para compor um cenário mais completo do movimento ambientalista de Nova Iguaçu, foram selecionados também movimentos sociais de base, empresas, entidades governamentais e religiosas que desenvolvem algum tipo de atividade relacionada à questão ambiental.

O levantamento inicial realizado indicou a existência de 50 entidades ambientais atuando no município, sendo 19 entidades não-governamentais, 14 associações de bairro ou de produtores rurais, 5 empresas que desenvolvem projetos ambientais e 12 órgãos governamentais. Devido ao limite de tempo de desenvolvimento da dissertação, esta listagem inicial teve de ser reduzida. Assim, da relação inicial, 17 entidades foram selecionadas de acordo com critérios determinados e tiveram seus representantes legais convidados para entrevistas. Posteriormente, sentiu-se a necessidade de incluir uma instituição religiosa na pesquisa, optando-se pela Igreja Católica devido às constantes citações da Comissão Pastoral da Terra entre os entrevistados. Assim, totalizaram-se 18 entidades selecionadas para esta pesquisa.

De todas as entrevistas, apenas uma (da empresa S.A. Paulista) não pode ser concretizada por questões alheias à nossa vontade, não havendo tempo hábil de substituí-la por outra empresa a ser entrevistada.

Entre as ONGs, os critérios utilizados na seleção para as entrevistadas foram os de longevidade e atividade atual dentro da temática ambiental. Procurou-se também selecionar algumas entidades que, apesar de terem forte atuação no cenário local, não iniciaram suas atividades em Nova Iguaçu, sendo originárias da cidade do Rio de Janeiro. Isto se justifica pelo fato de ser importante somar um olhar “de fora” para comparar com os olhares “de dentro”, isto é, das entidades “nativas”. Assim, entre as entidades nativas foram selecionadas as ONGs Onda Verde, GDN, GEHNat, DAMGEMT e UBEM; entre as não-nativas, foram selecionadas o CAMPO e a FASE.

Entre os movimentos sociais, foram incluídas na relação final algumas associações de bairro de áreas rurais, selecionadas pela proximidade com a Reserva Biológica do Tinguá (Associação de Produtores Rurais de Tinguá), pois sua atividade poderia ser considerada conflituosa, dadas as restrições impostas pela unidade de conservação de proteção integral; ou pelo histórico de militância na luta por reforma agrária (Associação Camponesa de Marapicu, Associação de Lavradores da Fazenda São Bernardino e Acampamento Terra Prometida),

desenvolvendo atividades que direta ou indiretamente se relacionam à temática ambiental, seja em ações em prol de abastecimento de água, coleta de esgoto e limpeza dos rios, seja por meio da produção rural, trabalho que envolve contato e dependência direta dos recursos naturais. Representando a luta por políticas ambientais para a parte urbana do município, foi selecionada a Federação das Associações de Bairro de Nova Iguaçu (MAB), movimento de grande importância histórica e que recentemente redefiniu uma de suas diretorias inserindo a temática ambiental ao lado das políticas urbanas.

Foram incluídas também nesta relação duas empresas privadas que desenvolvem e apóiam projetos ambientais no município e estão envolvidas em dois dos maiores conflitos ambientais existentes no município: a S.A. Paulista, responsável pelo Centro de Tratamento de Resíduos de Adrianópolis, e a Pedreira Vigné.

Ainda, foram incluídos três órgãos ambientais governamentais: a Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Nova Iguaçu (SEMMAM), responsável pela gestão de políticas ambientais do município; o IBAMA, órgão executivo federal responsável pela gestão da Reserva Biológica do Tinguá; e a Câmara Municipal, órgão legislativo, sendo selecionado para a entrevista um vereador ligado à questão ambiental do município. Por fim, incluiu-se a Igreja Católica, pela história de militância junto aos produtores rurais.

Todas as entrevistas foram gravadas após os termos de consentimento serem lidos e assinados pelos entrevistados, sendo garantido o sigilo sobre nomes e declarações.

Tabela 1. Critérios de escolha das entidades entrevistadas

Entidade	Classificação	Critérios de escolha
1. Onda Verde	ONG	- Histórico na questão ambiental regional - Relevância no contexto local - Número de projetos desenvolvidos
2. GDN	ONG	- Histórico na questão ambiental regional - Relevância no contexto local
3. GEHNat	ONG	- Atuação ascendente na questão ambiental local - Localização em área nobre urbana
4. DAMGEMT	ONG	- Atuação ascendente na questão ambiental regional
5. UBEM	ONG	- Especificidade da forma de atuação - Participação em muitos eventos locais

6. CAMPO	ONG	- Relevância no contexto local - Origem externa ao município (olhar de fora)
7. FASE	ONG	- Relevância no contexto local - Origem externa ao município (olhar de fora)
8. A.C. Marapicu	Movimento Social	- Histórico de militância na luta pela terra - Participação marcante em espaços públicos - Localização em área rural afastada dos centros
9. A.P.R. Tinguá	Movimento Social	- Especificidade da forma de atuação - Atuação ascendente na questão ambiental local - Localização no entorno da REBIO Tinguá
10. A. L. Faz. São Bernardino	Movimento Social	- Histórico de militância na luta pela terra - Localização em área urbana (“zona de sacrifício”)
11. MAB	Movimento Social	- Histórico de militância em lutas sociais diversas - Relevância no contexto regional
12. MST	Movimento Social	- Histórico de militância na luta pela terra - Relevância no contexto nacional
13. Pedreira Vigné	Empresa	- Investimento em projetos ambientais - Envolvimento em conflitos socioambientais locais
14. S.A. Paulista	Empresa	- Investimento em projetos ambientais - Envolvimento em conflitos socioambientais locais
15. IBAMA	Poder Público	- Responsável pela gestão da REBIO Tinguá - Envolvimento em conflitos socioambientais locais
16. SEMMAM	Poder Público	- Responsável pela gestão de políticas ambientais - Envolvimento em conflitos socioambientais locais
17. Câmara Municipal	Poder Público	- Responsável pela legislação ambiental da cidade - Envolvimento em conflitos socioambientais locais
18. Igreja Católica	Religioso	- Histórico na luta pela terra - Relevância no contexto nacional

3.3 A análise dos dados

O método utilizado na análise dos dados qualitativos levantados nas entrevistas foi a Análise de Conteúdo. Esta é definida por Bardin como um “conjunto de técnicas de análise das comunicações, visando, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do

conteúdo das mensagens, obter indicadores quantitativos ou não, que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção das mensagens” (Bardin, 1977 *apud* Triviños, 2007). Bardin aponta três etapas básicas no trabalho com a análise de conteúdo, as quais foram realizadas neste estudo:

1. a pré-análise, que consiste basicamente na organização do material. Nesta etapa, a partir da delimitação dos problemas de pesquisa, foi feita a seleção de bibliografia relevante e a definição dos entrevistados, que gerariam informações pertinentes para o trabalho;

2. a descrição analítica, fase em que são definidas as categorias de análise do estudo. Assim, após ter acesso às informações dadas pelos entrevistados, as entidades foram classificadas de acordo com tipologias específicas e os dados foram sistematizados de forma a buscar respostas para as perguntas iniciais da pesquisa. A análise descritiva buscou ainda não apenas indicar, mas também confrontar as opiniões dos entrevistados, buscando coincidências e divergências de idéias; e

3. a interpretação inferencial, quando, apoiada nas informações obtidas e nas reflexões desenvolvidas, a análise é aprofundada, buscando relacioná-las com realidades mais amplas a fim de indicar caminhos e formular propostas, sempre que possível. Vale ressaltar que a análise não se limitou ao conteúdo explicitado em documentos e declarações, mas buscou sempre desvendar o *conteúdo latente* que eles possuem.

CAPÍTULO IV – RESULTADOS E DISCUSSÃO

Neste capítulo, serão apresentados e discutidos os resultados do estudo sobre a atuação dos movimentos sociais em Nova Iguaçu. Esses dados foram levantados a partir de pesquisa bibliográfica e complementados com informações coletadas em etapa posterior, que envolveu pesquisa de campo e entrevistas com atores locais que compõem o movimento ambientalista.

4.1 O cenário da questão ambiental em Nova Iguaçu

O município de Nova Iguaçu se situa na Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro, a cerca de 32 km ao norte da cidade do Rio de Janeiro (anexo 4). Nova Iguaçu é o maior e mais antigo município da Baixada Fluminense³, tendo sua história socioeconômica fortemente associada a cinco diferentes ciclos de exploração de recursos naturais que levaram a uma intensa devastação de sua vegetação nativa (SEMUAM, 2001). O município possuía seu território original quase inteiramente coberto por Mata Atlântica, entretanto atualmente apenas cerca de 40% de sua área total é coberta por formações vegetais significativas (vegetações primárias, secundárias e pioneiras), sendo 32,9% correspondentes a Floresta Ombrófila Densa (PCNI, 2004). Estes números apontam o município como o 10º do Estado em porcentagem de cobertura de Mata Atlântica preservada, uma importante posição considerando-se ser este um dos biomas mais ricos e ameaçados do planeta, reduzido ao longo dos anos a menos de 10% de sua área original e objeto de inúmeros programas de conservação a que se destinam altas cifras anualmente, sobretudo por meio de organizações não-governamentais financiadas por verba pública e privada, nacional e estrangeira. Cerca de 67% do território municipal se encontra protegido por unidades de conservação, sendo uma Reserva Biológica, um Parque Municipal e nove Áreas de Proteção Ambiental (anexo 5).

O município de Nova Iguaçu foi criado em 1833 com uma área original de 1.321 km². Nas últimas décadas seu território foi sucessivamente desmembrado para formação de novos municípios, casos de Duque de Caxias (que englobava também o atual município de São João de Meriti) em 1943, Nilópolis em 1947, Japeri, Belford Roxo e Queimados nas décadas de 80 e 90, e Mesquita em 2000 (TCE, 2005). Atualmente, Nova Iguaçu ocupa uma área de 520,5 km² e conta com uma população residente estimada em 830 mil habitantes (FUNDAÇÃO

³ A Baixada Fluminense é atualmente formada pelos municípios de Nova Iguaçu, Duque de Caxias, São João de Meriti, Nilópolis, Belford Roxo, Mesquita, Queimados, Japeri, Paracambi, Magé, Guapimirim, Seropédica e Itaguaí, embora existam divergências entre autores sobre a inclusão de alguns destes municípios, havendo unanimidade apenas em relação aos sete primeiros.

CIDE, 2005a), desempenhando, devido à sua localização, o papel de centro de negócios e comércio para os municípios vizinhos. O município é ainda o 4º mais populoso e apresenta o 7º maior PIB do estado do Rio de Janeiro. No ranking de Índice de Qualidade Municipal (IQM), que utiliza critérios considerados básicos para o desenvolvimento econômico municipal, Nova Iguaçu ocupava a 16ª posição em 2005, com avanço significativo em relação ao ano de 1998 devido, sobretudo, à maior qualificação de sua mão-de-obra, maiores índices de "dinamismo" e "cidadania" (FUNDAÇÃO CIDE, 2005b). No ranking de IDH do estado, entretanto, ocupava apenas a 45ª posição em 2000 (FUNDAÇÃO CIDE, 2001).

Desde seu nascimento, Nova Iguaçu sempre recebeu influência direta da cidade do Rio de Janeiro e de outros municípios da região metropolitana, tendo sua organização espacial intimamente atrelada à expansão da cidade do Rio de Janeiro até sua configuração como núcleo metropolitano (OLIVEIRA, 2004). O município fazia parte da capitania de São Vicente, posteriormente chamada capitania do Rio de Janeiro, tendo sua colonização iniciada a partir da doação de sesmarias a donatários. Durante muito tempo as lavouras de cana-de-açúcar, arroz, milho, mandioca e feijão proporcionaram aos proprietários locais a acumulação de fortunas, graças à força de trabalho escrava. Em 1833, a povoação de Iguaçu foi elevada à categoria de vila, alcançando emancipação dada pelo Decreto Geral de 15 de janeiro de 1833 (TCE, 2005).

Situado à margem direita do Rio Iguassu, o município esteve inicialmente relacionado à capital pelo transporte de cana-de-açúcar deste rio ao porto do Rio de Janeiro, no início do século XVII. O escoamento do ouro explorado em Minas Gerais também contribuiu para a ocupação da região entre os séculos XVII e XVIII, quando o rio Paraíba do Sul foi conectado ao Porto do Pilar. Posteriormente iniciou-se o ciclo do café, período no qual a vila alcançou grande prosperidade. A economia cafeeira, de fato, é destacada como de grande importância para o desenvolvimento do município:

Os caminhos – na verdade, picadões em meio à Mata Atlântica – forçaram a abertura da Estrada do Comércio [...]. É que o café – já produzido no Vale do Paraíba Fluminense – impunha melhor escoadouro. A Estrada do Comércio foi a primeira estrada brasileira para o escoamento do café. Foi tal produto que, transportado até o Porto dos Saveiros em Iguaçu – criando excelentes condições para um entreposto comercial – forçou a criação do Município de Iguaçu. (BARROS, 1993: 3, *apud* OLIVEIRA, 2004)

Essa nova cultura se tornou, nas primeiras décadas do império, a base da economia exportadora do Rio de Janeiro. Para a Mata Atlântica, entretanto, a introdução dessa planta exótica significou uma ameaça mais intensa que qualquer outro evento dos trezentos anos

anteriores (DEAN, 1995). Com base em documentos históricos, o autor relata que a destruição da floresta pelo fogo era lamentada por algumas pessoas que assistiam ao fato, sendo este sentimento, no entanto, seguido por outros menos nobres, como mostra a seguinte passagem:

Ao contemplar, porém, o trabalho consciioso realizado nas proximidades de Cantagalo, sentimo-nos reconciliados com as devastações anteriormente notadas, mormente ao pensar nos benefícios que tal obra há de proporcionar, não só aos seus executantes, como a todos os que mais tarde vieram continuá-la, possuídos do mesmo amor à terra. (BURMEISTER, 1853 *apud* DEAN, *op.cit*)

A vila de Iguassu se manteve próspera até meados do século XIX, quando começou seu período de decadência graças, em parte, à mudança do sistema de transporte e das vias de circulação. Segundo OLIVEIRA (2004), "a construção das estradas de ferro forçaram o deslocamento das atividades econômicas, gerando um esvaziamento que, aos poucos, levaria à perda do status de opulência que Iguassu desfrutava em outrora". A inauguração da primeira via férrea do Brasil em 1854, interligando as margens da Baía de Guanabara à Serra de Petrópolis, provocou o surgimento de povoações, vilas e cidades às suas margens, enquanto localidades antigas desapareciam rapidamente. A devastação das matas, por sua vez, trouxe como consequência a diminuição do volume de água do rio Iguassu, fazendo com que a vila começasse a perder a importância enquanto este rio deixava de ser utilizado como rota comercial. A obstrução do rio pelo assoreamento de suas margens provocava seu extravasamento e a formação de pântanos que, atraindo insetos, tornaram a região quase inabitável. Assim, as terras foram parcialmente abandonadas, cobrindo-se de vegetação própria de pantanais. As inundações ocorridas em épocas chuvosas ao mesmo tempo contribuíam para o alastramento de epidemias, como a de cólera-morbo em 1855.

Em 1858, para facilitar o escoamento de café, é inaugurada a estrada de ferro D. Pedro II, ligando o Rio de Janeiro às províncias de Minas Gerais e São Paulo. O cenário de epidemias e o declínio econômico, no entanto, condicionaram a decadência e o fim da vila de Iguassu. Assim, em 1891, a sede do município é transferida para a localidade de Maxambomba, às margens da via férrea. Ao adquirir os foros de cidade, em 1916, seu nome é mudado para Nova Iguaçu em homenagem à antiga vila.

A laranja aparece nas pautas das exportações desde o ano de 1891, mas o período áureo da citricultura em Nova Iguaçu foi o da década dos anos trinta (1930-1939). Nos terrenos enxutos onde, anteriormente, a cana-de-açúcar pontificou, a laranja foi plantada. Nos terrenos

de água parada, foram as olarias que entraram em atividade, em razão do barro de boa qualidade. De 1930 a 1940, Nova Iguaçu foi chamada de Cidade Perfume, pois as laranjeiras em floração perfumavam todo o roteiro das ferrovias. Com a Grande Guerra, as exportações foram interrompidas e os laranjais cederam lugar às atividades industriais (TCE, 2005). Sobre este período, Pacheco afirma:

Alguns citricultores, não mais acreditando na laranja como força econômica, trataram de preservar o capital investido na citricultura, transformando os laranjais em carvão para gasogênio e depois em loteamento. Chácaras inteiras foram, então, parceladas em pequenos lotes com fins residenciais para a venda direta ou para a construção e venda ou aluguel de casas, sendo este o primeiro passo em direção a febre de loteamentos que tomou lugar no pós-guerra como solução para a crise financeira. (1984: 31 *apud* OLIVEIRA, 2004)

Ao fim da Segunda Guerra Mundial, a cidade de Nova Iguaçu havia adquirido uma nova feição urbana devido aos primeiros loteamentos construídos, os quais se multiplicavam com o tempo transformando antigas áreas rurais em lotes urbanos. Arruinado com a decadência da laranja, o município permite então que o crescimento urbano carioca, que seguia o caminho das vias de transporte, passasse a oferecer condições para abrigar populações e indústrias que se desenvolveram a partir da Segunda Guerra. Os loteamentos, por sua vez, tornaram-se uma alternativa de baixo custo para a população urbana, apesar da localização distante do núcleo metropolitano. Assim, Nova Iguaçu passa a "cidade-dormitório" para os trabalhadores da cidade do Rio de Janeiro, observando com isso um considerável crescimento populacional a partir da década de 40.

Finalmente, após passar pelos ciclos da cana, do café, da laranja e do feijão (este com menor impacto socioeconômico, por isso pouco estudado por historiadores), atualmente o município se encontra em um período de reorganização socioespacial que, segundo Salgueiro (1998), torna a cidade cada vez mais fragmentada, com o aumento da diversidade de usos do espaço em resposta ao aumento da complexidade da estrutura econômica e social:

As novas funções adquiridas pelo espaço residencial na sociedade de consumo tendem a promover processos mais complexos de exclusão e segregação espacial, articulando território e organização socioeconômica em ações simultâneas de valorização e desvalorização do espaço, segundo os interesses do capital imobiliário e do papel do Estado.

Do ponto de vista ambiental, pode-se afirmar que o município passa por um ciclo de extração mineral, dada a ocorrência de um grande número de pedreiras e areais legalizados e clandestinos presentes nos bairros periféricos.

Apesar da importância histórica e socioeconômica do município no estado do Rio de Janeiro, não há ainda grande atenção por parte de investidores e tampouco tradição ambientalista, tendo sua economia baseada sobretudo no comércio. Nova Iguaçu apresenta grandes desigualdades quanto à ocupação de seu território, assim como na concentração de serviços, equipamentos urbanos, níveis de renda e escolaridade da população. Tais desigualdades têm raízes históricas e contribuem fortemente para os elevados índices de criminalidade e baixa qualidade de vida da região.

A partir de 1988, com a criação da APA do Gericinó-Mendanha (10.500 ha), e 1989, com a criação da Reserva Biológica do Tinguá (26.000 ha), Nova Iguaçu passa a atrair a atenção de parte da sociedade para seu patrimônio natural, mas se mostra ainda despreparada para controlar as invasões urbanas, a caça e a extração ilegal de produtos destas áreas protegidas. O turismo ecológico é incipiente apesar da grande diversidade biológica encontrada na região, assim como da presença de um discutido vulcão (Motoki *et al*, 2007) localizado no maciço do Gericinó. Suas unidades de conservação abrigam inúmeras nascentes de rios e córregos que abastecem as bacias dos rios Iguaçu e Sarapuí (que regionalmente integram a Bacia da Baía de Guanabara) e do rio Guandu (integrante da Bacia da Baía de Sepetiba), sendo este último responsável pelo abastecimento de água de boa parte da região metropolitana do estado do Rio de Janeiro. Estes rios recebem uma intensa carga de efluentes domésticos e industriais ao cruzar áreas densamente povoadas do município, o que os torna “vilões” da saúde pública devido aos seus altos níveis de contaminação. A alta taxa de crescimento da população residente observada no período de 1940 a 2000, associada à dinâmica de aglomeração resultante da concentração de empregos no setor de serviços, e a falta de políticas coerentes de habitação, saneamento e educação contribuíram fundamentalmente para o atual estado de degradação em que se encontra a maior parte do município, tanto no aspecto ambiental como no aspecto socioeconômico.

Em resposta a isso, vem aumentando nos últimos anos a força de movimentos sociais que lutam por melhorias na região. A sociedade civil acompanha uma mudança na cultura local a partir da organização em associações de moradores, cooperativas e ONGs. Nova Iguaçu busca se adaptar às novas exigências de um mundo que tenta despertar para a sustentabilidade e, conseqüentemente, promove políticas até então desconhecidas: em 1998, é criado o Parque Municipal de Nova Iguaçu (1.100 ha), dentro da área iguaçuana da APA do Gericinó-Mendanha, e em 2004 são criadas sete novas APAs⁴, totalizando cerca de 14.500 ha, com os

⁴ São elas as APAs: Retiro, Rio D'Ouro, Guandu-Açu, Jaceruba, Tinguá, Tinguazinho e Morro Agudo. Em 2007, foi criada ainda a APA Estadual do Rio Guandu que, com 71.200 ha, abrange uma parte do município.

objetivos de diminuir a degradação ambiental, frear o crescimento urbano no entorno das unidades de conservação e proteger os recursos hídricos da região, entre outros. Em 2003, é instalado também o Centro de Tratamento de Resíduos (CTR) de Adrianópolis, aterro sanitário apto a fazer a recepção, tratamento e destinação final de resíduos sólidos urbanos e industriais, de serviços de saúde e de entulho, além de gerar energia pela captura de biogás. São criados pela Prefeitura Municipal projetos de coleta seletiva de lixo, educação ambiental nas escolas e programas de capacitação de professores que incluem temas como Agenda 21, legislação e diagnóstico ambiental participativo.

Mas todas estas iniciativas são ainda muito recentes: a maior parte da população não tem acesso às informações sobre políticas ambientais e, sobretudo, não vislumbra a sua participação nos potenciais benefícios trazidos pelas mudanças. Politicamente, a questão ambiental até o ano de 2007 encontrava-se fragmentada em diferentes secretarias, não sendo considerada um tema prioritário e, nas ONGs, militantes ambientalistas sofrem atentados e ameaças por parte de caçadores, palmiteiros e fazendeiros, que aproveitam a falta de fiscalização para extrair produtos e aumentar seus terrenos invadindo áreas protegidas. Desta forma, se por um lado é notável que Nova Iguaçu esteja começando a criar estratégias de sustentabilidade socioambiental em larga escala, por outro lado fica clara a fragilidade de qualquer iniciativa caso não sejam criadas alternativas econômicas inseridas neste novo contexto, com um profundo investimento em saneamento e, sobretudo, caso não haja uma ação educativa de caráter transformador que seja capaz de reformular valores e comportamentos, estimule a reflexão crítica a respeito do sentido da vida e da relação homem-natureza e prepare seus sujeitos para se organizarem e intervirem em processos decisórios nos diferentes espaços de participação existentes, possibilitando uma ação política consciente (LOUREIRO, 2004).

4.1.1 Aspectos sociais, econômicos e políticos

Nova Iguaçu conta com Plano Diretor e legislação de uso, ocupação e parcelamento do solo, o que diferencia o município com relação a boa parte dos demais municípios da Baixada Fluminense. O município conta também com legislação que estabelece e delimita áreas especiais de interesse social (FASE, 2006).

Ainda que os municípios da Baixada Fluminense não tenham histórico nem cultura de gestão no que se refere à assunção de serviços públicos de saneamento e habitação, Nova Iguaçu é uma das poucas cidades da região com melhor capacidade de arrecadação e de endividamento. Com receita de R\$ 726.932.121,00 (PCNI, 2006) é o segundo maior orçamento municipal dentre as cidades da Baixada Fluminense. Do total do orçamento

previsto para 2006, cerca de 37% dos recursos eram voltados para investimento em temáticas relacionadas à questão ambiental (FASE, 2006).

O município de Nova Iguaçu contou, de 2005 a 2007, com um órgão governamental denominado "Secretaria Municipal da Cidade" (antiga Secretaria de Urbanismo e Meio Ambiente), a qual abrigava as subsecretarias de Meio Ambiente, Obras e Urbanismo. Isto de certa forma determinava que, em uma região com sérios problemas de infra-estrutura urbana, apenas uma pequena parcela dos recursos fosse alocada à sua "parte" ambiental. Em 2007, foi criada a Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Nova Iguaçu (SEMMAM), atualmente ocupada por José Augusto Venda, do Partido Verde.

Nos últimos vinte anos foram verificadas algumas ações políticas que indicam uma maior atenção dada à questão ambiental, sobretudo no que diz respeito à criação de unidades de conservação: desde 1988, foram criadas na região onze UCs, sendo duas Unidades de Proteção Integral (uma REBIO federal e um Parque Municipal), e nove Unidades de Uso Sustentável (sete APAs municipais e duas estaduais), conforme mostra a tabela 2 (p.63).

Com o objetivo de proteger nascentes de rios, preservar a beleza cênica e uma rica biodiversidade que abriga ainda inúmeros animais e vegetais em risco de extinção, até hoje apenas duas destas UCs têm planos de manejo: o PMNI e a APA do Gericinó-Mendanha. Esta última recentemente elaborou seu Plano Diretor propondo programas que, além de garantir o manejo e a proteção adequada dos recursos naturais, buscam o apoio, a participação e a inclusão da população residente da APA e de seu entorno imediato como meios de garantir que seus objetivos sejam atendidos, tais como "Programa de Incentivo a Alternativas de Desenvolvimento" (identificação e apoio a alternativas de desenvolvimento econômico da população), "Programa de Integração" (divulgação das características do Plano de Gestão Ambiental e das atividades desenvolvidas na área da APA) e "Programa de Interpretação e Educação Ambiental" (transmissão de informações ambientais para estimular a mudança de comportamento das populações locais em prol da conservação ambiental) (IEF, 2005).

Entretanto, grande parte da população do município nunca teve contato ou sequer tem conhecimento da existência das unidades de conservação. Imersas em uma matriz de grandes desigualdades, não surpreende a constatação de que tantos crimes ambientais sejam cometidos em seu interior: caça, desmatamento, extração ilegal de produtos e o aumento da pressão urbana em seu entorno muitas vezes passam a impressão de que elas, efetivamente, não existem. Sob uma reflexão crítica, este quadro apenas reforça a percepção de que os problemas compreendidos como ambientais são mediados não só por dimensões "naturais" como também

por questões econômicas, políticas, simbólicas e ideológicas que ocorrem em dado contexto histórico (LOUREIRO, 2004).

Tabela 2: Unidades de conservação existentes no território de Nova Iguaçu.

Unidade de Conservação	Criação (ano)	Área (hectares)	Domínio (órgão)
*APA do Gericinó-Mendanha	1988	10.500	Estadual (IEF)
*Reserva Biológica (REBIO) de Tinguá	1989	26.000	Federal (IBAMA)
Parque Municipal de Nova Iguaçu (PMNI)	1998	1.100	Municipal (SEMMAM)
APA do Tinguá	2004	5.332	Municipal (SEMMAM)
APA de Rio D'Ouro	2004	3.112	Municipal (SEMMAM)
APA de Jaceruba	2004	2.474	Municipal (SEMMAM)
APA do Tinguazinho	2004	1.103	Municipal (SEMMAM)
APA do Retiro	2004	1.027	Municipal (SEMMAM)
APA do Guandu-Açu	2004	870	Municipal (SEMMAM)
APA de Morro Agudo	2004	271	Municipal (SEMMAM)
*APA do Rio Guandu	2007	71.200	Estadual (IEF)

* Unidades de conservação que abrangem áreas de outros municípios além de Nova Iguaçu.

As desigualdades sociais também são um traço marcante no município. Desta forma, os movimentos sociais se mostram severamente enfraquecidos devido à oposição de interesses que divide a sociedade: enquanto a classe média, concentrada nos bairros centrais, encaminha seus filhos para a capital em busca de cultura e boas universidades, se mostrando alheia às reivindicações locais, as camadas mais carentes ainda lutam por condições básicas de sobrevivência nas zonas periféricas. Sobretudo nestes locais são observadas com maior frequência as diferentes formas de degradação, como a poluição de córregos, a formação de “lixões” e o desrespeito às áreas de preservação permanente (APP). É também na periferia que são percebidas com mais força as conseqüências da degradação ambiental, com a maior parte dos casos de infestação por doenças contagiosas e parasitárias originadas pela falta de saneamento, coleta de lixo, abastecimento de água e controle de vetores de doenças.

É importante ressaltar que as desigualdades sociais em Nova Iguaçu têm de fato uma distribuição espacial bem definida em centro urbano e periferias. O município é organizado em Setores de Planejamento Integrado e Unidades Regionais de Governo (URGs). Existem cinco Setores de Planejamento Integrado em Nova Iguaçu: Centro, Sudoeste, Norte, Nordeste e

Noroeste. As URGs, por sua vez, se localizam distribuídas entre estes setores, podendo ser comparadas às subprefeituras. Existem nove URGs no município, conforme indicado no quadro 1 (p.76-77).

As URGs localizadas no Setor de Planejamento Integrado do Centro (URGs Centro, Posse e Comendador Soares), além de concentrarem a maior parte da população do município – 55% dos domicílios e 52% da população residente se concentram nestas áreas urbanas mais consolidadas –, recebem a maior parte do investimento em serviços e equipamentos urbanos, especialmente no que diz respeito à saúde, educação e saneamento. Alguns dados serão apresentados a seguir para evidenciar estas desigualdades. Estas informações são relevantes para o estudo, pois demonstrarão, mais à frente, que a inclusão ou exclusão dos membros de um movimento social destes benefícios também afeta indiretamente sua forma de atuação na questão ambiental.

Em relação ao acesso à infra-estrutura de saneamento ambiental, se observa em Nova Iguaçu um aumento da população servida por esgoto adequado. Em 1991, apenas 57,5% da população em Nova Iguaçu tinha acesso ao esgotamento sanitário por rede geral ou fossa séptica; em 2000, Nova Iguaçu passa a ter 79,5% da população atendida. O que se destaca mais neste período é a expansão da rede geral de esgoto, que amplia em 10 vezes a sua abrangência, atingindo quase a metade da população. Se a tendência se mantiver, toda a população de Nova Iguaçu estará atendida por esgotamento sanitário em 2015 (FASE, 2006).

Tabela 3: Percentual da população com acesso ao esgotamento sanitário por rede geral e fossa séptica.

Tratamento dado ao esgoto	População Total	
	1991	2000
Rede Geral	4,6%	49,7%
Fossa Séptica	52,9%	29,7%
Rede Geral ou Fossa Séptica	57,5%	79,5%

Fonte: IBGE – Censos Demográficos / Adaptado da Tabulação Especial Observatório das Metrópoles, 1991-2000

ORGANIZAÇÃO DO TERRITÓRIO	BAIRROS	POPULAÇÃO	Nº DE DOMICÍLIOS	ÁREA (Km2)	DENSIDADE Hab/Km2
SETOR DE PLANEJAMENTO INTEGRADO DO CENTRO	Centro	28.867	14.228	3,5247	8190,00
	Califórnia	6.692	3.360	0,8144	8217,10
	Vila Nova	8.091	3.504	0,9259	8738,52
	Caonze	6.151	3.360	0,8534	7207,64
	Bairro da Luz	23.005	7.080	3,1764	7242,47
	Santa Eugênia	13.447	4.572	2,1074	6380,85
	Jardim Iguaçú	9.500	4.644	0,9386	10121,47
	Chacrinha	5.017	1.720	0,4493	11166,25
	Moquetá	8.318	3.322	1,7781	4678,03
	Viga	11.158	3.565	1,0063	11088,14
	Rancho Novo	6.962	3.688	0,8329	8358,75
	Vila Operária	10.966	2.715	1,0125	10830,61
	Engenho Pequeno	13.114	4.468	1,0517	12469,33
	Jardim Tropical	9.604	4.132	0,9800	9800,00
	Prata	6.801	2.652	0,8430	8067,61
	URG CENTRO	175.562	50.160	40.0877	-

ORGANIZAÇÃO DO TERRITÓRIO	BAIRROS	POPULAÇÃO	Nº DE DOMICÍLIOS	ÁREA (Km2)	DENSIDADE Hab/Km2	
SETOR DE PLANEJAMENTO INTEGRADO DO CENTRO	Posse	12.900	6.035	1,3729	9396,17	
	Cerâmica	21.664	8.125	2,1233	10203,00	
	Ponto Chic	14.473	4.031	3,3993	4258,00	
	Ambai	5.824	2.104	1,0520	5536,13	
	Nova América	14.941	5.191	1,8963	7879,02	
	Carmary	17.888	5.724	2,0617	8676,33	
	Três Corações	3.017	2.401	0,6884	4382,62	
	Kennedy	15.371	5.050	1,3247	11603,38	
	Parque Flora	7.772	1.655	1,2970	5992,29	
	Bairro Botafogo	3.984	1.007	0,6526	6104,81	
		URG POSSE	117.834	33.666	15.8682	-

ORGANIZAÇÃO DO TERRITÓRIO	BAIRROS	POPULAÇÃO	Nº DE DOMICÍLIOS	ÁREA (Km2)	DENSIDADE Hab/Km2
SETOR DE PLANEJAMENTO INTEGRADO DO CENTRO	Comendador Soares	29.428	10.965	2,9477	9983,38
	Ouro Verde	9.875	5.362	0,6567	15037,31
	Jardim Alvorada	12.185	4.340	1,7152	7104,13
	Danon	6.157	2.030	1,6584	3712,61
	Jardim Palmares	14.311	4.652	2,3783	6017,32
	Rosa dos Ventos	15.348	4.747	1,8431	8327,27
	Jardim Pernambuco	9.178	3.185	1,0194	9003,33
	Jardim Nova Era	12.132	4.029	1,6727	7252,94
	URG COM SOARES	117.834	33.666	15.8682	-

ORGANIZAÇÃO DO TERRITÓRIO	BAIRROS	POPULAÇÃO	Nº DE DOMICÍLIOS	ÁREA (Km2)	DENSIDADE Hab/Km2
SETOR DE PLANEJAMENTO INTEGRADO DO SUDESTE	Cabuçu	21.476	7.387	5,9565	3605,48
	Palhada	11.684	3.939	4,6084	2535,37
	Valverde	9.055	3.035	2,1970	4221,53
	Marapicu	12.026	3.872	9,1202	1318,61
	Lagoinha	7.546	2.506	9,4947	794,76
	Campo Alegre	6.422	2.227	27,9477	229,80
	Ipiranga	8.132	2.646	7,5802	1072,75
	URG CABUÇU	76.350	21.814	74.5600	-

Quadro 1: Lista de Unidades Regionais de Governo (URGs) de Nova Iguaçu (PCNI, 2004)

ORGANIZAÇÃO DO TERRITÓRIO	BAIROS	POPULAÇÃO	Nº DE DOMICÍLIOS	ÁREA (Km2)	DENSIDADE Hab/Km2
SETOR DE PLANEJAMENTO INTEGRADO DO SUDESTE	Km-32	15.316	4.919	5,2328	2926,92
	Paraíso	16.349	5.215	3,9645	4112,38
	Jardim Guandu	16.135	5.407	4,4584	3609,01
	Prados Verdes	9.666	3.586	13,3233	725,49
	URG KM 32	57.467	16.419	30.4140	-

ORGANIZAÇÃO DO TERRITÓRIO	BAIROS	POPULAÇÃO	Nº DE DOMICÍLIOS	ÁREA (Km2)	DENSIDADE Hab/Km2
SETOR DE PLANEJAMENTO INTEGRADO DO NOROESTE	Austin	25.445	9.594	4,1371	6150,44
	Riachão	11.204	4.640	3,7748	2968,10
	Inconfidência	4.978	1.561	1,7168	2899,58
	Carlos Sampaio	5.935	1.994	2,1542	2755,08
	Tinguazinho	10.336	3.479	15,0678	685,96
	Cacua	7.670	2.581	1,9970	3840,76
	Rodilândia	14.098	4.029	2,6491	5321,80
	Vila Guimarães	16.533	4.622	2,338	7071,42
URG AUSTIN	96.199	27.465	33.8348	-	

ORGANIZAÇÃO DO TERRITÓRIO	BAIROS	POPULAÇÃO	Nº DE DOMICÍLIOS	ÁREA (Km2)	DENSIDADE Hab/Km2
SETOR DE PLANEJAMENTO INTEGRADO DO NOROESTE	Vila de Cava	13.158	4.702	3,2257	4079,11
	Santa Rita	22.587	7.141	4,8337	4672,80
	Rancho Fundo	6.003	2.073	2,5034	2397,93
	Figueiras	2.397	877	1,2278	1952,27
	Iguaçu Velho	5.988	2.188	16,6275	360,12
	Corumbá	12.902	5.006	2,4686	5226,44
	URG V. DE CAVA	63.035	18.010	30.8867	-

ORGANIZAÇÃO DO TERRITÓRIO	BAIROS	POPULAÇÃO	Nº DE DOMICÍLIOS	ÁREA (Km2)	DENSIDADE Hab/Km2
SETOR DE PLANEJAMENTO INTEGRADO DO NOROESTE	Miguel Couto	18.626	8.219	2,1905	8503,08
	Boa Esperança	5.207	1.806	0,762	6833,33
	Parque Ambai	10.317	2.747	1,6962	6082,40
	Gramma	9.299	3.052	1,5008	6196,02
	Geneciano	7.423	2.569	10,5381	704,39
	URG M. COUTO	50.872	14.534	16.6876	-

ORGANIZAÇÃO DO TERRITÓRIO	BAIROS	POPULAÇÃO	Nº DE DOMICÍLIOS	ÁREA (Km2)	DENSIDADE Hab/Km2
SETOR DE PLANEJAMENTO INTEGRADO DO SUDESTE	Tingúá	3.803	1.629	30,3703	125,22
	Montevideu	3.876	1.689	12,0011	322,97
	Adrianópolis	3.893	1.461	33,3968	116,56
	Rio D'Ouro	845	432	8,0623	104,80
	Jaceruba	860	426	6,0321	142,57
URG TINGUÁ	13.328	3.808	253.294	-	

(Cont.) Lista de Unidades Regionais de Governo (URGs) de Nova Iguaçu (PCNI, 2004)

Por outro lado, neste mesmo período, o percentual de acesso à rede geral de água canalizada para o domicílio manteve-se no patamar de 75%, evidenciando que a infraestrutura não acompanhou o processo de expansão urbana para os bairros periféricos.

Tabela 4: População de Nova Iguaçu com acesso à rede geral de água com canalização interna

Ano	Total
1991	76,5%
2000	75,0%

Fonte: IBGE – Censos Demográficos / Adaptado da Tabulação Especial Observatório das Metrôpoles, 1991-2000

A desigualdade entre centro e periferia metropolitana é replicada no interior do Município de Nova Iguaçu, onde os indicadores são melhores nos bairros próximos ao centro e piores nas áreas mais ao norte e a oeste do Município. Segundo os dados de 2000, nas áreas e bairros mais centrais de Nova Iguaçu, onde há relativamente menos pobres do que nas regiões periféricas e onde são registrados os menores percentuais de negros e pardos, o percentual da população atendida por abastecimento de água e esgotamento sanitário adequados é semelhante à encontrada no Município do Rio de Janeiro, com a constatação de percentuais de adequação superiores à média metropolitana (FASE, 2006).

A cobertura dos serviços adequados de água supera 96% da população em diversas áreas da URG Centro, que apresenta um total de 91,3% da população atendida por rede geral de água com canalização interna. Os percentuais de atendimento por esgotamento sanitário adequado nas Unidades Regionais de Governos mais centrais também são bem maiores do que nas demais áreas da cidade, com as URGs Centro, Posse e Comendador Soares. Nos bairros periféricos, contudo, com exceção das URGs Km 32 e Cabuçu, não são raras as regiões onde a cobertura adequada de água abrange menos do que 70% da população residente, especialmente na URG Austin, que apresenta a menor cobertura da cidade.

URG	Esgoto			Água
	Rede geral	Fossa Séptica	Rede ou Fossa Séptica	Rede geral com canalização interna
URG Centro	73,8%	21,0%	94,8%	91,3%
URG Posse	54,6%	30,6%	85,3%	61,7%
URG Comendador Soares	46,2%	39,1%	85,3%	87,5%
URG Cabuçu	30,3%	40,5%	70,8%	86,1%
URG Km 32	31,7%	29,5%	61,1%	92,9%
URG Austin	38,6%	30,0%	68,6%	44,7%
URG Vila de Cava	43,4%	29,4%	72,8%	52,4%
URG Miguel Couto	49,7%	26,0%	75,7%	75,2%
URG Tinguá	15,4%	13,9%	29,3%	55,7%
Total Nova Iguaçu	49,7%	29,7%	79,5%	75,0%

Tabela 5: Percentual da população residente abrangida pelos serviços adequados de abastecimento de água e esgotamento sanitário segundo as URGs. Fonte: IBGE – Censo Demográfico / Tabulação Especial Observatório das Metrôpoles, 2000

O manejo de resíduos sólidos apresenta o melhor quadro entre os serviços de saneamento ambiental. Contudo, embora a destinação final dos resíduos sólidos esteja parcialmente resolvida, a experiência de coleta seletiva ainda é muito limitada (até 2006, a coleta seletiva não fazia parte da política de gestão de resíduos sólidos do município e havia apenas uma cooperativa organizada no município, com apenas 30 catadores) e o percentual de domicílios não atendidos pela coleta de lixo é expressivo.

Pelos dados do Censo (2000), apenas 86,5% dos domicílios em Nova Iguaçu têm seu lixo coletado, sendo que, novamente, as áreas abrangidas pelas URGs mais centrais (Centro, Posse e Comendador Soares) são as mais bem atendidas pelo serviço, ao contrário das URGs de Tinguá e Miguel Couto, especialmente a primeira, com taxas inferiores à média municipal.

Os dados de 2005 da Empresa Municipal de Limpeza Urbana (EMLURB) são compatíveis com as informações do IBGE e apontam que 85% da população são atendidas com a coleta regular. Há diferenças no atendimento, pois a coleta diária é feita apenas nos bairros mais centrais (Centro, Bairro da Luz e K-11), enquanto no resto da cidade a coleta é feita de 2 a 3 vezes por semana. Todo o lixo coletado é levado para o CTR de Adrianópolis (aterro sanitário), operado em regime de concessão pela empresa S.A. Paulista, responsável também pela recuperação do antigo Lixão de Marambaia, hoje desativado (FASE, 2006).

Tabela 6: Percentual dos domicílios com coleta direta e indireta de lixo por URGs.	
URG Centro	95,8% a 99,3%
URG Posse	80,7% a 98,4%
URG Comendador Soares	91,4% a 97,3%
URG Cabuçu	65,7% a 91,1%
URG Km 32	77,4% a 82,5%
URG Austin	72,2% a 86,4%
URG Vila de Cava	73,8% a 83,4%
URG Miguel Couto	63,5% a 85,1%
URG Tinguá	39,4%
Total Nova Iguaçu	86,5%

Fonte: IBGE – Censo Demográfico / Adaptado da Tabulação Especial Observatório das Metrôpoles, 2000

Em oficinas de um diagnóstico participativo desenvolvido pela FASE em 2006, o problema mais discutido foi a precariedade do abastecimento de água em função principalmente do déficit de infra-estrutura e da irregularidade dos serviços, debitado à má gestão da CEDAE. A frequência do abastecimento de água é muito baixa – em determinadas áreas a água só chega à noite – e há problemas de falta d'água em boa parte da cidade, mesmo em bairros mais centrais, onde a precariedade dos serviços da CEDAE relativa a vazamentos e

à má qualidade da água (em função do odor e da coloração) motivou, inclusive, denúncia dos moradores, registrada no Mapa de Conflitos Ambientais (FASE/UFRJ/IPPUR, 2006). Vale lembrar ainda que, nos locais onde o abastecimento de água pela rede geral é inexistente ou insuficiente, é bastante comum que os próprios moradores façam ligações clandestinas em dutos da CEDAE próximos, que levam água até as suas residências (este fato nos foi relatado sem constrangimento por entrevistados de Tinguá e Vila de Cava), o que provoca diminuição da vazão de água em locais que deveriam receber abastecimento e também reclamações da empresa quanto a prejuízos.

Segundo diagnóstico da FASE, entre os exemplos mais evidentes de má gestão da CEDAE destaca-se o fato de que, embora a Prefeitura tenha construído 10 estações de tratamento de esgoto, a CEDAE não teria aceitado a doação porque não quer arcar com os custos de operação ou manutenção. Embora a Prefeitura opere algumas dessas estações, deve-se ressaltar que, em 2006, apenas 0,4% do território municipal tem tratamento de esgoto, sendo o restante lançado *in natura* na rede pluvial (FASE, 2006).

Em relação à moradia, o déficit habitacional básico em Nova Iguaçu, em 2000, era de 22.943 unidades, o que corresponde a 8,8% do estoque de domicílios naquele ano. Ainda, cerca de 51% da população residem em domicílios com pelo menos uma das seguintes inadequações: 1. ausência de água por rede geral, canalizada para o domicílio ou para a propriedade; 2. ausência de esgoto por rede geral ou fossa séptica; 3. ausência de banheiro exclusivo no domicílio; 4. adensamento excessivo (mais de 3 pessoas por cômodo servindo como dormitório); 5. não conformidade com os padrões edilícios (aglomerado subnormal); e 6. irregularidade fundiária (propriedade da construção sem a propriedade do terreno) (*op. cit.*).

Tabela 7: Percentual da população residente em moradia inadequada segundo URGs (2000)

URGs	Total
URG Centro	26,8%
URG Posse	56,9%
URG Comendador Soares	42,9%
URG Cabuçu	53,4%
URG Km 32	56,4%
URG Austin	75,8%
URG Vila de Cava	68,1%
URG Miguel Couto	54,5%
URG Tinguá	88,6%
Total Nova Iguaçu	51,2%

Fonte: IBGE – Censo Demográfico / Adaptado da Tabulação Especial Observatório das Metrópoles, 2000

Na questão política, a Prefeitura de Nova Iguaçu ainda apresenta insuficiências sérias no campo institucional, relacionadas especialmente ao alto grau de fragmentação entre órgãos e secretarias. Embora tenha feito recentemente uma reestruturação administrativa e esteja empenhada na revisão do Plano Diretor municipal, a presença de poucos quadros técnicos qualificados, a fragmentação institucional e a insuficiência dos cadastros municipais são desafios a serem enfrentados para que as políticas, programas, projetos e ações incorporem diretrizes de integração e de promoção de uma gestão comprometida com a promoção da sustentabilidade ambiental. No que diz respeito à gestão ambiental, alguns avanços foram alcançados, com a aprovação das leis que criam o Código de Meio Ambiente e o Fundo Municipal de Meio Ambiente, além da recente reativação do Conselho Municipal de Meio Ambiente após sofrer mudanças na sua composição. No entanto, o Fundo ainda está em processo de implantação e os conselhos gestores das APAs não foram ainda instalados, estando em funcionamento apenas o da APA de Tinguá. (*op.cit.*)

Em 2005, o órgão responsável pela política ambiental anunciou algumas medidas em seu relatório de gestão, como a criação de estrutura para a realização do Sistema Municipal de Licenciamento Ambiental (em atividade desde 2007), a criação de um cadastro municipal das atividades poluidoras, a regulamentação da legislação referente a padrões de emissão sonora e à instalação e cadastro dos postos de combustíveis, assim como reformulação do decreto referente à instalação de antenas de telefonia celular, a regulamentação da Taxa de Controle Ambiental, a proposta para abertura do Fundo Municipal de Meio Ambiente, destinado aos depósitos das receitas derivadas das dotações orçamentárias, tributos específicos, multas próprias e participação em multas, recursos captados em fontes específicas, contribuições, subvenções e auxílios da União, do Estado e do Município, a regulamentação das APAs municipais, criação dos seus respectivos conselhos gestores e elaboração do seu plano de manejo (FASE, 2006); em relação aos projetos ambientais, um dos mais importantes e divulgados é o que prevê o reflorestamento com o objetivo de promover efeitos de amenização do clima, limpeza dos rios e aumento do turismo. O projeto conta com recursos do BID (R\$ 7 milhões) e uma audiência pública foi realizada em 2007 para apresentar à população os objetivos do projeto.

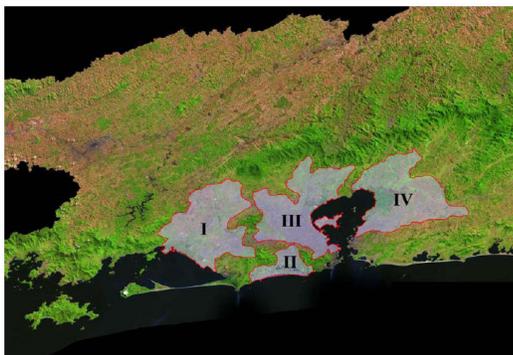
4.1.2. Problemas ambientais

Muitos problemas ambientais existentes em território iguaçuano já foram apontados neste trabalho. Contudo, neste item buscaremos sistematizá-los e diferenciá-los dos conflitos ambientais. De forma geral, pode-se afirmar que a real diferença entre problema e conflito

ambiental é a sua explicitação, ou seja, a manifestação de que aquilo que era considerado um “problema” não é natural, mas sim provocado. Por exemplo: a poluição de um rio só é considerada um “problema” quando sua sujeira é naturalizada e não são apontados os motivos pelos quais ele está sujo, tampouco que tipos de interesses estão envolvidos na sua sujeira/contaminação ou limpeza. Por outro lado, esta poluição será considerada um conflito caso a parcela da sociedade atingida por ela (vitimada por doenças ou privada de sua utilização para variados fins) reconheça a origem da poluição e manifeste sua indignação com as condições de seu ambiente, reivindicando, por exemplo, a paralisação de determinada atividade industrial ou a adequada intervenção do poder público. Em outras palavras, o *problema ambiental* é definido como aquela situação “onde há risco e/ou dano social/ambiental, mas não há nenhum tipo de reação por parte dos atingidos ou de outros atores da sociedade civil face ao problema”. O *conflito ambiental*, por sua vez, é definido como aquela situação “onde há confronto de interesses representados em torno da utilização e/ou gestão do meio ambiente” (CARVALHO & SCOTTO, 1995). Desta forma, uma mesma condição ambiental negativa pode ser considerada problema para um e conflito para outro.

Para apresentar os problemas ambientais de Nova Iguaçu, portanto, vamos nos ater a enumerar alguns dados em tópicos gerais, para em seguida discuti-los com maior profundidade

1. **Poluição do ar** – Nova Iguaçu está localizada na Bacia Aérea III, que compreende a Zona Norte do Município do Rio de Janeiro e os municípios da Baixada Fluminense, ocupando uma área de cerca de 700 Km². As bacias aéreas são áreas delimitadas pela topografia e pelos espaços aéreos vertical e horizontal. O relevo, a cobertura do solo e as características climatológicas definem áreas homogêneas em termos de mecanismos responsáveis pela dispersão de poluentes no ar. A Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ) é composta por quatro bacias aéreas (figura abaixo), sendo que a Bacia Aérea III é a mais poluída, com altos níveis de emissão de dióxido de enxofre (SO₂), óxidos de nitrogênio (NO_x), monóxido de carbono (CO), hidrocarbonetos (HC) e material particulado inalável (FEEMA, 2004).



A poluição desta bacia aérea se explica pelo fato de que, nesta região, estão localizadas as fontes fixas (indústrias) que mais contribuem com a emissão de poluentes para a atmosfera, assim como pela grande concentração de fontes móveis (meios de transporte, como os automóveis). Além disso, a topologia da Baixada Fluminense não favorece a dispersão destes poluentes, dado que é uma região cercada por montanhas, onde o ar não se renova com rapidez. Podemos apontar a presença de diversas indústrias na região que compreende a Baixada Fluminense, entre as quais a REDUC, em Duque de Caxias, e a Bayer, em Belford Roxo. Em Nova Iguaçu, entre as principais indústrias, podemos citar a Cargill, a Pimpinela e a Granfino (indústria alimentícia); a Embelleze, a Niely, a Aroma do Campo, a Suissa e a Casa Granada (setor de cosméticos); a Bergitex e a Ínega (indústria têxtil); e Furnas (produção de energia), além de inúmeras viagens de ônibus. Somando-se às indústrias, podemos citar a presença de vias de tráfego de grande movimento, tais como a Rodovia Presidente Dutra, a Avenida Brasil e a Via Light (na Baixada, podemos citar ainda a existência da Rodovia Washington Luiz e da Linha Vermelha, cujo trânsito de veículos automotores contribui fortemente para o lançamento de monóxido de carbono e material particulado na atmosfera). Vale informar que vem sendo construída uma nova e importante via de tráfego ligando Itaboraí ao porto de Itaguaí: o Arco Metropolitano, projeto de US\$380 milhões financiado com recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que cortará a Baixada Fluminense, passando também por Nova Iguaçu.

2. **Poluição hídrica** – O município de Nova Iguaçu está inserido em duas bacias hidrográficas: a Bacia do Rio Guandu (antiga Bacia da Baía de Sepetiba) e a Bacia da Baía de Guanabara. Ambas as bacias apresentam altos níveis de poluição, sendo que a Bacia do Guandu é responsável pelo abastecimento de 85% da população da região metropolitana do Estado. Em Nova Iguaçu, cabe apontar que, apesar de abrigar inúmeras nascentes de rios na APA do Gericinó-Mendanha e na REBIO Tinguá, todos os principais rios (Tinguá, Iguaçu, Botas, Sarapuí e seus afluentes) se encontram severamente poluídos, especialmente após cruzar regiões de grande densidade demográfica e regiões industriais, onde recebem uma intensa carga de efluentes domésticos e industriais. O município conta com um Distrito Industrial e um pólo de cosméticos, mas tem buscado atrair outras indústrias com incentivos, como mostra a declaração do prefeito da cidade em agosto de 2007.

A cidade de Nova Iguaçu é um pólo de geração de empregos. Nós só temos um caminho a seguir, é o caminho do desenvolvimento econômico da região. Estou muito animado com a possibilidade da construção do anel viário que vai ter que sair do papel. Esse anel viário vai ligar todos os municípios da Baixada ao Porto de Sepetiba. Não há lugar melhor para uma empresa se instalar do que Nova Iguaçu. Estamos perto do Rio, à

beira da Via Dutra e próximo à São Paulo e com a construção desseanel viário esse pode ser o Pólo que mais vai crescer em toda a região sudeste e está aqui, na Baixada. Aqui existe um corredor para exportação. Quero manter contato com todas as empresas que queiram se instalar aqui. A prefeitura pode ajudar em infra-estrutura, em construção de estradas. Também podemos ajudar com a área. Temos muita vantagem porque existem muitas terras em Nova Iguaçu. Queremos fazer uma política ousada e mostrar Nova Iguaçu para o Brasil (CDLNI, 2007).

Em contrapartida, um antigo projeto de despoluição dos rios Iguaçu, Botas e Sarapuú, também financiado com recursos do PAC, vem sendo desenvolvido pela Superintendência Estadual de Rios e Lagoas (SERLA) na região. O projeto, no valor de R\$ 270 milhões, prevê a recuperação de 40 quilômetros de rios em seis municípios da Baixada Fluminense, entre eles, Nova Iguaçu. Serão feitos trabalhos de limpeza, dragagem, reurbanização, construções de parques ao redor dos rios, elevação de três pontes e desocupação das margens.

3. **Poluição do solo** – As principais fontes de poluição do solo em Nova Iguaçu se encontram em lixões, apesar da desativação do maior deles, o Lixão da Marambaia, após a instalação do aterro sanitário de Adrianópolis. Em locais onde a coleta de lixo é mais precária, especialmente nas periferias urbanas, ainda é comum a existência de pequenos depósitos clandestinos de lixo, geralmente em terrenos baldios. O lixo depositado sem tratamento libera o chorume, proveniente da decomposição de matéria orgânica, que se infiltra no solo provocando também a contaminação do lençol freático. No aterro sanitário, a impermeabilização do solo evita esta infiltração. Além dos lixões, podemos citar ainda o uso de agrotóxicos em plantações (especialmente em monocultivos praticados em Tinguá) e o derramamento de óleos e graxas por indústrias e borracharias como fontes de poluição do solo.

4. **Desmatamento** – Não há informações exatas sobre a perda de recursos naturais do Município em Nova Iguaçu desde o início da década de 1990, mas sabe-se que 40% do território municipal (CIDE, 2002) são hoje cobertos por florestas e por vegetação secundária, e que a região vem perdendo sua cobertura arbórea de forma mais expressiva desde 1975 (FASE, 2006). Dois terços do território municipal são compreendidos por unidades de conservação, mas é possível observar, especialmente da APA do Gericinó-Mendanha, grandes áreas desmatadas. O desmatamento é causado por vários motivos: construção de moradias, abertura de áreas para pastagem de animais, instalação de indústrias e extração de produtos florestais, no que se destaca a exploração de madeiras e do palmito-jussara na REBIO Tinguá.

4.1.3 Conflitos ambientais

Existem inúmeros conflitos ambientais no município de Nova Iguaçu. Muitos deles foram relatados pelos próprios entrevistados e outros foram mapeados no Mapa de Conflitos Ambientais do Estado do Rio de Janeiro, cujo banco de dados (construído a partir de denúncias junto ao Ministério Público Estadual até 2003) nos servirá como base neste item. Além disso, o diagnóstico participativo desenvolvido pela FASE (2006) em Nova Iguaçu também nos ajuda a compreender melhor estes conflitos ambientais.

Em relação às unidades de conservação, os maiores conflitos relatados se referem à pressão urbana, com construção de moradias dentro ou no entorno das UCs, à exploração ilegal de palmito e madeira, à retirada de areia (REBIO Tinguá) e ao uso predatório dos rios municipais. Segundo estudo da FASE, na APA de Jaceruba – com grande afluxo de visitantes - e na APA do Tinguá - onde o Rio Tinguá é explorado desde o entorno do centro local até pelo menos a entrada da REBIO – registram-se com maior ênfase o aproveitamento inadequado dos corpos hídricos para o lazer, especialmente as ações de represamento para a construção de piscinas e a ocupação desordenada das margens com bares explorados pela população que habita a faixa de proteção marginal. As barragens impedem a migração de peixes para desova e reprodução e os bares ao longo do rio despejam esgoto sem tratamento para o rio. Enquanto na serra, dentro das UCs, os rios são limpos e eventualmente utilizados para o lazer e o abastecimento humano, nas áreas de baixada e ocupação urbana observa-se o despejo de esgotos e águas servidas, a ocupação de faixas marginais, o assoreamento e a poluição industrial.

Na APA Gericinó-Mendanha, os principais conflitos e impactos ambientais se concentram na região abrangida pelo vizinho Município de Mesquita e na face norte da Serra de Madureira, no Município de Nova Iguaçu, onde a extração mineral, pelas pedreiras, alcança cotas mais elevadas e adentra os limites da APA e do Parque Municipal de Nova Iguaçu. O Mapa dos Conflitos Ambientais do Rio de Janeiro inclui uma série de referências à exploração de pedreiras no Maciço Gericinó-Mendanha, desde impactos causadores de rachaduras de casas até relatos de poluição atmosférica e sonora e problemas respiratórios. As explosões das pedreiras no Maciço estariam, inclusive, provocando o deslocamento dos animais silvestres para as áreas urbanas mais próximas, conforme relato de participante da oficina de diagnóstico promovida pela FASE⁵.

⁵ Segundo o depoimento, na Unidade Regional de Governo (URG) V - Km 32, à noroeste do Maciço, teria havido uma epidemia de leishmaniose, que foi associada ao deslocamento de animais provocado não apenas pelas atividades na pedreira, mas também por queimadas realizadas pelos militares e pelos criadores de animais.

Além das pedreiras, outros processos fazem com que parte do Maciço Gericinó-Mendanha se apresente ocupado por mata secundária, extensos capinzais e bananais. A expansão urbana – basicamente a ocupação por moradias precárias de baixa renda – em direção às encostas do Maciço e a criação de animais conduziu a processos de devastação florestal por meio de queimadas, exploração de madeira e lenha, além de incêndios provocados por balões, contribuindo para o empobrecimento do solo e erosão acelerada. O desmatamento ocasiona grandes aberturas na mata que desnudam o solo, acelerando os processos de deslizamento e provocando enxurradas que carregam grandes quantidades de sedimentos para os rios da região, causando assoreamentos e inundações a jusante (SEMUAM, 2004, 2005 *apud* FASE, 2006).

Entre os inúmeros relatos de poluição dos corpos hídricos, cabe destacar o risco de contaminação da Estação de Tratamento de Água pela ocupação na APA Guandu-Açu, na URG Km 32, e o registro de denúncias sobre a contaminação do Rio Iguaçu, do Canal das Flechas e de brejos e nascentes em Adrianópolis.

Segundo o órgão de controle ambiental, em 2006, a maior parte das denúncias encaminhadas ao setor de fiscalização e monitoramento da Secretaria da Cidade era relativa à poluição sonora (37%), poluição atmosférica (11%), animais em cativeiro (11%), desmatamento (6%) e corte irregular de árvores (6%) (SEMCID, 2006 *apud* FASE, 2006).

Verificamos que os conflitos são oriundos de diversas fontes, podendo ser creditados à ação de indivíduos, à atividade de empresas privadas e/ou à omissão do poder público. Nesta discussão, no entanto, não importa saber apenas a origem, a amplitude ou a percepção dos conflitos, mas também a sua distribuição espacial.

4.1.3.1 A distribuição interna dos conflitos ambientais

A distribuição dos conflitos por URG expressa a desigualdade existente na cidade, bem como a histórica deficiência de provisão dos serviços de saneamento ambiental e a fragilidade de regulação e fiscalização pública sobre as empresas. Serão descritos abaixo somente conflitos que resultaram em denúncias ao Ministério Público Estadual.

Na URG Centro, além da poluição sonora e atmosférica e outros impactos ambientais provocados pelas pedreiras da Serra de Madureira, destaca-se a atividade da empresa Embelleze, acusada de lançar amônia no ar, contaminar os corpos hídricos com dejetos e ser a responsável por uma série de problemas de saúde enfrentados pelos moradores, como dores de cabeça, náuseas e vômitos.

Na URG Posse, a falta de controle ambiental de atividades industriais é exemplificada pelas denúncias de abusos e crimes socioambientais causados por indústrias com impactos sobre a saúde da população local. No bairro da Cerâmica foi constatado o caso de uma fábrica clandestina de painéis que liberava gases residuais sem tratamento e emitia pó de alumínio provocando alergias respiratórias, dores de cabeça, enjôos e tonturas na população local. Em setembro 2003 o MPE solicitou à Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente (FEEMA) – órgão estadual responsável pelo licenciamento ambiental – informações sobre a efetivação da interdição da fábrica. Segundo entrevista realizada com o gerente do Controle Ambiental da Prefeitura, a fábrica foi interditada.

Outra denúncia, no mesmo bairro, apontava a poluição do Rio Botas pela Companhia de Desenvolvimento de Nova Iguaçu (CODENI) em função das operações com derivados de óleo da usina de asfalto que, aliás, funcionava sem licença de operação cancelada pelo órgão de controle ambiental estadual. Até 2006, a empresa não tinha obtido licenciamento para funcionamento.

No bairro de Três Corações, os moradores denunciaram que a Fábrica de Poliuretanos Rio Sul Ltda. utilizava águas subterrâneas sem a autorização do órgão competente (Fundação Superintendência Estadual de Rios e Lagoas – SERLA) e funcionava em desacordo com a legislação vigente, que permitia apenas indústrias de pequeno porte. Nesse caso, o Ministério Público Estadual agendou encontros com a empresa em novembro de 2003 para elaboração de um termo de ajustamento de conduta (TAC).

Em outro evento, em 2000, os moradores do bairro de Três Corações recorreram à FEEMA, pedindo providências em relação aos odores emitidos pela empresa Hydrosol. Classificados como insuportáveis pelos técnicos da FEEMA, os odores são causados pelos resíduos da CSN (Companhia Siderúrgica Nacional) que são tratados pela Hydrosol. Além disso, os moradores também denunciaram que a Hydrosol estava despejando resíduo tóxico corrosivo sem tratamento na rede de esgotamento sanitário do bairro. A denúncia contra a empresa resultou no pedido de interdição feito pela Comissão de Meio Ambiente da Câmara de Vereadores de Nova Iguaçu à Secretaria de Meio Ambiente em 2003. Segundo o gerente de Controle Ambiental da Prefeitura, foi feito um Termo de Ajuste de Conduta (TAC) e a empresa está se adequando à legislação ambiental.

Na URG Comendador Soares, em 2001, a FEEMA notificou a empresa Company Electric S/A a remover todos os resíduos causados pela disposição inadequada de materiais contaminados por poluentes orgânicos persistentes (POP) como ascarel, embora o processo ainda esteja em andamento.

Na região de Jardim Alvorada e da Serra de Madureira, houve denúncia contra a operação irregular de pedreira Santo Antônio de Mineração Ltda. em área não permitida (acima da cota 100). Desta vez o denunciante foi à Comissão de Defesa do Meio Ambiente da Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro e a empresa, embora tenha ficado paralisada por anos, voltou a funcionar recentemente. No bairro de Comendador Soares, na via de integração regional do Município (Rodovia Presidente Dutra), os moradores denunciaram que a TASA Lubrificantes S/A lançava resíduo químico sem tratamento no valão e na atmosfera, o que fez com que a FEEMA, em julho de 2000, exigisse a adoção de medidas como a construção de dique de contenção em todos os tanques de armazenamento de substâncias, o controle da poluição atmosférica, o não lançamento de efluentes líquidos em corpos receptores e a destinação final adequada para resíduos industriais. Entretanto, em agosto de 2003, ocorreu nova denúncia de moradores ao Ministério Público a respeito da emissão de gases fétidos pela empresa, não tendo sido possível averiguar o estado atual do conflito ambiental.

Na URG Vila de Cava constam, além de denúncia em 2001 da FEEMA sobre a estocagem pela empresa FURNAS de 250 toneladas de resíduos contaminados por ascarel no bairro de Adrianópolis, a poluição dos rios Adrianinho e Iguaçu pelo vazamento de produtos químicos derivados do processo de lavagem de papel da Fábrica de Papel Paineira Ltda.

Embora existam denúncias dos moradores de Adrianópolis sobre a instalação do Aterro Sanitário de Adrianópolis em área de amortização da Reserva Biológica do Tinguá, a justiça autorizou a implantação do aterro como uma solução para a situação dramática do Lixão de Marambaia, objeto de denúncias do Ministério Público Federal e que precisava ser desativado.

Tabela 8: Distribuição de conflitos ambientais denunciados ao Ministério Público Estadual*

LOCALIZAÇÃO	ORIGEM	IMPACTOS
URG Centro	- Atividade de pedreiras na Serra de Madureira; - Atividade da empresa Embelleze	- Poluição do ar - Poluição hídrica - Poluição sonora
URG Posse	- Fábrica clandestina de painelas - Atividade da CODENI - Atividade da fábrica Rio Sul Ltda. - Atividade da empresa Hydrosol	- Poluição do ar (2) - Poluição hídrica (2) - Utilização de água subterrânea
URG Comendador Soares	- Atividade da Company Eletric S/A - Atividade da pedreira Santo Antonio - Atividade da TASA Lubrificantes	- Poluição do solo - Poluição do ar (2) - Poluição hídrica - Desmatamento
URG Cabuçu	Não há denúncias sobre conflitos	---
URG Km 32	Não há denúncias sobre conflitos	---

URG Austin	Não há denúncias sobre conflitos	---
URG Vila de Cava	- Estocagem de ascarel por FURNAS - Atividade da fábrica de papel Paineira - Instalação do aterro sanitário	- Poluição do solo - Poluição hídrica - Indeterminado
URG Miguel Couto	Não há denúncias sobre conflitos	---
URG Tinguá	Não há denúncias sobre conflitos	---

* Fonte: Mapa de Conflitos Ambientais do Estado do Rio de Janeiro (FASE *et al*, 2006)

É importante ressaltar que este número de denúncias não representa o universo dos conflitos existentes em Nova Iguaçu. Na realidade, verificamos que as URGs onde não há conflitos documentados são justamente as menos “visíveis”, e onde há também o menor número de associações da sociedade civil atuando (exceto Tinguá, cuja falta de notificações neste mapeamento precisa ser melhor compreendida). Muitos outros relatos sobre conflitos foram feitos pelos entrevistados desta pesquisa, mas não se concretizaram como denúncias ao Ministério Público. Entre elas, podemos citar:

Na URG Centro, a atividade das empresas de ônibus (poluição do ar e sonora); queimadas e construções irregulares na Serra de Madureira (poluição do ar e desmatamento); e a propaganda excessiva de empresas comerciais (poluição visual e sonora, devido a carros de som).

Na URG Cabuçu, foram relatados conflitos envolvendo a poluição dos rios Ipiranga e Cabuçu por lixo, esgoto doméstico e resíduos industriais, e também o plantio de eucalipto por empresas, que estaria provocando o ressecamento do solo.

Na URG Vila de Cava, foram mencionados conflitos ambientais envolvendo a falta de abastecimento de água pela CEDAE; a contaminação do solo pela deposição de lixo hospitalar no passado; e a poluição de cursos d’água por lixo e esgoto doméstico.

Na URG Tinguá, foram citados conflitos envolvendo a falta de abastecimento de água em comunidades pela CEDAE; a caça e a extração de palmito no interior da REBIO Tinguá; a invasão de área da reserva por propriedades privadas; e o represamento de rios em sítios.

Estes conflitos serão melhor analisados posteriormente, no item que discute os resultados obtidos a partir das entrevistas. Analisaremos agora o caso específico de Vila de Cava, considerada uma “zona de sacrifício” do Estado do Rio de Janeiro.

4.1.3.2 Zonas de sacrifício: o caso de Vila de Cava

Os conflitos ambientais eclodem quando impactos transmitidos por água, ar ou solo comprometem a coexistência de distintas práticas sociais de uso do território e de seus recursos (Acsehrad, 2004). As localidades em que se observa uma grande superposição de

empreendimentos e instalações responsáveis por danos e riscos ambientais são designadas, pelos movimentos de justiça ambiental, “zonas de sacrifício”.

Nestes locais, as populações são vítimas de impactos indesejáveis de grandes investimentos que se apropriam dos recursos existentes nos territórios, concentram renda e poder, ao mesmo tempo em que atingem a saúde de trabalhadores e a integridade de ecossistemas de que dependem. Como agravante, esses mesmos grupos, submetidos aos mais variados riscos ambientais, são aqueles que dispõem de menos condições de se fazerem ouvir no espaço público, não tendo oportunidade de colocar em questão os efeitos da desigual distribuição da poluição e da proteção ambiental. (...) Fatores como a desregulação ambiental e isenções tributárias, voltadas para atrair para tais locais investimentos de todo tipo, não importando o ônus social e ambiental que os mesmos, fariam parte da dinâmica desse processo de zoneamento do risco ambiental pelo mercado (Viégas, 2006).

O autor supracitado analisou conflitos ambientais ocorridos em três regiões consideradas zonas de sacrifícios do Estado do Rio de Janeiro: o município de Itaguaí, o bairro de Santa Cruz, no município do Rio de Janeiro, e o distrito iguaçuano de Vila de Cava, que compreende os bairros de Adrianópolis, Vila de Cava e Santa Rita, localizados no entorno da REBIO do Tinguá. Vamos nos ater a esta última região, que nos últimos anos foi cenário de diversas agressões ambientais, tais como: o lixão da Marambaia; a construção do aterro sanitário de Adrianópolis; o despejo de produtos químicos pela Fábrica de Papel Paineira Ltda; o abandono de resíduos tóxicos pela Cerâmica Açores; e o depósito de materiais contaminados por ascarel pela empresa Furnas. Boa parte destas agressões foi denunciada por membros de grupos sociais, sejam moradores, trabalhadores das áreas de incidência diretamente atingidos, entidades ambientalistas locais ou ações conjuntas desenvolvidas por dois ou mais atores sociais.

O distrito de Vila de Cava é bastante carente do ponto de vista socioeconômico, contando com diversas deficiências infra-estruturais. Localizado distante do centro de Nova Iguaçu, o distrito é um misto de área urbana e rural que, por um lado, sofre com a falta de asfaltamento, saneamento, iluminação pública, postos de saúde e áreas de lazer, e, por outro, não recebe incentivos municipais para investimento em agricultura, dado que o último Plano Diretor da cidade, elaborado em 1998, desconsiderou todas as áreas rurais de Nova Iguaçu, transformando todo seu território em área urbana aos olhos da lei. No bairro de Vila de Cava, por muitos anos funcionou o lixão da Marambaia, que recebia os resíduos urbanos de Nova Iguaçu desde o final da década de 80. O lixão deixou de funcionar em meados de 2002, após denúncia feita dois anos antes pela Delegacia de Proteção ao Meio Ambiente de que havia

contaminação por chorume do lençol freático e de um canal contribuinte do Rio Iguaçu – um fato extremamente grave tratando-se de uma região em que grande parte da população não recebe abastecimento da CEDAE, captando água para consumo a partir de poços artesianos. O fechamento do lixão só foi efetivado após licitação e contratação de empresa que viesse a executar os serviços de tratamento e disposição final de lixo da cidade, assim como a recuperação do lixão da Marambaia. Assim, em 2003, sob justificativa da necessidade de cessar as atividades do lixão, começa a operar o aterro sanitário de Adrianópolis, sob responsabilidade da empresa S.A. Paulista. Este empreendimento, no entanto, sofreu forte oposição da sociedade civil, pois o terreno em que foi instalado abriga cinco nascentes e vegetação de mata atlântica, estando localizado na zona tampão da REBIO do Tinguá (o que determina irregularidade grave no processo de licenciamento frente aos órgãos públicos ambientais). Além disso, as obras para construção do aterro foram iniciadas pela empresa sem que houvesse audiência pública com a comunidade. Posteriormente descobriram-se ainda algumas irregularidades no processo de licitação do aterro, entre as quais o fato da empresa vencedora ter participado sozinha e propondo valores bastante superiores aos custos de operação de outros aterros. Apesar de abertura de inquérito civil pelo MPE e longa disputa de liminares entre Associações de moradores e ONGs, Prefeitura de Nova Iguaçu e SA Paulista, a justiça autorizou a implantação do aterro.

Ainda que o caso tenha sido concluído com derrota judicial para as associações civis iguaçuanas frente a prefeitura municipal e empresa, pode-se considerar este caso como de grande importância para uma aproximação entre organizações ambientalistas e associações de moradores locais. De fato, a análise sobre os conflitos ambientais mapeados no Estado do Rio de Janeiro realizada por Carneiro (2006) indica a importância de que o associativismo “ambientalista” das classes médias e as entidades das classes populares construam pontes organizacionais e de ação conjunta:

Com isso, os 'ambientalistas' evitariam seu insulamento nas classes médias e tendências a um conservacionismo 'técnico', apolítico. De outra parte, associações de moradores e outras organizações das classes populares ganhariam aliados que dispõem de “capitais” importantes para a ação coletiva, tais como recursos financeiros e informacionais, autonomia na gestão do tempo, conhecimento dos mecanismos institucionais de processamento dos conflitos ambientais etc.

No entanto, o autor destaca que são raras as alianças interclassistas, mesmo que, em muitos casos, a atuação dos ambientalistas tenha o intuito de favorecer as classes populares. Em seu trabalho, o autor afirma ainda que na maior parte dos casos (86%) a atuação dos

órgãos públicos, principalmente os do “setor ambiental” do Estado, contribuiu para o surgimento, agravamento ou dificuldade de resolução dos problemas, o que se deve em parte à precariedade do volume de recursos materiais e humanos de que dispõem esses órgãos, levando à morosidade e insuficiência nas ações de fiscalização, prestação de informações etc., além da ocorrência de irregularidades nos processos de licenciamento. Assim, conclui:

Os piores efeitos da omissão ou precariedade da ação reguladora do Estado, ou mesmo de sua convivência com as causas da degradação ambiental, recaem sobre as populações pobres, reforçando, assim, as desigualdades sócio-ambientais produzidas pelo movimento da estrutura sócio-econômica. A análise dos casos indica, portanto, a necessidade de fortalecimento da ação reguladora do Estado, bem como de seu direcionamento no sentido de compensar, em vez de agravar, a injustiça ambiental (*op.cit.*).

4.2 – O Ambientalismo em Nova Iguaçu

4.2.1. Classificação das entidades ambientalistas locais

Com o intuito de introduzir a análise da atuação do movimento ambientalista em Nova Iguaçu, foi elaborada uma classificação mista das entidades que compõem o movimento ambientalista de Nova Iguaçu, classificando-as segundo origem, localização, formas de atuação e utilizando ainda as categorias propostas por Joan Martinez Alier (2007) para evidenciar a forma utilizada no enfrentamento dos conflitos socioambientais locais. A tabela gerada objetiva apenas sintetizar algumas informações relevantes colhidas sobre as entidades, facilitando a visualização dos dados. Posteriormente, serão apresentados e discutidos de forma mais aprofundada os dados coletados nas entrevistas com as entidades que compõem o movimento ambientalista iguaçuano.

a) Classificação segundo a origem:

A história ajuda a determinar a caracterização, em uma esfera local, dos tipos de discursos e práticas que são feitos pelos atores sociais (entidades ambientalistas, poder público e/ou comunidades). Assim, movimentos de base surgidos entre 1970 e 1980 costumam ser mais militantes, ter discursos mais politizados e geralmente não dominam os termos típicos ambientalistas. Já as entidades conservacionistas, ainda que surgidas antes da década de 90, têm domínio do discurso ambientalista oficial, o que está relacionado também a uma questão de classe social, visto que as entidades ambientalistas *stricto sensu* surgidas nessa época eram formadas em sua maioria pela classe média e mantinham uma luta

conservacionista, mas, de forma geral, não atuavam em conjunto com os movimentos que reivindicavam justiça social. Assim, categorizamos as organizações de acordo com quatro classificações temporais:

- Década de 1970 – época de clara separação entre o preservacionismo das entidades ambientalistas e as reivindicações sociais dos movimentos de base.
- Década de 1980 – época áurea dos movimentos de base e da expansão das formas de atuação ambientalistas, com o surgimento do socioambientalismo.
- Década de 1990 – época de proliferação de entidades ambientalistas impulsionadas pela Eco 92, profissionalização das ONGs e decadência dos movimentos sociais.
- A partir de 2000 – momento de estabelecimento das ONGs como sujeitos políticos do ambientalismo e indefinição quanto ao futuro dos movimentos de base.

b) Classificação segundo a localização espacial:

A localização de uma entidade pode ter uma forte relação com a classe social e, conseqüentemente, com a sua forma de atuação. Entidades localizadas em zonas periféricas tendem a ter uma atuação mais próxima à questão social, reivindicando sobretudo melhorias relativas ao saneamento básico. Entidades localizadas em áreas mais centrais ou de maior visibilidade social (como Tinguá) costumam ter uma atuação mais próxima ao conservacionismo, algumas vezes descolada de um compromisso social. No caso de Nova Iguaçu, esta classificação não pode ser considerada absolutamente conclusiva, pois as desigualdades persistem mesmo dentro de áreas consideradas “privilegiadas”, como Centro, K-11 e Tinguá, que têm parcelas de suas populações expostas a situações de risco ambiental (proximidade com pedreiras, falta de abastecimento de água e/ou tratamento de esgoto, por exemplo). Por este motivo, os movimentos sociais geralmente não têm uma atuação tão atrelada à sua localização espacial, tampouco mantêm um estilo único de atuação.

Assim, fizemos uma categorização espacial baseada nas Unidades Regionais de Governo (URGs), que podem ser consideradas “subprefeituras” de regiões pré-definidas pelo Poder Público Municipal para organizar o planejamento de ações. Optou-se por destacar o bairro Tinguá do Setor de Planejamento Integrado do Norte (cuja URG é composta por Tinguá, Adrianópolis, Rio D’Ouro e Jaceruba), o que se justifica pelo fato de a visibilidade e os investimentos direcionados a este bairro serem diferenciados de outras regiões rurais do município. Desta forma, as classificações utilizadas são:

- Centro-urbana (URGs: Centro, Posse e Comendador Soares)
- Rural diferenciado (Bairro Tinguá)
- Periferia urbana (URGs: Km 32, Miguel Couto, Vila de Cava e Austin)
- Periferia rural (URG Cabuçu e bairros de Adrianópolis, Rio D'Ouro e Jaceruba)

c) Classificação segundo a forma de atuação:

Entre as entidades pesquisadas, nota-se claramente uma divisão entre as entidades que mantêm a militância tradicional dos movimentos sociais, baseada em reivindicações e proposições ao poder público, e aquelas que se profissionalizaram, baseadas sobretudo em projetos financiados por empresas e pelo Estado. De forma geral, as ONGs têm uma atuação mais “profissional”, no sentido de desenvolverem um sistema de trabalho assalariado e baseado em projetos, ainda que existam exceções. Assim, classificamos as entidades em:

- Entidade militante – sistema de trabalho essencialmente voluntário; atuação baseada em reivindicação, proposição e enfrentamento com empresas e poder público.
- Entidade profissional – sistema de trabalho assalariado; atuação baseada em projetos financiados e parcerias com empresas e poder público
- Entidade mista – busca a profissionalização do trabalho; atuação baseada ora em reivindicação e proposição, ora em projetos financiados.

Além destas classificações, podemos distinguir também as entidades de caráter governamental, empresarial e religioso.

d) Classificação segundo formas de enfrentamento (categorias de Alier):

As entidades que compõem o movimento ambientalista têm muitas semelhanças, mas apresentam também muitas distinções, tanto em relação a objetivos, composição e origens, quanto em relação a discursos e formas de atuação. Nesse sentido, acreditamos que, acima dos discursos, aquilo que melhor distingue as entidades ambientalistas são suas formas de enfrentamento dos conflitos socioambientais existentes em sua área de atuação, evidenciando assim quais interesses defendem e de que lado se posicionam na luta político-ideológica e, conseqüentemente, na luta de classes. Concordamos com Alier (2007) quando afirma:

O ecologismo ou ambientalismo se expandiu como uma reação ao crescimento econômico. Alguns até o apóiam em razão das promessas

tecnológicas que ele apresenta. Na realidade, é perfeitamente plausível afirmar que nem todos os ecologistas pensam ou atuam de modo semelhante. Posso distinguir três correntes principais que pertencem todas ao movimento ambientalista e que têm diversos elementos em comum: o “culto ao silvestre”, o “evangelho da ecoeficiência” e “o ecologismo dos pobres”. Tais vertentes são como canais de um único rio, ramificações de uma grande árvore ou variedades de uma mesma espécie agrícola. (*op. cit.*: 21)

Desta forma, utilizaremos estas categorias para classificar as entidades que participaram da pesquisa, identificando as correntes que melhor representam em discursos e práticas.

- Conservacionismo (ou “culto ao silvestre”) – surge do amor às belas paisagens. Não ataca o crescimento econômico enquanto tal, até mesmo admitindo sua derrota na maior parte do mundo industrializado. Porém, coloca em discussão uma “ação de retaguarda” que visa a preservar e manter o que resta dos espaços de natureza original situados fora da influência do mercado.
- Credo da ecoeficiência (ou “evangelho da ecoeficiência”) – sua atenção está direcionada para os impactos ambientais ou riscos à saúde decorrentes das atividades industriais, da urbanização e da agricultura moderna. Muitas vezes defende o crescimento econômico, ainda que não a qualquer custo. Acredita no “desenvolvimento sustentável”, na “modernização ecológica” e na “boa utilização” dos recursos. Preocupa-se com os impactos da produção de bens e com o manejo sustentável dos recursos naturais, e não tanto pela perda dos atrativos da natureza ou dos seus valores intrínsecos. “Esse credo é atualmente um movimento de engenheiros e economistas, uma religião da utilidade e da eficiência técnica desprovida da noção do sagrado” (*idem*: 26-27).
- Movimento por justiça ambiental (ou “ecologismo dos pobres”) – afirma que o crescimento econômico implica grandes impactos ao meio ambiente. Seu eixo principal não é uma reverência sagrada à natureza, mas, antes, um interesse material pelo meio ambiente como fonte de condição para a subsistência; não em razão de uma preocupação relacionada com os direitos das demais espécies e das futuras gerações de humanos, mas sim pelos humanos pobres de hoje. Sua ética nasce de uma demanda por justiça social contemporânea entre os humanos (*idem*: 33-34).

Tabela 9: Classificação das entidades ambientalistas de Nova Iguaçu:

Entidade	Origem	Localização	Atuação	Enfrentamento*
União Camponesa de Campo Alegre	1970	Periferia rural	Militante	Discurso: Justiça Ambiental Prática: Justiça Ambiental
Associação de São Bernardino	1980	Periferia urbana	Militante	Discurso: Indefinido Prática: Justiça Ambiental
Produtores Rurais de Tinguá	2000	Rural diferenciado	Mista	Discurso: Justiça Ambiental Prática: Indefinido
MST	2000**	Periferia rural	Militante	Discurso: Justiça Ambiental Prática: Justiça Ambiental
MAB	1970	Centro-urbana	Militante	Discurso: Justiça Ambiental Prática: Justiça Ambiental
GDN	1970	Rural diferenciado	Militante	Discurso: Conservacionismo Prática: Conservacionismo
Onda Verde	1990	Rural diferenciado	Profissional	Discurso: Ecoeficiência Prática: Ecoeficiência
DAMGEMT	2000	N/I	Mista	Discurso: Ecoeficiência Prática: Ecoeficiência
GEHNAT	2000	Centro-urbana	Profissional	Discurso: Ecoeficiência Prática: Conservacionismo
UBEM	2000	Centro-urbana	Militante	Discurso: Conservacionismo Prática: Justiça Ambiental
CAMPO	2000**	Rural diferenciado	Mista	Discurso: Conservacionismo Prática: Conservacionismo
FASE	2000**	N/I	Militante	Discurso: Justiça Ambiental Prática: Justiça Ambiental
IBAMA	1980**	-	Governamental	Discurso: Conservacionismo Prática: Conservacionismo
SEMMAM	2000	-	Governamental	Discurso: Ecoeficiência Prática: Ecoeficiência
Câmara de Vereadores	1990**	-	Governamental	Discurso: Conservacionismo Prática: Conservacionismo
Pedreira Vigné	1990**	Centro-urbana	Empresarial	Discurso: Ecoeficiência Prática: Ecoeficiência
Igreja Católica	-	Centro-urbana	Militante/ religiosa	Discurso: Justiça Ambiental Prática: Justiça Ambiental

* Forma de enfrentamento dos problemas ambientais, segundo tipologia desenvolvida por Alier (2007).

** Início da atuação na área ambiental em Nova Iguaçu.

4.2.2 – O papel e a participação dos atores do processo

Neste item, será feita uma apresentação mais aprofundada de cada entidade entrevistada, de acordo com dados fornecidos nas entrevistas realizadas e complementadas por dados secundários. É importante frisar a quase inexistência de dados publicados sobre as entidades que compõem o movimento ambientalista de Nova Iguaçu, por isso a maior parte do material apresentado não pode ser confirmado com base na literatura, especialmente no caso das

associações rurais. Também por este motivo, houve uma preocupação em não incluir, entre as declarações fornecidas pelos entrevistados, comentários e/ou denúncias que necessitassem posterior comprovação.

Conforme acordado na assinatura dos Termos de Consentimentos, os nomes dos entrevistados serão mantidos em sigilo, exceto em casos específicos nos quais a atuação da entidade é fortemente ancorada na figura de seu fundador ou líder, sendo necessário fazer uma breve análise de sua história de vida e militância para compreender a forma de atuação da entidade.

As entidades serão apresentadas na seguinte ordem:

1. Movimentos Sociais (associações de camponeses, lavradores, produtores rurais e federações/associações de bairro);
2. Organizações Não-Governamentais;
3. Empresas privadas;
4. Poder Público;
5. Instituição religiosa.

4.2.2.1 - Movimentos Sociais:

Associação de Produtores Rurais de Tinguá:

A Associação de Produtores Rurais de Tinguá foi fundada em meados de 2006, por iniciativa de dois sindicalistas (metroviários) aposentados que perceberam, em Tinguá, a possibilidade e a necessidade de criar um movimento de produtores que lutasse tanto por melhores condições de trabalho quanto zelasse pela preservação ambiental da Reserva Biológica do Tinguá. Nas palavras de um dos líderes da associação:

“Há um ano, um grupo de companheiros que militam nessa área rural se reuniu e fundou a Associação de Produtores Rurais de Tinguá, devido a aqui ser uma área rural e aos agricultores dessa região não terem apoio das várias instâncias de governo municipal e estadual. Então o nosso objetivo é fomentar o fortalecimento da agricultura aqui na região, agricultura ecologicamente correta”.

Atualmente, são 60 associados das regiões de Tinguá e Tabuleiro, em Duque de Caxias. Entre eles, há criadores de gado e agricultores, que produzem queijo, leite e aipim, entre outros. A pequena propriedade do líder da associação funciona como um local de experiências, onde há criação de abelhas sem ferrão (abelha-jataí), um pequeno tanque de

tilápias, plantação de palmito-pupunha e vários canteiros de mudas com um bom aproveitamento de espaço e excelente produção – mais de 100.000 mudas por ano.

Com um discurso bem articulado e politizado, os líderes da associação se orgulham de ter convertido agropecuaristas convencionais em “ecologistas”:

“Estamos conseguindo transformar pequeno pecuarista em plantador de pupunha. O presidente da associação criava gado, hoje tá plantando palmito-pupunha. Não deu certo, ele saiu dessa área e foi pro comércio, agora tá plantando palmeira-real e palmito”.

No entanto, isso não significa que os produtores estejam de acordo com a prática das entidades ambientalistas locais. Ainda que haja parcerias com ONGs que atuam no local, como o Onda Verde e o Instituto Terra (com sede em Miguel Pereira), os produtores demonstram certa aversão à prática de entidades de cunho mais preservacionista. Quando perguntados sobre o porquê de entrarem na questão agrícola depois de anos militando no sindicato dos metroviários, respondem que “pra se contrapor a esses enjoados aqui de Tinguá, porque aqui tem umas ONGs que funcionam e tem outras que não”.

Muitas são as críticas que os produtores fazem às ONGs locais, especialmente no que diz respeito ao que seria uma falta de sensibilidade dos ambientalistas aos problemas sociais de Tinguá. Para eles, algumas entidades apostam apenas na repressão como forma de combate aos crimes ambientais, ao que reagem com indignação:

“Eu escutei numa entrevista o cara usar um termo com relação ao extremismo dos ambientalistas, chamar os caras de ‘ecoburros’. Aqui em Tinguá tem muito ecoburro, então os caras aqui, no que eles apostam? Só na repressão. E nós não: nós queremos transformar a questão ecológica numa atividade que possa dar dignidade às pessoas que moram aqui na região, e agricultura do tipo que ajude a preservar”

“Aqui na nossa região, tem os ecobabacas: é encher o saco dos outros, não produzir nada, não produzir uma muda de planta e ficar atrapalhando os outros. Nós não somos a favor do cara cortar palmito, mas a gente vê o lado social também. O cara às vezes vai cortar um palmito, vai matar um bicho porque não tem o que comer e os ecoburros daqui não criam uma alternativa como a gente tá tentando fazer: a gente monta um projeto, que a gente podia ficar quietinho e ficar com o mercado só pra gente, e a gente tá querendo procurar pessoas, porque a gente tem uma consciência política, somos meio comunistas mesmo (risos). A gente tem a visão e os caras, não. Eles querem o quê? Pegar um pobre coitado que tá com uma gaiola de passarinho, meter no carro da Polícia Federal e mandar lá pra baixo, e não tirar o cara disso e falar pro cara ‘cumpade, vamos lá montar um horto? Vamos ser guias florestais?’”.

Os elogios sobram justamente para uma das ONGs mais questionada pelos movimentos sociais locais, a Onda Verde, o que em parte se deve à parceria que desenvolvem no projeto de plantio do palmito-pupunha. Como explicado pelo produtor, neste projeto - financiado pela Petrobras - a Onda Verde seleciona alguns sítios para os quais doará mudas. No total, serão doadas 30.000 mudas, com o intuito de, no futuro, se criar uma micro-unidade de beneficiamento. Além deste projeto, existe uma admiração dos produtores à atuação da ONG, vista como produtiva e profissional:

“Na ordem do dia, tem a disseminação do palmito, junto com a Onda Verde. Eles pagam a gente com parte da produção: vamos produzir 12 mil mudas; 30% ficam pra gente e a gente faz o que quiser (...) Nego dá bomba na Onda Verde, mas pra mim é uma das melhores que têm aí. É a que apanha mais, mas é a que tem projeto pra ajudar as pessoas daqui”.

Ao mesmo tempo em que elogiam o trabalho desta ONG, voltam a criticar a postura que enxergam em outras entidades ambientalistas que, segundo eles, se omitiriam das lutas por melhorias sociais na região:

“As lutas que têm a ver com a nossa comunidade, que é a questão do tratamento de esgoto e da água, eles não travam essa luta. Nós travamos essa luta porque, por exemplo, aqui dentro da reserva têm várias áreas de captação de água e tem comunidades a menos de 500 metros da reserva que não têm água, e eles não fazem essa luta, de despoluir o rio”.

A boa relação entre uma associação de produtores e uma entidade ambientalista não é muito comum. Como veremos ao longo deste capítulo, a relação entre as ONGs e os movimentos sociais de Nova Iguaçu, como associações de moradores, produtores e sem-terra, não é das mais harmônicas. De fato, não só neste município, há muito o movimento ecológico não considera as associações de moradores e produtores rurais como entidades que possam ter representação em espaços tidos como puramente “ambientalistas” – como no caso da Assembléia Permanente de Entidades em Defesa do Meio Ambiente (APEDEMA), nas Conferências de Meio Ambiente e em Conselhos de Meio Ambiente. Ainda que não se diga explicitamente, ainda hoje é clara a falta de representatividade de outras instituições, que não ONGs, nestes espaços públicos. Por um lado, as próprias associações demonstram e admitem a dificuldade em incorporar um novo discurso voltado às questões ambientais, quando, no passado, a única questão “ambiental” que identificavam se referia à falta de saneamento básico, geralmente mais ligada a uma preocupação com a proliferação de doenças (vide o caso da Federação de Associações de Bairro de Nova Iguaçu – MAB – que será descrito mais à frente). Ao mesmo tempo, as ONGs, que já dominam o discurso ambientalista oficial, passam

a rejeitar o discurso político-social dos movimentos sociais, visto muitas vezes como “fora do contexto”. Por outro lado, os movimentos sociais costumam associar às ONGs uma imagem de entidades que querem tirar proveito de questões sociais e ambientais com o objetivo único de captar recursos ou para servir de trampolim político aos seus membros. E destes tensionamentos – algumas vezes justificado por experiências concretas – nasce uma cisão que raras vezes é reparada, como no caso da parceria entre Onda Verde e Associação de Produtores Rurais de Tinguá.

Se este pode ser visto como um caso de sucesso de uma parceria entre ONGs e movimentos sociais, também fica evidente que não é algo que tenha se propagado para outras associações. Em comunidades mais distantes, como a pouco conhecida Marapicu, aos pés da Serra de Madureira (Maciço do Mendanha), os projetos não chegam com tanta frequência – na verdade, eles nunca chegam.

União das Associações Camponesas de Campo Alegre (Regional Marapicu)

A história da Associação Camponesa de Marapicu é bastante antiga e conta também uma parte da história da luta por reforma agrária no país, ainda que enriquecida com aspectos locais. Ao contrário da Associação de Produtores Rurais de Tinguá, a Associação de Marapicu é fruto de uma grande ocupação de terra feita em uma fazenda de Campo Alegre por cerca de 600 famílias, no ano de 1974. Nas palavras de sua presidente, também uma ex-sindicalista (comerciários):

“Nós temos uma cooperativa mista dos agricultores de Campo Alegre – União das Associações Camponesas de Campo Alegre – porque em Campo Alegre são 7 regionais. Na época da ocupação, eram mais ou menos 600 famílias, mas depois foi dividido por regional e essa [Marapicu] é a 7ª regional de Campo Alegre. Porque em 1974, na época da ocupação, começou por Campo Alegre, no distrito industrial, e, nesse tempo, Queimados era um distrito de Nova Iguaçu. Agora é emancipado, então foi feita uma divisão. Com a divisão, Nova Iguaçu ficou com 3 regionais e mais 70% de uma regional que ficou dividida por um rio. Aqui ficou o Capoeirão, o Acampamento, Mato Grosso e Marapicu. Pra Queimados, ficou Terra Nova, Chapadão, Fazendinha e 30% das terras do Capoeirão. Então temos aquele probleminha de divisa – fica uma associação lá [em Queimados] que não pode trabalhar pra cá – mas cada associação tem sua vida própria, tem seu estatuto, seu presidente, e a nossa aqui é Marapicu. E aqui é diferente das outras porque sempre foi área rural; aqui era fazenda, e a parte de Campo Alegre era uma área urbana que tinha um projeto de construção que muita gente comprou lote e depois abandonou por causa da distância. E, com muitos anos de abandono, foi feita essa ocupação. Então parte era urbano que se transformou em rural, mas Marapicu sempre foi rural. A nossa questão fundiária aqui é tratada pelo INCRA [Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária] porque é uma área federal. Essa área era do BNH

[Banco Nacional da Habitação] e, com a sua falência, ela passou a ser espólio da Caixa Econômica, então todas as negociações para ser titular da terra são com ela”.

As famílias ocupam 358 hectares de terra, toda pra agricultura familiar, consorciada e mista. Apesar de estar há mais de 20 anos consolidados no local e após inúmeras lutas, até hoje os moradores de Marapicu não possuem a titularidade da terra, fato que se agravou com a mudança do Plano Diretor do município que, em 1997, extinguiu as áreas rurais de Nova Iguaçu, transformando-as em áreas em processo de urbanização:

“Em 1997, no governo de Nelson Bornier, os burocratas disseram que Nova Iguaçu era uma cidade em expansão – Nova Iguaçu é a capital da Baixada, já tinha desmembrado vários municípios. Esse plano quis transformar Nova Iguaçu em cidade pra conter as emancipações. Por isso e por outras coisas, eles simplesmente votaram o plano diretor da cidade dizendo que Nova Iguaçu não teria mais área rural, seria tudo urbano. Sem urbanização, mas virou urbano. Aí passou a cobrar IPTU... E isso foi feito sem consultar a sociedade, não nos perguntaram se estava bom: simplesmente botaram no papel. Teve só a última audiência, pra qual eu fui convidada, já pra festa, o coquetel e o lançamento da lei. Quando nós tomamos conhecimento, o problema já tava feito, e daí pra cá começou a nossa via crucis, porque a área que nós estávamos negociando junto ao INCRA pra fazer reforma agrária, o INCRA passou a não reconhecer, porque, sendo área urbana, o INCRA não trabalha. Então nós temos três coisas aqui: área urbana, [lotes de] 3 hectares e dentro da área metropolitana. O INCRA não trabalha área urbana, nem menos de 10 hectares, nem área metropolitana, então praticamente se tornou inviável”.

Com isso, o caso foi transferido para o ITERJ (Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro), órgão que trabalha também com agricultura familiar. Contudo, a posse da terra continua sendo da Caixa Econômica. Ambas as instituições vêm dando apoio ao processo de regularização das terras, mas a burocracia vem arrastando o caso há anos em situações que beiram o limite do surrealismo.

Em 1998, o então governador Marcelo Alencar e o presidente do ITERJ, sensíveis à questão de Campo Alegre (local de abertura política para Leonel Brizola quando Alencar ainda pertencia ao PDT), propuseram à Caixa Econômica trocar estas terras por uma fazenda em Italva, cidade do noroeste fluminense. A Caixa, no entanto, recusou, pois não pretendia mais investir em imóveis rurais. Desta forma, propôs ao Estado vender a área por R\$400.000,00, o que foi aceito. Contudo, este era um ano eleitoral e Marcelo Alencar foi derrotado. Assim, o processo voltou ao início.

Encaminhado ao governador eleito, Anthony Garotinho, a resposta obtida foi que o governo estadual não pagaria por terras do Governo Federal, que teria a obrigação de fazer a reforma agrária, portanto a questão deveria retornar ao INCRA. Assim, continuava a

peregrinação iniciada em 1987, quando o primeiro processo foi aberto em Brasília. O ITERJ, com novo superintendente, não abandonou a questão e fez um cadastro socioeconômico. Em 2001, após alguns estudos, anunciou que 55 famílias, que moravam há mais de 5 anos no local, receberiam o título da terra. Contudo, dois novos atores entrariam no processo: a Prefeitura de Nova Iguaçu e a FEEMA (Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente), responsável pelo estudo de impacto ambiental. O processo passou pela FEEMA, mas não pela prefeitura. Já em 2002, no Governo Lula, a associação voltou a pressionar o INCRA, que comunicou que em breve desapropriaria as terras de Marapicu. Em maio de 2003, o governo federal já havia consolidado a questão da agricultura no Estado e descentralizou as ações do INCRA, que ganhou autonomia para tratar processos de reforma agrária em nível estadual. Já com novo superintendente, o órgão comunicou, em reunião, o motivo pelo qual o processo não havia sido aprovado pela Prefeitura de Nova Iguaçu: devido à mudança no Plano Diretor, que extinguiu as áreas rurais do município, a prefeitura comunicou que a área estava dentro de uma área urbana.

Em dezembro de 2003, a Secretaria de Fazenda de Nova Iguaçu encaminhou uma cobrança de R\$526.000,00 de uma dívida de IPTU, referente a 5 anos de cobranças do imposto na comunidade. Assim, seria necessária uma nova reunião com a prefeitura municipal e com a Secretaria de Meio Ambiente, que estava negociando a fazenda. Após uma nova negociação, ficou acertado que o município faria o assentamento, mas daria a concessão por apenas 20 anos. A comunidade reunida não aceitou. Futuramente, uma nova proposta de concessão foi feita, agora por 50 anos, o que novamente foi rejeitado. Durante este tempo, a Caixa Econômica foi acionada judicialmente para pagar a dívida de IPTU: o valor foi pago, mas ao mesmo tempo foi aberto um processo de reintegração de posse contra a associação. A esperança era a eleição, em 2004, de um novo prefeito, Lindberg Farias, que apesar de ter feito campanha apenas em área urbana, havia prometido dar atenção aos agricultores. Em abril de 2005, conseguiram se reunir com o prefeito, que pediu 20 dias pra resolver o nosso problema: “você vão ter a terra, e por 99 anos, como manda a lei”. No entanto, os 20 dias se estenderam bem mais até ser assinado pelo procurador do município. Logo depois, o processo desapareceu e, para complicar, a Secretaria de Agricultura foi arrombada, tendo seus computadores roubados:

“Aí o problema já não era só Marapicu, era toda Nova Iguaçu, porque tinha IPTU cobrando de Tinguá, Vila de Cava... Não era uma questão pequena, era o município que tem 70% das terras agricultáveis, mesmo algumas sendo urbanas, mas não podiam pagar o IPTU altíssimo como era. Já tinha gente negociando pra pagar em 10 anos...”

Felizmente, a associação tinha cópias dos processos e enviaram ao procurador. Simultaneamente, dois vereadores interessados na questão agrícola do município e principais responsáveis pela rediscussão do Plano Diretor municipal, em 2007, abriram um novo processo pela Câmara de Vereadores. Mas um novo ator seria integrado à história quando o procurador, após o processo estar perto do fim, afirmou que as terras não pertenciam à Caixa Econômica, e sim à Petrobras, visto que um de seus dutos passa por baixo das terras. Assim, a Caixa teve que provar que as terras eram suas, enquanto a presidente da associação respondia na Justiça pela ocupação da área. Ambos os casos foram solucionados sem prejuízo para a associação, embora tenha aumentado o tempo de espera.

Em resumo, entre idas e vindas, o decreto foi assinado três vezes pelo prefeito, tendo desaparecido pelo menos mais uma vez. Seis meses após a entrevista, o processo se encontrava na Justiça e, segundo a presidente, agora eles deveriam esperar pois “com a Justiça, a gente pensa duas vezes antes de meter o pé na porta”.

Entre as raras entidades que apóiam a causa da associação se encontra a Pastoral da Terra, por meio de Padre Geraldo, que lhes presta assessoria e apoio logístico. Além disso, oferecem para a comunidade um curso teórico e prático de Agroecologia. É importante ressaltar que, nesta luta, a associação de Marapicu praticamente não conta com o apoio de outras associações rurais, o que demonstra certa desarticulação entre as entidades agrícolas do município:

“Na conferência da cidade, nós lutamos pra colocar alguma coisa de agricultura [no Plano Diretor] e poucos agricultores estavam participando na reunião. Então, a nossa luta por liberação das áreas de agricultura de Nova Iguaçu, nós vencemos, conseguimos colocar no Plano Diretor, só que as outras partes beneficiadas, como Tinguá, não estão lutando mais, o problema deles já acabou, só Marapicu continua lutando junto ao Conselho de Agricultura”.

Para muitas associações rurais, a alteração do Plano Diretor de 1997 trouxe graves prejuízos, seja pela substituição do ITR (Imposto Territorial Rural) pelo IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano) – muito mais caro –, seja pela falta de políticas voltadas para a produção agrícola. Foram suspensos os recursos para adquirir sementes, adubo e equipamentos para arar a terra, assim como os incentivos para escoar a produção. Na regional do Capoeirão, também em Campo Alegre, a divisão da área entre dois municípios – Nova Iguaçu e Queimados – criou uma situação inusitada: de um lado do assentamento, podia-se usar máquinas da Prefeitura de Queimados para trabalhar a terra; já do lado de Nova Iguaçu, a terra não podia ser mexida, criando uma condição de desigualdade que só pode ser amenizada pela solidariedade comunitária. Para a associação de Marapicu, os prejuízos também foram

grandes, especialmente no que diz respeito à falta de titulação da terra, que lhes gera diversos entraves:

“Campo Alegre tinha estrutura pra ser uma cidade da agricultura, mas, infelizmente, por falta de interesse do governo e Nova Iguaçu ter se transformado em cidade, eles estão investindo muito em agricultura urbana e nós, que somos realmente os rurais, lutamos pela terra, fizemos ocupação, tudo reconhecido pelo governo, mas não trabalhamos por falta de uma política agrícola”

Além disso, segundo a presidente, a política agrícola estadual também não tem sido generosa para os pequenos agricultores:

“Eu não entendo bem, porque é como se o Estado de repente não tivesse mais interesse na EMATER, que é uma empresa do Estado (...). Eles estão priorizando muito a parte de Campos, Norte, Noroeste, Sul do estado, onde cada um tem seus próprios meios de sobrevivência, estão os grandes que podem ir ao banco, pegar empréstimo e dar calote, e não querem financiar o pequeno. O programa de governo, acho que 70% é a fundo perdido porque, durante 2 anos, o estado ou o município tem que dar sustentabilidade às famílias assentadas, mas isso eles não fazem. Então estamos numa dificuldade, porque o município está querendo levantar, mas o Estado está falhando”

Tudo isso faz com que os jovens de Marapicu se sintam desmotivados a perpetuar o trabalho com a terra. Na visita feita ao local, foi-me apresentada uma jovem de 25 anos que faz curso técnico em agropecuária em uma escola rural de Magé. Ela e uma amiga são as únicas jovens que estudam para manter a tradição agrícola do local. Perguntada sobre o que os jovens de Marapicu pensam sobre o futuro, a resposta tímida foi que os jovens “não querem nada” ou pensam em conduzir os sítios sem nenhum estudo. A falta de motivação no trabalho rural e a grande carência de estrutura na comunidade fizeram dos jovens locais alvos fáceis para um problema mais comum nos centros urbanos: o envolvimento com drogas. Muitos jovens já foram presos ou mortos e algumas denúncias apontam a região como esconderijo de traficantes foragidos de favelas cariocas que, após instalados, aliciam os jovens para trabalhar no tráfico. Tudo isso contrasta com um passado rico, no qual a produção local era farta o suficiente para dar qualidade de vida aos agricultores:

“O pavilhão 30 da CEASA foi criado em função dos assentamentos rurais de Campo Alegre. Saía caminhão com produção 3 vezes por semana! Nós colhíamos muito quiabo, batata-doce, abóbora... Essa terra dá batata-doce que nem pedra... Produzíamos, não produz mais não, agora a planta não dá mais, não sei o que é...”

É fato que, além da falta de incentivos, a questão ambiental também tem afetado a produção da associação. Segundo a presidente, a falta de chuvas nos últimos anos tem sido

muito prejudicial, o que tem sido explicado pela ocorrência dos fenômenos climáticos El Niño e La Niña. No entanto, outros fatores podem ter contribuído para a situação: o desmatamento da Serra de Madureira, localizada a poucos metros da área ocupada; a poluição do ar, dado que a área está próxima a uma estrada de grande movimento e ao distrito industrial de Nova Iguaçu; e o ressecamento do solo, creditado em parte a uma plantação de eucaliptos distante menos de 1Km da área:

“Esse eucaliptal foi plantado por conta do assentamento: eles plantaram pra que não fosse feito assentamento lá. É porque tava na lista do pessoal acampar lá, mas o fazendeiro botou trabalhador lá pra plantar eucalipto. Aí pronto, daí pra cá... Isso aqui era um pântano, ali perto da Igreja era uma lagoa, era muita água que tinha, secou tudo. (...) Lá na fazenda grande era da Votorantin, agora é da Pontal Empreendimentos, mas foi a Votorantin que plantou.”

Além disso, não há irrigação e os dois rios que cortam a área (Ipiranga e Cabuçu) se encontram bastante poluídos.

“São tudo poluídos, porque o esgoto do bairro vai tudo pros rios e tem poluição também de uma fábrica que fica lá em cima, no [bairro] Marco II. Em Cabuçu fica uma garagem de ônibus que foi desativada, mas ainda tem resíduos de óleo, nessa água vinha muito óleo. Esse é o Rio Cabuçu, que nasce na Serra, desce a Cachoeira e, quando chove, as águas vêm, e os esgotos dos bairros vêm todos pelos valões, porque ele vai encontrando valões no caminho como o rio Ipiranga. Esse rio Ipiranga, quando houve a ocupação aqui, dava camarão e aqui tinha muito peixe, o pessoal tomava banho no rio, a água era limpinha. Agora a água é preta, com um cheiro...”

O Rio Ipiranga, de fato, é um dos três afluentes mais contaminados do Rio Guandu, que abastece dois terços da população do Estado do Rio de Janeiro. Diante disso, a CEDAE, ao invés de investir na recuperação ambiental dos afluentes, optou por segregá-los para diminuir os custos do tratamento da água. Assim, em outubro de 2007, anunciou a transposição destes rios, projeto financiado com recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), do governo federal (O Globo, 2007), fato que já era conhecido dos moradores de Marapicu:

“Esses dois rios [Ipiranga e Cabuçu] depois da ponte se encontram, fazem a foz, a bacia, pra jogar pro Guandu, e já tem um projeto que o Guandu não quer esses dois rios, querem desviar essas águas, estão tentando fazer um tratamento ambiental no Guandu que tem até APA. Aqui tem o Gericinó-Mendanha, que não funciona, mas a APA do Guandu-Sena funciona a todo vapor e eles não querem essa água aqui, de tão poluída que ela é. Os coliformes fecais são muito altos e mais a questão do resto de produtos químicos de muita fábrica aqui por perto: tem a Embelleze, no Marco II, tem salão de cabeleireiro, pequenas metalúrgicas que trabalham com alumínio, borracheiro, pequenas oficinas

e tudo isso é jogado no ambiente. Vem a chuva, é tudo pra dentro do valão.”

Apesar dos inúmeros problemas socioambientais claramente identificados pelos moradores, não há investimentos em Marapicu como em Tinguá, uma área que também é rural, mas não enfrenta tantos problemas quanto Marapicu. Isto nos faz questionar se as ONGs investem onde há demanda social ou onde há recursos disponíveis. De fato, a fama de Tinguá, devido à existência da reserva, é muito maior do que a desconhecida Marapicu. Isto leva a uma desconfiança sobre as reais intenções de entidades que declaram investir “onde há necessidade”, pois não se pode negar que nesta região há muita necessidade, sem que, no entanto, essa necessidade seja visível nos meios de comunicação.

“As ONGs não olham pra Marapicu porque aqui é um lugar que não dá mídia. Politicamente falando, você chega num local desse, fica olhando quantos votos tem ali. Mesmo os de ONG, sempre têm um pezinho dentro da política, ninguém vive sem a política partidária. Então, nessa situação, você vem pra um local e diz ‘ué, aqui não tem ninguém?’”.

Essa situação de invisibilidade traz momentos de grande desesperança e indignação, o que se pode comprovar em diversos sinais do assentamento e na própria fala da presidente que, embora lutando há anos por melhorias para toda uma comunidade, também mostra sinais de cansaço:

“Aqui tem muita necessidade, carência da estrutura da água, e a água puxa a luz, a luz puxa a irrigação e nós não temos de onde tirar, não temos um financiamento, não conseguimos R\$4.000,00 do PRONAF C, exatamente pras pessoas que estão na terra mas não são titulados. Nós estamos na terra há 22 anos, mas não somos reconhecidos por causa desses desmandos de governo, esse pouco caso com a agricultura. É como se nós não existíssemos, fôssemos vegetais ou sei lá o quê, que não vale a pena investir. É como se fôssemos uma praga que merece ser extirpada do país, da nação”.

“É preciso que o pessoal que tem a oportunidade de formar essas organizações, captar recursos, que olhem mais pra quem está na periferia, na roça e querendo viver na roça. Aqui ninguém tem vergonha de dizer que é trabalhador rural e nós não estamos pedindo pra poluir a cidade e nem crescer em cima da nossa necessidade. Que cresçam junto conosco, porque nós temos muito a aprender, mas temos alguma coisa também pra ensinar”.

Associação de Lavradores da Fazenda São Bernardino (Vila de Cava)

A Associação de Lavradores da Fazenda São Bernardino tem, assim como a Associação de Marapicu, uma história de luta e decadência. A diferença, contudo, se situa no fato de que

a luta por reforma agrária na Fazenda São Bernardino conseguiu chegar a um fim: entre os anos de 1986 e 1987, a área foi demarcada pelo INCRA e as famílias ganharam a titulação de seus lotes.

A ocupação das terras da fazenda teve início a partir do sindicato de trabalhadores rurais de Nova Iguaçu, contando com a participação também da Igreja Católica, que os auxiliou. O processo de ocupação se iniciou com 260 famílias, número que, com o desgaste da espera pela desapropriação da terra, se reduziu a 90 famílias acampadas. A luta foi longa e penosa para muitos:

“Quando começou o tratamento da Prefeitura (...) nós estávamos acampados no casarão. Tinham sete barracos na época aqui, aí as pessoas entraram com a reintegração de posse e conseguiram, porque era a filha do falecido Jaco [Giácomo], ela era juíza, conseguiu entrar com uma liminar, aí vieram com caminhão, máquinas, e quebraram tudo e nós voltamos pra estaca zero. Aí ficamos acampados na estrada - nessa época não tinha asfalto aqui - e conseguimos, por intermédio da Igreja, entrar em contato com a Defesa Civil, que arrumou barraca pra maioria das famílias e arrumou um trator pra poder fazer uma base pra arrumar as barracas. Aí nós fizemos uma reunião e concluímos que a gente tinha que acampar no Largo de São Francisco, onde era o INCRA. Armamos a barraca ali, o ano era 1986, a gente fazia caminhada pela Av. Rio Branco, ia até o Aterro do Flamengo pra pressionar, mas tava difícil. Uma parte ficou aqui e uma parte no Largo de São Francisco, sendo que conseguíamos quentinha pra gente e pro pessoal daqui. Nós ficamos acampados 6 meses, mas tava demorando; nós ganhamos pra 16 famílias, e isso não era suficiente pra ficar aqui na terra. Aí eu peguei o carro do Padre Geraldo, dei uma volta aqui, em Tinguá, Parque Estoril, atrás de companheiros que tinham se afastado pra reforçar a luta. Aí consegui os companheiros de volta e, um dia, o Ministro da Reforma Agrária, que era o Marcos Freire na época, pai do deputado Roberto Freire, veio aqui e nós fizemos um apelo pra ele, que pediu que passássemos um fax pra Brasília naquela hora. Aí passaram o fax às 8 e pouco da noite. Aí deu que tinham desapropriado a Fazenda, aí o pessoal fez aquela festinha, todo mundo ficou feliz com aquilo e no dia seguinte nós viemos embora pro assentamento. Aí o INCRA entrou, fez a divisão, todo mundo já tinha marcado o seu pedaço, uns com mais, outros com menos, né, porque tem sempre aquele que quer mais que o outro, a divisão do bolo nunca é igual... E um tempo depois o INCRA veio, fez o cadastro do pessoal, aí deu um auxílio, que eles dão o nome de fomento, um dinheiro minguaado que eles dão de ajuda de custo... ‘Fomento’, o nome do pobrezinho, já tá com o nome certo (risos)”

A Fazenda São Bernardino foi inaugurada em 1875. Sua sede, hoje em ruínas após um incêndio na década de 80, foi tombada em 1951 pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (PCNI, 2004a). A fazenda produziu café, açúcar, aguardente e farinha de mandioca, além de extrair muita madeira e exportar carvão. Esse conjunto de atividades

tornou o solo da fazenda pobre em nutrientes, tornando o cultivo de alimentos caro e trabalhoso para os assentados.

“A argila aqui é muito fraca, pra dizer a verdade... Aqui, tiraram terra de embolso em toda a Baixada, todo o assentamento, só não tiraram do morro porque lá não tinha. E enfraqueceu muito a terra, aqui teve muita queima de terra pra fazer carvão, tiraram muita lenha daqui pra fazer carvão, queimaram muito essa terra, muito lixo hospitalar, teve plantação de café, que enfraquece a terra, muita plantação de cana também... Em resumo, a terra se tornou esse resto que tem aí, muito fraca...”

Alguns empréstimos foram feitos pelos assentados para realizar melhorias no local, o que, no entanto, não foi suficiente para gerar boas condições de cultivo. O assentamento nunca passou por um momento de real produtividade, o que culminou em um polêmico processo de emancipação do INCRA, descrito em tom de lamento pelo atual presidente da associação:

“Nós temos que pagar uma vez por ano o PROCERA, o PRONAF e pagar terra do INCRA também. É um paga-paga que nunca acaba e a gente, logicamente, não consegue nada, porque os presidentes [do assentamento] do passado fizeram uma mesa-redonda talvez com o superintendente [do INCRA] da época e pediram a emancipação do assentamento. Pra emancipar um assentamento, tem que ter saúde, educação, lazer, saneamento, e nada disso tem... Eles se basearam no asfalto que passa aí no centro do assentamento, porque se você for pelas laterais, você se perde porque não tem estrada... Quem mora do lado de lá, é um sofrimento só...”

Com a emancipação, o direito a empréstimos caiu de R\$8.500 para apenas R\$1.500 por família. Além disso, uma dragagem que deveria ser feita dentro do assentamento não pode ser concluída, pois a verba não é liberada pelo INCRA para assentamentos emancipados. Todo esse processo trouxe um grande desânimo para os assentados, o que se reflete nas próprias falas do presidente da associação, um misto de mágoa e desesperança:

“Quando você vê falar de reforma agrária no Brasil, eu não acredito, principalmente no Rio de Janeiro. Existe sim divisão de terras; reforma agrária, não. Pro governo fazer uma reforma agrária de porte, teria que dar sustento ao homem no campo e cobrar dele – se o homem não fizer, bota outro. Sendo que isso não acontece... Tamos aí há 21 anos e ninguém tem nada de sucesso pra contar”

“No início as coisas são melhores, porque a pessoa tá com aquele vapor pra conseguir tudo. Aí depois, quando você vê que não é nada daquilo, que não vai conseguir porque não há como... Porque aqui ou você trabalha no lote e os filhos morrem de fome ou você trabalha lá fora e deixa o lote cheio de mato, porque não tem dinheiro pra pagar ninguém... A maioria nem estuda, é quase tudo analfabeto, como é que vai pegar empréstimo? (...) É essa carência, só tem mato, nego vendendo pedaço do lote e a gente sem poder fazer nada. (...) Quem tem o poder na mão,

minha filha, tá muito difícil de ajudar quem precisa. Pra ajudar, você encontra pouco, mas pra prejudicar você encontra bastante. (...) É um assentamento muito bonito, com uma história muito grande e bonita e ao mesmo tempo é um assentamento degradado, triste e sem futuro”

As ocupações da Fazenda São Bernardino e de Campo Alegre foram as únicas em território iguaçuano até 2006, quando um grupo de militantes do Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) foram assentados em área próxima, conhecida como Parque Estoril. Apesar disso, existem outras associações rurais formadas, como a de Tinguá. Em Vila de Cava, uma outra associação (Associação de Produtores Rurais de Vila de Cava) foi fundada após uma divisão na comunidade, estabelecendo uma concorrência que foi ainda mais maléfica aos assentados de São Bernardino. Esta nova associação, por motivos não esclarecidos, ganhou o direito de uso do galpão da associação, considerado área comunitária e, portanto, não passível de apropriação privada. Além do galpão, a nova associação foi agraciada com um projeto de agroindústria da ONG Onda Verde – financiado pela Transpetro, subsidiária da Petrobras – mantendo assim a posse do galpão, que foi reestruturado. A relação da associação de São Bernardino com as ONGs, por sua vez, não é tão próxima. Uma tentativa de aproximação com a mesma Onda Verde foi feita recentemente, mas o projeto não foi à frente.

É importante observar que a relação que os assentados têm com a terra é muito diferente da relação de uso tão comum aos moradores de áreas urbanas. Ao falar da história da terra, o presidente da associação está falando de um ente vivo, pelo qual se deve zelar. Por este motivo, é com rancor que identifica as atividades que envolveram este ambiente antes da chegada dos assentados:

“O primeiro dono era um senhor de engenho que tinha isso aqui como uma relíquia, ele zelava pela terra, cuidava de gado. Aí veio o sobrinho também, o Bernardino José Souza de Mello, mas já veio esse italiano, Jaco [Giácomo Gavazzi], que já apanhou com outra finalidade: aqui tinha muito mato, o caso dele era fazer carvão. Quando acabou, ele fez canavial, lavoura de café e os lixos dos hospitais eram jogados num lugar perto daqui, dentro da São Bernardino. Quando acabou a produção, porque a terra estava cansada – porque chega a um ponto que tira a vida da terra – começaram a tirar areia pra vender, terra de embolso, aí fracassou a terra. Hoje, pra essa terra produzir, se é uma pessoa que tem condição, tinha que trazer muito capim de fora, terra vermelha de outro lugar, bater, bater, virar, deixar uns 2 ou 3 anos pra começar a plantar”

Nessa fala, o presidente da associação identifica inúmeras questões ambientais, que se somam a outras mencionadas ao longo da entrevista, como a falta de abastecimento de água e tratamento de esgoto no local (“o pessoal fura e tira. Ninguém aqui paga água, não... Não teria água se não furasse. Ninguém aqui tem tratamento de esgoto, o esgoto só é cuidado até onde

termina o asfalto”). Além disso, a construção de novas casas é totalmente desordenada, com casas sendo erguidas em cima de dutos da CEDAE, do tempo do Império, que passam pela área do assentamento (“há um tempo estourou um do lado de Boa Esperança, arrancou uma casa. Esses tubos já estão cansados, já racharam alguns...”).

O assentamento conta, em teoria, com 53 casas em terrenos de cerca de 2 hectares. No entanto, há lotes com até 7 casas, o que se deve tanto ao crescimento das famílias quanto à venda de pedaços dos lotes, o que é ilegal, mas diante do processo de empobrecimento e contínua urbanização do local, é tolerado pelos órgãos fiscalizadores – é difícil cobrar legalidade dos moradores quando os direitos mais básicos de cidadania não são fornecidos pelo poder público. Assim como Marapicu, São Bernardino parece invisível. Raríssimos são os investimentos públicos no assentamento: no início de 2008, os moradores foram contemplados com a Arca das Letras, programa de incentivo à leitura do Ministério do Desenvolvimento Agrário. O fato foi recebido com discreta alegria pelos assentados, mas não se pode negar que, perto das dificuldades enfrentadas, receber livros do governo federal parece um “luxo desnecessário”. Especialmente pois, pouco tempo depois, soube-se que o projeto do Arco Metropolitano⁶, construído com recursos do PAC, igualmente do governo federal, considera a área da Fazenda São Bernardino um “vazio urbano”, levando os assentados a pedirem a presença de vários órgãos federais, estaduais e municipais para constatar que o local é ocupado.

Assim, o futuro do assentamento fica seriamente comprometido. Homens e mulheres procuram trabalho fora, enquanto os jovens adquirem hábitos urbanos.

“A maior parte das pessoas trabalha fora, em comércio, casa de família, porque as pessoas não têm como sobreviver da terra, porque não têm dinheiro. O cidadão tem família, tem que deixar a família no lote... Porque aqui é o rural encravado no urbano (...) Jovem daqui é moto, brinquinho, *lan house*... Do lado da associação, cada ‘homão’ desse tamanho, tudo de gaiolinha, brinquinho, touquinha na cabeça, mas nenhum pega uma enxada pra tirar o mato da frente da cozinha. Não dá pra assinar embaixo pra filho na área rural, não”.

⁶ No Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) do Arco Metropolitano, consta a informação que, entre os impactos negativos causados pela obra, haverá: perda de áreas de lavoura de subsistência, redução da área de produção agropecuária, desapropriação de moradias, estabelecimentos comerciais e industriais, fragmentação de bairros e localidades e das relações sociais comunitárias, e alteração no cotidiano da população em pelo menos 34 localidades de 4 municípios: Nova Iguaçu, Duque de Caxias, Itaguaí e Seropédica. Além destes, serão atravessados pelo Arco os municípios de Itaboraí, Magé, Guapimirim e Japeri (DER, 2007). Deve-se destacar ainda que, entre os empreendimentos previstos em sua área de influência (e que justificam sua construção), encontram-se o COMPERJ, a PLANGÁS, o Complexo Petroquímico de Duque de Caxias, o Complexo Industrial de Santa Cruz, o Complexo Siderúrgico e o Porto de Itaguaí.

Apesar de todos os problemas sociais e ambientais discutidos na entrevista, quando perguntado diretamente sobre o “meio ambiente”, o presidente fica em dúvida, pois lhe falta familiaridade com o termo. Ao ser questionado sobre possíveis conflitos com as unidades de conservação, dado que o assentamento se situa a poucos quilômetros da REBIO de Tinguá, responde:

“A gente sabe [da existência da reserva] porque, de um tempo pra cá, parece que aqui foi criada uma brigada defensora da reserva, que é o meio ambiente, não é isso? Porque não tinha esse negócio de fazer, vamos proteger... Nego entrava, pegava trabuco, botava na sacola, passava dias caçando na reserva e ninguém implicava com nada... Tinha colega meu que ia pra lá e até me chamava, mas eu não era chegado. De certo tempo pra cá, começaram a falar de meio ambiente...”

Logo em seguida, associa a questão ambiental à extração de petróleo e à escassez de água, fatos extensamente discutidos nos meios de comunicação, em um trecho da entrevista que demonstra a confusão gerada tanto pelas novas informações quanto pelas mudanças na legislação nos agricultores, que sempre estiveram em contato direto com o meio ambiente sem, no entanto, o nomear.

“Dizem que na Bacia de Campos, aquela jangada, aquela plataforma que desabou, era 20 mil metros pra chegar no petróleo... Só que nós vamos chegar no meio ambiente. O que acontece: eles puxam o petróleo bruto, aquela goma. Onde fica o petróleo, vai ficar um vácuo, um vazio, não vai? Aí a terra tá lá em cima. Só que nós podemos pisar aqui que a terra não vai afundar, porque daqui até chegar lá é muita coisa e foi dito por alguém (...) que daqui a dez anos vai faltar água nos EUA, não sei mais onde... O que acontece? A água bate, a terra puxa. A água tá caindo naquele vácuo onde saiu o petróleo, onde tá aquele vazio. Ela tá se armazenando ali, com certeza, então ela vai faltar, porque não tem apoio pra segurar ela. É a mesma coisa que encher uma caixa-d’água furada. Então aí é que foi criado o meio ambiente! Por que? Reflorestamento, pra poder proteger a terra, pra resfriar a terra, pra segurar. (...) É daí que vem o meio ambiente, pra mim ele veio daí. Aí começou a proteção, proteger a Reserva Biológica, reserva-mãe. Antigamente tinha que ficar 20% no meu lote, só que agora, qualquer coisa que você corta, o IBAMA vem e tá se metendo. Então vai ter reforma agrária quando? Eles tão implicando...”

De fato, a falta de conhecimento sobre a questão ambiental é bastante prejudicial aos agricultores, especialmente no que diz respeito à legislação. Isto porque, embora o poder público tolere determinadas atividades ilegais que tocam à sua responsabilidade – como o lançamento de esgoto *in natura* no solo e em cursos d’água que cortam o assentamento – quando a responsabilidade é do indivíduo, a multa é certa. Ao ser questionado se já houve problemas com o IBAMA, ele responde:

“E muito! Teve gente que foi queimar um monte de galhos, o IBAMA passou e multou em 1800 reais. Não pagou porque não tinha, mas foi multado. Com o tempo, toma cacetada de um lado e de outro, a pessoa vai se educando. Acho que o IBAMA não seria o caso de quebrar gaiola ou estar multando, mas de dar mais trabalho. Ele tem que arrumar uma maneira pra educar as pessoas como proceder”

Acampamento Terra Prometida (Parque Estoril)

O Acampamento Terra Prometida, formado por militantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), atualmente está instalado parte em Parque Estoril, área rural de Nova Iguaçu, e parte (80%) no bairro Amapá, em Duque de Caxias, bem próximo à divisa com Nova Iguaçu. Assim, o acampamento lida com duas prefeituras. Mas, em sua curta história, as 75 famílias que nele vivem já passaram por outros dois municípios: Miguel Pereira, onde iniciaram a luta, e Rio de Janeiro, no bairro de Santa Cruz, por cinco anos:

“O Acampamento Terra Prometida tava em Miguel Pereira durante um ano. O INCRA deu a área como produtiva e pediu pro MST indicar algumas áreas pra fazer o assentamento. Indicou 3 áreas e o INCRA disse que dessas, a de Minas e Energia (da CNEN) seria a mais fácil, ficava em Santa Cruz... O INCRA disse que em 3 meses estariam assentados em Santa Cruz. Ficamos lá 5 anos e nada de resolver, porque a CNEN disse que não tinha interesse na área, que a eles não servia pra nada, mas o prefeito César Maia – a área pertencia ao município do Rio de Janeiro – alegou que a CNEN tava devendo impostos e taxas no valor de um milhão. Aí foi uma briga horrível, não conseguimos avançar e, quando conseguimos negociar com a CNEN, a Prefeitura e o INCRA o nosso assentamento lá, o Governo do Estado entrou na história. Uma empresa alemã, Thyssen, havia se interessado por uma área pra construir um pólo industrial, CSA [Companhia Siderúrgica do Atlântico], pra produção de chapas de aço, e a área com que eles se depararam era a nossa área, que ficava próximo ao Porto de Sepetiba. Se interessaram e a idéia que o Governo Federal colocou pra eles é que até cederiam a área pro Governo do Estado, desde que eles resolvessem o problema das famílias”.

Nesse íterim burocrático, o Estado iniciou um cadastro pra dar uma casa popular para cada família do movimento em Sepetiba, o que foi prontamente recusado:

“Aí nós começamos uma briga com o Governo do Estado, porque não queríamos casa, queríamos terra, e ficamos 1 ano e 6 meses discutindo isso aí e colocamos algumas questões: queríamos uma área na proximidade, aqui na Baixada Fluminense mesmo, e queríamos alguma infra-estrutura. Nisso conseguimos com que o Governo, depois de algumas “gafes” que cometeram indicando algumas fazendas e fazendo tudo o que não deviam fazer - os donos não queriam vender pra eles - conseguiram uma área aqui em Parque Estoril onde era a Fazenda JR e a Fazenda Paraíso, só que eram pequenas. Aí ficou com o compromisso de adquirir uma outra pra gente pra poder assentar as 75 famílias. Essas áreas que eles adquiriram cabem no máximo 12 famílias, porque tem ao lado a

Reserva Biológica de Tinguá e muito morro. Então a gente acabou negociando isso e exigimos que isso não fosse só MST e Estado, mas que colocasse na Justiça. Então tem um documento enorme com vários pontos, entre os quais a indenização da roça que nós tínhamos lá em Santa Cruz, onde tínhamos mais de um milhão de pés de aipim, quiabo, jiló, banana, cana, muita coisa plantada que eles vão ter que indenizar”.

Assim, em abril de 2006 as famílias se mudaram para Parque Estoril, o que não significa que os problemas tenham sido resolvidos: segundo o líder do movimento, houve mais prejuízos que benefícios, pois há mais de dois anos não conseguem plantar, dado que a área disponível é pequena, e a outra área, maior, ainda está sendo demarcada para assentar as famílias. A qualidade da terra também não é tão boa quanto a de Santa Cruz, pois o local onde foram assentados, além de ser muito pedregoso pela proximidade com o morro, também foi usado no passado na produção de laranja para exportação, o que empobreceu o solo. As famílias têm sobrevivido graças a cestas básicas doadas pelo ITERJ, insuficientes para a alimentação de uma família. A situação só tem sido contornada pela relação de companheirismo do grupo.

Sempre destacando a união e a democracia do movimento, o líder ressalta que o grupo não é inteiramente do MST, mas sim a grande maioria (90%). Um pequeno grupo vem querendo se separar e criar outra organização, o que, segundo ele, é comum, pois não é possível satisfazer a todos, especialmente em situações adversas como a atual. Uma situação agravada pela falta de política agrícola do município devido à extinção de áreas rurais no Plano Diretor de 1997:

“Foi um impacto muito forte porque, primeiro, em área rural você não paga IPTU, que é muito caro, você paga ITR, que é mais em conta, até pelo que você produz; você não paga imposto pelo terreno, mas paga pela mercadoria. E aí passou a ser muito caro e as pessoas não tinham condições. E, sem ter área rural, você passa a não ter pra quem vender aquilo que você produz. Nova Iguaçu não se preocupava com a venda do produto, então não tinha o mercado produtor, passou a não ter uma patrulha mecânica pra ajudar os pequenos, essas coisas técnicas não tem. Então o produtor passou a ficar largado, o impacto foi muito grande nesse sentido: além de não ter um incentivo da prefeitura, já que não tinha área rural pra plantar e, mesmo com o seu suor, ele tinha que correr atrás de mercado, fazer feirinha aqui e ali, assim mesmo com alguns problemas, e tinha que pagar um imposto muito caro ainda. O impacto foi desastroso mesmo pro pequeno produtor aqui na Baixada Fluminense, não só em Nova Iguaçu (...) Como agora tem área rural, a prefeitura tem a obrigação de dar um suporte pro trabalhador rural”.

A relação do movimento com atual prefeitura é classificada como muito boa, havendo inclusive um convite do prefeito para que ajudem na reorganização da questão agrária no município. A relação com a comunidade e com o IBAMA é considerada igualmente muito

boa: “a gente achava que ia ter problema, mas eles gostaram muito da gente ter vindo pra cá, porque o IBAMA trabalha com a lógica de que a gente vai trabalhar com eles pra preservar o meio ambiente”. Por outro lado, a opinião sobre as ONGs locais não é tão generosa:

“A gente conhece algumas ONGs ambientalistas, mas a gente aqui do MST é meio pé atrás com elas, porque uma coisa é o governo ter que fazer, o governo não tem que terceirizar nada, e as ONGs meio que terceirizam o trabalho do governo. O governo se exime da responsabilidade e dá dinheiro pra um terceiro ir lá fazer, que vai lá e também não faz o serviço que era do Estado e acaba fazendo pela metade, privilegiando alguns... Então isso é complicado pra gente”.

O discurso do líder do MST apresenta uma grande clareza de escolhas político-ideológicas. Fica evidente que o pensamento do movimento não está restrito aos interesses locais, mas sim gerais. Quando perguntado se nenhuma ONG procurou se aproximar do movimento até hoje, o líder afirma que sim (“só o Instituto Terra e o Onda Verde, na questão do meio ambiente”), para logo em seguida explicar o que, em sua opinião, diferencia o movimento social das ONGs:

“O MST não quer cumprir o papel do Estado: o MST quer que o povo tenha consciência pra cobrar do Estado. O ser humano não tem que ter um tutor, ele tem que ser agente, tem que ser transformador, e enquanto tiver alguém pra poder amortecer, ele não cresce, não se conscientiza, fica sempre naquela mesmice, que vem hoje, resolver um problema, vai embora; amanhã vem outro, resolve outro probleminha, e o povo fica sempre na dependência. A gente quer que o povo tenha consciência e por si só vá lá cobrar, questionar... Por isso essa relação com a ONG. Lá na frente tem uma agroindústria criada por duas ONGs, o Onda Verde e o Instituto Terra, junto do assentamento, e a gente tá num quebra-pau lá com eles, porque a gente entende que tem lugares que é do povo decidir e tem lugares que eles podem participar, mas na maior parte das vezes eles querem entrar e dar a linha política. A gente acha que não, a gente exige que o povo é que tem que dar a linha política, porque é o povo que sabe onde o calo tá doendo”.

Nessa busca por conscientização política, o MST vem buscando aproximação com outros movimentos, como os de favelas, de *hip hop* e de rádios comunitárias, entre outros. Em Nova Iguaçu, o movimento fez campanha pela reestatização da Companhia Vale do Rio Doce e atuava próximo aos movimentos negro, hip hop e de mulheres. Além disso, há reuniões periódicas com outras associações rurais para debates, entre as quais São Bernardino, Campo Alegre, Marapicu e Jaceruba.

Dentro da área ambiental, o MST trabalha a questão do não-uso de agrotóxicos, a diversificação de culturas, a preservação das nascentes e a orientação para que os assentados evitem o desmatamento das áreas, princípios do MST nacional que são aplicados no Acampamento Terra Prometida.

Outro integrante do MST, que também participou da entrevista, chegou a trabalhar como agente ambiental do IBAMA e guarda ambiental da Prefeitura, o que lhe propiciou um maior contato com as ONGs locais. Assim, tornou-se mais tolerante com estas entidades:

“Na verdade, o MST não tem uma boa visão, porque a gente considera que a ONG tá mais pra pegar dinheiro do que pra trabalhar, mas é a partir do conhecimento de algumas pessoas que estão lá dentro que você vê diferença nisso”.

Quando perguntado sobre a condição ambiental do município, o entrevistado mais uma vez demonstra ter uma boa opinião sobre ONGs, apontando também a conscientização da população sobre a importância da questão ambiental, algo criticado por outros entrevistados.

“Tá bem preservada, os rios nem tanto, mas na questão florestal, eu posso dizer que existe uma boa conservação. Nova Iguaçu tem 60% de área de proteção ambiental. Pra um município como Nova Iguaçu ter uma área desse tamanho... E andando a gente vê isso: a gente não vê desmatamento, não vê queimada. A questão ambiental é muito falada aqui dentro pra população, as pessoas já têm uma consciência. Você pode falar com uma pessoa que mora por aqui que algumas coisas ela te fala, porque ela também tem conhecimento disso. Sem falar que tem esse monte de ONG, apesar de a gente ter essa coisa, mas elas fazem um bom trabalho aqui”.

Alguns problemas são identificados, como a caça no interior da REBIO de Tinguá e a existência de muitos areais (que não sabe localizar se estão dentro de Nova Iguaçu ou de Duque de Caxias). Afirma que é difícil encontrar alguém “que tenha coragem de ir lá e bater de frente, fazer um protesto” pois, em sua visão, as pessoas têm medo de se envolver com estas questões. Ressalta, contudo, que a ONG União Brasileira de Ecologistas e Motociclistas (UBEM) estava querendo organizar uma manifestação contra que não foi à frente. Neste contexto, os conflitos mais reais do MST são com os latifundiários da região, que temem a proximidade do movimento:

“O conflito é com os latifundiários que existem na região, mas não é declarado... Eles têm receio que a gente vá tomar a fazenda deles, mas não é bem assim, isso é o que a mídia coloca e o que as pessoas conseguem enxergar. O maior conflito que tem é de as pessoas entenderem como as coisas funcionam, porque nós não somos ladrões de terra, somos pessoas como outras que estão por aí e lutamos por qualidade de vida pra nós e pras outras pessoas”.

Federação das Associações de Bairro de Nova Iguaçu (MAB)

A Federação das Associações de Bairro de Nova Iguaçu tem uma história de extrema importância na luta por cidadania tanto em nível municipal quanto regional, sendo reconhecida até mesmo em outros países. O MAB foi criado por um grupo de sanitaristas em 1977, no final da ditadura, com o intuito de lutar por melhores condições de saúde para a população. Desta luta desdobraram-se muitas outras, que envolviam desde melhorias nos sistemas de educação e de transporte a uma luta mais ampla por democracia, nas manifestações pelo direito a audiências públicas. Seus tempos áureos ocorreram na década de 80, quando grupos de pessoas que se organizavam dentro dos bairros fundaram as primeiras associações.

No discurso do entrevistado, diretor de políticas urbanas e meio ambiente da Federação, fica bastante clara a orientação político-ideológica do movimento quando descreve o início do movimento até sua decadência, a partir da década de 90.

“O MAB foi criado quando acabou a ditadura, já lá pra 77 que o pessoal deu o pontapé pra formar a federação. Mas o MAB nunca deixou de estar dentro das suas lutas. A década de 80 foi muito boa pro MAB, já a década de 90 foi uma época muito ruim, no governo Sarney, depois veio o Collor, os dois governos do FHC... Esses governos neoliberais prejudicaram muito os movimentos sociais, não só a federação, mas no país todo, então foi uma década de resistência mesmo. Com a eleição do companheiro Lula, teve uma abertura dos movimentos sociais e os movimentos tiveram um gás, as associações voltaram a participar, os projetos voltaram a aparecer...”

A decadência do MAB é explicada, curiosamente, pela menor necessidade de atuação do movimento pois, segundo ele, com uma abertura política maior, os problemas diminuíram.

“O movimento comunitário (...) hoje não é tão difícil como era antigamente. A questão é que hoje é mais fácil você ter um diálogo com o poder público. Em outros anos atrás era mais difícil, então você tinha que fazer uma ação pra poder ter uma reunião com o Prefeito, com uma Secretaria... Hoje não, hoje você tem um diálogo mais aberto, tem uma abertura, você marca uma agenda e é recebido... Então hoje o movimento é mais capacitado e mais até mesmo técnico, de estar discutindo as questões públicas do município”.

O MAB passa atualmente por uma reformulação do funcionamento: as diretorias foram “enxugadas” para possibilitar um melhor fluxo de funcionamento, e sua atuação vem se pautando um pouco mais em projetos, embora a tradição do movimento seja baseada em reivindicações e proposições. Em alguns projetos da Prefeitura, como o de reflorestamento da Serra de Madureira, o MAB atua como fiscalizador em uma comissão de acompanhamento. Há também um projeto para trabalhar com as comunidades na questão da coleta seletiva, cujo

financiamento seria da Petrobras. Além disso, o movimento se faz representar em quase todos os conselhos municipais e pleiteia assento em conselhos gestores de unidades de conservação e comitês de bacias hidrográficas, além de participar de seminários e conferências, onde procuram eleger delegados. Contudo, o MAB não deixa de cobrar a participação das próprias associações de bairro, dado que seu alcance de atuação é bastante limitado.

“Existem as demandas das comunidades. Às vezes nem passam pelo MAB, às vezes eles só fazem uma referência ou quando a coisa tá muito escandalosa eles vão firme no poder público. Muitas coisas no município acontecem sem a gente ter acesso, quando vê já tá acontecendo. Então a gente cobra uma ação efetiva da própria comunidade. Mas as demandas são muitas e às vezes as ações da prefeitura são tão rápidas que a gente não consegue estar acompanhando tudo. Quando convidam a gente pra participar de algum projeto, pra dar apoio, interferência, uma opinião, a gente participa das reuniões. Fora isso, nossa função é fiscalizar mesmo, se fizer alguma coisa errada a gente vai pra rua.. Há muito tempo a gente não faz uma passeata, um ato de mobilização, é mais as coisas pequenas que a gente tá articulando”.

De forma bastante didática, o entrevistado discorre sobre a forma de atuação do MAB e a necessidade de participação da sociedade nos espaços públicos. É interessante observar que o movimento procura diferenciar as formas de participação popular, enfatizando a necessidade do pleno controle social da gestão (a luta agora é pelo orçamento participativo) em vez de mera atuação burocrática.

“Hoje tem os conselhos, é um meio de você estar em locução com o poder público. Mas, pra gente, o movimento é muito difícil, muitas coisas que o governo trabalha não passam pela gente. Claro, o governo também não tem que dar satisfação à sociedade o tempo todo, ele tem as suas leis, o seu jeito de trabalhar... Só quando a gente não tem acesso a muita coisa que vai acontecer, a gente busca resgatar aquela participação. Principalmente quando você sabe que tem que ter a participação da comunidade, que a gente chama de participação popular. Muitas vezes a gente tem a participação, mas não tem o controle da gestão, então não adianta ter só a participação. Hoje a gente fala muito em controle social. Hoje a gente participa muito, mas e aí? Só participar também não adianta”

Atualmente, cerca de 270 associações de moradores fazem parte do MAB, sendo que a maioria se encontra desativada. Na questão ambiental, a entrada é recente, pelo menos com esta denominação, pois em um movimento nascido da luta por melhores condições sanitárias, a relação com os problemas ambientais, mesmo que indiretamente, é de longa data.

“Na verdade, o meio ambiente... a gente sempre tá envolvido dentro da existência do MAB, que a gente discute a questão do saneamento básico. Claro que a gente não era tão esclarecido nesse sentido do meio ambiente, hoje você sabe o que é meio ambiente... Mas não é uma atuação muito

específica, com um departamento de meio ambiente... Se você tem um diretor que discute o meio ambiente e faz parte do conselho, é porque, como uma federação, você tá imbuído também de discutir as questões ambientais do município, então você tem que ter uma pessoa lá específica (...) Não existe um departamento específico de saneamento nem de meio ambiente. Essa parte faz parte de políticas urbanas, que envolve a questão ambiental. Mas o meio ambiente sempre esteve presente nas discussões ambientais do município, nas questões mesmo da preservação das suas reservas, dos seus rios, nós sempre defendemos a questão do rio Botas, a gente sempre teve isso como uma bandeira de luta”.

As demandas ambientais das comunidades que chegam ao MAB geralmente estão relacionadas à falta de saneamento básico, especialmente em bairros periféricos, algo que não surpreende em um município com grandes desigualdades. Como poderá ser visto adiante, o saneamento ainda hoje é usado como moeda de troca por muitos políticos no município, fato assumido até mesmo por vereadores. Assim, os movimentos de esquerda, segundo o diretor do MAB, sempre trabalham com a idéia de não alinhar a federação a vereadores, situação bastante comum em associações da Baixada Fluminense.

“As demandas ambientais têm mais a ver com o saneamento das ruas. Tem bairros aí que tem valas abertas, os bairros periféricos têm muito ainda, embora tenha diminuído com esse pacote de obras do governo municipal. Comendador Soares, por exemplo, tem área que tem muita coisa e tem área que não tem nada. Nova Era, por exemplo, é um bairro grande, tá tendo intervenção de obra que as associações reivindicaram pela federação como também com documento direto pra prefeitura e pediram um projeto de saneamento pra lá. Dentro de um bairro maior, existem os sub-bairros. Você vê uma intervenção acontecendo 4 ruas abaixo, você também reivindica, procura a associação... Por isso que eu digo que a demanda é muito grande. O meio ambiente é nesse sentido: fazer o saneamento, que não é só asfalto, é drenagem da rua, o tratamento do esgoto, drenagem de águas pluviais. (...) A prática certa não é procurar o vereador da área, mas resolver o problema através da federação. Faz um ofício, encaminha pro poder público através da federação e você pode ir direto ao Secretário de Obras, de Meio Ambiente, pra ver o que você pode fazer”

Antes de entrar para a diretoria do MAB, em 1987, o entrevistado militou em associação de moradores e chegou a ser coordenador da URG de Morro Agudo, região de Nova Iguaçu que concentra muitos conflitos socioambientais causados pela atividade de empresas. Questionado se não há demandas envolvendo a poluição causada por algumas dessas empresas instaladas no local, como a Cargill (que fabrica ração para animais) e a Tasa Lubrificantes (reciclagem de óleos lubrificantes usados e contaminados), responde:

“Conheço as duas, sei que elas poluem os canais ali, mas as associações, em vez de trabalharem pra fiscalizar ou melhorar a qualidade de vida do morador, elas têm um projeto que na verdade elas desenvolvem junto com

a Tasa, uma associação da Cerâmica. Ela ajuda lá num projeto com as crianças, a comunidade. É a única coisa que a gente tem acesso à informação... Mas próximo à Cargill, beira da Dutra, o bairro São José não tem associação, a associação do Centro também não existe... Quando tem problema, a gente fiscaliza, encaminha ao poder público. A Tasa mesmo foi fechada há pouco tempo, uma ou duas vezes, depois retornou... É uma coisa que a gente não tem muito acesso, os empresários têm um poder financeiro muito grande... Nós somos muito sofridos, porque você sabe que tem os problemas, mas a nossa função é só alarmar, denunciar, não tem como intervir, não tem como fazer o tratamento adequadamente. É muito difícil...”

Apesar do reconhecimento da contribuição das empresas para a degradação ambiental, os maiores problemas apontados no município são a poluição do rio Botas e as queimadas na Serra de Madureira. O MAB, por sua vez, atuou na questão do rio reivindicando dragagens, dado que o Botas transbordava em épocas de chuva, provocando enchentes. Em relação às pedreiras, o movimento apenas participou de fóruns de discussão se posicionando contra o seu funcionamento, mas sem uma atuação específica, dado que suas lutas são, segundo o entrevistado, “mais gerais”. O MAB trabalharia mais na articulação do que na execução de ações; ainda assim, admite que o MAB realmente não tem muita atuação na área ambiental, tarefa que caberia às ONGs.

“Não é uma área também que a gente tem uma atuação. Nova Iguaçu tem muitas ONGs hoje que trabalham nesse sentido, que é com projetos... Eu também não tenho acesso ao trabalho das ONGs... Tem a Onda Verde, que é a mais importante, mais conhecida, fica lá em Tinguá, e as outras você vê as pessoas se organizarem, militarem mesmo, como ambientalistas mesmo. Não tem essa preocupação... Como ser humano a gente tem, né? Não só Nova Iguaçu, mas a nível de Baixada”

Além disso, assim como ocorre com os agricultores, os militantes de associações de moradores demonstram ter receio em entrar na luta ambiental em parte por não dominarem o discurso oficial. Para eles, o termo “meio ambiente” ainda é uma novidade e ser aceito em espaços tipicamente ambientalistas permanece sendo um desafio.

“Até nessa parte ambiental mesmo, nessa palavra aí de meio ambiente... Como a gente não atua muito nessa área e também a gente sente muita dificuldade, você vai acumulando experiência, seminário, conferência, com o tempo você aprende alguns cacoetes. Só que nós não somos técnicos... A gente vai pra uma conferência cheia de técnicos da prefeitura, pessoal ambientalista, aí a gente vai mais pra fazer número. (...) Na última conferência que teve aí, eu fui num dia, aí no dia da eleição foi a presidente e mais um cara lá... Aí dizem “não, você é de associação de moradores, vocês não discutem meio ambiente”, quer dizer, é um absurdo... A gente discute meio ambiente no total, né... (...) Essa palavra meio ambiente... Ela não tava mesmo no vocabulário de muita gente, né? Isso é uma coisa muito técnica, aí o movimento social fica um pouco receoso de participar, né?”

A relação do MAB com as ONGs é tido como boa, embora dentro de determinados limites. Considera que há ONGs sérias, mas outras seriam criadas apenas para formar grupos em torno de um figura central (“a gente não chama de ONG, chama de ING, né?”) muitas vezes com o objetivo de “arrancar dinheiro dos segmentos”. Para o entrevistado, atuar em ONG é muito mais fácil do que em associação, pois a cobrança popular é bem menor.

“Nossa relação é boa, mas quando eles começam a interferir nas questões da federação... Porque a gente milita muito com as associações de moradores e a ONGs são mais à base de projeto, quando não tem elas ficam buscando. Já a federação, não, a gente trabalha com o morador em si. Porque é muito mais fácil você montar uma ONG do que trabalhar com associação de moradores, porque na associação você tem que dar satisfação pro morador; a ONG, não, você tem projeto trabalha com a comunidade 3, 4, 5 meses. Se não tem, você espera por recurso. A associação, não, o morador cobra “ah, a associação não tá fazendo nada, tá com a diretoria parada”, mas o morador não sabe que ele também faz parte da associação, e se ele não se organizar naquele grupo, a associação não funciona”.

4.2.2.2. Organizações Não-Governamentais (ONGs)

Grupo de Defesa da Natureza (GDN)

O Grupo de Defesa da Natureza nasceu informalmente na década de 70, mas apenas pouco antes da Eco 92 sentiu-se a necessidade de institucionalização. Neste momento surgiram a sigla GDN, pela qual a entidade é conhecida, e o CNPJ, que fornece condições de funcionamento para a instituição em diferentes espaços. Com mais de 30 anos de existência, o GDN é considerado a entidade ambientalista mais antiga da Baixada e uma das mais antigas do Estado.

No *site* da ONG consta a informação de que a entidade foi criada em junho de 1988 “pela iniciativa de um grupo de pessoas que reconheceram a beleza da região de Tinguá e entenderam a necessidade de proteger a então Floresta Protetora da União, Xerém e Mantiqueira”. Na luta pela preservação da Floresta, o GDN iniciou um intenso trabalho junto aos mais variados segmentos da sociedade para a transformação da Floresta na Reserva Biológica do Tinguá, categoria mais restritiva de unidade de conservação federal. Desde então, sua “prioridade absoluta” tem sido o comprometimento em apoiar e cuidar da REBIO Tinguá.

“(...) o GDN vem atuando nas mais diversas áreas, disponibilizando pessoal e veículos; apoiando sempre as ações do IBAMA local, no combate aos caçadores e palmiteiros que atuam na REBIO Tinguá. Pensando na preservação o GDN possui pesquisas visando monitorar a fauna e a flora da Reserva. A comunidade é um importante fator do componente ambiental e pensando nisso o GDN realiza regularmente oficinas de artesanato com material reciclado para a população” (site).

O atual coordenador do GDN afirma que iniciou a militância por ter frequentado Tinguá antes de se tornar REBIO, quando ainda não havia restrição de acesso. Para ele, o GDN foi uma conseqüência natural de querer defender o meio ambiente no momento em que se iniciava instalação dos empreendimentos turísticos e a conseqüente depredação do ambiente em Tinguá.

O GDN é uma entidade tradicional em Nova Iguaçu. Em Tinguá, há 10 anos, as únicas ONGs existentes eram o GDN e a Onda Verde, sendo que esta última é uma dissidência da primeira, dado que seu fundador, Hélio Vanderlei, é também um dos fundadores do GDN, que, em determinado momento, divergiu e criou uma nova instituição. De fato, a Onda Verde e o GDN têm princípios e práticas bastante diferentes: enquanto a primeira tem sua atuação fortemente baseada em projetos, o GDN se considera uma ONG de militância:

“Existe no movimento ambiental a ONG que é profissional, de projetos, e existe a ONG de militância. O GDN é uma ONG de militância. Ele tem eventualmente um projeto ou outro que é pra ajudar a pagar luz, pagar água, computador, secretária, mas não vive em função de captar recurso. Ele precisa de recurso pra manter a militância político-ambiental. Os projetos a gente toca com dinheiro ou sem dinheiro. Todo mundo no GDN é voluntário, mas tem projetos de pesquisa não tem como fazer voluntariamente... A gente tem um vínculo com a [ONG] Conservation [Internacional] que é pra pesquisa dentro da REBIO Tinguá (...). Esse é o mecanismo do GDN: o GDN não vive pra captar recurso, ele vive pra fazer política pública, pra militar, pra propor a defesa do ambiente”.

A estrutura da ONG é descentralizada, por isso não há presidente, mas sim uma cúpula de direção. Atualmente há cerca de 300 pessoas cadastradas sendo que, atuantes em projetos ou no comparecimento a reuniões, cerca de 20 ou 30 membros. De seu quadro saíram alguns militantes que vieram a ocupar importantes cargos políticos, tornando-se secretários municipais de meio ambiente, como Hélio Vanderlei (atual líder da Onda Verde e ex-secretário do município de Paracambi) e José Augusto Venda, atual secretário de meio ambiente de Nova Iguaçu. No entanto, o membro do GDN que concedeu maior projeção à ONG ficou conhecido por um evento trágico: o assassinato, em fevereiro de 2005, do ambientalista Dionísio Júlio Ribeiro Filho, o Seu Júlio, alvejado com um tiro na cabeça a

cerca de 200 metros de uma das entradas da reserva. Este triste episódio, atribuído a um caçador, teve grande repercussão especialmente por ter ocorrido pouco tempo depois do assassinato, no Pará, de outra ambientalista, a missionária americana Dorothy Stang, fato de projeção internacional.

“Seu Júlio foi assassinado na noite de 22 de fevereiro de 2005, quando caminhava por uma trilha a cerca de 200 metros de uma das entradas da reserva. Ele havia acabado de participar de uma reunião na sede da Associação de Moradores de Tinguá e voltava para casa quando foi perseguido e alvejado, pelas costas, com um tiro de espingarda calibre 28 na cabeça. Quando foi preso, Leonardo Marques afirmou que cometera o crime porque estava enfurecido com o ambientalista que, segundo ele, dias antes havia indicado sua casa para policiais que apreenderam suas armas. Após sua prisão, a polícia admitiu que o assassinato de Seu Júlio poderia ter sido tramado por pessoas ou grupos que se sentiam prejudicados pela sua militância em defesa da reserva que, além da caça ilegal, sofre com a ação dos palmiteiros, com o desmatamento e com a extração ilegal de areia”. (Agência Carta Maior, 2006).

O GDN, de fato, é uma ONG cercada de polêmicas, especialmente em relação à sua atuação na comunidade. Se algumas outras ONGs, como UBEM e DAMGEMT, demonstram afinidades com os princípios e com forma de atuação da entidade, alguns movimentos sociais a apontaram como exemplo do que não deve ser feito em termos de ambientalismo. A aposta na repressão como forma de conter os crimes ambientais no interior da reserva é importante item de discordância entre os atores locais. Esta obstinação na defesa da REBIO Tinguá também criou conflitos com os gestores do IBAMA responsáveis pela unidade de conservação.

“A gente atua em Nova Iguaçu propondo o melhoramento da legislação de meio ambiente, fiscalizando a atuação da administração dos órgãos, da mesma forma que a gente brigou pra tirar a chefe antiga do IBAMA, a Maria Léa, porque a gente não concordava com a prática dela”.

As críticas não param na ex-chefe da REBIO Tinguá: segundo o coordenador da ONG, a relação entre GDN e o atual chefe, Luiz Henrique, também não é boa. Um dos motivos seria a omissão deste chefe no caso dos areais localizados no entorno da reserva (“O Luiz Henrique disse que tava tudo legalizado, ele [Rogério Rocco] foi lá fazer vistoria e fechou um montão. Ali em Marambaia tem um monte, isso é fato”). Para o GDN, é quase uma questão de honra fazer com que a legislação ambiental seja cumprida, acima de tudo dentro da reserva:

“A pessoa começa a descumprir ou não cumprir o seu papel e a gente se sente obrigado a fiscalizar, a gente se sente um pouco pai e mãe daquela unidade, a gente começa a bater em quem tá descumprindo o que a lei manda... Ninguém tá discutindo ser pró ou contra o progresso, não: se

pode licenciar, licencia... Não pode é fazer clandestino, não pode suprimir mata ciliar. É que nem aquele CTR de Adrianópolis: nós temos uma ação contra ele, nós chegamos a fechar por liminar, porque não é nada contra o empreendimento tecnologicamente, porque dizem que é o melhor do mundo, mas ele fica dentro da reserva... Então a gente não pode concordar com isso nunca. Só sobrou a via judicial, tem que ter licença do Estado pra funcionar, então a gente foi questionar a licença. Mas a militância se dá a todo momento: na questão administrativa, jurídica, política, a gente vai construindo...”

E é nesse ponto que a ONG é criticada por alguns, que enxergam em sua atuação pontos de intransigência e insensibilidade com a questão social, baseada em um discurso tecnocrático que coloca o instrumento legal como sendo neutro. Como já dito, Tinguá tem diversos problemas sociais que, por alguns, não são tratados de forma tão prioritária como é a questão ambiental. Como se houvesse uma cisão entre o social e o ambiental, algumas ONGs ambientalistas deixam de investir no social, enfatizando a necessidade de melhorar a fiscalização para reprimir ações como a caça e a extração vegetal. No entanto, o GDN não concorda com esta rotulação, garantindo que mantém uma boa relação com a comunidade, ainda que haja conflitos.

“Os ambientalistas cuidam do meio ambiente, certo? Mas tem um conflito entre o ambiental e o social, porque geralmente a comunidade tá instalada dentro de uma UC, na beira de um rio, a comunidade mais carente, então esse conflito existe e sempre vai existir. O que eu tentei fazer enquanto era presidente era minimizar isso, estabelecer uma relação sadia, de forma que a gente faça o cara entender que aquilo ali tá errado e dar alternativa. Por exemplo, a gente já teve ex-diretor do GDN que era caçador, e que entendeu que a caça era um coisa errada... a gente já tirou gente da caça pagando mês a mês o que ele ganhava pra ele sair e ele conseguiu desenvolver outra atividade depois. Agora, conflito sempre vai ter, porque é conflituosa a relação: o cara tá na beira do rio, que é APP, então é conflituoso. A gente tem essa questão, a gente tá sempre junto com o IBAMA nas ações... e dificilmente o IBAMA faz uma ação educacional, mas nós temos ações de educação sim: nós temos curso de artesanato com a comunidade, curso de viveiro... Tem relação, mas não vou dizer que não tem conflito, sempre vai existir, isso é fato. Cada um que é incomodado vai questionar a atuação da entidade, mas ela é entidade ambientalista por essência, a ótica dela é a preservação do meio ambiente observado o ser humano, mas é a preservação do meio ambiente”

A postura de pretensa tolerância é mantida quando questionado sobre a relação com outras ONGs, embora haja críticas à proliferação de entidades da região de Tinguá, o que é creditado à visibilidade do local, que permite que a captação de recursos para projetos seja fácil. No entanto, a atual posição do GDN na coordenação geral da APEDEMA-RJ lhe daria a responsabilidade de unir, e não dividir o movimento:

“No GDN você conta 3 ou 4 entidades que já surgiram; apesar de serem independentes, estão lá dentro. O Ranger Gaci, o Onda Verde saiu numa divergência, o DAMGEMT contava com o Portugal e a nossa militância é conjunta, nós freqüentamos as reuniões deles e eles freqüentam as nossas... As entidades de Nova Iguaçu que são da proposta de militância se integram num processo muito rico. Aqui [na APEDEMA] eu vi uma ONG que eu nunca ouvi falar, mas que o endereço tava em Tinguá. Em Tinguá agora cada casa tem uma ONG... É o mercantilismo. Tinguá é o que é definido como *hotspot*, um lugar fácil de captar recurso, porque a fauna é ameaçada, a Mata Atlântica é o maior resquício do Estado, a unidade de conservação em si, espécie ameaçada de extinção em montão, aí começa a surgir um monte de... começa a proliferar. E eu não vou entrar numa crítica político-ideológica sobre entidades que atuam só na captação, então existe, se fizer um pouquinho de esforço a gente descobre quais são, mas não vou citar nomes aqui (...) Afinal de contas hoje eu tenho a responsabilidade de unir, não posso mais sair dividindo. Tenho minha opinião, minha convicção... Uma das minhas missões como representante da APEDEMA é tentar unir o movimento pra ele seguir junto, porque quando não tem força de conjunto, fica fácil você puxar ele pra um lado, pro outro... A idéia aqui é unir pra gente caminhar junto, porque tá brabo”

Neste ponto, vale ressaltar que outra grande crítica feita ao GDN diz respeito exatamente às entidades originadas a partir da ONG e que, sem grande representatividade, fariam parte da APEDEMA apenas por conta dos votos que propiciam às entidades candidatas a ocupar posições de destaque (como no caso da coordenação geral, atualmente ocupada pelo GDN). Mesmo a ONG Ranger Gaci, citada pelo coordenador, é muito pouco conhecida por pessoas da região, como constatei ao questionar alguns entrevistados sobre como poderia contatá-la, dado que praticamente não há informações sobre esta ONG em *sites* da Internet.

A relação com o governo municipal, por sua vez, é definida como boa, inclusive pela presença de José Augusto Venda ocupando a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, o que não impediria o GDN de cobrar atitudes, pois Venda “faz parte de um governo onde a gente não sabe se ele vai ter força pra fazer o que tem que fazer”. Por este motivo, define a atual condição da questão ambiental em Nova Iguaçu como complicada.

“A gente tem expectativa em relação ao Venda ter assumido, uma pessoa próxima ao GDN, militante ambiental, diferente dos outros secretários... Se você faz um estudo curto do início do mandato do Lindberg até agora e vê o que foi feito na política ambiental de Nova Iguaçu até agora... Não foi feito nada... Agora já tá na hora dele prestar conta com a sociedade do mandato dele, mostrar o que ele fez, porque a gente entende que tem problemas, então ou a gente ajuda a construir ou reclama quando tem que reclamar... Antes do Venda, não era feito nada: o conselho não funcionava, o fundo não funcionava, as leis não eram aplicadas... O único ato dele foi fechar a pedreira, um ato bom, mas logo depois reabriu. A área ambiental do governo Lindberg não funciona”.

Para se contrapor e/ou se alinhar às políticas ambientais que vêm sendo realizadas, o GDN está participando de projetos importantes, como a criação da Guarda Ambiental, um convênio da Prefeitura com algumas ONGs, sendo o GDN a “entidade guarda-chuva”, e a formação de Agentes Ambientais Voluntários (AAV). Nessa proposta, a sociedade civil organizada, através de ONGs capacitadas pelo IBAMA, pode constatar violações da lei e encaminhar denúncias para o órgão ambiental, que só lavra o auto de infração. Além disso, o GDN participa também dos Conselhos Nacional, Estadual e Municipal de Meio Ambiente, do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Guandu, e da Comissão Permanente de Entidades Ligadas à Preservação da Reserva Biológica do Tinguá (ComRebio Tinguá), além da já citada APEDEMA-RJ.

Com toda a sua importância local e regional, não se pode negar que o GDN é uma das mais polêmicas ONGs de Nova Iguaçu, seja pela longa história de militância e enfrentamento, seja pelos conflitos advindos de uma forma de atuação no ambientalismo que talvez precise ser repensada. E, talvez percebendo a necessidade de adequar sua postura em um contexto local cercado de desigualdades sociais, o GDN vem dando mostras de que pretende mudar, ao menos em teoria:

“Estamos caminhando pro socioambiental. Hoje somos ambientais, mas com forte apelo social, porque quem mora na Baixada Fluminense não é como uma ONG de Copacabana. Se não tiver interação com os movimentos de bairro, você é uma ONG alijada do movimento. Não tem jeito, o GDN existe há 30 anos por causa disso, porque consegue comunicar com associação de moradores, com a comunidade, mobilizar a comunidade... Agora, se temo eco-chato, essa é a GDN; se tem a entidade chata que vai brigar pelo meio ambiente, é o GDN”.

Onda Verde

A Entidade Ambientalista Onda Verde foi fundada em 1994 por Hélio Vanderlei que, nascido em Recife, chegou em 1967 ao Rio de Janeiro, tendo trabalhado como vendedor, office boy, vigilante, porteiro, bombeiro e sindicalista antes de se tornar um “ambientalista” de profissão, chegando inclusive a exercer o cargo de Secretário de Meio Ambiente da cidade de Paracambi, na Baixada Fluminense. Carismático, o líder e diretor de projetos da Onda Verde demonstra um grande orgulho de sua história de vida, fazendo sempre questão de ressaltar seu passado operário (“Eu sou igual a todos os operários dessa Baixada Fluminense; a diferença é que eu construí uma história própria”). Foi como militante do sindicato dos trabalhadores das indústrias químicas, quando era bombeiro da Bayer, que surgiu o engajamento na questão ambiental. Segundo ele, ao conhecer de perto os acidentes da Bayer e

a poluição do rio Sarapuí, iniciou uma discussão para a criação do primeiro departamento de Saúde e Ecologia Humana de um sindicato da Baixada Fluminense, em 1989. Assim, foi a partir da preocupação com a saúde do trabalhador que se incorporava a temática ambiental nos sindicatos. Nesta época, participou ainda da fundação do Grupo de Defesa da Natureza, onde atuou como secretário executivo. Já em 1993, Hélio sai dos sindicatos após o assassinato de dois companheiros de chapa (“eu não sou Chico Mendes, eu quero viver pra construir o futuro”) e começa a trabalhar na ONG Defensores da Terra, com nomes como Carlos Minc e Vilmar Berna, para em seguida, após a Eco 92, fundar a Onda Verde.

“Eu participava do GDN muito esporadicamente e o pessoal tinha uma linha de pensamento. Nos Defensores da Terra, eu vi uma outra visão, aprendi a fazer projeto etc. e resolvi fundar a Onda Verde, uma ONG voltada pra construção não apenas física, mas filosófica, teológica, de reflexão, questionamento e de práticas. Porque se você anda numa rua da Baixada Fluminense que não tem saneamento básico, o que o cara quer? Saneamento básico, ele quer a prática! Ele quer a rua com asfalto, calçada e esgoto. Ele não quer nem saber se tá sendo tratado, mas ele não tá mais pisando na lama. Então a consciência dele não é uma consciência ambiental, é uma consciência do espaço que ele vive pra que ele possa andar sem pisar na lama, o que é muito diferente do saneamento ambiental. E nós discutíamos isso lá atrás na FASE, no MAB, no MUB de Caxias... Nós estávamos avançados na nossa época, porque nós discutíamos o saneamento ambiental. Nós construímos o movimento ambiental na Baixada Fluminense em Caxias, com o José Miguel, em Nova Iguaçu, com Márcio e Ricardo Portugal, em Japeri, com a Geane, do Ficus Gomeleira...”

A Onda Verde é definida como uma ONG pragmática, o que fica evidente quando Hélio lança afirmativas como “não adianta você falar em preservar o meio ambiente se você não plantar árvore. Não adianta você falar em preservar o palmito-juçara só prendendo as pessoas, você tem que ter um palmito alternativo, não só pra gerar renda, mas pra você ter no mercado um palmito ecológico. Ou seja, você tem que criar alternativa”. Esta noção da questão ambiental está de acordo com a visão da Associação de Produtores Rurais de Tinguá, sua parceira no projeto do palmito-pupunha (Projeto Palmito Legal). Por isto, de certa forma a afirmação de Hélio se aproxima também da crítica à atuação do GDN, fazendo com que a opção pelo pragmatismo seja um contraponto e, quem sabe, uma tentativa de diferenciação da mais antiga ONG e sua principal concorrente em Tinguá. Os projetos da Onda Verde são financiados por empresas e todos os seus quase 20 funcionários são assalariados em regime CLT. A questão do financiamento não é um tabu dentro da ONG, pelo contrário: há projetos financiados por empresas como Petrobras, Light e Furnas, além da Comunidade Européia.

“A gente criou o Onda Verde numa perspectiva de, num primeiro momento, ganhar espaço com as denúncias, manifestações, atos públicos, porque a gente não tinha grana, nos organizamos, ganhar a opinião pública pro nosso lado, e depois partir pros projetos concretos com financiamento. Porque todo mundo quer financiamento pros seus projetos. Eles não sabem onde conseguir, mas financiamento ele quer: seja pra fazer uma cartilha, um folder, um site, um prédio pra educação ambiental, pra comprar um carro pra se deslocar, pra fazer manifestações. Sempre uma ONG vai viver de financiamento, ela nunca vai ser auto-sustentável. ‘Ah, ONG tem que ter um projeto sustentável’. Isso não é verdade, isso é um equívoco que tentam colocar no movimento! Você tem que ter projetos, buscar financiamento, executar o projeto, terminar o projeto e depois começar um outro projeto”

A atuação da ONG é baseada em projetos, mas, ao ser questionado se a ONG se baseia mais em projetos que em uma ideologia específica, Hélio responde que não, pois “seus projetos estão focados na sua ideologia”. Além do projeto Palmito Legal, que distribui mudas de palmito-pupunha para agricultores do entorno da REBIO de Tinguá, oferecendo ainda assistência técnica, a ONG também realiza um projeto de coleta seletiva em Tinguá (incluindo a reciclagem de óleo de cozinha, transformado em sabão nas instalações da ONG), um grande projeto de recuperação da cooperativa de pescadores Marcílio Dias, na favela Kelson’s, e diversos outros não mais restritos ao município de Nova Iguaçu. De 2004 a 2006, a Onda Verde trabalhou em 32 cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo em um projeto de educação ambiental lúdica em escolas financiado por Furnas.

A educação ambiental, por sinal, tem sido o principal foco de atividades da Onda Verde: todo ano, a entidade realiza uma jornada de educadores ambientais da Baixada Fluminense que reúne cerca de 250 pessoas. Na sede da ONG – muito bem estruturada – são realizados também encontros do Coletivo Educador e da Rede de Educadores Ambientais da Baixada Fluminense. A sede conta ainda com uma Sala Verde e um Centro de Educação Ambiental (CEA), todos muito bem equipados, que recebem diariamente alunos e professores de escolas públicas, transportados no microônibus da instituição. Para Hélio, o caminho da educação ambiental é “a mudança de comportamento e de cultura”. Sua forma de pensar a educação ambiental segue a linha pragmática e a visão empresarial adotada pela ONG, tendo como exemplo a “passagem” cobrada dos alunos que visitam a entidade: 5 garrafas PET (“são 50.000 garrafas que deixam de ir pros lixões e pros rios. Isso não é educação ambiental? Pode ser uma gota d’água no oceano, mas eu penso global e vou agir local. A Onda Verde é uma instituição de formar consciência”). A busca é por resultados, por isso o uso exaustivo de termos como *organização*, *meta*, *gestão* e *qualidade*. Uma linha que vem sendo bem-sucedida, ao menos em termos de prêmios conquistados: em 2007, a ONG ganhou o prêmio

do JB, Revista Forbes e Gazeta Mercantil como o melhor projeto de educação ambiental do Brasil. Além disso, um projeto de cultivo de hortas em faixa de dutos da Petrobras, realizado em parceria com o Instituto Terra, ganhou um prêmio internacional de melhor projeto do mundo das empresas petrolíferas na categoria de responsabilidade socioambiental, sendo posteriormente escolhido o melhor entre todas as categorias, um feito muito festejado.

“Projeto Agricultura Familiar em Faixa de Dutos foi premiado internacionalmente, durante a IPCE, que é o maior e mais importante encontro internacional de empresas que trabalham na indústria do petróleo. O projeto que é uma iniciativa do Consórcio Instituto Terra - Onda Verde e Programa Petrobras Fome Zero, recebeu o prêmio mais importante do encontro, o ASME Global Pipeline Award, sendo considerado uma inovação tecnológica para o setor, ao passo que integra a conservação dos dutos, com o processo de inclusão social e preservação ambiental” (RMA, 2006).

A duradoura parceria com a Petrobras, por sinal, tem sido muito questionada, não só por outras ONGs, mas também por alguns meios de comunicação. Em 2006, a Onda Verde foi uma das entidades envolvidas na denúncia de suposto favorecimento de instituições ligadas ao Partido dos Trabalhadores, que receberiam financiamentos milionários de empresas estatais.

Ex-secretário de Meio Ambiente na Baixada Fluminense, Hélio Vanderlei Coelho diz que “não quer falar” sobre sua anunciada convocação à CPI das ONGs em Brasília para explicar suposto favorecimento à ONG Onda Verde, que em 2005 recebeu com o Instituto Terra R\$ 1,6 milhão da Petrobras para o programa Agricultura Familiar em Faixa de Dutos. Hélio nega chefiar a Onda Verde e assessorar o prefeito petista de Paracambi, André Ceciliano. (Jornal do Commercio, 2006)

Hélio, ainda que sem se aprofundar, fala com tranquilidade sobre o assunto, negando ser o “homem do PT dentro da Petrobras” – conforme afirma ter sido acusado – e dizendo-se simplesmente um homem sem patrimônio, “um cara do mundo”. Já sobre a Petrobras e as empresas de petróleo, de forma geral, tem uma opinião polêmica, capaz de mexer com o orgulho de alguns setores ambientalistas por evidenciar contradições muitas vezes mascaradas por críticas superficiais:

“Na verdade, qual a matriz energética do país? O petróleo. Todos os ambientalistas que brigam contra a Petrobras andam de carro. Tô mentindo? Ah, mas não tem alternativa. Tem sim: vai de bicicleta, vai a pé... “Ah, mas é muito longe...” Então, cara de pau, vamos estabelecer uma mesa de diálogo com o setor, e é isso que eu tô propondo agora no século 21: que o setor ambiental se sente de igual pra igual, sem arrogância, sem prepotência, porque todos nós somos consumidores desse mercado que tá aí. Como nós não somos capazes de mudar o mercado, tá certo?, porque a gente não tem condições de mudar o mercado... O

mercado se muda pela cultura, pela educação e pela formação. Por isso que a Onda Verde foca na educação ambiental. Nossas crianças sabem fazer coleta seletiva, sabem a importância da água, de plantar uma árvore... Daqui a 20 anos serão adultos, mas com uma outra filosofia. É uma gota no oceano. E daí? Tô fazendo a minha parte. Você tá fazendo a sua? A visão não pode ser do brigar pelo brigar, do bater por bater, é a visão de estabelecer mesas de diálogo”

Esta visão, que evidencia a forma de enfrentamento da ONG em relação aos conflitos ambientais, merece destaque pela sinceridade e pela coragem de pôr em pauta um assunto muitas vezes não mencionado pela grande polêmica que carrega. No entanto, não deixa de merecer críticas por se revelar não uma forma de enfrentamento, mas sim de aceitação da realidade, visto que, se oferece uma alternativa, esta se mostra absolutamente paliativa frente ao desafio imposto pela atual crise ambiental (provocada, entre outros motivos, pela imposição desta matriz energética).

E é seguindo a linha de raciocínio de quem não pretende mais do que mitigar impactos ambientais que Hélio consegue evitar **conflitos** com empresas, inclusive com aquelas que provocaram impactos incontestáveis na cidade-sede de sua ONG, como a S.A. Paulista, responsável pelo aterro sanitário de Nova Iguaçu.

“As empresas se adaptaram com uma velocidade muito grande ao debate ambiental, muito mais que os ambientalistas e o poder público. As empresas são extremamente rápidas, objetivas, pragmáticas... (...) *Conflito...* Primeiro vamos entender o que é o conflito: o conflito é você tem um lixão, porque o lixão degrada o meio ambiente. Isso é um conflito: um conflito da sociedade com o meio ambiente, onde tem a prefeitura no meio que é responsável pela coleta e destinação final do resíduo. Correto? Então os ambientalistas lutam contra o lixão. Começamos a brigar contra o lixão lá atrás... o lixão da Marambaia, fomos em 90 e alguma coisa. Aí a prefeitura propõe a criação de um aterro sanitário dentro das normas técnicas estabelecidas pela FEEMA, o IBAMA, a ABNT e normas internacionais. Aí você é contra? O ambientalista é contra porque está na franja da Reserva Biológica do Tinguá. Amigo, estar na área de amortecimento não impede de ter um aterro sanitário ou uma indústria; o que você tem que ter é um sistema de monitoramento e de licenciamento mais rigoroso do que se estivesse fora da área de amortecimento. Então o diálogo não foi o diálogo, foi enfrentamento, foi porrada... Foi o pessoal de alguns setores ambientais dizendo que aquilo ia virar um lixão... Então às vezes você fica meio confuso, né? (...) Eu discuto com muita qualidade: o que vocês preferem, o lixão que vocês produzem todo dia ou um aterro sanitário dentro das normas técnicas? E pra ser mais sofisticado, eu quero ter uma usina de separação de recicláveis. Pô, Hélio, você tá mais avançado... Eu não gosto de entrar na panacéia de interesses locais e conflituosos, eu quero entrar na questão técnica”

Ou em relação às pedreiras da região:

“Vamos falar da pedreira? Você tocou numa parte sensível dos ambientalistas de Nova Iguaçu: você tem a pedreira Santo Antonio, a Vigné, a Mundial e a Nossa Senhora de Fátima. Nós tínhamos 5 pedreiras em Nova Iguaçu... Quem consome pedra? Mercado de construção civil. Qual a alternativa pra pedra? Nenhuma. Toda construção usa pedra. Então vamos colocar dois pesos e duas medidas: a questão não é só mercado consumidor e não é só a pedreira que destrói a rocha. A questão é como fazer as coisas de uma forma correta, ok? Você tem que ter tecnologia alternativa pra construção de pedras, uma tecnologia que use menos pedra, e uma exploração mais adequada e de longo prazo. Porque não tem jeito: você fechou todas, só sobrou a pedreira São Pedro absoluta. Ué, se fechou uma porque tá degradando o meio ambiente, porque não fechou a outra? (...) Não tem jeito: pra que a espécie humana sobreviva no planeta, ela é uma consumidora de matéria-prima. E não vai ser diferente, nós somos todos destruidores do meio ambiente, todos, desde a hora em que acordamos até a hora em que dormimos, só que a gente quer colocar a culpa nos outros. (...) O setor ambiental não pode estabelecer a verdade absoluta”

E talvez seja entrando na questão técnica que a Onda Verde tente (e às vezes consiga) não entrar nas questões políticas e econômicas que, muitos mais que a forma de funcionamento de um equipamento, podem influenciar na degradação ou na qualidade de um ambiente – não apenas pelos impactos locais, mas também regionais, nacionais e globais. A Onda Verde fez a opção de não tentar “mudar o mercado”, o que significa não ter pretensões de interferir no funcionamento das empresas e, tampouco, mudar o sistema. Ora, assumir a imensa dificuldade de almejar uma utopia é obrigação de todos os que lutam por justiça ambiental; encarar que a opção por uma transformação sistêmica, em vez de pequenas reformas pontuais, seja possivelmente uma luta da qual não veremos o final, é algo necessário para não mergulharmos na ansiedade pela mudança e na angústia pela espera. No entanto, rejeitar o enfrentamento e afastar-se dos conflitos também não pode ser visto como uma forma de dar solução aos problemas e respostas aos que clamam por justiça. A prioridade dada aos aspectos técnicos parece afastar a Onda Verde da luta política: exigir o bom funcionamento técnico de uma pedreira talvez faça com que menos poeira seja emitida na atmosfera, mas não fará com que o morro deixe de ser destruído nem com que os hábitos de produção, distribuição e consumo sejam rediscutidos – afinal, quem se beneficiará do produto de toda esta degradação?

Defensores Ambientais do Gericinó-Mendanha e Tinguá - DAMGEMT

A ONG DAMGEMT é bastante recente e ainda pouco conhecida em Nova Iguaçu. Entre os ambientalistas, entretanto, a entidade já vem sendo bastante comentada, inclusive por

reunir (ou ter reunido) em seu quadro figuras importantes do movimento, como Sérgio Ricardo, um dos mais atuantes militantes da área ambiental do Rio de Janeiro. Além disso, o DAMGEMT tem batalhado por assento em vários espaços de participação, tais como nos Comitês de Bacia Hidrográfica da Baía de Guanabara e do Rio Guandu, representação em todas as APAs municipais de Nova Iguaçu, na APA Estadual do Gericinó-Mendanha e na Reserva Biológica do Tinguá. Além disso, o DAMGEMT participa das reuniões da APEDEMA e lançou candidato na III Conferência Regional de Meio Ambiente (Região Metropolitana), realizada em dezembro de 2007 em Nova Iguaçu. Presente em tantos espaços, é possível imaginar que a entidade seja composta por muitos integrantes, mas, na realidade, esta é uma ONG composta por menos de 10 membros, e geralmente representada por Gilvoneick de Souza. Dentro de um estilo tão prolixo quanto pragmático, e talvez por freqüentar tantos e tão distintos espaços, o DAMGEMT adota vários discursos, em defesa de muitas causas, dando às constantes contradições o nome de “complexidade”. Em determinados momentos, o discurso politizado leva à conclusão de que não é possível fugir das mudanças pretendidas sem a luta política:

“São ações políticas, até porque não tem como determinadas ações serem executadas pela sociedade civil. Por exemplo, se eu quiser ter uma ação numa comunidade hoje não tiver aval da prefeitura, eles podem me processar e eu vou ter que brigar pra provar que tô fazendo uma coisa pelo coletivo”.

Em outros, o estilo pragmático leva à impressão de que as soluções seriam puramente técnicas, como no confuso conteúdo expresso no *site* do DAMGEMT na Internet:

“Na Mata Atlântica se evidencia uma situação extremamente crítica, logo a complexidade das relações econômicas e sociais, e a própria abordagem inicial inadequada do problema, que menosprezava os conhecimentos técnicos e científicos do manejo florestal tradicional, tornaram evidente a necessidade de reintegrar à discussão especialistas de todos os segmentos do conhecimento. Felizmente várias especialidades, científicas voltam a ter espaço e se reorganizam, procurando dar a sua contribuição para que o ideal de um manejo adequado às percepções atuais possa ser pesquisado com a mais ampla e devida base técnica e científica (...)” (sic)

E, oscilando de modo contraditório entre momentos de clareza e confusão, o DAMGEMT vem se firmando na luta socioambiental com o apoio de ONGs já estabelecidas, como o GDN. O engajamento na questão ambiental teria surgido no intuito de “mudar a realidade” a partir de um movimento coletivo.

“Se você parar pra pensar em movimentos sociais, o único movimento coletivo é o ambiental, porque quando eu defendo uma árvore, todo mundo vai usufruir do oxigênio que tá sendo produzido, se eu tô protegendo um rio, todo mundo vai se beneficiar, mas, por exemplo, na questão religiosa, a pessoa tá ali por um interesse único exclusivo pessoal de ter esse ou aquele desejo atendido, enfim... Por exemplo, política partidária, associação de moradores, são reivindicações muito localizadas, fragmentadas, muito pessoal. Já na questão ambiental, é uma coisa mais ampla, você tá lutando por todo mundo, não tá lutando só por você, não é uma coisa egoísta... Resolvi entrar pra tentar mudar, fazer com que as pessoas tenham uma qualidade de vida e eu também tenha”.

A declaração merece destaque, pois representa o velho discurso da superioridade do ambientalismo, que gera afastamento e dificuldade de reconhecimento das demais lutas socioambientais. É bastante questionável afirmar que um movimento, em si, seja mais ou menos coletivista. Não há qualquer argumento plausível para a afirmação de que a luta ambiental seja mais coletivista que a luta das associações de moradores, religiosa ou política, pois não há como comparar lutas que se dão em escalas diferentes (como no caso das associações) ou até dimensões distintas (caso do movimento religioso, que, em seus fundamentos, não trabalha a questão material). A crítica, neste caso, revela um preconceito que, partindo de exemplos pontuais, vão se aplicar a todo um movimento. Para o ambientalismo, este tipo de declaração, ao invés de fortalecer a luta – que se destacaria como um oásis de altruísmo – apenas reforça a pretenciosa idéia de “pureza” que o movimento tantas vezes carrega, afastando do movimento outras lutas que complementariam um enfoque estritamente ecológico que, sem a perspectiva social, é empobrecida. Como observamos neste estudo, os movimentos de associações, assim como o religioso, reconhecem a importância de trabalhar a questão ambiental, até por vê-la como algo desassociado da questão social. Talvez ainda falte ao ambientalismo reconhecer também, na prática, a importância de lutas que, apesar de focarem o meio ambiente de outras maneiras, somam justamente por essa diversidade de olhares.

O DAMGEMT foi fundado a partir da necessidade de formalizar um grupo já existente, a Associação de Amigos da APA do Gericinó-Mendanha, criada quando vinha sendo desenvolvido o Plano de Manejo desta unidade de conservação. Este grupo já realizava algumas atividades, como uma manifestação contra a Pedreira Vigné, localizada na APA, mas a falta de representação do grupo enquanto pessoa jurídica dificultava alguns processos.

“Nós éramos identificados como sociedade civil, mas nunca como sociedade civil na forma jurídica, e existe uma sociedade que tem regras que têm que ser seguidas e, se você não entende isso, você acaba indo contra as regras e contra o sistema. Você tem que entrar no sistema, não compactuando, mas usando os mecanismos dele até para que possa ser

transformado o sistema. Nós criamos a instituição pra ter pessoa jurídica, CNPJ, poder entrar com ações no MPE, MPF, e a busca de projetos também, porque até hoje não fizemos nenhum tipo de parceria, apesar de termos cartilhas, termos células de coleta de material, fazemos tudo sem qualquer ajuda. Pra formalizar, burocratizar o processo...”

A busca por recursos, aliás, não é fechada ao diálogo com empresas, embora muitas sejam criticadas. Mesmo a camisa da entidade, usada pelo entrevistado, carrega uma propaganda da Embelleze, empresa de cosméticos acusada de diversos crimes ambientais no município, que financiou uma caminhada da ONG na Serra de Madureira. Outras empresas também são citadas:

“Tem uma Vale, uma Petrobras, investem milhões pra uma única instituição, poderia fragmentar esse dinheiro pra várias instituições e ter uma ação até maior, em vários pontos... várias ações acontecendo e várias transformações acontecendo, não centraliza isso”. Essa deficiência de não ter recurso, porque as pessoas têm que trabalhar pra suprir suas necessidades, faz com que não exista aquela atuação mais presente na instituição, por isso você vê 4, 6 carregando a instituição e outra parcela na medida do possível”.

Por este motivo, os poucos projetos da entidade – a criação do site institucional e a implantação de dois pontos de coleta seletiva no município – ainda não têm financiamento. Neste cenário, a estratégia é primeiro colocar os projetos em prática para depois apresentá-los às empresas em busca de recursos.

“É muito difícil hoje, a gente até entende, o empresário investir em algumas ações. Com toda a dificuldade, o bacana é iniciar algo, até porque você mostra o seu potencial, em vez de ficar com um projeto lindo e maravilhoso na mão, correndo atrás das empresas... O nome do projeto é Recicle e Poupe e nós temos uma revista também que se chama Ambiente Urbano (...) Mesmo com toda dificuldade, o projeto tá lá... Quando a coisa estiver andando, vamos formatar e vamos na empresa e podemos falar ‘nós temos esse projeto, estamos atuando nessa comunidade, os resultados são esses e, se nós melhorarmos nisso e nisso, vamos conseguir triplicar essa ação’. Fica mais fácil chegar na empresa, ela quer investir em você, porque você já tem um *know how*, uma bagagem, uma história”.

O DAMGEMT aparenta ser uma ONG de militância, como o GDN, com ânsia de se tornar profissional, como a Onda Verde. Se por um lado não rejeitam e até vislumbram possíveis parcerias com empresas para financiar projetos da entidade, por outro participam e organizam diversas manifestações, inclusive contra empresas e órgãos públicos, em busca de expor os problemas ambientais para a sociedade:

“No dia mundial do meio ambiente, na REBIO de Tinguá quando o Márcio das Mercês foi retirado de lá, depois fomos pra sede do IBAMA na Praça XV, várias matérias no Mendanha cobertas pela Globo, SBT, Record... Aqui no Mendanha especialmente pelo crescimento urbano

desordenado, as casas que estão invadindo a reserva, o gado, as queimadas, os evangélicos que estão subindo e criando vários morros de oração e acabam matando animal silvestre, cortando árvore, escrevendo na árvore... Tem muito conflito, eles vêm de longe... Todas essas ações nos levam a ir pra rua. Pra que ir pra rua? Expor aquilo pra sociedade, fazer com que a sociedade comece a reivindicar, parar de só reclamar... É mostrar que nós não estamos alheios a isso, imunes a isso, queremos mudanças e fazendo com que as pessoas também vejam isso”.

Talvez por não escolher um único lado na luta ambiental, esta ONG seja uma das mais difíceis de ser definida entre todas as entrevistadas. Muitos assuntos são postos, dando a impressão de que a entidade não tem um foco de atuação. No contato que tivemos, o representante da entidade que se intitula Defensora do Gericinó-Mendanha e do Tinguá (regiões bastante distantes e em situações absolutamente diferentes, embora ostentem ambas alguma visibilidade) falou sobre assuntos tão díspares quanto o apoio às usinas nucleares, à opção por ferrovias em detrimento de rodovias, a necessidade de produção de mais produtos biodegradáveis, as emissões de gás carbônico, o consumo abusivo de carne e o desmatamento. Esta “complexidade”, em vez de enriquecer, demonstra uma confusão que acaba por prejudicar o entendimento sobre atuação da entidade, como no exemplo a seguir:

“Outro ponto: já que as pessoas falam tanto em educação ambiental, mas não tocam no ponto da alimentação. O ser humano é um comedor de carne compulsivo, mas pra produzir carne precisa de pasto, precisa desmatar. E a cada segundo nascem milhões de pessoas no mundo que vão comer carne, se não mudarmos nosso hábito alimentar, nosso hábito de consumo, também não vamos preservar o meio ambiente. Nossa luta é mais focada nisso, mostrar pras pessoas o que os hábitos dela estão causando não só pra ela, mas pra um todo, um coletivo, e é por isso que a gente vai pra rua”.

Pelo menos alguns pontos ficam claros sobre a atuação da ONG: a aposta é sempre na ação prática e não no que chama de “verbalização” da educação ambiental (“a questão do meio ambiente não será resolvida com verbalização, será com ação. A transformação se faz com ações, não com educação”). A crítica demonstra uma falta de entendimento sobre os objetivos da educação, pois esta é tida como um processo alienante, cuja preocupação maior estaria na “catequização” de seus sujeitos. Além disso, fica igualmente clara a idéia de cisão que o entrevistado tem entre teoria e prática, o que seria inadmissível dentro de uma ótica dialética, onde teoria e prática caminham juntas, transformando-se mutuamente. Assim, se poderia dizer que a ação, sem a educação, pode ser tão ou mais ineficaz que a educação que não leva à ação, por trazer apenas resultados pontuais e freqüentemente contraditórios.

Se por um lado, para o DAMGEMT, a educação é incapaz de levar à transformação, por outro, em seu discurso, a questão ambiental está sempre relacionada à questão social, o que se reflete no seguinte trecho:

“Se não tiver um projeto habitacional, você não vai impedir que as pessoas ocupem os rios e montanhas. Rios e montanhas são terra de todo mundo e essas pessoas, por não terem onde morar, vão morar lá. Elas vão ali por falta de opção. Você tá brigando por isso também: por moradia, melhores condições de vida, água de boa qualidade. Você pega uma questão social e vê ela como uma questão ambiental, porque é uma questão ambiental. Saúde: se investe milhões, mas pra mim não investe nada em saúde, e sim em doença. Investir em saúde é investir em boas condições de moradia, em bom oxigênio etc. É isso o que a gente quer mostrar pra sociedade: que a nossa luta é uma luta de todos e que as pessoas precisam começar a não só fechar a torneirinha dentro de casa, mas cobrar do poder público que coloque alimento biodegradável, cobrar que em vez de construir uma rodovia, faça uma ferrovia, que é isso que a sociedade tem que começar a reivindicar (...) Não tem como falar só de questões ambientais se você não colocar a questão social envolvida nisso. Tem correlação, uma afeta a outra diretamente.”

Portanto, para ele, investir em moradia é investir na questão ambiental, assim como investir na questão ambiental é investir em saúde, no que concordamos. Apenas se evidencia que a noção de “educação ambiental” do entrevistado é de um tipo bastante conservador, que busca estipular os bons e os maus comportamentos. Então nos questionamos: teria a educação ambiental ganhado um título de educação para o indivíduo (“fechar a torneirinha dentro de casa”) enquanto a cobrança ao poder público sobre direitos coletivos caberia às ações das ONGs como o DAMGEMT? Não caberia na prática da ONG a possibilidade de dar condições a uma maior politização da coletividade, em vez desta “politização” ficar restrita apenas aos privilegiados-militantes-detentores-do-conhecimento? Será que em uma sociedade ciente e participativa na busca por seus direitos, as ONGs encontrariam este verdadeiro nicho de mercado que existe hoje, quando representam a “sociedade civil organizada” enquanto o restante da população apenas “fecha a torneirinha”? Assim, questiono se a conscientização política não seria também uma forma de educação ambiental, já que o social interfere no ambiental e vice-versa.

“Eu fujo um pouquinho dessa questão da educação, vai mais pra prática educacional, o exemplo (...) Ninguém faz algo porque a pessoa pediu pra fazer; ela faz porque viu acontecendo e deduziu que aquilo é bom pra ela e acaba fazendo. Então não é verbalizando que nós vamos estar educando, é com as ações, a prática, é colocar em funcionamento aquilo que eu verbalizo (...) e aí sim eu transformo. Quanto se investiu nesse modelo de educação verbalizada desde Estocolmo até agora? É muito número. E o que nós conseguimos com isso? E aí você pega esses milhões, se tivessem sido utilizados pra produzir ecopontos, estações de tratamento de esgoto, habitação pras pessoas, você teria menos lixo no ambiente, não estaria

aterrando tanta matéria prima que pode ser reaproveitada, não teria tanta pessoa morando em beira de rio e montanha. É você dar um uso de fato pro recurso, porque a educação não transforma, não transforma... O que vai transformar são as ações ambientais: coleta seletiva, casa pras pessoas, água de boa qualidade, é isso que vai fazer a diferença”

Não é difícil entender o sentimento de desilusão quando se sabe que a forma de educação ambiental mais conhecida é justamente essa, doutrinadora, a que o entrevistado se refere e com a qual, de fato, foram gastas altas cifras sem que resultados satisfatórios fossem alcançados em termos de melhorias ambientais. No entanto, há de se questionar novamente se o simples investimento em “ecopontos”, por exemplo, levaria a alguma transformação, visto que também não compromete de forma alguma os modelos de extração, produção, distribuição e consumo, envolvendo apenas o descarte final dos produtos. E, assim, poderíamos afirmar que haveria menos lixo nas ruas, mas dificilmente haveria qualquer mudança no que se refere ao desmatamento ou ao funcionamento das pedreiras, por exemplo. Ou seja, as ações, ao não focarem o todo da cadeia produtiva, mas apenas o final do processo, seriam apenas pontuais, e não transformadoras como pretendido.

Mais uma vez, a contradição entre o discurso pretensamente transformador e a prática conservadora vem à tona quando o assunto é energia. O DAMGEMT defende o uso de energia nuclear e a construção de habitações ecologicamente corretas como forma de poupar energia. Pergunto, então, por que investir em casas sustentáveis se é sabido que as grandes indústrias e empresas são as principais consumidoras de energia no Brasil. A resposta é esclarecedora ao mostrar o limite das pretensões transformadoras da ONG:

“Porque mesmo sendo elas as principais utilizadoras de energia, você não precisaria aumentar a produção, iria sobrar energia. Nós temos que pensar o seguinte: eu preciso da indústria, não desse modelo industrial que existe, mas preciso da indústria que produza alimentos, produtos biodegradáveis, que produza sem destruir, ou que faça uma troca: destrua, reconstrua (...) A humanidade tem que parar de questionar tudo e parar pra pensar em algumas coisas. O investimento em pesquisas, na questão energética nuclear, em produtos biodegradáveis, é o que vai fazer com que de fato tenhamos uma sociedade boa”.

O curioso é que o entrevistado logo em seguida faz uma crítica ao movimento ambientalista justamente por este não solucionar os problemas ambientais, mas apenas mitigá-los:

“O que o movimento ambientalista fez desde o seu início foi simplesmente frear o processo de destruição. Deixou de poluir? Não, tá poluindo menos. A luta ambiental não tem conseguido reverter o processo, conseguiu só frear o processo, mas que tá caminhando pra destruição. Nós temos que parar de frear, parar de dar utilização pro que

não presta. Se tem um problema, tem que parar de dar utilidade, tem que resolver o problema. (...) O nosso papel é de, além de frear, é fazer com que essa transição seja menos impactante. Pra quando vier a acontecer, essa deglaciação seja menor”.

Ao fim de uma longa entrevista, permanece a dúvida sobre o que esperar do DAMGEMT, pois seu discurso de muitas facetas, tantas vezes contraditórias, pode elucidar alguns pontos, mas não desvenda todas as questões que cercam a ONG. Contudo, mais uma pista é dada quando se fala em parcerias políticas.

“Isso é possível, sim... Se o governo ou a iniciativa privada quiser fazer uma parceria séria que venha melhorar o que a gente vem fazendo, porque não? Mas independente disso, nós queremos trabalhar a questão política também. Vários segmentos da sociedade têm representação nas assembleias legislativas, nas casas de vereadores... Eles possuem alguém pra estar brigando esse ou aquele ponto e nós estamos vendo isso. Nós vamos buscar ocupar espaços públicos porque é a única forma... É a questão política que vai mudar, então nós vamos ter que ter político que têm essa visão e que faça essa mudança (...) Nós tamos trabalhando pra o ano que vem colocar um vereador aqui em Nova Iguaçu e assim sucessivamente, porque se é através da caneta pública que muda, nós temos que ocupar esse espaço, né? Senão não adianta, porque é outro segmento que ocupa lá e vai sempre estar sempre á frente do nosso”

Após vários momentos de enaltecimento da tecnologia, a opção se volta para a atuação política, com a intenção de eleger um representante para a Câmara de Vereadores. Esta idéia é estimulada pela má relação com o governo atual, que os excluiria de discussões importantes (“A relação nossa é de briga mesmo, de questionamento, porque desde o início do governo nós temos apontado várias ações e eles não fazem, nem convidam pra sentar, mostrar as idéias...”). A crítica ao IBAMA também é grande (“Falta uma interação maior deles com os movimentos sociais, falta uma atuação de fato, uma atuação integrada”). Com as empresas, por sua vez, a relação parece ser mais tolerante:

“As empresas de ônibus poluem pra caramba... As empresas têm percebido que com a adequação ambiental ela ganha e muito financeiramente com ISO 14.001, isenção de imposto... O gasto na manutenção é muito menor do que o gasto poluindo. Tamos com a idéia de produzir um material e ir nas empresas de ônibus buscando parceria, primeiro pra mostrar pro passageiro pra não jogar lixo pela janela e conversar com os empresários o quanto ele ganha com manutenção do bico injetor (...) Existem [conflitos], mas geralmente por falta de assessoria, falta de conhecimento”

Por fim, a avaliação do DAMGEMT sobre as entidades ambientalistas de Nova Iguaçu é positiva, tendo uma relação de cooperação ao menos com as ONGs, cuja intenção é unir para buscar quem as represente politicamente.

“Nós temos chamado outras instituições pros nossos atos, quase todas as ONGs do nosso município são todas bem atuantes: UBEM, GCCA, Ranger Gaci, GEHNat... A gente convida e eles participam e vice-versa. Participamos de um ato do UBEM na Cachoeira de Tinguá. A questão política, até nisso a gente quer unir esses fragmentos de instituição pra ter uma pessoa que represente todos esses fragmentos. Se a minha luta é ambiental e da outro também, porque eu vou brigar com ela? Nós estamos em ambientes diferentes e até mesmo em ações diferentes, mas o caminho é o mesmo: melhoria na qualidade de vida, preservação daquela floresta, limpeza daquele rio... A luta é a mesma, não dá pra ter conflito.”

Grupo Ecológico Herdeiros da Natureza – GEHNAT

O Grupo Ecológico Herdeiros da Natureza, assim como o DAMGEMT, é uma ONG bastante recente e conta com menos de 10 membros voluntários em seu quadro. A maior diferença desta entidade em relação às outras é a sua área de atuação: o GEHNat é uma das únicas ONGs ambientalistas cuja sede se localiza em área urbana e central de Nova Iguaçu e cujo trabalho, ainda que se ancore no Parque Municipal de Nova Iguaçu (PMNI), tem alguma ligação com a classe média urbana do município. Em seu *blog* na Internet, há a seguinte apresentação:

“O GEHNat - Grupo Ecológico Herdeiros da Natureza luta pela preservação do GeoParque de Nova Iguaçu. O GEHNat tem como missão institucional contribuir para a conscientização da preservação do Meio Ambiente, através da implementação de atividades de formação, informação e execução nas áreas do meio ambiente, educação e cultura, visando a prática do turismo ecológico, melhorar a relação entre a sociedade e o meio ambiente, sempre em busca do desenvolvimento sustentável e a conquista da cidadania. Preservar o que é nosso, é nosso maior orgulho. Nova Iguaçu é uma linda cidade!”

O GEHNat foi criado no final de 2005 por iniciativa de um grupo que pertencia à associação de moradores do bairro K-11, região que concentra boa parte da classe média de Nova Iguaçu. Segundo o presidente da ONG, sua criação veio da constatação de que o movimento de associação de moradores foi se fragilizando ao longo dos anos, dadas as divergências internas e a pressão social sobre os líderes do movimento. Assim, decidiu-se pela criação de uma ONG, sendo que a opção pelo tema ambiental não foi feita, como em tantos casos, em função de um “amor pela causa”: na realidade, entre os vários temas trabalhados em uma associação de moradores, houve a necessidade de escolher uma temática política para ser aperfeiçoada e, por morarem próximos ao PMNI, os esforços se centraram na criação de uma ONG ambientalista.

A ONG é guiada a partir de uma visão gerencial, o que é observado em muitos pontos, como no processo de escolha do nome da entidade: inicialmente, foi chamada “Projeto

Desperta Cidadão”, pela qual foram feitas atividades de lazer voltadas à questão ambiental, como passeios ao PMNI, mobilizando a comunidade do entorno. Assim, observou-se que a iniciativa foi bem sucedida, mas que o nome não se identificava com a questão ecológica, pois demonstrava uma ação diversificada. Assim, criou-se o atual nome da entidade, que usa as palavras-chave “ecológico” e “natureza”.

Os objetivos de criação da entidade também são bastante inspirados em uma lógica de gestão (“Nós criamos essa entidade porque a gente queria estar debatendo e preparar uns projetos de defesa da questão ambiental. Aí a gente centrou Nova Iguaçu como área de ação”). Contudo, segundo seu presidente, a ONG não se baseia apenas em projetos, mas também na mobilização da sociedade para participar das políticas ambientais da região. Além disso, o GEHNat também tem assento em alguns espaços públicos de participação.

“A princípio, a gente não tem nenhum projeto implementado, mas a gente tem uma ação mais eficaz: hoje o Gehnat tem uma cadeira no conselho gestor de Jaceruba e eu sou conselheiro municipal de meio ambiente na cota da Câmara de NI. A ONG tem uma cadeira também na APA do Parque de Nova Iguaçu, então a gente não tem nenhum projeto, mas ações na formalização de políticas públicas nessas APAs, e estamos pleiteando também uma vaga no conselho da APA do Guandu-Açu”.

A criação das APAs, assim como de seus conselhos gestores, é considerada pelo GEHNat um grande avanço na política ambiental do município. No entanto, a possibilidade de maior participação social esbarra na falta de qualificação dos componentes dos conselhos, dado que a ocupação destes espaços muitas vezes é decidida na esfera político-partidária em vez de na da “política de ação”. Ainda assim, os conselhos são considerados importantes pelas discussões realizadas sobre a regulamentação da área, a possibilidade de expansão da área de preservação, a questão da fiscalização e da educação ambiental no interior das unidades, entre outros.

Outras atividades da ONG são citadas como emblemáticas, como a ação encaminhada ao Ministério Público contra a CEDAE questionando o fato de 80% da água produzida em Nova Iguaçu, no alto da REBIO de Tinguá, ser mandada para a cidade do Rio de Janeiro enquanto várias regiões de Nova Iguaçu têm problemas de abastecimento de água, como o próprio bairro-sede da entidade.

“No K-11 tem o seguinte: com a construção da represa Epaminondas Ramos, em 1942, tem 2 dutos d’água que servem de abastecimento da parte alta do bairro. Com o crescimento populacional da parte alta, houve várias espedadas nesses dutos d’água. Aí a CEDAE, que é uma empresa que vem fazendo um serviço muito deficitário ali ao longo dos anos, mesmo a gente tendo pedido isso de forma judicial, ela não previu o abastecimento de água daquela parte alta. Significa dizer que as pessoas tomam banho na Cachoeira e quem mora na parte alta, consomem água.

Porque ali não tem uma ETE; quem mora lá, especialmente no Vai-e-Vem, consome água não tratada do Parque de Nova Iguaçu, que no verão recebe 1500 pessoas por dia. Aí entramos com uma representação e estamos questionando isso judicialmente. E essa ação foi legal porque nós fizemos um ato na praça e até hoje a CEDAE não se reuniu lá com os moradores pra pelo menos prestar conta do que dá ou não pra fazer, apesar do requerimento ter sido feito diversas vezes”

Esta ação contou com o apoio de outras entidades, como as associações de moradores dos bairros K-11 e Santa Terezinha e o mandato do vereador Carlos Ferreira, do PT, a quem o presidente da ONG assessora. No entanto, a interação com outras ONGs ambientalistas do município não é muito freqüente, havendo críticas à atuação de algumas entidades.

“Eu consigo ver poucas... Entidades ambientais aqui da cidade, a gente identifica a Onda Verde como uma instituição bem organizada. A gente não tem nem como não mencionar. A gente interage muito pouco com o DAMGEMT, fizemos uma grande atividade, uma audiência pública na Câmara pra discutir a questão da REBIO Tinguá (...) A Onda Verde, apesar de ser uma entidade com mais estrutura, nunca pensou numa política pública mais geral, e sim na preparação de projetos de educação ambiental, mas muito mais feito internamente do que pra fora, do que um negócio grande pra cidade pra debater...”

O GEHNat aponta a gestão da política ambiental como “deficitária” na cidade. Esta opinião se soma ao entendimento de que a questão ambiental na cidade ainda não é tratada como uma prioridade:

“As coisas acontecem muito na esfera política. Por exemplo, a secretaria de meio ambiente aqui da cidade foi criada numa barganha eleitoral: o PV que, num acordo com o prefeito, faz parte do governo e exigiu que queria criar uma secretaria de meio ambiente, e o governo deu. Não é por uma questão de necessidade, como educação e saúde, entendeu? A questão ambiental ainda é jogada como segundo plano (...) Na baixada eu nunca consegui ver ao longo dos anos uma secretaria que tratasse meio ambiente como enxerga saúde, educação”

Muitas questões sociais são espontaneamente relacionadas com a questão ambiental pelo entrevistado:

“Me preocupo muito com a favelização no entorno do Centro, K-11 beirando até a Estrada de Madureira até o [Km] 32, me preocupo com a favelização que ameaça ocupar essas regiões ao longo dos anos. Me preocupo também com a falta de atenção que a prefeitura dá a Jaceruba, na Estrada de Jaceruba, em que o desmatamento, a extração de palmito e o areal tomam conta sem fiscalização nenhuma. Aliás, Nova Iguaçu como uma cidade muito capital da Baixada, ela sofre com a discriminação que sofre em relação à cidade do RJ. Qualquer problema na cidade do Rio de Janeiro é página de jornal, em Nova Iguaçu, é um doido que tá... (...) Me preocupo com a especulação imobiliária, pra onde ela vai se nortear. Me preocupo com a discussão do plano diretor da cidade, pra onde ele vai

apontar a ocupação urbana. Isso depende muito do gestor, o compromisso que terão com a questão ambiental e ocupação do solo público e particular”.

No entanto, é interessante observar que, apesar de identificar estas questões e tantas outras que afetam a coletividade, como a falta de abastecimento de água e a falta de participação social nas decisões políticas, no momento de atuar com junto à população, o GEHNat opta por realizar ações pontuais e que focam no comportamento individual, como o reflorestamento de calçadas no K-11 ou o estímulo a separação do lixo nas residências. Essa aparente contradição também se evidencia quando o presidente da ONG aponta os principais problemas ambientais de Nova Iguaçu:

“Hoje nós temos muitos problemas em Nova Iguaçu. Eu identifico a questão do reflorestamento [da Serra de Madureira], uma questão muito deficitária. Eu tenho conhecimento de que o IBAMA e a prefeitura municipal, ao invés de chegar lá com os moradores e notificar o cara de que tem que sair daquela área, eles notificam mas dizem que o cara tem que ser fiscal para que outros não venham a construir. (...) Falta ação do poder público de forma mais eficaz.”

Ou seja, para o GEHNat, o problema das construções irregulares na Serra de Madureira são, sim, uma questão social que envolve a omissão do poder público. Contudo, isso não significa que a crítica esteja no modelo de política habitacional que vem a afetar a população e o ambiente: a omissão do poder público se encontraria na falta de fiscalização para que novas moradias não sejam construídas. Por este motivo é que o GEHNat investe no tema das áreas protegidas da cidade, assim como aponta como maior avanço ambiental das últimas gestões municipais a criação das APAs e do Parque Municipal, que “botou Nova Iguaçu no cenário nacional no aspecto de equipamentos de lazer voltados à questão ambiental”.

Se, por um lado, o GEHNat mantém um discurso crítico sobre o poder público (“a gente pressiona o poder público a se fazer mais presente”; “não tem jeito, ele tem que entrar e fazer valer a ação deles no município”) e de fortalecimento da participação social (“acho que é muito importante fortalecer a ação coletiva”; “eu acho que aqui na nossa cidade tem uma grande necessidade de um fórum de discussão ambiental pra medir força com o poder público nas ações”), por outro a ONG mantém uma relação harmoniosa com o governo (“nós temos uma relação muito boa, muito boa... Mas por outro lado também, a gente falta se aproximar um pouco mais”) e tem uma atuação pautada na idéia de repressão e educação individual, como quando explica a atividade de reflorestamento e coleta seletiva planejada para um único dia, no final de 2007 (“naquela ação a gente tava como parte de um coletivo. Eu acho que, à medida que você fala, as pessoas amadurecem...”). E talvez por esse motivo, quando

perguntado sobre quais seriam as atividades educativas nas quais a ONG investiria, a resposta seja: “na formação de agentes sociais ambientais e investir também na questão do reflorestamento e reciclagem (...); eles seriam preparados pra ser multiplicadores de educação ambiental e pra integrar o corpo técnico das ONGs”.

União Brasil Ecologistas e Motociclistas – UBEM

A ONG União Brasil Ecologistas e Motociclistas foi criada entre 2001 e 2002, em Nova Iguaçu, com o objetivo de reunir motociclistas (“pessoas que gostam de liberdade, viajam, conhecem muitas outras pessoas, têm a mente aberta a novos desafios, gostam de rock e alegria”) e transformá-los em ecologistas (“pessoas que se interessam por ecologia, preservação ambiental e qualidade de vida”). Segundo o texto do site da entidade:

“A organização veio à lume com o propósito de transformar o predador em protetor, o alienado em engajado nas causas que envolvam a preservação do ambiente em que vivemos e ao longo de sua existência realizou vários eventos, tais como passeatas, exposição de fotos, trabalhos ligados a causas ecológicas, distribuição de cartilhas ecológicas e cafês da manhã com frutas e sucos naturais seguidos de palestras para a comunidade e nossos amigos motociclistas sobre o tema meio ambiente e sua preservação”

Atualmente a UBEM conta com cinco filiais (“células”) no estado do Rio de Janeiro – Nova Iguaçu, Mesquita, Resende, Angra dos Reis e Bom Jardim, além de uma sede no estado do Espírito Santos. A iniciativa de fundação surgiu a partir de Fernando “Tinguá”, o líder da ONG, cuja história de vida contraria toda a expectativa que se cria em torno da figura de um ambientalista. Tinguá trabalhou em serraria, carvoaria, garimpo e segurança particular para, enfim, se tornar um ambientalista-motociclista. Mesmo a virada para o ambientalismo aconteceu ao acaso: foi na defesa de Márcio das Mercês, um fiscal do IBAMA que, ameaçado de morte, acabou por se tornar um modelo para Tinguá.

“Entrei sem perceber. Eu tinha vindo do garimpo, tem muito tempo... O Márcio do IBAMA tinha conseguido apreender uns palmitos, acho que uns 600. Foram lá na sede [da atual REBIO Tinguá], renderam ele, levaram os palmitos e voltaram no dia seguinte pra matar ele. Eles estacionaram o carro na praça, eu tinha vindo do garimpo pra visitar minha família. O Márcio tava escondido no banheiro do bar, lá embaixo, na beira do rio ‘pô, cara, pelo amor de deus, os caras vieram aqui pra me matar’. Eu andava armado nessa época, fui com o revólver na mão em direção ao carro, um Passat, e dei quatro coronhadas no capô, ia tacar fogo no carro o Márcio não deixou. No outro dia o dono do carro foi na casa da minha mãe de consideração, foi pedir pra levar o carro ‘eu tenho 3 filhos pra criar e eu corto um palmito...’ aí eu disse ‘então não é mais meu amigo. Você é o dono do carro? Então pega aquilo e rapa fora. Só não taquei fogo no carro porque o cara pediu. Da próxima vez que vier pra

matar ele, morre mais gente’. Conclusão: não pude mais voltar pro garimpo. Deixei lá duas balsas e um grupo que fazia transporte de ouro na floresta, lá na Serra do Navio, em Macapá. Perdi tudo o que eu tinha lá. Aí fiquei tomando conta da vida do cara. Com o tempo eu passei a entender porque eu gostava desse cara... Porque foi ele que fechou a serraria do meu pai quando eu era pequeno e eu não tinha entendido isso. A gente trabalhava muito na serraria do meu pai, trabalhava muito e não ganhava nada. (...) Quando chegou aquele cara lá, o Márcio, honesto pra caramba – era IBDF ainda – chegou lá e fechou a serraria do meu pai, eu dei graças a deus, né? Não precisava trabalhar tanto, apanhar tanto. Isso eu tinha uns 13, 14 anos, foi quando eu saí de casa. (...) Eu não era ambientalista, eu tava lá pra defender ele. Ele sim era ambientalista e eu achava que o pessoal tava errado porque queria matar um cara que era muito bom. Eu fui me contaminando com a bondade dele e segui minha vida”

Neste caminho pouco convencional, Tinguá acabou chegando aos motociclistas, que lhe mostraram outra forma de ver o mundo. Desta nova forma, veio também a idéia para a ONG, que teria uma forma de atuação distante do modelo truculento que enxergava em outras entidades:

“Aí fui a Tinguá, em Miguel Pereira e assisti a um encontro de motociclistas (...) ‘Márcio, esses caras são unidos... A gente tá lutando aí, não consegue nada... Vamos tentar o negócio de outra maneira, porque entrar na casa dos outros, tirar o passarinho e quebrar a gaiola, você arrumou um inimigo, porque o cara lá é ignorante. Vamos reeducá-lo também pra gente se defender’. Aí comprei o triciclo depois de um ano. Comecei sozinho, fiz um colete com o escudo do Che Guevara, comecei a andar e fui juntando uma galera, 18 pessoas... Eu falando de meio ambiente, ninguém falava de meio ambiente. Isso há 14 anos [em 1993]...”

Assim, o formato da UBEM foi sendo formulado. Segundo Tinguá, sua proposta é o lazer com responsabilidade, passando a idéia da preservação ambiental. Nesse sentido, a entidade promove eventos, onde geralmente unem o motociclismo ao rock, na busca de fazer com que o ambientalismo “vire moda”. Na ONG, as pessoas chegam atraídas pelo motociclismo, e não pela idéia de preservação. Contudo, faz parte do processo a chamada “contaminação” dos membros do grupo pela temática ambiental. E nesta busca inicial pela forma de atuação mais coerente com os princípios do motociclismo, surgem também as críticas a algumas ONGs locais:

“E eu querendo levar o pessoal todo lá pro GDN, que hoje também tá todo contaminado... Maior vergonha... Na verdade, as ONGs tão queimadas: fala que tem um dinheirinho, vai todo mundo; não tem dinheiro, ninguém vai... Nego na verdade não tá nem aí pro meio ambiente, só quer saber do dinheiro, bando de muquirana... (...) Aí montei a ONG e pedi orientação pra Deus. Não pra ganhar dinheiro, porque

minha onda é fazer o meu trabalho, porque eu acho muito legal esse jeito que eu vivo. Montei uma ONG pra fazer essa idéia da preservação ambiental virar moda. Tem que virar moda e tem que educar”

A UBEM costuma fazer eventos em Tinguá, Adrianópolis, Rio d’Ouro e Jaceruba, áreas localizadas no entorno da REBIO. Em suas atividades, a ONG é adepta de um “estilo Greenpeace” de ser, ao menos na aparência, quando fazem manifestações que buscam chocar e atrair a atenção da sociedade. Alguns exemplos estão na árvore de ferro, feita com cds, instalada estrategicamente na Praça de Tinguá, e no Projeto “Limpendo e Educando na REBIO”, que já está em sua 13ª edição. Neste projeto, cujo objetivo era tirar o lixo da cachoeira e levar para praça pública, reivindicando questões ambientais, os motociclistas fizeram um caixão que representava a morte do rio e das pessoas por causa do lixo. Para Tinguá, “só de tirar o lixo, as pessoas já tomam consciência”.

A UBEM é bastante diferente de outras ONGs locais, que se ancoram em uma ideologia bem definida e em discursos fortes e politizados. Ao invés disso, a entidade tem como simples, único e amplo objetivo a preservação do meio ambiente que, segundo Tinguá, tem o mesmo significado da “preservação da vida”. Por isso, não é de admirar que em alguns eventos da ONG, o assunto principal seja o uso de drogas pelos jovens, e não a poluição dos rios ou a caça na REBIO. Também pela falta de preocupação em seguir fielmente uma ideologia, a entidade funciona em sistema de voluntariado, mas pede e aceita financiamento de pessoa física, empresas e do poder público, caso haja necessidade de recursos para a realização de alguma atividade. Em 2007, dois projetos foram financiados, um pela prefeitura municipal e outro por uma empresa de usinagem. Além disso, a ONG vende camisetas que ajudam a custear as despesas cotidianas.

O quadro da UBEM conta hoje com quatro voluntários, todos desempregados, que trabalham na sede da entidade, localizada no bairro da Posse, região central de Nova Iguaçu. A ONG já chegou a ter cerca de 3.600 cadastrados em todo o Brasil, em uma época em que cobrava dois reais de anuidade. Atualmente, com menos cadastrados, são cobrados R\$12,00 de motociclistas escudados (associado antigo do motoclub, aprovado segundo as normas internas) e R\$20,00 de não-escudados, o que, segundo Tinguá, “ajuda a encher o tanque do triciclo pra continuar o trabalho”. A atuação, além das manifestações, costuma ser em escolas “achadas” em paradas de viagens, onde Tinguá conversa com a diretora e deixa material para os alunos. O material consiste em cartilhas educativas que enfocam a questão ambiental de uma forma lúdica, como no caso dos personagens “Jaguaciclista e Motocano”, protagonistas de uma das histórias.

Perguntado sobre a questão ambiental de Nova Iguaçu, a resposta envolve habitação, educação e saúde, pois, para Tinguá, “ambientalista é o cara que reivindica as questões que beneficiam o mundo”, por isso engloba inúmeros temas. O líder da UBEM tem um perfil algo “messiânico” que é incorporado na atuação da ONG, o que nos faz afirmar que a entidade é um pouco ING, ainda que com muito seguidores.

Ainda no contexto da questão ambiental, não faltam críticas à atuação da Prefeitura, do IBAMA e também das ONGs (“Tinguá tem treze ONGs e eu não tô vendo nenhuma aqui [na manifestação contra a internacionalização da Amazônia]. Ah, vocês não ofereceram dinheiro não, né? Porque aqui em Tinguá essas ONGs gostam muito de dinheiro”).

Fica também clara, nas palavras do líder da UBEM, a pouca importância dada à questão política (“pra mim, política é vergonha”) e a grande importância dada à questão emocional no ambientalismo, e isto orienta todo o pensamento e a prática da entidade. Quando questionado sobre as empresas, responde que o objetivo não é o enfrentamento, e sim educar as pessoas em casa (“O empresário, aquilo é o ganha-pão dele, ele não vai te respeitar de jeito nenhum. (...) A idéia não é fechar a empresa, é conscientizar, mostrar que tem uma saída”). O mesmo pensamento se tem relação aos problemas na área rural (“O cara da roça, você tem que pegar no colo, porque é pura ignorância, o cara não estudou...”). Por isso, Tinguá é capaz de casar suas críticas a um otimismo em relação ao futuro, dado que, para ele, atualmente já se faz um trabalho de educação ambiental nas escolas, por isso as crianças de hoje terão uma consciência diferente. Tudo faz parte de sua forma lúdica e sonhadora de pensar o mundo, capaz de criar histórias como a que conta para as crianças:

“Papai do céu mora na estratosfera, em cima da camada de ozônio. Se as pessoas continuarem queimando sacolinha de lixo, vai acabar furando a camada de ozônio e papai do céu vai cair na terra e ficar todo ralado”.

Centro de Assessoria ao Movimento Popular – CAMPO

O Centro de Assessoria ao Movimento Popular (CAMPO) foi criado outubro de 1987, com o objetivo de fortalecer os grupos populares de baixa renda do Grande Rio, na busca da melhoria da qualidade de vida e na construção de uma cidadania mais ampla. Sua origem é ligada à Igreja Católica, principalmente com trabalhos sociais a partir das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), que apostavam na mobilização e na conscientização, principalmente dos jovens, para o fortalecimento e o desenvolvimento comunitário. Um ex-jesuíta e economista belga foi o idealizador da instituição. Como padre, morou cerca de

quatro anos na favela da Rocinha. Após deixar os jesuítas, decidiu investir na criação do CAMPO, do qual é coordenador geral. Ao longo dos 20 anos de atuação, já foram estabelecidas parcerias com mais de 250 entidades, e hoje o Campo assessora diversos grupos, entre eles 11 centros de educação infantil comunitários, com creches e brinquedotecas; 10 centros comunitários de formação profissional, duas cooperativas, a Rede de Centrais de Serviços (RCS), e possui uma filial em Tinguá, no município de Nova Iguaçu (*site*). Atualmente, o CAMPO tem três núcleos: formação profissional, educação infantil e meio ambiente, sendo que o primeiro vem sendo chamado de desenvolvimento local comunitário (“um pouco mais do que formação profissional, porque é mais que geração de renda”).

A entrada do CAMPO na temática ambiental não foi planejada; na realidade, foi quase imposta por um dos parceiros europeus da ONG, que deu 15 dias para que entidade fizesse um projeto e enviasse para a União Européia (UE). O projeto foi aceito e assim se iniciava a trajetória do CAMPO no ambientalismo e, conseqüentemente, em Nova Iguaçu.

“A nossa entrada na questão ambiental foi um pouco complicada, porque nós tivemos um bom parceiro europeu que sempre nos apoiou para formação profissional, que era o forte do CAMPO, e um pouco educação infantil também. Há cerca de 15 anos, um parceiro nosso falou “você têm que entrar em meio ambiente”. Eu resisti um pouco, não porque eu não me interessava, eu me interessava muito, mas a gente não pode ser bom em tudo, éramos bons em formação profissional e educação infantil (...) Mais tarde, 7 anos atrás, essa mesma pessoa de uma ONG da Alemanha me disse que tínhamos 15 dias pra fazer um projeto ambientalista para a UE, e como ele já nos tinha apoiado duas vezes com recursos da UE pra formação profissional, ele poderia nos ajudar novamente. Então eu diria que foi muito através dele, não tanto de mim. (...) Então surgiu a oportunidade de fazer um projeto, fizemos bem rapidinho, mandou pra UE e a idéia era de novo formação profissional e educação ambiental e – eu sou economista de formação – coloquei também como que a gente vai se sustentar, que é a grande preocupação do CAMPO, e aí propus também, pra gente se auto-sustentar, talvez uma pousada em Tinguá pra poder fazer formação e educação ambiental. Eles aceitaram, o que criou um problema para mim: a gente tinha que encontrar uma pousada (risos) e a gente encontrou um lugar extraordinário, que todos os cariocas que vêm pra cá dizem que é muito melhor do que imaginavam, e conseguimos contar com o apoio da UE”

A escolha por Tinguá como sede do projeto ambiental e da pousada foi feita muito em função da presença, em Nova Iguaçu, da Onda Verde, que acabava de ser criada por Hélio Vanderlei. Onda Verde e CAMPO já eram parceiras em projetos de formação profissional (em Informática), quando a ONG de Hélio ainda atuava neste segmento e o CAMPO a apoiava com recursos da UE. A Onda Verde fez parte também da Rede do Centro de

Formação Profissional, que contava com 11 grupos ligados ao CAMPO espalhados pelo Rio de Janeiro, até que veio a separação.

“Depois Onda Verde se separou, porque de fato eles sempre quiseram ser mais... eu sempre fiz uma distinção entre independência e autonomia: na rede, cada um deve ter sua autonomia, mas não sua independência. Independência pra mim significa ‘eu trabalho sozinho’. Acho que o Hélio não queria perder tempo com isso, então se separou da rede, mas a rede continuou até hoje”

Todos os projetos ambientais da ONG vêm sendo realizados em Tinguá, em pousada própria cujo nome é Refúgio EcoTinguá. A pousada está localizada em uma área de 25 hectares, dos quais 16,5 fazem parte de Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN), bem perto da REBIO Tinguá. Segundo informações contidas no *site* do CAMPO:

“O Campo Tinguá trabalha no caminho da auto-sustentação, tendo como proposta ser um elemento de articulação da população local em torno da defesa do meio ambiente e da capacitação profissional, ao mesmo tempo em que faz do turismo um canal de promoção da inclusão social dos moradores da localidade, em sua maioria, com poucas oportunidades e recursos financeiros”

Na pousada, são realizados diversos cursos de formação profissional, entre os quais cursos de marcenaria, culinária, informática, jardinagem e paisagismo. Além destes, são oferecidos também cursos mais voltados à produção rural, como cursos de piscicultura e apicultura. O curso de jardinagem e paisagismo tem recebido especial atenção do coordenador da ONG, que vê nele uma forma de atrair os jovens para a questão ambiental (“eu sinto que os jovens não estão muito interessados em trabalhar manualmente, mas jardinagem e paisagismo é uma coisa meio intermediária, então eles se interessam”). No entanto, é difícil acompanhar os jovens para saber se este tipo de curso pode gerar empregos, dado que nada indica que seja um mercado de trabalho em crescimento. A meta, pouco ambiciosa, é ter pelo menos 20% dos cursistas empregados.

Além dos cursos, outras atividades são ou já foram desenvolvidas no Refúgio EcoTinguá, como na parceria com o SESC e a Prefeitura, que levava 40 alunos de escolas públicas por semana para visitar a pousada e andar em suas trilhas.

O CAMPO tem a expectativa de gerar emprego e renda para a população por meio da formação profissional, mas não há um esforço para reverter, de fato, a situação de desigualdade social em Nova Iguaçu, apesar da geração de emprego ser um avanço importante. Esta afirmação é feita pois os cursos oferecidos pela ONG geralmente têm como objetivo formar profissionais para que atuem nos chamados “subempregos”, como cozinheiras, profissionais da construção civil e de supermercados (neste caso, um curso

realizado em São Gonçalo, outra área onde a entidade tem forte atuação). Para o coordenador da ONG, o profissional pode começar como ajudante, mas depois “ganhar um bom dinheiro”. É dentro desta concepção reformista, que não altera a cisão entre os que pensam e os que fazem, que os projetos do CAMPO são elaborados, ainda que com inegável boa vontade e competência.

Na questão ambiental, esta forma de atuação pouco ambiciosa em termos de transformação sociopolítica se mantém, como se pode observar quando questionamos sobre o impacto gerado pelas pousadas e outros empreendimentos no entorno da reserva de Tinguá, situação que poderia ser agravada caso o turismo ecológico aumentasse sem planejamento.

“Eu concordo com o que você diz e tem pessoas em Tinguá que também pensam um pouco nisso. Pousadas, tipo o CAMPO, de fato não têm muita coisa. Aqui em Tinguá o que mais tem são sítios. Agora uma coisa positiva em Tinguá: eu acho que maior problema do que as pousadas é o Arco Metropolitano, que vai passar perto de Tinguá, em Vila de Cava. Aí sim vai mudar muito Tinguá, porque vai ligar o Rio a Tinguá em caminhos bons e muitos cariocas virão, e eu acho que a gente poderia preparar isso um pouco com as pousadas, mas pousadas que fizessem um pouco como a gente... Porque uma pousada não pode ter um trabalho social também? Pra mim, a concorrência é fundamental! (...) A pousada não pode acabar com as florestas... (...) Quem vai desenvolver Tinguá? Eu acho que a classe média também”

Na declaração, nota-se que não há uma grande preocupação com o futuro do turismo em Tinguá do ponto de vista ambiental, mas sim econômico, com a intenção de atrair a classe média para consumir no local, gerando desenvolvimento dada a maior circulação de dinheiro. O CAMPO, acostumado a uma visão puramente técnica de seus projetos de formação, ainda não atentou para o fato de que a proliferação de turistas – e também de sítios e pousadas – poderia trazer um retorno negativo em curto para o foco deste “negócio”: o meio ambiente. Apesar da concepção ainda pouco aprofundada em relação ao turismo, o coordenador da ONG já percebe pontos onde o turismo provoca conflitos evidentes em Tinguá:

“Eu sou totalmente a favor do turismo popular, mas eu já vi ônibus passando e gente jogando garrafa pela janela... Eu respeito o [sítio] Tucano, uma vez já chegaram 20.000 pessoas. Às vezes no verão tem 5.000 pessoas. Lá tem piscinas, são legais, você pode andar a cavalo, almoçar, dentro da reserva da Mata Atlântica. Mas eu tenho um pequeno problema com eles... É legal, é um turismo popular, pode melhorar um pouquinho, falar alguma coisa sobre meio ambiente, mas tem um problema também, porque eu tô cada vez mais ambientalista: quando tem muita gente, o barulho que se faz quando tem show, nós que estamos a 2km, nós ouvimos tudo. Portanto, tem toda a reserva, tem os pássaros... Mas tem pessoas que são como o Tucano. Eu sou até um pouco a favor, porque pelo menos é um turismo popular, mas poderia melhorar mais um pouco. Eu sou bastante a favor das pousadas porque, se Tinguá tem uma

vocação natural pro ecoturismo, então porque não pode ter pousadas, só sítios? Sítios também, mas também pousadas”

Ou seja, a preocupação existe em relação ao lixo jogado na rua e ao som alto das festas, mas passa longe de todos os conhecidos problemas de abastecimento de água e tratamento de esgoto existentes em Tinguá. Quando questionado sobre isto, a resposta é simples: “Isso é um grande problema, como é também a Baía de Guanabara. (...) Não sei quanto se tem que investir, mas não podia deixar os rios limpinhos? Eu tenho vizinhos que o esgoto vai direto pros rios...”.

As reservas, de fato, são pensadas unicamente como fontes de atração do turismo e possíveis fontes de emprego para os jovens de Tinguá, bem ao estilo que a ONG vem praticando em seus mais de 20 anos de existência. Por isso, quando questionado sobre a questão ambiental em Nova Iguaçu, não parece haver outro assunto além das unidades de conservação e a possibilidade de geração de emprego e renda contida nelas:

“Eu gosto de partir de ‘o que é ambiental’. Pra mim, ambiental está envolvido em tudo, mas vendo por setores: o forte do ambientalismo em Nova Iguaçu são as reservas, que no Rio não têm. É o forte de Nova Iguaçu. O fato de ter a reserva e o vulcão, que também interessa a muitas pessoas, haverá muitas pessoas para visitá-las, pessoas do Rio. Isso que eu acho fundamental: que o Rio descubra esse tipo de ambiente. Em Tinguá, hoje tem mais florestas do que antes. Se eu fosse prefeito, diria isso pra todo mundo. Claro que tem menos agricultores, mas tem mais floresta! Quando a gente tá preocupado com os jovens de Tinguá, que pegam em armas, acho que a gente também tem que pensar que as reservas devem começar a dar trabalho para os jovens (...) Tem que ter muito mais gente nas reservas... Porque não podem as pessoas ir às reservas acompanhadas, monitoradas? Porque não se pode cobrar também alguma coisa pra ir à reserva? Podia ter uma auto-sustentação... Tem muito mais jovens do que a gente pensa que gostariam de conhecer a reserva, então a gente tem que pensar também até economicamente, que a classe média possa ir lá e se possa cobrar alguma coisa. Tem tantas coisas pra fazer... Sendo Nova Iguaçu, eu dou uma certa prioridade nisso.”

Dentro de um pensamento economicista-pragmático, o CAMPO aponta um problema e uma solução sem lembrar que, entre um e outro, há alguns obstáculos, como ‘pessoas’. Para que houvesse mais florestas, foi necessário que alguns agricultores perdessem seus empregos; agora, para dar emprego aos jovens, é necessário que se abra a reserva, mas de que forma, se tantos problemas exteriores à reserva já existem sem que haja a quantidade de turistas desejada pelo CAMPO?

As relações da ONG com outras entidades ambientalistas de Nova Iguaçu não são fortes, ainda que o CAMPO ocupe, como RPPN, a vice-presidência do conselho consultivo da

REBIO Tinguá. De forma geral, a relação mais forte continua sendo com ONGs de cunho mais diretamente ligado a formação profissional.

“Não tem tantas ONGs que façam formação profissional, que é o que nos interessa. Em meio ambiente tem algumas também, mas meio ambiente eu não sinto muitos querendo descobrir na prática o que cada um dos outros faz. Então ou se obriga uma reunião, mas cada um pensa coisas tão diferentes que eu não sinto muito interesse em começar”

Ainda que o CAMPO esteja entrando na questão ambiental e já tenha marcado sua presença em Tinguá, sendo bastante conhecida na comunidade, fica claro que ainda falta muito para que a entidade consiga seguir este caminho com mais desenvoltura e menos ingenuidade. Seu começo no campo estritamente social talvez tenha, curiosamente, dificultado sua atuação nesta área, mas não há nada que comprove esta hipótese. O interesse do CAMPO é pela geração de empregos para os jovens de Tinguá, ainda que, para isso, outros problemas socioambientais devam ser ignorados para, em seguida, serem percebidos como um problema que mereça outra solução, e assim em diante.

“O que me interessa mesmo são os jovens em Tinguá. Os jovens são muito mais ambientalistas do que os adultos pensam, mas eles não têm oportunidade de se expressar. Eles falam ‘como a gente pode?’. Eles sentem a necessidade. Quando eu faço um curso, eu digo a eles que o que eu mais quero, com toda formação profissional, é que um dia eles possam ganhar dinheiro em Tinguá, ou abrir uma pousada ou... isso é o que eu tô visando. Os jovens gostam de Tinguá, não é verdade que todos gostariam de ir pra cidade...”

Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional – FASE

A FASE foi fundada em 1961, sendo considerada a ONG mais antiga do Brasil. A ONG atua em seis estados brasileiros e tem sua sede nacional no Rio de Janeiro. Sua missão é contribuir para a construção de uma sociedade democrática através de uma alternativa de desenvolvimento sustentável. Conforme texto editado de seu *site*, a história da ONG é descrita da seguinte forma:

“Desde suas origens, esteve comprometida com o trabalho de organização e desenvolvimento local, comunitário e associativo, com bases no associativismo e no cooperativismo, mas o golpe militar de 1964 obrigou uma redefinição de rumos, fazendo com que a entidade se focasse na resistência à ditadura e na formação das oposições sindicais e dos movimentos comunitários de base. Na década de 70, a FASE apoiou o movimento de organização social que enfrentou a carestia, o trabalho infantil e as desigualdades econômicas e sociais. Formando centenas de lideranças pelo Brasil e apoiando-as em suas reivindicações, chegou aos anos 80 participando de todo o processo que levou à anistia, à constituinte e às eleições diretas. Para aprofundar a transição democrática, ao longo da

segunda metade dos anos 80 e nos anos 90, a ONG desenvolve ferramentas e metodologias educativas voltadas para o controle popular e a participação da cidadania no âmbito das questões urbanas e rurais. O tema do desenvolvimento social e ambientalmente sustentável, a luta pela ação afirmativa de movimentos sociais de mulheres, afro-descendentes e indígenas vêm marcando a sua atuação no quadro de luta contra as desigualdades. Nesse início de século, a FASE se lançou na atuação local, nacional e internacional com vistas a integrar redes, fóruns e plataformas, sempre visando derrotar as políticas de caráter neoliberal. No campo da promoção de seus princípios e da produção de conhecimento, a FASE realiza convênios com órgãos públicos, monitora projetos e faz parcerias com universidades”.

Na área ambiental, a atuação da FASE é diretamente ligada à sua luta pelo direito à cidade. A ONG assessora movimentos sociais, associações de moradores, federações de associações, sindicatos, os movimentos negro e de mulheres, entre outros, na luta por direitos garantidos através de políticas públicas. Uma das temáticas em que a entidade atua é a do saneamento ambiental.

“A FASE atua historicamente dentro dessa temática do saneamento ambiental. Essa temática foi ganhando um recorte ambientalista na década de 90, no sentido de não se restringir apenas a intervenções estruturais no acesso a serviços de água e esgoto. Ela passa a incorporar, por exemplo, tanto o debate de reuso da água, de reaproveitamento, quanto das intervenções de esgotamento, que tem uma vinculação direta com a questão sanitária, no sentido de enfrentar doenças oriundas do meio ambiente geradas pela precariedade dos serviços de esgotamento, como também todo debate sobre os resíduos sólidos e controle de vetores”

A FASE assessora e integra o Comitê Político de Saneamento, Habitação e Meio Ambiente, que tem conformação a partir das federações de associação de moradores, como o MAB de Nova Iguaçu e todas as outras federações da Baixada. A partir disso, a FASE-RJ começou a ter uma atuação maior com a temática de sustentabilidade ambiental.

“Dentro do comitê, a Onda Verde, por exemplo, já teve uma atuação mais intensa... Várias organizações que trabalham com a temática ambientalista foram passando por aí. Nossa inserção parte muito mais dessa luta pelo direito às cidades, das políticas urbanas, pensando a sustentabilidade ambiental na cidade como um tema relevante”

A FASE não segue a linha de atuação preservacionista, trabalhando a concepção da sustentabilidade socioambiental. Como exemplo, a entidade atua fortemente na construção de planos diretores, cujas discussões com a população pressupõem o reconhecimento sobre os diferentes usos da cidade e, conseqüentemente, também das áreas de preservação ambiental. Contudo, “nunca numa lógica de apartar a população, de achar que a população não tem o

direito a ter uma relação com aquele espaço, desde que seja uma relação sustentável, de não-degradação”.

Foi nesta linha, rejeitando uma atuação “ambientalista *stricto sensu*”, que a FASE iniciou, a partir do comitê político de saneamento, sua luta em Nova Iguaçu. Foi por meio do diálogo com o movimento de associações de moradores, na década de 80, que a entidade foi chamada para ajudar na reconstrução de casas na região, após uma enchente de grandes proporções.

“O debate não era ambientalista, era do direito à cidade, construção das casas... Aí começa uma linha de atuação em saneamento pelo direito à cidade, que obviamente começa a se construir um caminho sem volta nesse debate ambiental. Nossa agenda prioritária é a do direito à cidade através de políticas públicas, mas obviamente a questão ambiental tá embutida aí, especialmente quando se fala em sustentabilidade socioambiental”

É interessante notar a clareza de análise de quem observa a situação de uma cidade com certo distanciamento, pois nesta análise não se misturam emoções que podem contribuir para tornar a descrição do local mais ou menos benevolente de acordo com sentimentos, como o orgulho ou a repulsa. A FASE, assim como o CAMPO, não iniciou sua atuação em Nova Iguaçu, e talvez por isso estas entidades demonstrem ter visões diferenciadas em relação às especificidades locais. Assim, a primeira impressão obtida do município (focada na questão ambiental) demonstra uma grande racionalidade, ainda que possa ser questionável por contemplar apenas um ângulo de visão.

“É engraçado, porque Nova Iguaçu talvez seja a cidade mais favorável a esse tipo de intervenção graças à ampla cobertura vegetal, embora também haja degradação já acontecendo bastante. E você tem iniciativas antigas que não têm visibilidade na mídia, com muito pouca força política, pouca voz, mas são militantes antigos com os mais variados tipos de intervenção: preservacionistas, conservacionistas, tem de tudo... E a impressão que a gente tem da Baixada é sempre muito boa, porque mesmo com essa crise do neoliberalismo, do desemprego, da desmobilização, enfraquecimento dos movimentos sociais, dificuldade pra formar novos quadros, esse populismo que é muito forte na Baixada, em termos de movimentos sociais você tem muita coisa interessante lá, muito politizado. E dentro desse tema ambiental, agora eu acho que tá tendo mais visibilidade do que tinha antigamente. Acho que isso virou um grande tema pra sociedade. Agora, o que eu acho mais interessante lá é que os movimentos ambientalistas bebem dessa cultura dos movimentos sociais mais tradicionais e você tem também hoje movimentos de juventude que estão criando abordagens diferenciadas também em relação ao meio ambiente, o que é interessante de observar”

Na visão da entrevistada, as entidades ambientalistas de Nova Iguaçu trabalham no sentido de fortalecer articulações coletivas pra garantir políticas públicas, não sendo ONGs

que têm o objetivo de fazer o que o Estado não faz. Esta é uma discussão importante entre as ONGs sobre o sentido de ‘o que é ser não-governamental’, algo já analisado na fundamentação teórica desta dissertação. Esta concepção, no entanto, guarda uma polêmica, pois vai de encontro ao que pensam os movimentos sociais do município – como o MAB e a Associação Camponesa de Marapicu –, que acusam as ONGs de desenvolverem projetos pontuais sem qualquer conotação política, mas sim econômica. De fato, notamos que no discurso das ONGs locais há quase sempre um discurso politizado, de enfrentamento com o poder público na cobrança por direitos coletivos. A prática, porém, muitas vezes não condiz com aquilo que é declarado discursivamente, algo que fica claro nas entrevistas dos representantes do poder público, quando enfatizam que a maior parte das ONGs busca fazer parcerias em vez de confronto, inclusive aceitando repasse de recursos públicos para a realização de ações. Ao mesmo tempo, a grande maioria das ONGs demonstra, nas entrevistas, ter o objetivo de se profissionalizar por meio de financiamento (público e privado) obtido com projetos que, geralmente, concorrem com a responsabilidade do Estado, como no caso da instalação de pontos de coleta seletiva do lixo. Mesmo o GDN, uma ONG “militante” que afirma atuar como voluntariado e tem uma história de enfrentamento com o poder público, atualmente faz parte de dois projetos: Agentes Ambientais Voluntários, junto ao IBAMA, e a Guarda Ambiental, uma parceria com a Prefeitura pela qual recebem financiamento, em um caso claro de “terceirização” de uma responsabilidade do Estado. Portanto, talvez a opinião da FASE se baseie em uma visão não muito recente, ou foque em entidades específicas ou, quem sabe, seja real ao usar como parâmetro outras ONGs que assumem mais claramente esta relação de substituição às atribuições do Estado.

A FASE, por sua vez, participou do projeto-piloto do Programa “Metas do Milênio”, em parceria com a Prefeitura de Nova Iguaçu, no qual elaborou o capítulo sobre sustentabilidade socioambiental por meio da construção de um diagnóstico participativo sobre a cidade. Isto, contudo, não é uma prática comum na ONG, como esclarecido quando se faz um questionamento sobre as parcerias:

“Tem parceria política, não de financiamento. Nosso financiamento vem do Instituto Rosa Luxemburgo, de várias organizações que financiam a gente pra trabalhar na Baixada. A gente não faz parceria com empresas na Baixada... Raramente a gente faz com prefeituras, como no caso do Metas do Milênio, que tinha que ter o governo local envolvido. Nossa parceria é muito política com os movimentos sociais. Com escolas públicas municipais, estaduais, Igreja Católica, pastorais...”

Sobre este projeto, a FASE tem preocupações que extrapolam os limites da gestão. A noção de sustentabilidade da entidade não está ligada apenas a um bom gerenciamento técnico

da questão ambiental, mas sim a um debate complexo que envolve as desigualdades sociais observadas no município:

“Todo o debate sobre sustentabilidade ambiental não pode passar ao largo da discussão sobre as desigualdades sociais no território. Não adianta, a sustentabilidade ambiental é pra quem? A preservação é pra quem? Se você não tiver maior distribuição de renda, maior distribuição dos equipamentos públicos no território... A FASE tem uma linha de atuação agora... A Baixada vai receber um investimento vultoso do PAC e a nossa preocupação agora é que, pelo modelo de desenvolvimento que a gente vive nesse país historicamente, vai ser a festa das empreiteiras, vai vir arrebatando tudo, destruindo tudo, pavimentando tudo. (...) A FASE faz intervenção monitorando o impacto desses programas, fazendo formação pra cidadania, fortalecendo organizações sociais...”

A análise da questão ambiental em Nova Iguaçu também é bastante ampla e complexa, envolvendo diversos aspectos sociais, culturais, ecológicos e históricos que sempre desembocam na conclusão de que a luta principal deve ser por políticas públicas.

“Nova Iguaçu tem um ‘capital ambiental’, se é que se pode chamar assim, muito interessante. O problema é que tem uma degradação muito grande e todo esse capital ambiental poderia ser utilizado da melhor forma possível, não só do ponto de vista do lazer, mas também pra melhorar a auto-estima da cidade, de você ter uma melhor distribuição porque, por exemplo, enquanto você tem Tinguá e o K-11, que têm uma qualidade ambiental muito boa, você tem lugares como a Cerâmica, totalmente degradados. A desigualdade, em termos de direitos ambientais em Nova Iguaçu, é violenta, pior do que São João de Meriti, que é uma miséria só. Em Nova Iguaçu o problema é outro: existe uma desigualdade interna muito grande. Conseguiram barrar as pedreiras, mas acho que já tem uma em funcionamento de novo. Não teve uma intervenção estrutural de uma política ambiental séria, que gere penalizações em relação a essas ações predatórias, como no caso das pedreiras. A poluição atmosférica em Nova Iguaçu, apesar de toda cobertura vegetal, é altíssima. Outro problema são os rios, num grau de poluição altíssimo, o problema do lixo, ou seja, ali esse patrimônio tá sendo muito degradado. Tinha que fazer investimento de política pública mais permanente, com penalizações, mas também com um investimento forte em educação socioambiental, de mobilização comunitária, e o governo tem que investir em processos de coleta seletiva, de tratamento do lixo... Acho que já tem, por exemplo, o aterro de Adrianópolis, já tem alguma melhoria, mas ainda é muito pouco. A própria Serra de Madureira tá sendo superdegradada (...) Essa degradação é histórica, é antiga...”

O principal problema ambiental apontado é, mais uma vez, a questão da habitação, dado que, para a entrevistada, o problema ambiental das cidades é relacionado à falta de políticas urbanas sustentáveis de habitação e saneamento, por exemplo. Assim, não faria sentido colocar a culpa apenas no morador, dado que a responsabilidade é do poder público, que não

construiu uma política habitacional, sendo incapaz de trabalhar de forma adequada a ordenação do território.

“O problema é da habitação inadequada, sem critérios, porque não teve política pública habitacional e não tem adequação sanitária. Então pra mim não tem como dissociar, não tem como tratar a questão ambiental nas cidades sem pensar as políticas urbanas de direito às cidades sustentáveis, e tem que ser políticas públicas. E não pode ser assim... Pode até ser uma ação demonstrativa de uma cooperativa, mas deve ser incorporada como política pública, porque aquilo não vai se sustentar. Quem faz macrodrenagem, rede de esgoto, é o poder público, e as casas precisam ter isso. Não adianta fazer um monte de intervenção com poço artesiano com o lençol freático todo contaminado...”

Neste sentido, para a FASE, as mudanças devem partir prioritariamente da necessidade de o poder público assumir uma política ambiental que considere a desigualdade social no território e que assuma como política pública a obrigação do Estado em intervenções permanentes e sérias em relação à questão ambiental, evitando perdas ambientais e melhorando a qualidade de vida – o que deveria ser feito a partir do plano diretor e de códigos ambientais municipais claros. E finalmente, com investimentos públicos em educação ambiental, sendo necessário combinar estas duas etapas para que o resultado seja visível: “o que adianta elas plantarem árvore se nas primeiras chuvas, por falta de um programa de drenagem, tudo o que se investiu vai ser destruído? Precisa combinar essas duas coisas”.

4.2.2.3. Empresas Privadas

Pedreira Vigné

A Pedreira Vigné iniciou suas atividade de mineração em Nova Iguaçu na década de 30, entre 1935 e 1937. Naquela época, a tecnologia de extração era ainda bastante rudimentar. Fundada efetivamente em 1949, a empresa trabalhou ininterruptamente até 2005, quando teve paralisadas suas operações por ação contestativa da administração pública municipal, já no governo de Lindberg Farias. A interrupção das atividades da pedreira durou de fevereiro de 2005 a dezembro de 2006.

A empresa se localiza na Serra de Madureira (Maciço do Mendanha), ocupando uma área de cerca de 40 hectares bem próximo ao Centro do município e a poucos metros da cratera do suposto “vulcão” de Nova Iguaçu. Em 1998, a empresa contratou um consultor para implementar na empresa um sistema de gestão ambiental nos moldes da ISO 14.000. A empresa encaminhava-se para ser a primeira empresa mineradora do Brasil a obter o

certificado ISO 14.001, estando próximo ao objetivo, em processo inicial de auditoria, quando teve suas atividades interrompidas.

O interesse em obter o certificado era oriundo da natureza de gestão da empresa: a Vigné já era considerada empresa líder de mercado em função dos processos internos de gestão voltados à produção. Segundo o consultor, a pedreira era considerada modelo de como efetuar operações de lavra de forma técnica, econômica e segura, o que seria resultado do comprometimento da alta direção em realizar boas práticas de gestão de produção. Assim, o interesse em obter o certificado se derivaria de dois fatores: a capacidade da empresa em adotar sistemas novos de gestão e a inerência da atividade de mineração, que causa impactos de alteração da paisagem. Com o crescimento da cidade, a pedreira teria ficado “muito exposta para a sociedade”, que começou a perceber na empresa uma atividade de mineração, vindo a “confundi-la com degradação ambiental”.

A relação conflitante entre o preservacionismo, amplamente divulgado, e a atividade da empresa fez surgir a necessidade de criar uma melhor comunicação com a sociedade, buscando maior aproximação com as comunidades vizinhas ao empreendimento. O consultor ressalta, no entanto, que era necessária uma “comunicação em bases mais sólidas”: em vez de investir apenas em propaganda, deveria demonstrar que a empresa tinha condições de funcionar no local sem nenhum risco (“nunca houve um acidente envolvendo a sociedade nesses 80 anos de atividade”). Vale ressaltar neste momento que o entrevistado nunca se refere à exposição indireta da população à poluição gerada pelas atividades da pedreira, tais como as emissões de pó pelas explosões (cuja inalação pode gerar problemas crônicos no aparelho respiratório, como a pneumoconiose), ou aos danos estruturais gerados em residências próximas ao local das explosões.

O dono da pedreira acreditava, portanto, que aplicando esse modelo de gestão, a empresa poderia continuar funcionando por muito mais tempo. No entanto, a empresa foi interdita, o que desestimulou o empresário a investir em grandes projetos de gestão, dada a insegurança política gerada na relação entre política municipal e empresa. Em seu favor, o consultor destaca que a pedreira funcionou sem qualquer problema da década de 30 à década de 80, quando “só se pedia desenvolvimento para geração de riquezas”, até que na década de 90 começa a surgir uma demanda da sociedade por desenvolvimento, mas com preservação ambiental. Ressalta que, em fotos de 1910, a vertente norte da Serra de Madureira era bem mais degradada do que hoje, devido às plantações de café que envolviam práticas de queimada, e afirma ainda que a Vigné sempre foi uma “grande combatente de incêndios florestais no morro”, serviço oferecido à sociedade que teria cessado devido à sua interdição.

Antes da chegada do consultor, em 1998, a situação da empresa já atendia às determinações legais para o controle ambiental, dado que “renovava as licenças sem problemas”. No entanto, a relação com a comunidade era pouco amigável por conta de alguns moradores, ainda que a empresa tentasse uma aproximação. Isso era considerado normal, pois os moradores “não têm a obrigação de aceitar o que a empresa determina, ainda que quando foram morar lá, já sabiam que lá existia uma pedreira”.

Quando a consultoria chegou, fez contato com as associações de moradores, criando um sistema de comunicação que incluía a distribuição de ímãs de geladeira com o telefone da empresa e a criação de um logotipo em folhinha, o que criou uma interface mais amigável e acabou surtindo um bom efeito: segundo o entrevistado, os índices de reclamação diminuíram em 80%.

Em 2003, a empresa ganhou o 1º lugar no prêmio de Ecologia da Confederação Nacional das Indústrias, fato que muito os orgulha por ter deixado para traz a CSN, empresa que investe altas cifras na área ambiental. O projeto premiado, totalmente financiado pela empresa, tinha como tema a “gestão da poluição estética em atividade de mineração em área urbana”, e consistia na fixação de um ponto no alto do Top Shopping de onde eram tiradas fotografias-padrão da Serra de Madureira ao longo do ano. O objetivo do projeto era definir até que ponto a pedreira interferia esteticamente na paisagem. A conclusão foi de que a cidade tem efeitos de dominância (como fios, outdoors em área inadequada, postes, anúncios etc.) que chamam muito mais atenção do que a pedreira.

Outros projetos e atividades ambientais existentes são o próprio sistema de gestão, o sistema de comunicação (de acordo com um item da norma ISO 14.000, prevendo a realização de reuniões trimestrais com a comunidade), a indexação de legislação ambiental (a meta era atender integralmente ao que era estabelecido), o comprometimento com melhoria contínua de suas práticas e a realização de auditoria interna. Além disso, houve intervenções diretas no local, como o convênio com a UFRRJ que realizou estudos de recuperação de áreas degradadas e reflorestamento, além de estudos sobre a vegetação da Serra de Madureira. Cita ainda o projeto de revegetação cujo objetivo seria diminuir a emissão de pó e material particulado, levantado tanto pela atividade dos caminhões quanto proveniente das explosões na rocha. Assim, optou-se pela criação de “filtros verdes” formados por vegetação que captava a poeira emitida. A escolha das espécies exigiu uma técnica de seleção rigorosa, dado que aquela área era praticamente estéril, pois se tratava de um solo extremamente compactado pela atividade dos caminhões que “passam por ali 50 vezes por dia”.

Perguntado sobre os resultados alcançados, o consultor explica que Nova Iguaçu está inserido na bacia aérea 3, que abrange cerca de 14 municípios, especialmente da Baixada Fluminense. Esta bacia é a mais poluída do estado, o que é comprovado por laudos da FEEMA, e se deveria ao intenso tráfego de veículos, à presença de indústrias como a Bayer e a REDUC, ao hábito da população de queimar lixo em terrenos e à pouca capacidade de dispersão do ar em uma região cerca de morros. Medições realizadas durante o período em que a pedreira estava desativada, por equipamentos instalados próximo à área de atividade, mostraram que a interferência da Vigné na bacia aérea é praticamente inexistente, o que demonstra que os sistemas de controle de poeira da empresa são efetivos.

Segundo o entrevistado, nunca houve conflitos na relação da Pedreira Vigné com o poder público e a sociedade civil:

"Historicamente, a relação da Vigné com os governos municipais sempre foi a melhor possível; talvez por esse motivo, a atual não seja tão complacente, tão gentil... Talvez por questões políticas... Porque a empresa tinha muitos amigos na política passada, e o governo de hoje rompeu absolutamente com os governos passados e talvez, por essa boa relação com os governos passados, sobrou pra ela pagar o pato desse rompimento político desses governos (...) Acreditamos que foi muito mais uma ação política do que técnica"

O uso das palavras “complacente” e “gentil” ao se referir à administração pública soa algo inadequado por pessoalizarem uma relação entre poder público e empresa que deve primar pela objetividade, dado que a legislação deveria ser cumprida igualmente por empresas e cidadãos sem abonações de complacência.

Cerca de um ano e meio depois de seu fechamento, a empresa assinou um Termo de Ajuste de Conduta (TAC) para poder voltar a operar por tempo determinado. Foi criado um plano para recuperar a área degradada e fechar a pedreira definitivamente: em sete anos, o ambiente deve estar totalmente recuperado, em termos técnicos, e a empresa deverá encerrar suas atividades. O consultor lamenta o fechamento da empresa, inclusive pela diminuição no número de funcionários gerada pela desmotivação do dono da pedreira:

"Você custa a se recuperar. (...) O empresário só se empolga quando ganha. (...) A primeira responsabilidade social de uma empresa é gerar lucro; se não tem lucro, não gera emprego e assim não distribui a riqueza. E se não distribui, fica aquele monte de gente sem dinheiro e assim não pode comprar coisa, e quando compra coisa, você estimula a indústria de novo, porque a indústria tem que repor as prateleiras, e aí o processo vira. Quando a empresa deixa de lucrar, você fere de morte a empresa (...). Então o empresário tá com muita dificuldade financeira, desestimulado para investir mais e trabalhando com instabilidade jurídica, porque a qualquer momento o humor da administração pública pode mudar..."

A argumentação prossegue com uma citação de Keynes, chamado pelo entrevistado de *pai do neoliberalismo*: “o pior que pode acontecer a um povo é quando lhe desfalece o espírito empreendedor”. Para ele, quando se cria um ambiente de negócios ruim, de alta carga tributária, burocracia e corrupção em excesso, não se estimula o empreendedorismo. Neste sentido, afirma que não montaria uma empresa em Nova Iguaçu, “porque você está sujeito a um ataque desproporcional”.

Neste contexto, cria-se a oportunidade para cultivar a amplamente propalada oposição entre a proteção ambiental e a geração de empregos, afirmando que “não adianta a gente proteger o meio ambiente se não tiver emprego, se as pessoas não tiverem o que comer”. Esta afirmação se estende a outras, que buscam na contradição entre o discurso da preservação e as práticas da sociedade de consumo um argumento para que a atividade da pedreira – e também de outras empresas degradantes – não seja questionada de forma tão incisiva.

"Alguns dizem 'tem que fechar'; eu digo 'não, não tem que fechar, não, tem que funcionar dentro de alguns critérios porque, se fechar, não gera emprego, amigo... Tá aí falando mal da empresa, mas adora ter um relóginho bonito, adora ter um celular que brilha, uma roupinha de marca, mas você não sabe de onde vem isso, entendeu?' Então tem que ter um pouco de cautela..."

Nesta declaração, soma-se ao discurso da ecoeficiência – a possibilidade de a pedreira poder funcionar dentro de critérios técnicos previamente estabelecidos com o poder público – a desqualificação dos críticos da empresa. Todas as táticas discursivas empregadas se baseiam nas contradições do sistema capitalista, seja na autorização, pelo Poder Público, do funcionamento de uma empresa de grande impacto ambiental em área densamente povoada, seja na necessidade de geração de empregos na cidade – oriunda, aliás, da mecanização de empresas como a pedreira e da falta de planejamento urbano, que permitiu o crescimento desordenado da cidade sem oferecer políticas públicas de geração de empregos –, seja nos hábitos de consumo estimulados pelas empresas e cumpridos pelos indivíduos.

A relação com as ONGs ambientalistas é descrita como boa, ao menos com aquelas que comungam deste mesmo discurso de ecoeficiência que se alimenta de contradições, como anteriormente analisado.

“A Onda Verde, por exemplo, uma ONG histórica, emitiu certificados parabenizando a empresa pelos esforços na área ambiental, estimulando a empresa (...) Tem umas ONGs mais recentes, mais ‘ativistas’, que não pensam o meio ambiente, pensam que o meio ambiente é você jogar ovo em submarino nuclear, jogar torta na cara de autoridade... Mas as relações não eram ruins, não...”

Para o entrevistado, Nova Iguaçu merecia o que chama de ‘uma melhor prática de gestão por parte do Estado’, o que é visto com boa expectativa, dada a posse, em 2007 do novo Secretário Municipal de Meio Ambiente, José Augusto Venda.

“Merecia uma gestão mais profissional na área ambiental, porque normalmente é entregue pros políticos resolverem, e eles não entendem, simplesmente ignoram essa parte, então eu acho que falta uma melhor gestão técnica. O governo tá fazendo uma boa iniciativa, que é o reflorestamento da Serra de Madureira, mas o governo devia também dar segurança às empresas. Um sinal de que o governo tá preocupado com isso foi colocar o novo Secretário de Meio Ambiente, o Venda, que é uma pessoa já local. (...) Ele tem um árduo trabalho pela frente, mas eu acho que é um bom nome, vejo com muita simpatia, porque é historicamente ligado ao meio ambiente, foi presidente da ANAMMA e tem sensibilidade pra necessidade do desenvolvimento sustentável. Tenho certeza de que, por parte do secretário, essa ação em busca do desenvolvimento sustentável vai ser empreendida, desde que não limitem a ação dele”.

Segundo o consultor, o principal problema ambiental existente em Nova Iguaçu é a ocupação desordenada do solo, “um processo que vem de anos, não é culpa só do governo atual”. Cita também a utilização dos espaços públicos inadequada, a falta de ligação entre comunidade e autoridade (“o conselho municipal de meio ambiente é absolutamente inoperante”), apontando como solução a necessidade de ordenamento territorial.

CTR Nova Iguaçu – S.A. Paulista

As atividades do Centro de Tratamento de Resíduos (CTR) de Nova Iguaçu, em Adrianópolis, tiveram início em fevereiro de 2003, quando o grupo S.A. Paulista ganhou a concessão de uso do aterro sanitário por 20 anos nos moldes das Parcerias Público-Privadas (PPP) após um processo bastante conflituoso.

A empresa responsável pelo aterro sanitário de Nova Iguaçu não se mostrou disponível para conceder uma entrevista presencial. Duas consultoras ambientais, em diferentes momentos, se mobilizaram para enviar as respostas por e-mail, o que aconteceu após um longo tempo de espera. No entanto, as respostas foram enviadas de forma bastante incompleta e claramente maquiadas com termos de marketing. Por isso, a opção feita foi por não incluir esta entrevista no trabalho, pelo fato desta não apresentar a opinião da empresa sobre os temas explorados, o que é lamentável, pois a empresa vem assumindo certo protagonismo entre as empresas locais que investem na questão ambiental (a empresa tem projetos de educação ambiental desenvolvidos dentro e fora do aterro e apóia projetos ambientais das comunidades

do entorno do aterro sanitário, selecionados em edital específico). Aqui, basta informar que a S.A. Paulista foi a primeira empresa do mundo a ter oficialmente inscrito um projeto de MDL (mecanismo de desenvolvimento limpo) do Protocolo de Quioto, cujos “créditos de carbono” são negociados com o Governo da Holanda. O projeto, chamado Novagerar, consiste no aproveitamento do biogás (em especial o metano, gás do efeito estufa proveniente da decomposição de matéria orgânica presente no lixo) para produção de energia. Segundo informação fornecida pela empresa, o projeto prevê ainda a instalação de usinas geradoras de energia elétrica, que terão a capacidade para iluminar os prédios públicos da cidade de Nova Iguaçu, beneficiando cerca de 1 milhão de habitantes. O CTR de Nova Iguaçu foi construído para substituir o extinto Lixão da Marambaia, no qual trabalhavam cerca de 100 catadores, muitos dos quais trabalham atualmente na empresa.

4.2.2.4 Poder Público

Câmara Municipal de Nova Iguaçu

A Câmara de Vereadores – Poder Legislativo – de Nova Iguaçu é atualmente composta por 21 vereadores. Para representá-la, selecionou-se um vereador atuante na área ambiental e rural do município. Fernando Gomes Cid é vereador eleito pelo segundo mandato pelo Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Atual secretário municipal de Assuntos Institucionais e ex-integrante da Comissão de Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia da Câmara Municipal de Nova Iguaçu, o vereador é um dos poucos políticos da região que buscam associar sua imagem à questão ambiental e agrária municipal. Além dele, apenas o vereador Carlos Ferreira, seu parceiro na rediscussão do Plano Diretor de Nova Iguaçu, trabalha diretamente o tema ambiental em seu mandato, ainda que associado a outros temas de maior destaque. Fernando Cid, como é conhecido, trabalha também a questão do turismo, do esporte, do idoso e da inclusão social de portadores de deficiências no município, todos temas considerados “secundários” nas campanhas eleitorais. O próprio vereador reconhece que a questão ambiental “não dá voto” no município:

“É que, na verdade, aqui na cidade tem uma cobrança popular muito grande por asfalto, manilha e meio-fio. Então você tá andando aqui na periferia, as pessoas pedem é isso, asfalto, manilha, rua limpa... Não há muito retorno o investimento nessas áreas [ambiental e agrária] aqui, apesar de ser importante. Você fala de meio ambiente hoje na cidade, você não consegue atrair muitos seguidores, então é uma coisa meio de risco...”

A inserção do tema ambiental no mandato como vereador também não foi direta, vindo associada ao trabalho com o turismo, a questão rural e os esportes de aventura, como o *rappel*, o *mountain bike* e o arvorismo. Esta ligação com outros temas foi o que impulsionou o vereador a participar da Comissão de Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia, uma comissão obrigatória da Câmara de Vereadores. Nela, o trabalho desenvolvido foi essencialmente voltado à divulgação dos atrativos naturais do município.

“Nosso trabalho era mostrar pro público interno o valor que a gente tinha, pra despertar a consciência, políticas públicas específicas... E paralelo a isso, nós fomos tentando pra ver como isso se revertia pra própria cidade. Por exemplo, visitar Tinguá é uma atividade econômica que gera emprego, gera trabalho gera renda, aumenta a auto-estima da cidade, e você tá lá com o lugar praticamente inexplorado... A Serra do Vulcão tem potencial pra esporte de aventura, principalmente com as pessoas de fora que gastam dinheiro com isso... Então a gente tentou fazer essa ligação do que a gente tinha de meio ambiente com a consciência de preservação, e ver como a gente fazia pra fazer disso um atrativo turístico pra cidade”.

A atividade da comissão, no entanto, foi muito escassa, fato admitido por Fernando Cid sob argumentação de que não havia estrutura financeira para a contratação de técnicos. Além da divulgação da riqueza ambiental, a comissão atuou na interdição da Pedreira Vigné e de alguns areais clandestinos. O vereador atribui a falta de atuação também à falta de denúncias, por parte da população, contra as quais a comissão pudesse atuar:

“Não havia denúncias, a população não tem cultura da preservação e do senso de responsabilidade de cada um denunciar. Esperam que o poder público descubra e vá lá atuar... Não há muito essa conscientização ambiental do povo aqui. É culpa nossa também, porque não há um canal direto, uma facilidade de comunicação...”

Na questão agrícola, o principal trabalho desenvolvido pelo vereador foi a alteração do Plano Diretor, que devolveu ao município suas áreas rurais, processo antecedido por grande mobilização social. As áreas rurais, além de gerarem empregos para cerca de 20.000 famílias do município, são consideradas importantes por funcionarem como áreas de amortecimento da REBIO Tinguá.

Fica claro na entrevista que a visão de Fernando Cid sobre as UCs do município está além da questão conservacionista, envolvendo também a geração de emprego para a população e renda para o município. Tendo participado do processo de criação da APA de Jaceruba (“as pessoas que foram lá tinham um pouco mais de consciência, eram todas pró APA, não tinha nenhuma divergência”), o vereador tem críticas às limitações impostas pelo modelo restritivo da REBIO Tinguá e demonstra estar se movimentando na tentativa de mudar a categoria da unidade de conservação:

“Eu faço uma crítica severa ao modelo de ser reserva; pra mim, não tinha que ser reserva ou não tudo reserva. Lá no alto da serra existe uma cidade abandonada chamada Santana das Palmeiras, que corta a Estrada do Comércio, toda preservada. Aquilo é uma coisa riquíssima, um atrativo turístico imenso, e tá lá, as pessoas de bem não podem entrar. Entra o caçador, o palmiteiro, entra quem tá disposto a burlar a lei, mas as famílias não podem entrar porque a lei não permite. Eu sou a favor que pelo menos parte se abra pro povo, seja transformado em parque, mas tem que abrir por povo. Ali você cria emprego, você pode migrar o caçador pra guia, pode gerar emprego, renda, auto-estima pro local. Já procuramos o diretor do IBAMA, que concorda, já movimentamos alguns deputados pra mudar isso no congresso, pra mudar a lei...”

A relação entre o ambiental e o social é lembrada também ao falar sobre as queimadas na Serra de Madureira. Em um discurso de consenso, o vereador afirma que a prefeitura tem que ter “jogo de cintura” pra conciliar os interesses, sendo contra a repressão sem criação de alternativas econômicas. Sobre a questão habitacional, muito atacada nas entrevistas com movimentos sociais e ONGs, o vereador reconhece os problemas, mas não os vê como tão graves:

“Em relação à favelização, que é um processo mundial, Nova Iguaçu ainda tá numa situação privilegiada, graças à atuação de muitas empresas que fazem os loteamentos, porque o loteamento ainda dá o senso de arruamento que depois tem como fazer ali a estrutura de forma menos traumática do que no Rio, que se constrói nos morros. Hoje, muitas regiões de Nova Iguaçu que nasceram sem o mínimo de planejamento já têm um senso mínimo de urbanização... Isso é uma vantagem da Baixada, por ser mais plana. A falta de habitação é outro conflito com a questão ambiental, por causa do esgoto, mas isso você não resolve em 2, 3 anos...”

Aparentemente, os conflitos não fazem parte da pauta do vereador e da comissão de meio ambiente, como fica claro quando é questionado sobre a relação com as empresas que geram algum tipo de impacto ao ambiente. Neste momento, se invoca o discurso da ecoeficiência bastante comum na área política:

“Tem muita empresa que é poluidora e degradadora. Algumas são degradadoras por natureza. Por exemplo, atividade mineradora sempre é degradadora. Então não adianta dizer que uma pedreira não vai degradar o meio ambiente, um areal... Há esse conflito, mas a gente não pode ser muito xiita nesse sentido, eu acho que dá pra trabalhar o desenvolvimento, o crescimento de forma harmônica com o meio ambiente, então é ver como a gente concilia isso. Tem outras empresas aí que por causa da lentidão na fiscalização acabam poluindo, acabam burlando a lei, ou não colocando os equipamentos necessários, mas eu acho que hoje já é uma minoria; acho que o empresário, por consciência própria ou por imposição, por multas pesadas, regulação da Justiça, do Ministério Público, enfim, dos órgãos fiscalizadores, estão tomando mais essa consciência de se adequar (...) Eu só tive uma empresa aqui, a Embelleze, pesadamente multada por dano ao meio ambiente, por jogar dejetos ali no canal...”

A relação com os movimentos sociais é considerada igualmente harmoniosa, havendo um incentivo à organização em coletivos.

“No meu mandato, nós temos muita integração com os segmentos organizados da sociedade – ONGs, movimentos espontâneos da sociedade, associações de moradores, grupos... A gente procura estimular isso porque eu vejo que a sociedade precisa se organizar... A sociedade tá muito desorganizada, tá sem liderança, e isso é muito ruim porque ela acaba não tendo um foco, não tendo orientação, não tendo uma linguagem e aí fica mais fácil de manipular.”

Dentre as perspectivas futuras, a meta que cultiva é “ver como o ambiente pode se transformar numa atividade rentável, como a gente pode explorar esse patrimônio e dele tirar o sustento de parte da população”. Neste sentido, o objetivo do vereador é mudar a imagem de Nova Iguaçu e mostrar ao mundo as riquezas existentes no local, atraindo o consumo que traria recursos para o município.

Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMMAM)

A Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMMAM) foi criada em 2007, após muitos anos de reivindicações do movimento ambientalista local pela criação de uma secretaria que se ocupasse especificamente da questão ambiental em Nova Iguaçu. Anteriormente, a pasta do meio ambiente ocupou duas subsecretarias: na Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente (SEMMUAM), até 2005, e na Secretaria Municipal da Cidade (SEMCID), de 2005 a 2007. Buscando uma melhor compreensão da visão institucional da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Nova Iguaçu, optamos por entrevistar duas pessoas deste órgão: o Secretário Municipal recém-empossado, José Augusto Venda, e um servidor que desde 1997 anos vem acompanhando a gestão da política ambiental no município. Vale ressaltar que Venda, economista por formação, iniciou sua militância no ambientalismo pela ONG GDN, tendo sido Secretário Municipal de Meio Ambiente em outras duas ocasiões (em Nilópolis e Seropédica), diretor da ANAMMA, diretor da FEEMA, membro do CONAMA e consultor ambiental em empresas antes de ser convidado a assumir o cargo de Secretário em Nova Iguaçu.

A criação de uma Secretaria exclusiva para a pasta ambiental foi festejada por muitos como uma grande conquista, mas especialmente por quem, de dentro da máquina pública, acompanha as negociações políticas que envolvem a questão ambiental:

“Tinha a Secretaria de Urbanismo e Meio Ambiente. O meio ambiente era integrado na secretaria como pra dar aquela coisa alegre, bonita, mas a partir do momento que o meio ambiente tinha que atuar com toda a sua

gama, isso já era uma coisa incômoda. Criava constrangimento, então o meio ambiente no governo passado fez muita coisa, mas foi muito usado pra amenizar a coisa do urbanismo. Agora, nessa fase atual, a gente tava numa Secretaria [SEMCID] muito grande cujo carro chefe era obras. A gente ainda era um apêndice. Agora, com a criação da Secretaria nova, eu ainda não tenho como te dizer. Eu espero que meio ambiente crie pernas e consiga andar com as próprias pernas”.

Na época das entrevistas (meados de 2007), a Secretaria contava com cerca de 20 funcionários, sendo 8 alocados na gestão do Parque Municipal de Nova Iguaçu. Com as mudanças recentes na estrutura do órgão, que passaria a cuidar também do licenciamento ambiental em nível municipal, haveria novas contratações em breve. As mudanças estruturais causavam alterações um pouco menores do que as mudanças de governo, que costumam provocar modificações importantes nas prioridades políticas, enfraquecendo ou até interrompendo projetos.

Entre os projetos mais importantes realizados nos últimos anos, destaca-se a criação do PMNI e das 7 APAs municipais, além dos avanços alcançados na questão dos resíduos sólidos (“é praticamente a única cidade do Rio de Janeiro que tem resíduos sólidos resolvidos no aterro sanitário licenciado, que trata até lixo industrial não perigoso, resíduo de hospital e de construção”). O aterro sanitário, por sinal, é visto com certo orgulho pelo ineditismo do projeto com créditos de carbono, pelos quais a Prefeitura recebe cerca de 10% do lucro das vendas. Este fato suscita uma observação, pois, por contrato, o aterro só recebe lixo do município; no entanto, apesar de estar instalada em território iguaçuano e vender os créditos do lixo produzido na cidade, a empresa responsável pelo aterro é paga pelo município para receber e tratar os resíduos e ainda embolsa 90% do lucro dos créditos de carbono vendidos ao governo holandês. Ou seja, é um negócio de ganho duplo para a empresa, que tem concessão garantida por 20 anos, enquanto as comunidades locais recebem o ônus da proximidade com o aterro sanitário e de todos os processos indiretos que provêm de sua atividade, como o grande fluxo de caminhões de lixo e a falta de acesso àquele local.

Outros projetos citados sem aprofundamento pelo Secretário que iniciava o mandato são: a preservação da mata, o reflorestamento, a neutralização de carbono, a criação de um pólo ecoturístico utilizando Tinguá como mote, a divulgação da ciclovia estimulando o uso da bicicleta para diminuir a concentração de carros, o licenciamento ambiental em nível municipal (“diminuindo a poluição das empresas, educando, não punindo, conscientizando, para que entre no projeto carbono-neutro, arborizando a cidade”). Ou seja, ainda que sem aprofundamento, são citados quase todos os projetos que estão em evidência no ambientalismo mundial, ainda que, por exemplo, Nova Iguaçu não seja um grande gerador de

gases do efeito estufa a ponto de justificar o grande investimento em projetos destinados a conter o aquecimento global. Percebe-se que seu foco é essencialmente técnico, não havendo questionamentos quanto à distribuições de benefícios ambientais e prejuízos sociais no município e, portanto, não havendo prioridade no enfrentamento de conflitos históricos, mas sim na execução de projetos tecnologicamente inovadores.

Para o Secretário Municipal, a preservação ambiental se dá mais em um sentido econômico-social (“a função de preservar é muito mais social, gerando emprego e renda, pois pela conscientização, através da educação ambiental, é mais difícil – ‘não joga lixo aqui!’”). Seguindo essa linha de pensamento, acredita que contratar pessoal pra reflorestar fornece um reflexo maior que a simples educação ambiental, que ainda estaria “muito insípida, muito frágil”. As afirmações evidenciam que a concepção de educação ambiental utilizada ainda é convencional, do tipo doutrinadora, longe da corrente crítica.

Quando questionados sobre a poluição gerada por empresas em Nova Iguaçu, respostas distintas são alcançadas. Por um lado, o servidor destaca a ampliação do controle na atual Prefeitura, afirmando ser uma característica marcante da atual administração a forte atuação em fiscalização (“tanto que interditou a pedreira”). Por outro lado, o secretário, recém empossado, afirma que a relação com as empresas não é punitiva, mas “proativa”, de parceria.

“Pra preservar tudo isso precisa de muito mais recurso, recurso que vem de fora, porque a prefeitura em si não tem muitos recursos. Por isso a gente conta muito com a participação privada, por isso que eu falo de parceria, falo com a FIRJAN... Que as empresas ajudassem na preservação de Nova Iguaçu, eu vejo isso com muitos bons olhos... Ou seja, não há como você trabalhar meio ambiente sem parceria, porque meio ambiente é parceria”.

As declarações não são necessariamente contraditórias entre si, mas podem sinalizar uma relação de “complacência” com atividades degradadoras que não vinham sendo toleradas desde o início do governo de Lindberg Farias, vide a expectativa do consultor da Pedreira Vigné com a posse do novo secretário.

Os conflitos provocados por empresas, talvez não tão evidentes para a parte da população não afetada pelos impactos sociais e ambientais, não podem ser ignorados pelo poder público, que recebe as denúncias e demandas da sociedade. Por isso, supõe-se que a maior parte dos problemas ambientais existentes no município seja de conhecimento dos gestores. Assim, é indicada a existência de conflitos com mineradoras e areais clandestinos no município, além de confirmada a existência de problemas com as empresas TASA (refino de óleos, em Comendador Soares) e Embelleze (empresa de cosméticos, no Marco II – URG Centro). No caso da TASA, a informação é de que a empresa vem se adequando, após anos de

uma atividade descrita como “horível”. Já quanto à Embelleze, fica claro que a Prefeitura vem mudando sua atitude após um longo período de “complacência”:

“A Embelleze, ela tinha, dentro do governo, ela era blindada a nível de prefeitura, não se podia mexer na Embelleze... E agora, com a mudança de governo, isso mudou um pouco. A gente já foi na empresa, na área que a empresa também ocupa em cima da serra... Depois desse período a empresa já tomou 3 notificações por conta também daquele acidente que teve [contaminação de cursos d’água com produtos químicos devido a uma enchente que fez extravasar resíduos de um tanque de rejeitos da empresa]. A gente já identificou que eles invadiram margem e alteraram curso de rio e tem um processo da justiça do MP pra eles. Então aquela empresa lá, acho que no futuro vai acontecer alguma coisa com ela, com certeza. Quanto à parte de licenciamento, ela também é uma empresa que melhorou: ela não tinha estação de tratamento de esgoto, ela já tem, mas esse fato dela ter desviado margem de rio, isso não importa: isso vai ter que ser revisto e reparado de alguma forma. Não sei nem se vai inviabilizar a unidade deles lá, porque eles hoje tã do lado do rio, e pelo que a gente viu houve um desvio de 10, 20 metros ou mais, então isso é uma coisa que tem que ser vista. Hoje é uma empresa que tá licenciada, mas ainda tem problemas e acredito que a prefeitura vai agir mais especificamente”.

Existem claros e reconhecidos exemplos de conflitos ambientais provocados no município por empresas de grande porte, como a Embelleze, cujo faturamento vem crescendo à marca de quase 80% ao ano. A empresa, cujo presidente, Itamar Serpa, é ex-deputado federal e atual vice-prefeito do município, foi citada em diversas entrevistas como poluidora, o que é confirmado pelas notificações recebidas pela prefeitura. No entanto, após afirmar que a relação com as empresas deve ser de parceria, quando perguntado sobre os conflitos ambientais existentes no município, o Secretário municipal afirma:

“É muito bom você trabalhar essa questão do conflito ambiental mais no diálogo, não adianta você trabalhar na Justiça, porque às vezes ela é necessária, mas no primeiro momento é do discurso, é do diálogo (...) Claro que quando não dá no diálogo, você tem que partir pra Justiça”

Novamente, não é possível afirmar que uma frase proferida fora do contexto seja aplicada em todas as situações, mas é preocupante que o discurso de não-enfrentamento de conflitos seja levado à prática em casos como o citado. Assim, afirmo que percebo a grande importância das empresas para a geração de conflitos ambientais em Nova Iguaçu e questiono se, em sua opinião, os maiores problemas são causados por indivíduos, empresas ou poder público. A resposta proferida por Venda é a seguinte:

“Pelos pessoas mesmo, não por questão de políticas publicas... A questão da poluição, de conscientizar, a gente tem feito isso: fizemos contato com

FIRJAN, com as empresas... É sempre o homem que degrada o ambiente, isso não tem jeito, mas acho que na educação eles são grandes parceiros... Você gerando emprego e renda e as pessoas participando, fica muito mais fácil, nessa relação, ajudar a preservar. É claro que as empresas também têm uma participação, mas a gente, com o controle ambiental, consegue atingir... Porque a lei de crimes ambientais é muito forte e o Ministério Público nos ajuda muito nessa parte... Tem certas áreas que a gente consegue atingir.. Por exemplo, as queimadas aqui na APA, a gente não consegue, são pessoas que acham que queimando o pasto conseguem ter um êxito. Com as empresas é mais fácil, porque a gente tem uma pessoa jurídica, a gente pode ir em cima, e a gente fiscaliza eles. É claro que não dá pra fiscalizar 24 horas, mas o monitoramento é feito, tanto por nós quanto pelo Estado, mas tem algumas pessoas que fica difícil ter acesso, o cara que faz a queimada lá, queima um pneu... Essa é a parte mais difícil que tem”.

Para Venda, o principal problema ambiental de Nova Iguaçu está nas queimadas na Serra de Madureira, pois geram poluição e são de difícil repressão, visto que são feitas à noite. Para o servidor da Prefeitura, por sua vez, o principal problema se relaciona ao crescimento urbano informal, “porque a dinâmica é enorme, então a prefeitura nunca consegue acompanhar. Teria que ter uma estrutura 10 a 20 vezes maior que essa, porque é uma cultura aqui da região fazer essa construção informal, a autoconstrução”. É interessante observar que, mesmo após tantos relatos de problemas graves provocados por empresas, apontam-se as queimadas e a autoconstrução, duas práticas individuais – ainda que graves, pois são praticados em grande escala – como os principais desafios para manutenção da qualidade ambiental do município. Tais problemas não são relacionados também à falta de políticas públicas, o que se percebe pelo fato de ambos se referirem à impossibilidade de melhor fiscalização e repressão dos crimes ambientais, e não na prevenção, com o desenvolvimento de políticas públicas de habitação, por exemplo.

A participação da população na questão ambiental, aliás, é considerada muito fraca (“a sociedade não consegue tomar consciência da questão ambiental ainda, não”). Mesmo aqueles que moram dentro de unidades de conservação muitas vezes não sabem que habitam localidades com determinados limites ambientais (“a grande maioria não sabe que mora dentro duma APA, porque são áreas muito extensas e não houve condição da prefeitura fazer um trabalho de educação ambiental na área”). Com a chamada “sociedade civil organizada” (em geral as ONGs), a relação com a Secretaria pode ser tanto de parceria quanto de reivindicação:

“Tem um pouco de tudo, pela própria característica das ONGs. Algumas procuram mais o governo para se associar ou tentar desenvolver projetos ou apoiar projetos do governo. E tem ONGs que são mais da linha de reivindicação mesmo. Por exemplo, tinham ONGs aqui que denunciavam

muita gente nessa questão das queimadas, do boi na terra... Quando a gente fez essas ações, de retirar os bois, notificar as pessoas, eles questionaram também que a gente tava retirando os caras dos bois de lá e não tava dando alternativa pros caras... Então a gente nota que tem ONGs que têm uma linha mais de reivindicar mesmo, tão muito mais numa linha política mesmo...”

Os motivos para a relação de enfrentamento entre ONGs e poder público, quando ocorrem, são computados a divergências políticas (“às vezes uma tem de enfrentamento, mas é por questões políticas, mais do que do ponto de vista social. O contra ou a favor é porque não foi locupletado algum pedido”). A relação entre as ONGs, por sua vez, é considerada problemática (“as ONGs atuam de forma muito personalista ainda, não é em conjunto, cada qual atua isoladamente”), o que parece ser um dos não tão freqüentes aspectos em que “sociedade civil” e poder público concordam quanto à questão ambiental de Nova Iguaçu.

IBAMA – REBIO Tinguá

O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) é o órgão ambiental federal responsável pela gestão da Reserva Biológica do Tinguá desde sua criação, em 1989. Desde então, a REBIO já teve dois chefes, cujas experiências têm pontos de semelhança e de distinção. Para construir um melhor panorama da atuação do IBAMA em Nova Iguaçu, optou-se mais uma vez por entrevistar duas pessoas: sua antiga chefe, socióloga que atuou de 1998 a 2003 como gestora, e o atual chefe da reserva, engenheiro agrônomo que assumiu o cargo em 2003.

A REBIO Tinguá sempre sofreu com a falta de recursos financeiros, materiais e humanos, o que costuma ser apontado tanto por gestores quanto por militantes ambientalistas como um grande fator limitante à atuação do IBAMA na fiscalização dos 26.000 hectares da unidade de conservação. Sua antiga chefe lembra que o aceite ao convite para assumir a gestão da reserva, no final de 1998, foi feito em clima de aventura, pois ninguém queria trabalhar no local. Ao assumir, constatou-se a péssima estrutura de trabalho oferecida, com a sede administrativa bastante deteriorada e o único veículo disponível quebrado. Após se situar, a primeira atividade como gestora foi convidar, por cartas endereçadas a algumas entidades, a comunidade para participar de um planejamento participativo, processo que se mostrou bastante conflituoso.

“Fiz uma cartinha convidando ONGs e outras instituições pra gente fazer um planejamento participativo, que a situação era muito complicada, a unidade estava numa região de muitos conflitos, não só Tinguá, mas também Xerém, Jaceruba... A cada ponto a gente enxergava um conflito

maior. Queria conhecer melhor a ação de cada um. (...) Foi um momento de um choque terrível: ‘se fulano ficar eu não fico...’ Quem estava representando o GDN era até o Seu Júlio, que se retirou porque não participava onde estava a Onda Verde, a Onda Verde teve choque com uma outra ONG de Jaceruba... Foi um negócio muito desgastante. (...) Não houve consenso entre as ONGs. Eu achei que ia fazer um planejamento participativo e isso se tornou um palco de discussão e de avaliação negativa entre as ONGs.”

As associações de moradores também participavam das reuniões, com destaque para das de Tinguá e Adrianópolis. Estas, no entanto, não se envolviam nos conflitos, portando-se como observadoras (“participavam, davam sugestões, colaboravam, mas quando a guerra das ONGs começava, não se posicionavam. Nunca davam uma posição firme em relação a nada, ficavam mais na neutralidade”). Isto se explicaria pelo fato de as associações terem entre suas reivindicações questões mais estruturais, e não exclusivamente “ambientais”:

“Eu acho que era um medo um tanto diferente, porque ela tá muito preocupada em ter saneamento básico, em ter telefone - houve uma grande campanha pra ter telefone em Tinguá -, ela tá mais ligada a essa questão estrutural da comunidade, e aí ela não buscava esse conflito. Até porque outra coisa que a gente verifica é que aquelas ONGs de Tinguá, são poucas pessoas da comunidade que estão participando delas, são ONGs que seus relacionamentos são fora da comunidade... Eu digo que eles não entravam muito nesse mérito porque poucos daqueles participavam do dia-a-dia da comunidade... Eles iam pra reunião e depois pegavam seus carros – ou ônibus, nem todos tinham carro – e iam embora”.

As críticas à atuação das ONGs são inúmeras. Além da indicação de que não representam a comunidade local (“em hipótese alguma! Tinha ONG ali que era forma pelo pai, a mãe, o irmão, a irmã... Existem duas ou três ONGs cujo corpo eram as mesmas pessoas...”), e sim pequenos grupos de interesse, em relação aos conflitos envolvendo estas entidades, o motivo apontado pela antiga gestora é uma “disputa de poder e espaço, muito claro, quem brilha mais”. Esta disputa seria também em busca de criar espaços para a captação de recursos, utilizando como “álibi” o trabalho com as UCs do município. Vale lembrar que algumas ONGs também indicaram ter havido conflitos com o IBAMA à época em que a entrevistada chefiava a REBIO.

Paralelamente ao planejamento participativo, havia uma busca por recursos para a reserva, que contava no primeiro ano com um orçamento de apenas R\$9.000,00 para administrar a unidade. Assim, buscou-se o apoio de empresas locais que pudessem contribuir financeira ou logisticamente. Neste processo, duas empresas foram importantes: a Condor (que fabrica armas não-letais), arcando com algumas despesas não especificadas pela entrevistada, e a Transpetro, subsidiária da Petrobras cujos dutos passam pelo subsolo da

reserva. Outro ganho foi a contratação de mais um funcionário para a fiscalização, chegando ao número absolutamente insuficiente de três fiscais para cuidar da dimensão dos conflitos existentes da reserva. No total, havia apenas 12 funcionários na reserva, incluindo os técnicos:

“Éramos 12. Em todo documento, eu dizia que a gente precisava de no mínimo 30 pra trabalhar em sistema de plantão, considerando a falta de recursos destinados ao meio ambiente. Um biólogo, um engenheiro agrônomo, os fiscais, muitos em vias de se aposentar, o mais novo devia estar chegando aos 45 anos...”.

Estes conflitos são apontados tanto pela antiga quanto pelo atual chefe da reserva como de diversas fontes: a ação de palmiteiros e caçadores (que supostamente levaram à morte do ambientalista Seu Júlio, que combatia os crimes ocorridos no interior da reserva), a pressão exercida por grandes conglomerados urbanos, como Tinguá e Xerém, cujo crescimento no entorno da reserva é considerado grave, a extração ilegal de areia em alguns pontos, especialmente no território de Duque de Caxias, o desmatamento em áreas do entorno da reserva por sítios e clubes e até mesmo a instalação, pela Prefeitura de Petrópolis, de um lixão dentro da reserva (retirado após longa batalha judicial). Outro grande conflito se deu durante o processo de licenciamento do aterro sanitário de Adrianópolis, localizado a 6km da REBIO. O IBAMA deu parecer contrário à instalação do aterro, mas posteriormente a Justiça liberou o local para a sua construção:

“Tinha dois problemas: o lixão da Marambaia, a 6km de distância da reserva, o lençol freático contaminado... E aí nosso parecer pro aterro foi desfavorável, não devia ficar a 6 km da reserva e porque naquele local tinha algumas nascentes etc. Contudo o processo girou, girou... Teve liminar do juiz... O que acho de positivo é que muitas coisas poderiam ter acontecido se não tivesse tido essa resistência, porque reformula muita coisa pra melhor. A gente foi sempre contrário. Uma coisa que precisa ficar clara é que o chefe de unidade não pode dar licença, ele apenas dá parecer favorável ou desfavorável, ou com exigências”.

Ao falar sobre os motivos que levam à ocorrência de crimes ambientais no interior da reserva, a antiga chefe da REBIO Tinguá afirma:

“Eu digo que UC não tem problema por si só. Ela só tem problema mediante a área em que ela está e o ser humano que está no entorno dela. O problema não é dela e de nenhuma espécie de animal silvestre, a não ser da espécie humana. Só quem cria impacto numa UC é o homem, de uma forma ou de outra. Até aqueles que muitas vezes dizem que não criam, eu tô cuidando da reserva, mas fiz minha fossa a 8 metros de distância do rio dela”.

A declaração se refere ao “homem” de uma forma bastante genérica, pois não problematiza de que homem se está tratando. No entanto, a indicação de que os problemas surgem mediante a área e o ser humano que está em seu entorno ajuda a pensar que este

homem tem uma identidade, uma cultura e uma classe social próprias. Portanto, os problemas não surgem apenas pela existência do homem próximo a uma unidade de conservação, e sim pelas necessidades e interesses que movem as ações dos sujeitos, sejam eles indivíduos ou sujeitos coletivos. Talvez sequer seja justo tentar comparar o impacto da instalação de um lixão no interior da reserva pela Prefeitura (desmatando uma grande área de mata, poluindo o solo, o ar e contaminando o lençol freático de um local que gera água para o abastecimento de milhares de pessoas) com a atividade de caça realizada por um único indivíduo. Não é questão de discutir a legalidade ou a ética de tais ações, mas sim de questionar se as escalas dos impactos proporcionados por estas atividades são comparáveis e se, por isso, devem ser considerados igualmente prioritários, dado o limite de atuação do IBAMA.

Neste sentido, o atual chefe da REBIO afirma que a caça atualmente não é o principal problema da reserva, ao contrário do que afirmam algumas entidades ambientalistas. Para ele, o maior problema ambiental é o crescimento imobiliário nas regiões do entorno, conflito muitas vezes provocado pela ação de algumas Prefeituras:

“O problema do crescimento imobiliário no entorno da reserva é um problema bastante grave. As construções próximas à zona de amortecimento... Porque as prefeituras querem estar construindo pra população e muitas vezes não consultam o órgão ambiental, não pegam uma licença e a gente tem que atuar. O próprio [clube] Fluminense tem uma concentração em Xerém e fez um desmatamento de uns 3 hectares, tirou espécies vegetais numa área bastante significativa no entorno da reserva. A gente teve que notificar, embargar e multar. Tem um problema com solução a longo prazo que é uma ocupação irregular dentro da reserva que se chama Duarte da Silveira, uma comunidade descendo de Petrópolis pela BR. Ali é uma área da reserva que foi invadida por conta de um lixão colocado pela prefeitura de Petrópolis também irregularmente”.

Ao falar sobre o enfrentamento de alguns conflitos, um assunto delicado vem à tona: as ameaças de morte recebidas não só por militantes ambientalistas, mas também pelos funcionários do IBAMA. Cabe destacar que este fato é comum não só na região, mas em muitas outras unidades de conservação municipais, estaduais e federais onde existem conflitos socioambientais estabelecidos. Na REBIO Tinguá, ambos os chefes já passaram por situações onde viram suas vidas ameaçadas. Além deles, alguns fiscais, como Márcio das Mercês, também já receberam diversas ameaças de morte, um fato tornado público após a morte de Seu Júlio, companheiro de Márcio no Grupo de Defesa da Natureza (GDN).

Sobre a bastante questionada hipótese de a REBIO Tinguá ser mudada para uma categoria de unidade de conservação menos restritiva, como parque – sugerido por ONGs e

políticos –, ambos os gestores são contra, por diferentes motivos. Para a antiga gestora, a polêmica tem um fundamento econômico (“essa questão não tá na dimensão de preservar a espécie ou não, é o interesse de agir economicamente em seu benefício. Claro que usa o ‘quem não conhece não ama, quem não ama não protege...’”). Outro argumento utilizado tanto por ela quanto pelo atual gestor é o fato de o interesse das pessoas pela abertura da reserva ser baseado apenas na questão do lazer, e não na visita com objetivo educacional. Uma série de declarações são dadas neste sentido:

“As pessoas querem a visitação só pra lazer. Lá tem áreas de visitação, mas pra educação ambiental. Porque se for parque, também não vão respeitar, vão querer chegar lá em cima, na área intangível... Outra coisa: vai tomar banho onde, se lá as grandes cachoeiras é captação da CEDAE? Você queria beber água onde várias pessoas se banharam?”

“A grande população não quer conhecer a canela tapinoã [encontrada na REBIO e praticamente extinta no mundo], nem uma espécie de tucano, nem uma espécie entomológica aqui. Só quer conhecer 3 atributos: estrada real, a cachoeira e a captação de água de Rio D’Ouro. Fora isso, ninguém quer conhecer as espécies vegetais, a fauna. A população quer conhecer pequenos atributos que não tem necessidade de mudar a UC de categoria, simplesmente coloca dentro de um projeto de educação ambiental e permite a visita.”

“A gente tenta convencer as pessoas de que é muito mais importante preservar os serviços ambientais que a reserva oferece à sociedade do que ter a sociedade aqui dentro mas sem os serviços ambientais. Você perde a função social da unidade. Transformando em parque, você perde os serviços ambientais: essa cobertura vegetal toda oferece conforto térmico, diminui os processos erosivos em sítios, fazendas, pavimentação pública que tem aqui no entorno, oferta uma quantidade fabulosa de água a todos os municípios da Baixada: hoje em torno de 40% dos municípios da Baixada são abastecidos com água produzida aqui em Tinguá. Então os serviços ambientais que são o grande achado dessa unidade de conservação”.

Como visto, muitos são os conflitos materiais existentes no interior da reserva e muitos também são os conflitos ideológicos que envolvem a REBIO Tinguá. No entanto, o IBAMA ainda tem sido chamado a se envolver com conflitos não diretamente relacionados à reserva. Um caso que ilustra bem essa necessidade de envolvimento do órgão em questões sociais da comunidade é o conflito que envolve a falta d’água em uma localidade conhecida como “Biquinha” (o nome se deve ao fato de haver apenas uma bica de onde todos os moradores da comunidade pegam água, visto que não têm abastecimento direto em suas casas). Localizada a poucos metros da entrada de uma reserva riquíssima em água e que abastece milhares de moradores da Baixada Fluminense, a Biquinha vem questionando e reivindicando ao poder público a solução do problema. Este conflito mexeu com as certezas de alguns ambientalistas,

que acreditavam que o cuidado com a natureza e a atuação repressiva eram suficientes para acabar com os problemas socioambientais. Segundo o atual gestor da REBIO:

“Se hoje todo mundo conhece a Biquinha, é por causa da nossa gestão. Antes era como se fosse uma coisa proibida, uma discussão menor, inclusive pras próprias organizações. Uma vez fui convidado a ir numa reunião de uma ONG e falei da Biquinha, quando os companheiros responderam: “Ué, água pra Biquinha? Ali só tem caçador e palmitero!”. Esse foi um discurso ambientalista, né? Eu falei: a gente tem uma interpretação de que a questão dos caçadores e palmiteros não são um caso de polícia apenas, é muito mais uma questão social. Se a gente ofertar alguns produtos que a sociedade comumente tem acesso, a gente vai diminuir esse problema da caça e do palmito com certeza”.

Assim, o IBAMA acabou assumindo uma função de interlocução com o poder público que estava além de suas atribuições na administração da unidade de conservação. Isto aponta para a inegável necessidade de órgãos públicos ambientais e entidades da “sociedade civil” passarem a se envolver nos problemas das comunidades que habitam o entorno das unidades de conservação. Fica claro que, ainda que a categoria Reserva Biológica seja bastante restritiva, não há nem haverá fiscalização suficiente que dê conta dos conflitos ambientais gerados em uma unidade de grande dimensão localizada em uma área de grandes carências sociais. No caso da Biquinha, o IBAMA interveio, com o gestor projetando um sistema de captação de água que, por enquanto, ainda não solucionou a questão, dado que não houve recursos para desenvolvê-lo. No entanto, para ele, chamar a atenção para o problema talvez tenha sido o maior benefício que o IBAMA poderia dar à questão, como diz:

“A gente que trouxe essa discussão à tona, porque isso não era discutido nem pelo IBAMA muito menos pelas organizações da sociedade, nem mesmo a associação de moradores. Se hoje todas essas ONGs falam na Biquinha, na liderança da Biquinha, isso é fruto de nossa presença aqui e eu tenho um orgulho muito grande em estar dizendo isso o tempo todo. Os brigadistas daqui são muitos oriundos da Biquinha também. A Biquinha era moeda de troca dos políticos de 4 em 4 anos. Se você for lá, vai ver os canos abandonados. Como desdobramento disso, não conseguimos trazer ainda a água, que não seria captada de Tinguá, mas de outra localidade. Mas a gente conseguiu trazer isso pra fala dos prefeitos, dos vereadores... Tanto que a primeira ação do prefeito em Tinguá foi a pavimentação do acesso à Biquinha, ele disse que não conseguiu recurso pra água nem pro esgoto, mas acho que já é um avanço, pelo menos ordenar o esgoto”.

Por fim, vale informar que, desde meados de 2007, a REBIO Tinguá não é mais gerida pelo IBAMA, mas sim pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), novo órgão ambiental federal cuja principal missão institucional é administrar as

unidades de conservação federais. O ICMBio foi criado a partir de uma divisão do IBAMA, por isso os mesmos gestores permanecem trabalhando na reserva.

4.2.2.5 Instituição Religiosa

Igreja Católica

A Igreja Católica foi escolhida para representar a visão das instituições religiosas sobre a questão ambiental não pelo fato desta ter, no atual momento, uma atuação destacada entre as instituições do município, mas sim por dois fatores: sua histórica militância nas questões sociais de Nova Iguaçu e a importância no cenário local de Padre Geraldo Lima – da Paróquia de José Operário, no bairro Califórnia –, citado nas entrevistas com as associações rurais de Marapicu e São Bernardino como um grande parceiro na luta por reforma agrária.

A luta da Igreja Católica por melhorias das condições de vida em Nova Iguaçu ganhou destaque especial na época da ditadura, com a atuação política do bispo progressista da Diocese de Nova Iguaçu, Dom Adriano Hypólito, que ficou conhecido como o “bispo comunista” por sua luta em favor dos excluídos. Em Nova Iguaçu, seu legado é ainda hoje lembrado, como no texto feito em sua homenagem no livro comemorativo dos 170 anos da cidade:

Não me atrevo à pretensão de traduzir em palavras a dimensão humana e apostólica de Dom Adriano Hypólito (...), o seu profundo sentimento de amor cristão pelos excluídos, pelos submetidos às condições de vida adversas. Por isto, entre a passividade da espera, do milagre ou da conformação, havia o despertar da consciência pela participação, pela união, na luta pelo bem-estar coletivo. Cobrava a participação, sem distinguir crença ou filiação política, daí a prestigiar e incentivar o movimento comunitário na luta pelas melhorias em uma região como a nossa, farta de múltiplas carências (PCNI, 2004a).

Sua atuação, assim como a de outros padres progressistas, foi muito combatida à época por grupos anticomunistas. No ano de 1976, foi seqüestrado e humilhado por membros da Aliança Anticomunista Brasileira aos gritos de “comunista traidor”. Padre Geraldo, em Nova Iguaçu desde 1972, atribui a Dom Adriano o início da luta da Igreja em favor dos direitos dos excluídos e também de sua preocupação ambiental.

“A carta pastoral de Dom Adriano, na Carta de Páscoa de 1972, fala explicitamente dos vários problemas que atingem a nossa realidade: administração com corrupção, questão dos transportes, questão escolar, a questão da terra e a questão de moradia. Aí entra pela questão da violência, já naquela época, e todos esses problemas que atingem diretamente o povo. É nesse bojo que surge a preocupação com a questão ambiental. (...) Naquela época não se falava como se fala hoje: hoje o

problema ambiental criou um status muito amplo, muito incisivo. Hoje a situação é de vida ou morte. Naquela época não tínhamos tanto essa consciência, mas a preocupação com os problemas do povo nos levava a essa preocupação com água, com saneamento, com moradia, com a alimentação melhor do povo”.

Segundo o padre, na organização da Igreja Católica, algumas pastorais dizem mais respeito ao tema ambiental, como as pastorais da terra e da saúde, “lembrando também a questão da alimentação, do uso das ervas, uso dos recursos naturais para se ter saúde”. Outras questões acompanhadas pela Igreja foram os apoios dados à criação das APAs, à luta dos trabalhadores rurais, à luta pela saúde e pelo saneamento, mas nunca em uma concepção estritamente ambientalista.

“Não houve uma luta explícita da Igreja a respeito disso, mas sim entranhada dentro da preocupação pastoral que a Igreja vinha desenvolvendo nessa época em diversos lugares. Você vê quantas ocupações de terra aconteceram desde 1984, com a grande ocupação que houve em Campo Alegre, e daí aconteceram muitas coisas. De 1984 até 1994 foi o momento em que pululou mais ocupações com essa preocupação também ecológica, com o cuidado à natureza...”

Atualmente, Padre Geraldo desenvolve um projeto de agroecologia com lavradores e estudantes, uma experiência inovadora que conta com o apoio da Prefeitura e vem sendo implementada inicialmente em Campo Alegre. No entanto, estas práticas não representam uma ação conjunta da Igreja como instituição, mas sim ações individuais empreendidas pelos padres em nível local.

“As iniciativas são mais locais mesmo do que uma tomada de posição conjunta. Hoje nós temos a arquidiocese dividida em regionais. Nova Iguaçu está em quatro regionais, nós estamos na regional Centro e eu não sinto nessa regional uma preocupação maior com isso. Em outras regionais, onde o problema é mais agudo, o pessoal sente e reage mais, em conjunto. O importante é isso: que se tome uma ação em conjunto e não só de uma paróquia...”

Na entrevista, Padre Geraldo não demonstrou se aprofundar na questão ambiental, limitando-se a falar brevemente de suas experiências pessoais na agroecologia. Quando questionado sobre os problemas ambientais de Nova Iguaçu, afirmou não saber, citando apenas as queimadas na Serra de Madureira que trariam problemas locais na questão do abastecimento de água. Instigado, falou também sobre a questão habitacional, criticando a falta de um programa popular e as imobiliárias que exploram o setor, gerando um processo de favelização nos bairros periféricos. Contudo, a Igreja não se envolve diretamente nos

conflitos, apesar de oferecer apoio logístico às iniciativas comunitárias, que devem liderar as lutas sociais.

“Às vezes há mais ou menos um certo envolvimento da Igreja nisso a partir das comunidades que vivem esses problemas no entorno. Como posicionamento a nível amplo, de tomar posição, não me lembro de ter havido alguma preocupação maior nesse sentido. As pastorais sociais debatem esse tipo de problema, mas organizar uma ação mais concreta nesse sentido, fica por conta dos grupos de moradores, pessoal que vive mais esse tipo de problema”.

Assim, observa-se que o apoio maior da Igreja, se podemos envolvê-la como instituição, continua sendo direcionado à luta pela terra, agora também complementada pela luta urbana pela moradia e que, indiretamente, são também lutas em favor da mobilização social e da questão ambiental.

“O que eu vejo é que o nosso pessoal de Igreja, das paróquias, têm um pouco ainda presentes nas associações e nesses movimentos. Por exemplo, aqui sempre teve um bom movimento tanto de ocupação de terra rural quanto de terra urbana para moradia, sem teto, e a Igreja sempre esteve envolvida em apoiar esse pessoal. Inclusive o centro de direitos humanos tem acompanhado isso num nível técnico, jurídico”.

Ao fim da entrevista, Padre Geraldo se desculpou pelas poucas informações disponíveis. Respondi-lhe dizendo que, embora satisfeita, esta constatação talvez apontasse para o fato de que a Igreja, em meio à campanha da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) pela preservação da Amazônia e contra o aquecimento global, e de iniciativas locais contra a transposição do Rio São Francisco e a favor dos povos ribeirinhos, talvez ainda esteja atuando pouco em Nova Iguaçu para além de ações individuais. Isto não significa, entretanto, que seu mérito seja diminuído, pois deve-se reconhecer que, em um município de grandes carências, a participação de instituições religiosas (e aqui se incluem também as instituições evangélicas e afro-brasileiras, de grande capilaridade entre as comunidades) ainda é de grande importância na mobilização popular e na mitigação de problemas sociais.

4.3 – Como pensam os atores envolvidos

4.3.1 – Como entendem a questão ambiental

De acordo com as entrevistas realizadas, podem-se constatar claras diferenças entre as formas de entendimento da questão ambiental pelos diferentes atores que compõem o

ambientalismo de Nova Iguaçu. Podemos destacar a relação orgânica dos agricultores com a questão ambiental, fruto da dependência direta da natureza; a falta de proximidade das associações de moradores com o discurso ambiental, ainda que o MAB tenha surgido justamente do movimento sanitarista, reivindicando questões hoje denominadas “ambientais” que, antes, eram tidas apenas como uma questão de sobrevivência que não necessitava denominação própria; a instrumentalização do tema ambiental pelas ONGs, que dominam o discurso oficial e trabalham (ou almejam trabalhar) a questão ambiental com base em projetos pontuais, embora haja uma grande diversidade de formas de atuação entre estas entidades; o cartesianismo presente nos discursos políticos, que organizam a questão ambiental em setores (resíduos sólidos, unidades de conservação, poluição atmosférica) para em seguida pensar parcerias e soluções técnicas, sem considerar os conflitos e as contradições inerentes aos projetos desenvolvidos; e a concepção da Igreja Católica, que compreende o ambiental completamente entrelaçado com o social, com uma atuação bastante próxima às associações de moradores e agricultores no que diz respeito ao saneamento, à produção rural, à saúde e à alimentação saudável.

Em relação ao perfil das lideranças, podemos dizer que os representantes das ONGs, de forma geral, tendem a falar sobre muitos temas, tendo pretensões muito amplas. Alguns deles têm perfil “messiânico” (casos em que a forte figura do líder atrai seguidores), outros técnico-político e outros parecem ter entrado ao acaso no ambientalismo. As ONGs, que também enfatizam a importância da “natureza externa”, em boa parte das vezes parecem também não representar o conjunto da população que identifica e reivindica a questão ambiental geralmente quando se refere ao saneamento ambiental, com a dragagem de valões para diminuir as doenças e as inundações em casa, ou seja, uma concepção do ambiente dentro do cotidiano. Os representantes dos movimentos sociais, por sua vez, demonstram ter consciência de que falam em nome de uma coletividade, por isso costumam ter um perfil mais moderado e, ao mesmo tempo, menos sonhador, havendo momentos de grande desilusão em suas falas. Analisaremos de forma um pouco mais aprofundada cada segmento do movimento ambientalista para explicitar suas principais divergências e semelhanças sobre o entendimento que carregam sobre a questão ambiental.

As associações de produtores rurais, que trabalham diretamente a terra, tirando dela seu sustento, demonstram não dissociar a questão ambiental da questão social, referindo-se à natureza como fonte da vida e do trabalho. Isso fica claro na luta dos agricultores pertencentes ao movimento dos sem-terra, que, ao perderem o direito à terra quando ainda estavam acampados em Santa Cruz, rejeitaram a oferta de casas populares feita pelo Governo do

Estado, exigindo terra em iguais condições nas quais pudessem trabalhar. Situação semelhante passam as Associações de Marapicu e São Bernardino, que buscam obter melhores condições de produção enquanto tentam manter sua condição de “rurais”, rejeitando a incorporação urbana que vem lhes sendo imposta (vide a luta pela revisão do Plano Diretor, que extinguiu as áreas rurais do município). Todos têm consciência de que a conversão de suas áreas em ambiente urbano lhes traria grandes prejuízos, pois estariam fadados unicamente a perder seu trabalho e seu sustento, transformando-se instantaneamente em uma espécie de “subperiferia urbana”. Sua luta pela preservação da terra é, portanto, uma luta pela manutenção da identidade e da qualidade de vida que têm nos ambientes em que vivem, ainda que cada vez mais penosamente – as dificuldades vêm provocando o êxodo rural, como se percebe nos momentos em que os entrevistados se referem ao fato de os moradores dos assentamentos trabalharem “fora” e à falta de interesse dos jovens em perpetuar a tradição agrícola. Para os mais antigos, que participaram e continuam participando da luta pela posse da terra, existe também o orgulho de ser rural (“quanto à questão do ambiente, é porque eu gosto de viver bem, e eu acho que viver bem, eu tenho plena consciência de que não é viver em Copacabana”).

Alguns trechos das entrevistas representam bem a relação que os trabalhadores rurais têm com o meio ambiente e a forma como pensam a questão ambiental, ainda que estes termos não sejam comumente usados:

“A luta do MST é por qualidade de vida em todos os sentidos, que as pessoas das gerações futuras possam ter o que a gente tem hoje ou melhor do que a gente tem. (...) A briga é pra que se preservem as sementes nativas”.

“A gente entende que a natureza é nossa mãe, e por isso a gente tem que tratar bem”.

Essa visão da natureza também é evidenciada em críticas feitas ao modelo de produção rural que lhes vêm sendo oferecido como “sustentável”. Ao pensarem o trabalho unicamente como fonte de renda, gestores e ONGs têm proposto aos agricultores mudanças no tipo de produção que provocariam transformações profundas em suas formas de viver. Não faz parte do pensamento de um agricultor a obrigação de comprar alimentos, mas sim a necessidade de produzi-los para seu consumo. É por este motivo que a proposta de produção de mudas de mata atlântica feita por uma ONG para o assentamento de Marapicu é recebida com ironia: “é muito bonito, mas é mais pra reflorestamento, pra embelezamento do ambiente, e não meio de sobrevivência que nós queremos”.

A relação com o ambiente ganha termos familiares em algumas falas. Para o velho agricultor de São Bernardino, há uma mágoa pelo tratamento dado à terra antes de sua chegada (“a terra estava cansada – porque chega a um ponto que tira a vida da terra”). A terra não é um objeto inanimado que serve de meio para a produção: a terra tem vida e se cansa. O agricultor percebe o meio ambiente no seu cotidiano e também rejeita a idéia do “ambiental” restrito à visão abstrata do bioma Mata Atlântica:

“O meio ambiente não é formado só reflorestando mudas e árvores da Mata Atlântica, não. Pode ser com bens de raiz também. Não só ele tá reflorestando e também tá criando alimento, mas eles não fazem isso, porque se ele estivesse fazendo isso o que eu tô falando, ele estaria comendo a produção dele”.

O agricultor não compreende o processo de criação das reservas. Assim como outros entrevistados que pertencem a movimentos sociais de base, confunde o termo “meio ambiente” ora com a atuação do IBAMA, ora com a própria reserva. Sim, a reserva é o meio ambiente, mas a terra também o é. O que confunde é que a reserva é oficializada como “meio ambiente”, enquanto a terra na qual o agricultor trabalha, não. A existência da reserva só é percebida pela presença do IBAMA, que mudou a rotina de alguns e prejudicou o trabalho de outros:

“A gente sabe porque depois, de um tempo pra cá, parece que aqui foi criada uma brigada defensora da reserva, que é o meio ambiente, não é isso? Porque não tinha esse negócio de fazer, vamos proteger... Nego entrava, pegava trabuco, botava na sacola, passava dias caçando na reserva e ninguém implicava com nada. (...) Aí começou a proteção, proteger a Reserva Biológica, reserva-mãe. Antigamente tinha que ficar 20% no meu lote, só que, agora, qualquer coisa que você corta o IBAMA vem e tá se metendo. Então vai ter reforma agrária quando?”

Para os líderes dos produtores rurais de Tinguá, que não têm uma história com a terra (sua origem como trabalhadores está ligada ao sindicato dos metroviários), a relação com a natureza não é vital, mas uma relação comum de trabalho do qual se tiram produtos e renda. A diferença para o agronegócio está na falta de compromisso com a produção em alta escala e com a acumulação de recursos, uma opção ideológica. É por este motivo que a associação existe e funciona como uma cooperativa, tendo, acima de tudo, uma função social (“Nós queremos transformar a questão ecológica numa atividade que possa dar dignidade às pessoas que moram aqui na região, e agricultura do tipo que ajude a preservar”).

O MAB, que representa principalmente as associações de moradores das áreas urbanas do município, já tem uma relação bastante distinta com a questão ambiental, tanto é que o meio ambiente divide pasta na diretoria de políticas urbanas. Como ressaltado em diversos momentos, o MAB não tem uma luta específica nesta questão, pois suas lutas são mais “gerais”. Sua atuação começa relacionada à luta pelo saneamento básico e, ainda hoje, as demandas das associações que se relacionam ao tema ambiental, especialmente nos bairros periféricos que contam com inúmeras valas a céu aberto, se concentram no aspecto sanitário (“o meio ambiente é nesse sentido: fazer o saneamento, que não é só asfalto; é drenagem da rua, o tratamento do esgoto, drenagem de águas pluviais”). Outra fonte de demandas ambientais diz respeito à despoluição do Rio Botas, o que também não deixa de se relacionar à questão do saneamento.

Por outro lado, percebe-se no MAB a mesma dificuldade na apropriação do discurso ambientalista que têm os produtores rurais, o que faz com que estes movimentos não sejam bem aceitos em espaços públicos que discutem a questão ambiental *stricto sensu*. Para algumas ONGs ambientalistas, o MAB não discute a questão ambiental (“quer dizer, é um absurdo. A gente discute meio ambiente no total, né?”), o que a faz ser depreciada em conferências de meio ambiente, por exemplo. Tudo porque, ao contrário das ONGs, na “economia das trocas simbólicas”, de Bourdieu, as associações de moradores não investiram na aquisição de termos nobres que constituíssem um discurso ambientalista a ser aprovado nestes espaços (“essa palavra ‘meio ambiente’... ela não tava mesmo no vocabulário de muita gente, né? Isso é uma coisa muito técnica, aí o movimento social fica um pouco receoso de participar...”). Talvez por este motivo, quando perguntado sobre os principais problemas ambientais do município, a resposta compreenda o “meio ambiente” das discussões puramente ambientalistas: “é o desmatamento da Estrada de Madureira, da serra, essas queimadas, não tem uma prevenção. Tinha que ter uma proteção a nível de Estado, ali é um parque ecológico, mas ele não é bem cuidado”.

É importante contextualizar na história esta discussão sobre o entendimento da questão ambiental, pois vale lembrar que a maior parte dos movimentos sociais entrevistados inicia sua jornada nas décadas de 70 e 80. Por um lado, estas entidades sequer se autodenominam como ambientalistas, ainda que trabalhem diretamente no ambiente natural (terra) ou na questão ambiental urbana. Por outro, mesmo as entidades “ambientalistas” nascidas neste período têm um discurso diferente do das ONGs atuais, cujo perfil técnico chama a atenção.

Se até o início dos anos 80 prevalecia a imagem do *sujeito ecológico* como um agente político transgressor, crítico do modo de vida industrial, da

atomização, do consumismo etc., os anos 90 consagraram a imagem do *ambientalista como especialista técnico*, conhecedor e gestor dos recursos naturais. Em substituição ao movimento da ecologia política, consagra-se a visão tecnicista do ambiente como realidade objetiva, passível de intervenção técnica e, portanto, de correções. Não se almeja como antes a transformação da sociedade; isso sai do horizonte e, portanto, do vocabulário dos atores sociais do campo ambiental (bem como de demais campos). Institucionaliza-se a crença de que o conhecimento racional dos problemas ambientais proporciona soluções técnicas. Esse é o que eu venho chamando de *paradigma da adequação ambiental*, que orienta as ações dos chamados ambientalistas, dos empresários, assim como as políticas públicas (ZHOURI, 2007).

De fato, entre as ONGs entrevistadas, o entendimento da questão ambiental é outro. Exceto a FASE, “a ONG mais antiga do Brasil”, fundada em 1961, que não dissocia a questão ambiental da luta por direitos sociais conquistados por meio de políticas públicas, todas as ONGs têm como ponto de semelhança o discurso técnico-preservacionista. É certo que os discursos podem tender mais ou menos para um viés transformador, mas nunca em uma entrega verdadeira que abandone os pressupostos deste “ambientalismo contemporâneo”, cujas críticas se restringem às formas, e não aos “por quês” e “para quem”.

Assim, o GDN aponta como maior problema ambiental de Nova Iguaçu o fato de não haver “uma política clara de preservação do ecossistema” e a falta de respeito à legislação ambiental. Seu objetivo central, como constantemente reafirmado e presente no nome da ONG, é defender a natureza, com foco na REBIO Tinguá. Somente após muitas críticas, que permanecem sendo feitas à atuação da entidade, o GDN sinaliza para uma guinada para o socioambientalismo e, quando questiona-se a sua atuação predominantemente repressiva diante dos conflitos ambientais, a resposta dada é que “os ambientalistas cuidam do meio ambiente, certo? Mas tem um conflito entre o ambiental e o social, porque geralmente a comunidade tá instalada dentro de uma UC, na beira de um rio, a comunidade mais carente, então esse conflito existe e sempre vai existir”. Ou seja, a ONG pensa a questão ambiental do ponto de vista de cumprimento irrestrito da legislação. Sua guinada para o socioambientalismo é feita no sentido de “criar alternativas”, o que não significa mais do mover peças em um tabuleiro predeterminado. O GDN não quer transformar o mundo, mas adequar seus sujeitos ao que for estabelecido, mantendo uma ordem que talvez julgue ser neutra. É este o paradigma da adequação ambiental.

A Onda Verde, maior ONG de Nova Iguaçu, é absolutamente clara em seus objetivos e em sua forma de atuação. A entidade pensa a questão ambiental de uma forma explicitamente pragmática, em que não importa onde se instale um empreendimento, desde que funcione

dentro das normas técnicas, como no caso do aterro sanitário (“o que vocês preferem, o lixão que vocês produzem todo dia ou um aterro sanitário dentro das normas técnicas? (...) Eu não gosto de entrar na panacéia de interesses locais e conflituosos, eu quero entrar na questão técnica”). Perguntado sobre como pensa a questão ambiental, a resposta é mais uma vez muito rápida:

“É uma questão complexa e muito simples. Rios da Baixada: todos estão poluídos com esgoto doméstico ou lixo. Qual a solução? Saneamento básico ou ambiental, tratamento de esgoto, distribuição de água potável e reflorestamento das ruas. Complexo isso? Não, é simples!”

É simples, se houver interesse na sua implementação pelo poder público, pois estas soluções não dependem de projetos, mas de políticas públicas. Políticas estas que as ONGs são incapazes de desenvolver. Para a Onda Verde, não há qualquer pretensão de mudanças globais. O foco é no local e no individual, “uma gota no oceano”, mas fazendo a sua parte. Os conflitos são desconsiderados, o consenso é almejado e o mercado é admitido, aceito e encarado como parceiro. Não há como negar: a Onda Verde é, sem qualquer constrangimento, uma típica “ONG de mercado” e foca essencialmente na mitigação dos problemas ambientais.

“Porque todos nós somos consumidores desse mercado que tá aí. Como nós não somos capazes de mudar o mercado, tá certo?, porque a gente não tem condições de mudar o mercado... O mercado se muda pela cultura, pela educação e pela formação”.

Neste sentido, sua atuação se baseia em projetos que se iniciam, desenvolvem, dão resultados e terminam. Não há mistério algum: a ONG é explícita e se orgulha do que alcançou ao longo dos anos. O Onda Verde se encaixa perfeitamente na descrição feita por autores como Gohn e Montañó das ONGs que assumem as responsabilidades do Estado, atuando como instituições terceirizadas no que tange aos serviços sociais.

Entidades mais recentes, como o GEHNat e o DAMGEMT, ainda não conseguiram emplacar projetos financiados como o Onda Verde, mas declaram almejar isto para um futuro próximo. O GEHNat assume sua lógica gerencial sem receio, enquanto o DAMGEMT parece ainda não ter assumido um discurso único, dado que, por um lado, dispara inúmeras críticas e afirma buscar qualidade de vida para todos por meio da ocupação de espaços públicos; por outro, quer desenvolver projetos que o Estado, que cobra nos espaços públicos, deveria realizar.

Para o GEHNat, os problemas ambientais provêm de uma “gestão ambiental deficitária” por parte da prefeitura e da falta de participação social, e cita como avanços a criação das

APAs municipais. Para o DAMGEMT, o maior problema é quanto à grande quantidade de “verbalização” face à pequena quantidade de “ações”. As ações, é claro, estão relacionadas à ampliação de projetos tecnológicos, em um discurso completamente voltado ao “evangelho da ecoeficiência”, conforme descrito por Martinez Alier (2007).

A UBEM, por sua vez, só quer defender a natureza e educar as crianças, baseada na concepção de que o que falta é informação. A entidade não tem um único foco de atuação, tendo seu discurso ampliado para todo tipo de problema social. Seu pensamento pode ser resumido na seguinte declaração: “Quando eu falo em preservação ambiental, é preservação da vida. Então quando você fala em preservar a vida, tem um mundo aberto pra você: falar de tudo, abraçar tudo e eu vou ter que resolver essa parte”.

A preocupação do CAMPO, por fim, é com a geração de empregos para os jovens, dado que sua atuação como ONG se inicia e tem como forte a formação profissional. Assim, seu foco na questão ambiental sempre está relacionado às unidades de conservação como possíveis fontes de emprego caso haja um investimento na ampliação do turismo. Não há pretensões de transformação social em nível global, mas de “desenvolvimento local comunitário” com geração de trabalho e renda. Seu pensamento ambiental se encerra nisto e não há maiores relações com a temática ambiental em Nova Iguaçu além de Tinguá, onde têm uma pousada ecológica.

O discurso dos representantes do poder público também não foge à soma dos discursos conservacionista e da ecoeficiência. Os problemas são tratados em níveis locais, sem trabalhar a questão ambiental em sua complexidade. Por este motivo, são vistos de forma bastante pragmática, valorizando-se sobretudo as unidades de conservação do município, entendidas como atrativos para o turismo e fontes geradoras de renda. É por este motivo que, em algumas declarações, a questão ambiental parece restrita às suas dimensões ecológica e econômica. É isto também que faz com que o Secretário Municipal de Meio Ambiente acredite que contratar pessoal para ações de reflorestamento gere mais resultados que o investimento em educação ambiental e afirme que a questão ambiental em Nova Iguaçu é complexa pois “preservar 67% de área verde precisa de muito recurso”. Esta declaração gera duas constatações: primeiro, que a prioridade política está de fato na preservação das áreas verdes; segundo que, para realizar esta preservação, o município deve investir no que demanda muito recurso, o que não é o caso da organização e mobilização social.

Este discurso não difere muito das ONGs de caráter mais técnico, que se inserem no chamado “paradigma da adequação ambiental”, mas é bastante distinto do pensamento dos movimentos de base e da Igreja Católica, mais próximos do “paradigma da sustentabilidade”

(ZHOURI, 2007), cujos questionamentos não se restringem aos aspectos técnicos dos empreendimentos e projetos desenvolvidos, mas enfocam sobretudo a distribuição de benefícios e danos ambientais em determinado território, reivindicando visibilidade política e justiça social. Entre as ONGs, apenas a FASE demonstra preocupação com a distribuição dos conflitos ambientais, ressaltando a desigualdade da qualidade ambiental existente entre os bairros, quando afirma que “a desigualdade, em termos de direitos ambientais em Nova Iguaçu, é violenta, pior do que São João de Meriti, que é uma miséria só. Em Nova Iguaçu o problema é outro: existe uma desigualdade interna muito grande”.

Para a Igreja Católica, a questão ambiental nunca perde sua relação com a questão social, ainda que dentro de iniciativas locais de paróquias, puxadas por seus padres. Há referências constantes aos temas do saneamento e da habitação, assim como uma relação histórica com o movimento de luta pela terra que permanece até hoje, nos cursos de agroecologia promovidos pela comissão pastoral da terra (CPT). No entanto, atualmente a Igreja não vem atuando fortemente nos conflitos socioambientais existentes, tanto que, em nível nacional, sua atuação maior vem sendo feita em relação ao aquecimento global. Por outro lado, há também sinalizações contrárias a esta atuação moderada, com atitudes como a do bispo Dom Luiz Cappio, que se posicionou abertamente contrário à transposição do Rio São Francisco (projeto do Governo Federal que vem gerando grandes conflitos), fato apoiado em nota pelo Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil (CONIC, 2007), que invoca a justiça, e não a técnica, para justificar sua posição.

“O testemunho de Dom Luiz Cappio é em favor dos sobreviventes das duras exigências da seca, submetidos à sede e a escassa alimentação. Por trás do seu gesto reconhecemos a resposta a perguntas atroz: ‘Para quem serve este rio tão próximo?’, ‘Para quem vai ser útil a sua transposição?’. (...) Há quem julgue que o gesto de Dom Luiz não seja moralmente justo. O Evangelho, porém, nos ensina que a justiça do Reino é maior do que a nossa justiça, especialmente quando em nossos cálculos entram poder, prestígio, interesses econômicos ou a própria sobrevivência. A Justiça do Reino começa onde há compaixão, compromisso e consagração para com a vida dos pobres e excluídos. (...) Estamos ao lado de Dom Luiz Flávio na luta em favor da qualidade de vida das populações do semi-árido, da revitalização do Rio São Francisco e da democratização do uso das suas águas, as bandeiras que ele levanta como prioridades.”.

Portanto, se não é possível estabelecer com segurança uma avaliação do pensamento da Igreja Católica, como instituição, em relação à questão ambiental de Nova Iguaçu, se pode ao menos verificar que, em nível nacional, não há uma postura única, havendo espaço também para uma discussão em torno da justiça social e ambiental.

4.3.2 – Quais os problemas e conflitos ambientais que identificam

Neste tópico, será necessário mais uma vez iniciar estabelecendo uma diferenciação básica entre o que é problema e o que é conflito ambiental em nossa concepção. Assim, buscando fundamentação em autores que trabalham a questão, como Acselrad (2004) e Carvalho & Scotto (1995), classificaremos como “problemas ambientais” aqueles que não envolvem oposição de interesses em relação aos recursos naturais presentes em determinado território, e como “conflitos ambientais” aqueles que envolvem interesses divergentes entre dois ou mais atores sociais, determinando a supressão dos direitos de acesso e uso de recursos ou provocando danos temporários ou permanentes no ambiente em que vive uma população. Vale ressaltar que os conflitos identificados não necessariamente envolvem os atores que os apontaram. Os conflitos nos quais as instituições estão diretamente envolvidas serão analisados no próximo tópico.

Entre os problemas identificados⁷, foram citados pelos agricultores problemas em relação à qualidade da água em rios, valas e no lençol freático (de onde vem a água dos poços), que prejudicam severamente a produção de hortaliças e a criação de animais:

“Aqui tem água, sim, mas são dois rios poluídos. E a maioria dos poços abertos aqui é de água salobra, insuportável, então você não pode plantar uma hortaliça, porque fica com a folha grossa, não tem qualidade pra mercado”

“Se eu fosse vender meu lote onde passa a vala lá embaixo, a água espalhou... As criações saem pra pastar, quando chega a tarde eles tão cheios de lama, tem uns que tem que lavar daquela lama podre, porque a água não tem saída”

Alguns destes problemas podem ser considerados “conflitos latentes”, ou seja, por não terem origem natural, são na realidade provocados por terceiros e, portanto, são considerados conflitos em potencial. Em relação aos “conflitos explicitados” que se relacionam aos recursos hídricos, há apontamentos sobre a poluição de rios provocada por empresas e a falta de abastecimento de água, conflito este creditado à CEDAE.

“São tudo poluídos, porque o esgoto do bairro vai tudo pros rios e tem poluição também de uma fábrica que fica lá em cima. A fábrica fica no Marco II. Em Cabuçu fica uma garagem de ônibus que foi desativada, mas ainda tem resíduos de óleo, nessa água vinha muito óleo. Esse é o Rio Cabuçu, que nasce na Serra, desce a Cachoeira e, quando chove, as águas vêm e os esgotos dos bairros vêm todos pelos valões, porque ele vai encontrando valões no caminho como o rio Ipiranga. Esse rio Ipiranga, quando houve a ocupação aqui, dava camarão e aqui tinha muito peixe, o

⁷ Pela gravidade de algumas declarações, os trechos das entrevistas selecionados não terão seu autor identificado.

pessoal tomava banho no rio, a água era limpinha. Agora a água é preta, com um cheiro...”

“O Governo do Estado fez o saneamento aqui, manilharam... Primeiro botaram o pessoal, depois botaram isso aí, tanto é que, até hoje, a água da CEDAE não é regularizada. Cada cano dentro de casa, é tudo morador que coloca, a CEDAE não investiu nada”.

“O pessoal fura e tira. Ninguém aqui paga água, não... Não teria água se não furasse. Ninguém aqui tem tratamento de esgoto, o esgoto só é cuidado até onde termina o asfalto, onde tem o maior número de casas”.

“Ah, uma outra que causa muito problema ambiental: a CEDAE e suas intervenções desastrosas. Tem muita ação no MPE em cima dela e a gente mapeou essas violações, geralmente nas áreas mais periféricas, mais pobres, onde se faz qualquer intervenção da forma que quer...”

“Dentro da reserva têm várias áreas de captação de água e tem comunidades a menos de 500 metros da reserva que não têm água”.

Nas áreas urbanas, a principal reclamação dos movimentos sociais em relação aos recursos hídricos se relaciona à existência de valas e à qualidade da água para consumo.

“Tem bairros aí que têm valas abertas, os bairros periféricos têm muito ainda, embora tenha diminuído com esse pacote de obras do governo municipal”.

“Acho que a questão do saneamento básico é muito precária e é um grande poluidor do meio ambiente. O município ou o Estado têm que investir... valas negras abertas de esgoto residencial... As pessoas têm que cavar fossas... Eu desconheço uma estação de tratamento de esgoto em Nova Iguaçu. Tratamento de água também, em determinadas regiões, é muito ruim”.

A poluição dos rios é lembrada também em um nível mais complexo por algumas ONGs quando se relaciona à questão habitacional e de saúde no município. A construção de moradias nas margens dos rios (consideradas áreas de preservação permanente – APP) provoca a supressão de mata ciliar, o que leva ao assoreamento dos corpos hídricos. Ao mesmo tempo, estas construções irregulares também não contam com coleta e tratamento de esgoto, que são despejados *in natura* nos rios, cuja contaminação pode gerar doenças.

“A especulação imobiliária devora tudo, fica pra população carente beira de rio e todo de morro, que são APP, então o conflito se instala e, se o governo não atua, isso vira uma bagunça sem tamanho. Tem que ter uma equação entre o bem estar do ser humano e a manutenção do meio ambiente”.

“Em sítio particular, é outro problema, porque as casas são feitas na beira do rio e jogam esgoto dentro do rio, não tem fossa séptica”.

“Primeiro, a questão habitacional. São 23 rios no município, todos estão ocupados, não dá pra limpar esses rios porque tem casas às margens dos rios. (...) Se você tem o ordenamento municipal, você tem menos doenças, menos esgoto indo pros rios...”

“Acho que o problema ambiental nas cidades é a falta de políticas urbanas sustentáveis (habitação, saneamento...). O problema é da habitação inadequada, sem critérios, porque não teve política pública habitacional e não tem adequação sanitária. Então pra mim não tem como dissociar, não tem como tratar a questão ambiental nas cidades sem pensar as políticas urbanas de direito às cidades sustentáveis, e tem que ser políticas públicas”.

Os trechos destacados fazem uma associação direta da questão sanitária com a falta de ordenamento territorial, evidenciando um conflito que envolve o poder público. De fato, a falta de ordenamento territorial (e a falta de política habitacional) foi talvez o conflito mais citado entre os entrevistados, abrangendo todos os segmentos (movimentos sociais, ONGs, empresas, poder público e Igreja), evidentemente que com concepções diferenciadas sobre este mesmo objeto. Um representante do poder público, por exemplo, identifica a questão das construções irregulares como um problema da “cultura local” de autoconstrução:

“Acho que outra coisa muito conflitante da prefeitura é o crescimento urbano informal, porque a dinâmica é enorme, então a prefeitura nunca consegue acompanhar, teria que ter uma estrutura 10, 20 vezes maior que essa, porque é uma cultura aqui da região fazer essa construção informal, a autoconstrução... Eu acho que é um grande conflito, o crescimento desordenado”.

Na visão dos movimentos sociais, o conflito em torno das moradias é constantemente identificado como algo cotidiano, pois fazem parte de sua realidade social. A origem do conflito é dividida em parte para o poder público (pela falta de fiscalização) e em parte para as próprias associações, que permitiram que as construções fossem feitas sem qualquer ordenamento. A questão da venda de lotes dos assentamentos rurais (prática não permitida por lei) também é citada.

“A questão ambiental piorou muito quando fizeram esse conjunto da Marinha. Quando o acampamento chegou aqui, não existia Campo Belo nem conjunto da Marinha, o próprio Bairro Aliança era menor. O que era desocupado ficou ocupado, e tudo desordenado, porque enquanto foi a construção do bairro, houve uma ordenação, mas depois que foi cada um fazer o seu, tão fazendo casa em cima do dique, a associação permitiu, tudo é jogado ali... O conjunto da Marinha, eles chegaram até a fazer um valão acimentado que sai de dentro do conjunto e cai aqui dentro do Rio Ipiranga”.

“Porque eles tão construindo na serra, você passa um dia não tem nada, no outro já tem um esqueletozinho ali, quando você menos espera tem uma casa. O pessoal do meio ambiente finge que não vê o que tá acontecendo: a invasão descontrolada, que dá pra ver já da Estrada de Madureira. Cada vez mais estão crescendo as residências, subindo, a partir da Mangueira”.

“Hoje são 53 casas, na lógica. Mas tem lote aí que tem mais de 7 casas. Os filhos vão crescendo... Além de não plantar, dividem as casas. Tem gente que vende partes de lote”

É importante observar que os movimentos sociais assumem parte da responsabilidade pela falta de ordenamento e, nos trechos destacados, não relacionam o conflito à falta de uma política pública de habitação. Possivelmente, os próprios moradores também já enxergam esta questão como algo “cultural”, portanto fora da esfera política. Este fato é lamentável, especialmente quando cruzamos esta informação com dados de 2000, que já indicavam um déficit habitacional no município superior a 22.000 unidades (FASE, 2006). Sabe-se que a política pública habitacional é uma das mais onerosas aos cofres públicos, visto que envolve um grande montante de recursos para a sua implementação. É evidente ainda que a questão habitacional é uma questão de classe social, dado que este grave problema se relaciona unicamente às classes populares, mais dependentes da ação do Estado pois não estão inseridas no mercado imobiliário. Com a descentralização administrativa das políticas sociais, prevista na Constituição de 1988, a questão da habitação foi passada dos âmbitos federal e estadual para o nível municipal, o que é especialmente dramático em municípios pobres. No entanto, ainda que Nova Iguaçu carregue a “fama” de pobreza, isto não se deve apenas a uma suposta falta de recursos (como anteriormente informado, seu PIB está entre os 10 maiores do estado do Rio de Janeiro), mas sim a uma questão de prioridade política.

Dados históricos de Nova Iguaçu mostram que, após o declínio do ciclo da laranja, na década de 40, grandes fazendas foram transformadas em loteamentos para receber os migrantes, provenientes sobretudo do nordeste brasileiro, atraídos pela industrialização da cidade do Rio de Janeiro. Esta década representou o auge do inchaço urbano, iniciando os graves problemas de habitação e saneamento que hoje são identificados como “conflitos ambientais” creditados especialmente à população dos bairros periféricos. Assim, não surpreende que um ambientalista, no atual contexto histórico, venha a apontar a favelização como um problema ambiental preocupante:

“Me preocupo muito com a favelização no entorno do Centro, K-11 beirando a Estrada de Madureira até o Km 32, me preocupo com a favelização que ameaça ocupar essas regiões ao longo dos anos. (...) Me preocupo com a especulação imobiliária, pra onde ela vai se nortear. Me preocupo com a discussão do Plano Diretor da cidade, pra onde ele vai apontar a ocupação urbana”

É neste sentido que concordamos com a afirmação da FASE, quando desloca a questão habitacional do âmbito cultural/individual para a discussão política, que devolve a responsabilidade ao poder público, jogando a discussão para o campo dos direitos.

“Não adianta colocar a culpa só no morador ou na moradora. A culpa é do poder público que não construiu uma política habitacional, que não conseguiu trabalhar de forma adequada a ordenação do território (...) Quem faz macrodrenagem, rede de esgoto, é o poder público, e as casas precisam ter isso, não adianta fazer um monte de intervenção com poço artesiano com o lençol freático todo contaminado...”

A responsabilidade das instituições privadas para a geração de conflitos socioambientais também é lembrada. Há alguns casos em que empresas são apontadas como protagonistas dos conflitos que envolvem o uso da água, em situações diversas.

“Ouvi dizer que são esses eucaliptos que tão plantados aqui que ressecam, puxa a água, por isso que aqui ficou assim, um lugar que você planta e não chove, a planta resseca de um tal jeito que se você quiser fazer um buraco, não consegue, porque parece cimento... Eles plantaram uma carreira aqui na divisa e ali do outro lado é puro eucalipto...”

“E esse eucalipto foi plantado por conta do assentamento: eles plantaram pra que não fosse feito assentamento lá. É porque tava na lista do pessoal acampar lá, mas o fazendeiro botou trabalhador lá pra plantar eucalipto. Aí pronto, daí pra cá... Isso aqui era um pântano, ali perto da Igreja era uma lagoa, era muita água que tinha, secou tudo. Lá na fazenda grande era da Votorantin, agora é da Pontal Empreendimentos, mas foi a Votorantin que plantou.”

“A gente já identificou que eles [Embelleze] invadiram margem e alteraram curso de rio”

“Metal pesado no rio devido à fábrica do henê [Embelleze], não sei dizer se ainda tem, mas quando foram feitos os exames, em 1986, eu tenho o laudo da FEEMA, deu que tinha chumbo e mercúrio aí. Nessa época, a EMATER e a FEEMA obrigaram a colocar um filtro na fábrica, mas depois não teve mais fiscalização, tanto que teve um acidente ecológico no final do ano passado, aquela tromba d’água que arreventou as comportas lá, mas se abafou de uma tal forma que não se sabe”.

“Conheço as duas [Cargill e Tasa], sei que elas poluem os canais ali, mas as associações em vez de trabalharem pra fiscalizar ou melhorar a qualidade de vida do morador, elas têm um projeto que na verdade elas

desenvolvem junto com a Tasa, uma associação da Cerâmica. Ela ajuda lá num projeto com as crianças, a comunidade...”

As indústrias também são lembradas como responsáveis por conflitos relacionados à qualidade do ar, casos novamente da TASA e da Cargill.

“A TASA hoje, com certeza, tá caminhando pra se tornar uma empresa que vai trabalhar em condições ambientais satisfatórias, porque o que ela tinha lá era uma coisa horrível. Tanto que implantaram um sistema de controle de emissões. A matéria com que eles trabalham é complicada, emite um odor muito forte e eles fizeram uma série de adequações (...) A gente acha que a Cargill pode estar contribuindo e a culpa vai toda pra TASA”.

Boa parte dos entrevistados citou também conflitos relacionados às pedreiras. Há relatos de que, com as explosões, carros estacionados nas ruas amanheciam com os vidros cobertos por pó de brita, substância que, se aspirada constantemente, causa o enrijecimento dos pulmões, provocando uma doença crônica conhecida como pneumoconiose. As empresas de ônibus também foram citadas como grandes poluidoras do ar, em uma declaração que novamente remete à responsabilidade do poder público, ainda que indireta, pela regulação e fiscalização do serviço de concessão:

“Tem também o funcionamento dos ônibus, que não tem regulação... Mais uma vez a política urbana tá presente: toda a discussão sobre transporte, mobilidade, acessibilidade... Se você não tem uma regulação sobre a concessão desse serviço, que é uma concessão pública, os ônibus fazem o que querem: ônibus em péssimas condições, poluem, detonam as ruas...”

Em relação à poluição do solo, são citados, especialmente pelos agricultores, conflitos envolvendo o uso de agrotóxicos (“a maioria dos nossos associados fugiu disso, mas aqui na nossa região tem a colônia japonesa que tem essa cultura”), a queima e a deposição de lixo em local impróprio. As causas apontadas, neste caso, são predominantemente individuais, mas há também críticas ao processo de recolhimento de lixo e à falta de coleta em regiões mais isoladas.

“A poluição maior do ambiente é causada por nós, donas de casa, porque não recicla o lixo, não queima, porque aqui todo mundo tem um quintal, então queima aquele plástico, pode queimar aquele tantinho, e tem coleta de lixo 3 dias na semana, mas a dona de casa não bota o lixo na hora que o lixeiro tá passando, não amarra direitinho a sacola pros cachorros não abrirem, não têm esse cuidado e fica lá no ambiente, aí o vento leva... E se um lixeiro passava com a carroça, cobrava uma taxa, mas chegava do lado

da Igreja Católica e jogava tudo ali, aí quando chovia vinha pro rio. Por isso que o pessoal parou de pagar a ele, foi proibido de recolher aqui”.

“É o descaso das autoridades em relação ao que você vê daqui até Tinguá, é lixo, mais bolsas de lixo que eles jogam na beira da estrada, o próprio caminhão de lixo quando passa, eles jogam bolsas de lixo, em vez de catar...”

“O nosso lixo a gente queima porque não tem outra opção, o orgânico a gente enterra. Não tem coleta de lixo lá...”

Foram citados também conflitos de uso religioso, fato bastante comum em unidades de conservação. Isto ocorre porque muitas religiões identificam na natureza espaços simbólicos do sagrado, sobretudo as religiões afro-brasileiras, que utilizam estes espaços para rituais onde há deposição de oferendas. Em Nova Iguaçu, apesar de não ter havido relatos nas entrevistas sobre a questão das oferendas, é comum avistá-las próximo a quedas d’água. Na REBIO Tinguá e no Parque Municipal de Nova Iguaçu, no entanto, os maiores conflitos vêm envolvendo os evangélicos:

“Na Boa Esperança, os crentes fizeram um tal de monte... Lá ninguém fala nada, eles tão acabando com a mata. Entra, vai cortando pra fazer oração, eles fazem um olimpo que não vai se restaurar tão cedo, não cresce capim nem nada. Eles chegam no mato e fazem uma clareira pra fazer o culto deles lá. O IBAMA tinha que tirar uma área então, pra botar pra afro-brasileiras, candomblé, umbanda e pra evangélico. Cria um espaço e diz “só pode botar aqui; se botar pra lá, vai ser penalizado”. Aqui pra esse lado da serra tem um lado imenso também que desmataram pra fazer esse tal de monte...”

De fato, a solução apontada pelo entrevistado já vem sendo discutida em âmbito estadual, na elaboração, pelo Instituto Estadual de Florestas (IEF), do Sistema Estadual de Unidades de Conservação, que prevê, no processo de zoneamento das UCs, a criação de “zonas de relevante interesse do sagrado” com participação dos conselhos gestores no processo de demarcação destas áreas.

Outros conflitos envolvendo as unidades de conservação, apontados sobretudo pelas ONGs e pelo IBAMA, se referem à caça, à extração de produtos vegetais, ao desmatamento, às queimadas, à presença de areais e lixões clandestinos (no caso da Prefeitura de Petrópolis) e invasões promovidas por instituições privadas.

“Há muita agressão na reserva na questão do palmito”.

“É o desmatamento da Estrada de Madureira, da serra, essas queimadas, não tem uma prevenção. Tinha que ter uma proteção a nível de Estado. Ali é um parque ecológico, mas ele não é bem cuidado”.

“Todo mundo sabe que tem caçadores em Tinguá. Se a gente faz um bom curso pra eles, eles dariam ótimos ambientalistas, se comessem a ganhar alguma coisa, acho que a maioria aceitaria. Tem uma trilha dos caçadores em cima da nossa área, eles respeitaram a nossa área, mas tem lá em cima”.

“Eu sei que existe muito caçador em Tinguá. (...) Tem aqui um outro problema que é bem grande e que é difícil de lidar, até por questões financeiras, porque eles são muito ricos, são os donos de areais”.

“O próprio Fluminense tem uma concentração em Xerém e fez um desmatamento de uns 3 hectares, tirou espécies vegetais numa área bastante significativa no entorno da reserva. A gente teve que notificar, embargar e multar”.

Os motivos dos crimes cometidos rendem certa polêmica, pois alguns apontam os problemas sociais locais como impulsionadores, outros indicam uma questão cultural e até mesmo “vício”. A divergência de opiniões se dá inclusive dentro do IBAMA, responsável pela gestão da REBIO Tinguá, onde o atual e a antiga gestora têm concepções diferentes sobre o mesmo problema.

“A gente tem uma interpretação de que a questão dos caçadores e palmiteiros não são um caso de polícia apenas, é muito mais uma questão social. Se a gente ofertar alguns produtos que a sociedade comumente tem acesso, a gente vai diminuir esse problema da caça e do palmito com certeza” (IBAMA).

“Nós não somos a favor do cara cortar palmito, mas a gente vê o lado social também. O cara às vezes vai cortar um palmito, vai matar um bicho porque não tem o que comer, e os ecoburros daqui não criam uma alternativa” (movimento social).

“Muita gente dizia que era pelo estado de pobreza. Não acho que seja só isso, não, era vício também. Uma vez conseguimos pegar um passarinho e ele disse ‘nunca trabalhei, porque vou trabalhar agora?’. Lá levamos ele pro delegado da Polícia Federal e é claro que lá ele se transformou num pobre coitado... O pessoal fala muito de cultura, mas a gente vive num mundo que os meios de comunicação tão chegando...” (IBAMA).

“Aqui, culturalmente, tem pessoas que gostam da prática de criação de pássaros” (movimento social).

Conflitos importantes causados por determinações do poder público também rendem bastante polêmica, como no caso da instalação do aterro sanitário em Adrianópolis. Neste caso, há o auge da divergência de opiniões, pois, para ONGs e poder público, a questão se resume à técnica empregada, enquanto que, para a federação de associações de moradores, o conflito envolve uma questão distributiva. A luta, que começou na tentativa das ONGs de

barrar a instalação do empreendimento no local (pela proximidade com a REBIO Tinguá), no momento pós-instalação envolve apenas as comunidades locais, no sentido de reivindicar compensações sociais:

“A comunidade do entorno do aterro reclama que nunca tiveram nada. Não teve um benefício de saneamento... A gente acha que tinha que ter uma compensação. Já que aquela região ganhou um aterro sanitário, tinha que ter um desenvolvimento a nível social, de melhoria de qualidade de vida. A gente sabe que o aterro não é essa coisa, traz seus benefícios, mas tem alguns problemas, até porque foi colocado com algumas facilidades”

O conflito que envolve a implantação do Arco Metropolitano, que prevê diversos impactos negativos em áreas como a de Vila de Cava, onde se localiza o assentamento da Fazenda São Bernardino, é mais um exemplo de conflito motivado por um projeto financiado pelo poder público. Neste caso, no entanto, não se reivindicam compensações, mas sim a assunção e a manutenção da área rural naquele local. Como anteriormente analisado, a área rural não determina apenas um local de produção e moradia, mas também um modo de vida que não se quer perder. Este caso evidencia que nem todos os discursos utilizados pelos excluídos enfocam a questão econômica, como afirma Alier:

“Nos conflitos ecológicos distributivos, os pobres, ao mesmo tempo em que não reivindicam ser ecologistas, são expoentes da conservação dos recursos e de um ambiente limpo em muitos contextos. (...) Os pobres possuem melhores possibilidades de defender seus interesses no campo do não-econômico. Eles podem utilizar o discurso da compensação econômica. Porém, eventualmente apelam para valores não-econômicos disponíveis em seus repertórios culturais. Observa-se que os conflitos conquistam expressão através de muitos discursos. Neste conjunto, o referente à valoração econômica dos danos representa somente um dos discursos disponíveis” (Alier, 2007: 16).

Por fim, outro conflito marcante que polarizou sociedade e poder público foi o caso do Plano Diretor de 1997, que extinguiu áreas rurais, provocando diversos prejuízos às comunidades rurais. Para o governo, a transformação do município em área urbana representava uma forma de desenvolvimento e uma nova fonte de arrecadação. Para as comunidades, no entanto, o ato significou o início de uma era de invisibilidade política e impossibilidade de produção, como evidencia a declaração:

“Teve problemas sérios: um produtor foi procurar financiamento pra plantar banana e a pessoa conseguiu tudo legal com o banco, mas em documento da EMATER dizia que em Nova Iguaçu não tinha área rural, por isso perdia o financiamento. Agora melhorou, embora não haja ainda uma secretaria de agricultura, o que é uma pena”.

Assim, pode-se observar uma série de conflitos socioambientais originados tanto por ações individuais quanto por atividades de empresas e pela ausência do Estado. Neste sentido, é necessário atentar para a gravidade dos conflitos de acordo com os atores envolvidos e sua distribuição espacial. A escala de destruição gerada pela atividade de uma pedreira ou um areal é quase incomparável com o impacto individual de jogar lixo na rua. Isso não significa que uma atividade seja mais ou menos “correta”, mas sim que, entre duas ações cujas amplitudes de impacto socioambiental apresentam tamanha disparidade, a prioridade de enfrentamento deveria ser estabelecida de acordo com a gravidade, e não com a facilidade no desenvolvimento de ações direcionadas a atores específicos. No entanto, ressaltamos que a gravidade destes conflitos também aponta para a importância da atuação efetiva do Estado na fiscalização da atuação das empresas e na educação da população, assim como no desenvolvimento de políticas ambientais que considerem as suas dimensões “sociais”: do saneamento, da habitação e do apoio à produção rural, entre outros.

4.3.3 – Envolvimento em conflitos e estratégias de enfrentamento

Se, no nível do discurso, as entidades identificam variados conflitos e fazem muitas críticas às empresas e à administração pública, na prática, o que se verifica é que não há tantas ações concretas de enfrentamento fora do plano individual. Como veremos, exceto ações judiciais isoladas e algumas manifestações públicas, os movimentos sociais e as ONGs não costumam se inserir a fundo nos conflitos, assim como a Igreja Católica. A responsabilidade pelo solucionamento dos conflitos costuma ser conferida de forma desordenada aos órgãos públicos, que comumente utilizam o discurso do consenso.

Entre os movimentos sociais de base, a Associação de Lavradores da Fazenda São Bernardino, que se encontra envolvida em diversos conflitos devido à falta de investimento do governo na área de saneamento e também oriundos da construção do Arco Metropolitano, realiza reuniões com órgãos públicos buscando solução para problemas como o da dragagem, mantendo contato freqüente com a Prefeitura Municipal, com o INCRA e com a UNACOOOP (União de Associações e Cooperativas de Pequenos Produtores do Estado do Rio de Janeiro). A associação nunca se envolveu em conflitos explícitos com empresas, havendo somente o relato de ligações clandestinas de água feitas pelos moradores em dutos da CEDAE que passam pelo assentamento, em resposta à falta de abastecimento nas residências. Há também conflitos com o “meio ambiente” (IBAMA) devido à supressão de mata pelos assentados,

havendo o pensamento de que o órgão ambiental não deve multar, mas educar para que novas infrações não sejam cometidas diante do desconhecimento da legislação ambiental.

A Associação Camponesa de Marapicu, envolvida em conflitos pela posse da terra e pelo direito à produção rural, utiliza a pressão política como estratégia de enfrentamento, freqüentando reuniões dos conselhos municipais e audiências públicas, onde sua líder expõe a situação por que passam. Foi por meio deste tipo de pressão, que envolveu também manifestações em frente à Prefeitura Municipal, que as associações rurais de Nova Iguaçu conseguiram reverter a exclusão das áreas rurais do município na revisão do Plano Diretor. Além disso, a associação tem forte relação com órgãos como o EMATER e com instituições religiosas, de quem recebem apoio logístico para entrar com ações judiciais. Para a líder da associação, no entanto, o maior apoio vem dos próprios agricultores, que não abandonam a luta pela terra, tentando manter a tradição rural em uma área que vendo recebendo grande pressão urbana.

“Então estamos conscientes, são poucos os que estão lutando, trabalhando em cima disso aqui, dando apoio, porque o melhor apoio é que eles estão aqui trabalhando a terra. Muitos abandonaram, só voltam pra ver se a terra tá aí, mas plantando, investindo, apostando que vai ganhar são poucos. Mas esses poucos são os que dão a sustentação e é daí que vai vir a nossa vitória. Não é a vitória da Auxiliadora ou do Luiz Fernando, mas é a vitória do José Francisco, do Misael, do Julio, da Rita que estão aqui criando filhos e netos e sobrevivendo disso aqui”.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), assentado em Parque Estoril, enfrentou grandes conflitos com o Governo Estadual no processo de mudança de Santa Cruz para Nova Iguaçu, em uma situação que envolvia o direito de posse e uso da terra, que acabou sendo cedida à ThyssenKrupp para construção da CSA. Após a mudança compulsória do MST para o município, no entanto, não houve conflitos explícitos com poder público municipal, empresas ou comunidades. O impedimento à produção atualmente decorre da falta de incentivos para a produção agrícola, da área insuficiente para o assentamento das famílias e da natureza do terreno ocupado, muito pedregoso devido à proximidade com os morros. Este fato não é identificado como um “conflito”, pois não envolve sobreposição de interesses, mas certamente é uma grave situação a ser enfrentada pelo movimento, decorrente da omissão do Estado ao não proporcionar condições adequadas de trabalho aos pequenos produtores rurais.

O conhecimento sobre outros conflitos ambientais do município ainda é considerado insuficiente para propiciar uma ação efetiva por parte do movimento, que não mantém relação

direta com ONGs e empresas privadas, tampouco de enfrentamento. Considera-se ainda que não há condições de um único movimento, como o MST, lutar contra a atividade de empreendimentos de grande porte, como as pedreiras e os areais que identificam como conflitos da região. Entretanto, destaca-se que a população local é consciente sobre os problemas ambientais, por isso haveria resistência no caso de um empreendimento potencialmente impactante quisesse se instalar na área.

“Não, nenhuma [relação], nem de enfrentamento. Porque eu mesmo, que sou uma pessoa sempre por dentro das questões que o MST trabalha, sei que a gente não tem muita informação sobre essa coisa dessas empresas poluidoras, a gente não é muito conhecedor de como essas empresas atuam, quem são, de onde veio, qual crime estão cometendo”

“Eu lembro que há algum tempo houve alguns problemas com essa pedreira, ela foi parada, ela teve que encerrar as atividades, mas depois de um tempo ela voltou a funcionar, a prefeitura liberou. Então fica difícil você fazer uma briga com uma empresa sendo que ela tem a concessão da prefeitura e tudo mais, você precisaria conhecer bem a atividade dessas empresas, como elas estão trabalhando e ser conhecedor do crime também que elas tão cometendo pra poder fazer alguma coisa. É uma coisa que a gente não conhece...”

“São muitos [areais] e têm muito poder, então é difícil brigar contra uma pessoa dessas. Se você conseguir embargar um areal desses, pode ter certeza que a sua vida também tá correndo risco e bem grande, então é muito difícil encontrar apoio pra lutar contra uma empresa desse porte. E só nós, do MST, somos muito poucos pra estar lutando contra uma empresa desse porte”.

“Existe uma certa resistência da população em geral de que venham certas empresas grandes pra cá. As pessoas têm consciência quanto à questão ambiental, então pra trazer uma empresa grande, poluidora, não vai ser tão simples”

Enquanto as associações mais antigas, que tiveram suas histórias marcadas pela luta por reforma agrária, desenvolvem estratégias de enfrentamento tradicionais dos movimentos de base (reivindicação de políticas públicas e acionamento judicial em casos mais extremos), a Associação de Produtores Rurais de Tinguá acredita que a melhor forma de enfrentamento dos conflitos sociais está na realização de projetos de geração de emprego e renda, por isso desenvolve parcerias com ONGs como a Onda Verde, como no caso do projeto Palmito Legal. Para a associação, apenas a geração de alternativas econômicas pode diminuir a pressão de caçadores e palmiteiros na REBIO Tinguá. Assim, no enfrentamento destes conflitos, seria mais importante gerar empregos do que investir em repressão. A própria criação da associação vem desta delimitação de uma estratégia de enfrentamento, que

identifica que os conflitos têm uma base social. Em uma declaração polêmica, há a sinalização de que a falta de empregos cria condições para o aumento da violência, que poderia ser maior caso a reserva não oferecesse oportunidades, ainda que ilegais, de renda.

“Eu, em reunião pública, falo: eu prefiro o cara caçando do que roubando a minha casa. Então arruma um emprego pro cara. Porque o cara tá lá com 3, 4 filhos passando fome e não tem emprego, eu prefiro ele lá cortando um palmito do que invadindo a minha casa. Isso vem de pai pra filho... Tem que educar o cara, e não reprimir, entendeu?”

Assim, muitos projetos alternativos de geração de trabalho e renda são pensados e divididos nas reuniões com os pequenos produtores rurais que compõem a associação. Há ainda críticas ao enfrentamento baseado na repressão, praticado por ONGs e por fiscais do IBAMA.

“Pra ser uma alternativa, pra comercializar o palmito barato pras pessoas, que muitas vezes vão lá cortar o palmito não porque são criminosos, mas porque não têm alternativa de trabalho aqui. A gente defende que o IBAMA, a ecologia, tem que resgatar esse tipo de coisa pra pessoa não ir lá cortar: incentivar reflorestamento, plantio de palmito-pupunha...”

“Aqui é uma região ecológica, mas pode, por exemplo, se o cara criar ecologicamente correto o porco-do-mato, a capivara, pode fortalecer o comércio aqui pra trazer renda, trazer pessoas pra cá e em vez de comprar uma paca de um cara que foi buscar lá do mato, ele vai comprar uma coisa criada em cativeiro, barata e vai comer em restaurante. Toda uma alternativa, não é pra ficar enchendo o saco do cara”.

“Eu acho que não pode ficar com essa coisa de meio ambiente pra atrapalhar. Não vamos infringir a lei, mas o meio ambiente não tá aí pra atrapalhar nada. Por exemplo, não luta pela água pra milhares de pessoas beberem água tratada, aí um garotinho que tá com um alçapão, você vai e esculacha o cara? Aí não pode...”

“A prefeitura montou uma brigada, e os caras da brigada são os caras da ONG, dá uma salário pro cara... mas eu sei que eles não iam tomar conta como os caras lá [caçadores]. Por que não colocam os caras então? Eles é que conhecem tudo lá...”

A Federação das Associações de Bairro de Nova Iguaçu (MAB) atua sobretudo em conflitos que envolvem a falta de políticas públicas de habitação e saneamento, exercendo ações de reivindicação e proposição. Além disso, o MAB “ocupa espaços públicos”, conforme jargão exaustivamente utilizado, e participa de diversos conselhos municipais.

“É mais em cima de reivindicações mesmo e de propor. Uma proposta que você dá pode virar uma demanda, até um projeto através dos órgãos

competentes, dentro do governo municipal ou mesmo o estadual. A federação mesmo não tem projeto específico”

“Nossa função é fiscalizar mesmo, se fizer alguma coisa errada a gente vai pra rua.. Há muito tempo a gente não faz uma passeata, um ato de mobilização, é mais as coisas pequenas a gente tá articulando. Porque hoje você tem os conselhos, é um meio de você estar em locução com o poder público”

Em relação aos conflitos urbanos provocados por empresas, o MAB atua participando de fóruns de discussão, mas não há uma ação direta de enfrentamento.

“Sempre houve uma barreira muito grande através dos moradores, dos trabalhadores que perderam seus empregos... Mas o MAB tava ali, participando do fórum de discussão, mas não que fosse uma idéia fixa nossa de fechar a pedreira, mas a gente sempre participou dessas lutas também”

Entre as ONGs, a Onda Verde não faz enfrentamento com empresas e poder público, mas busca parceria para implementação de projetos ambientais. No caso da pedreira Vigné, conforme relatado por seu consultor, a entidade buscou incentivar os esforços realizados na área ambiental, emitindo um certificado de congratulações. Para a Onda Verde, a melhor forma de enfrentamento é por meio da educação ambiental dos indivíduos, especialmente crianças em idade escolar, buscando resultados a longo prazo. A entidade também atua em projetos de geração de trabalho e renda em Tinguá, trabalhando junto aos produtores rurais. Seu discurso é de consenso, ao que seu líder atribui o fato de nunca ter recebido ameaças como ambientalista.

“A Onda Verde não tem a verdade absoluta, o que nós temos é consciência que nós devemos através da nossa educação ambiental, da nossa filosofia e projetos, minimizar ao máximo o impacto que nós, seres humanos, causamos”.

“Nunca sofri ameaças, nunca me meti na vida de ninguém! Por que eu vou ser ameaçado? Eu não prendo ninguém, não sou polícia, não invado fábrica de ninguém, não invado a reserva... Faço meus projetos de educação ambiental, tenho uma ONG super organizada... por que alguém vai vir me ameaçar? Eu sou um pacifista...”

O GDN se autodefine como uma “ONG de militância”, tendo sua atuação baseada em reivindicações, ações no Ministério Público, denúncias, fiscalização e, atualmente, projetos com a Prefeitura e o IBAMA. Participa fortemente de discussões da APEDEMA e faz parte do conselho consultivo da REBIO Tinguá. Sua estratégia de enfrentamento inclui também a fiscalização do trabalho do IBAMA, exercendo pressão sobre os gestores para que os crimes ambientais sejam coibidos. Em relação a conflitos envolvendo instituições privadas, a

entidade atuou no caso da instalação do aterro sanitário em Adrianópolis e de sítios da região do Tinguá, fazendo pressão no processo de licenciamento dos empreendimentos. Sua atuação em relação aos conflitos envolvendo a comunidade é criticada por algumas instituições, pois o enfrentamento dos conflitos se basearia na repressão. Por este motivo, a ONG é considerada uma representante de uma moral ambientalista (“os ambientalistas cuidam do meio ambiente, certo?”), mas não de uma base popular.

“O GDN não vive pra captar recurso: ele vive pra fazer política pública, pra militar, pra propor a defesa do ambiente. (...) A gente atua em Nova Iguaçu propondo o melhoramento da legislação de meio ambiente, fiscalizando a atuação administração dos órgãos...”

A ONG UBEM atua fundamentalmente na educação ambiental doutrinadora, realizando eventos e palestras em escolas. Em conflitos relacionados a empresas, a entidade não costuma atuar. No único caso relatado, envolvendo a pedreira Vigné, fica claro que o “enfrentamento”, se pode ser chamado desta forma, envolve uma prática que não vai de encontro à atividade da mineradora, mas cria um projeto de mitigação dos impactos na Serra de Madureira (Serra do Vulcão), onde ocorre a exploração de brita. No caso, ao perceber o impacto da detonação de explosivos da pedreira em um prédio próximo, elaborou um projeto chamado “Vulcão verde: quem planta, colhe”, cujo objetivo era plantar árvores frutíferas na Serra do Vulcão. Isso, segundo o líder da ONG, traria o turismo para a região e poderia gerar o desenvolvimento comunitário (“o menino precisaria estudar pra saber inglês e espanhol, o pai dele teria um jipe lá embaixo pra levar os turistas...”). A ONG, portanto, não desempenha um papel de enfrentamento, mas também de mitigação de impactos.

O GEHNat, por ser uma ONG muito recente, ainda não tem clara a delimitação de suas estratégias de enfrentamento, mas considera que a informação é fundamental: “eu acho que, à medida que você fala, as pessoas amadurecem...”. Sua atuação se baseia fundamentalmente em projetos, mas também em “ação propriamente dita, de mobilização, participação social nas políticas ambientais da região”. Um processo contra a CEDAE em conjunto com uma associação de moradores, no caso da falta de abastecimento d’água em um trecho do bairro K11, onde se localiza a sede da ONG, é o exemplo mais concreto desta forma de enfrentamento que busca a mobilização social. A relação de enfrentamento com as empresas não é feita diretamente, mas definida da seguinte forma:

“Nosso posicionamento... a gente acha que... a gente pressiona o poder público a se fazer mais presente... a gente acha que é um problema muito

sério em que o gestor tem que entrar... não tem jeito, ele tem que entrar e fazer valer a ação deles no município”.

Para fortalecer a luta ambientalista, a proposta feita é a criação de um fórum que congregue todas as forças ambientais em nível de Baixada ou de Nova Iguaçu com o objetivo de “propor coisas, fazer pressão para que as ações de fato existam”. Não fica claro, entretanto, se é possível que entidades de perfis tão diferentes estejam dispostas a se unir para fazer esta pressão.

“Primeiro que eu acho que aqui na nossa cidade, ela tem uma grande necessidade de um fórum de discussão ambiental pra medir força com o poder público nas ações. No dia que houver um fórum ambiental aqui, que passe a emitir documento, acho que as coisas vão mudar aqui”

O DAMGEMT, como o GEHNat, é uma entidade de origem muito recente. Sua criação como pessoa jurídica se relaciona à necessidade de entrar com ações judiciais e desenvolver projetos: “nós criamos a instituição pra ter pessoa jurídica, CNPJ, poder entrar com ações no MPE, MPF, e a busca de projetos também”. Suas principais atividades no momento têm se concentrado na participação em conselhos de unidades de conservação e conferências, apadrinhada por entidades ambientalistas mais antigas, como o GDN, entidade da qual é suplente no conselho consultivo da REBIO Tinguá. Entre os atos explícitos de enfrentamento de conflitos, há o relato de manifestação contra a pedreira Vigné. Nesta e em outras ocasiões, a entidade utiliza a mídia para divulgar suas lutas. Outras manifestações foram realizadas, especialmente exigindo o cumprimento da legislação ambiental em Tinguá e na APA do Gericinó-Mendanha.

“Dia mundial do meio ambiente, na REBIO de Tinguá quando o Márcio das Mercês foi retirado de lá, depois fomos pra sede do IBAMA na Praça XV, várias matérias no Mendanha cobertas pela Globo, SBT, Record... Aqui no Mendanha especialmente pelo crescimento urbano desordenado, as casas que estão invadindo a reserva, o gado, as queimadas, os evangélicos que estão subindo e criando vários morros de oração e acabam matando animal silvestre, cortando árvore, escrevendo na árvore... Tem muito conflito, eles vêm de longe... Todas essas ações nos levam a ir pra rua. Pra que ir pra rua? Expor aquilo pra sociedade, fazer com que a sociedade comece a reivindicar, parar de só reclamar... É mostrar que nós não estamos alheios a isso, imunes a isso, queremos mudanças e fazendo com que as pessoas também vejam isso”.

Tais manifestações, quando utilizam um discurso de enfrentamento inadequado, podem não receber o apoio devido, por não haver identificação popular com a causa. O DAMGEMT

não tem uma base popular e seu discurso também se baseia na moral, inclusive quando crítica a prática de outros grupos sociais, como os evangélicos, cuja luta seria individualista, e não coletivista como a do ambientalismo. Muitas críticas são feitas ao poder público, sobretudo à atuação do IBAMA e da Prefeitura Municipal, mas com as empresas busca-se uma relação de parceria em projetos, como no caso das empresas de ônibus.

“As empresas de ônibus poluem pra caramba... As empresas têm percebido que com a adequação ambiental ela ganha e muito financeiramente com ISO 14.001, isenção de imposto... O gasto na manutenção é muito menor do que o gasto poluindo. Tamos com a idéia de produzir um material e ir nas empresas de ônibus buscando parceria, primeiro pra mostrar pro passageiro pra não jogar lixo pela janela e conversar com os empresários o quanto ele ganha com manutenção do bico injetor”.

Em grandes empreendimentos federais, como o Arco Metropolitano, a crítica feita não cita qualquer relação com as comunidades atingidas, mas sim quanto à parte técnica, afirmando que haverá lançamento de material particulado na atmosfera, portanto o ideal seria o investimento em ferrovias, e não rodovias. O fato é que essa mudança não traria qualquer mudança quanto ao objetivo do Arco Metropolitano, nem relativo aos beneficiados ou prejudicados pelo empreendimento, como os agricultores de Vila de Cava e Campo Alegre, entre outras regiões rurais do município. Na crítica feita, não há qualquer menção ao objetivo do projeto, que beneficiará sobretudo o escoamento da produção das indústrias da região e prejudicará fortemente algumas comunidades rurais “invisíveis”. No entanto, apesar de todas as críticas técnicas e gerenciais às empresas e ao poder público, afirma-se que o mais importante é que mude “na cabeça das pessoas a concepção ambiental”:

“Se as pessoas aqui priorizassem a questão ambiental, elas iam ganhar muito: em qualidade de vida, condição financeira, as pessoas viriam aqui visitar... (...) As pessoas aqui não gostam de Nova Iguaçu. Falta começar a amar tudo isso”.

O CAMPO, criado por um ex-jesuíta católico de origem belga, não tem práticas de “enfrentamento”, mas apenas proposições relacionadas à geração de trabalho e renda para jovens em nível local. Isto se deve também à sua prática principal, relacionada à capacitação profissional. A ONG nunca se envolveu em conflitos com empresas, tendo sua atuação bastante restrita ao bairro de Tinguá, onde fica sua “pousada ecológica”. O CAMPO participa também de reuniões do conselho consultivo da reserva como RPPN e oferece cursos à

comunidade. Sua busca por unir a geração de emprego com a nova prática na área ambiental aponta para dois caminhos: a capacitação em paisagismo e jardinagem ou a formação de guias de turismo. Ambas as iniciativas esbarram em problemas: a primeira, na falta de mercado para a profissão, especialmente na Baixada Fluminense; a segunda, no fato de a REBIO Tinguá ser uma unidade de conservação de proteção integral, onde a entrada de visitantes é proibida (a entrada em reservas biológicas só é permitida para fins científicos e sujeita a prévia autorização do gestor). Assim, a prática ambientalista da ONG ainda é bastante restrita à administração de sua pousada, cuja área ocupada conta com trilhas ecológicas utilizadas para atividades de educação ambiental conservacionista.

A atuação da FASE, cuja origem também é ligada à Igreja Católica, é bastante distinta das outras ONGs, pois sua prática ainda é muito atrelada aos movimentos de base (movimentos sociais, movimento negro, associações de moradores, sindicatos etc.), com as quais existe uma “parceria política”. Não sendo uma entidade ambientalista *stricto sensu*, mas de cunho essencialmente social, a FASE não apenas atua como estimula a explicitação dos conflitos socioambientais. Sua luta por sustentabilidade passa pela luta pelo direito às cidades (“nossa inserção parte muito mais dessa luta pelo direito às cidades, das políticas urbanas, pensando a sustentabilidade ambiental na cidade como um tema relevante”), por isso a ONG não atua em projetos pontuais nem em parceria com empresas (seu financiamento é proveniente sobretudo de fundações). Para a FASE, a luta por sustentabilidade não se dá através de projetos, mas por meio do desenvolvimento de políticas públicas, inclusive relacionadas à habitação e saneamento ambiental. O envolvimento em conflitos em Nova Iguaçu não é freqüente, inclusive porque não há uma atuação específica na área ambiental, mas em um diagnóstico participativo, a entidade ajudou a mapear diversos conflitos relatados por moradores da região. Além disso, desde de 1999 a ONG, através de seu Programa Observatório das Metrôpoles (em parceria com o IPPUR/UFRJ), realiza o "Programa Interdisciplinar Políticas Públicas e Gestão Local - curso de capacitação de agentes sociais e conselheiros municipais". A FASE oferece ainda outros cursos em municípios da Baixada:

“Agora estamos dando um curso em quatro municípios da Baixada sobre como construir planos municipais de saneamento ambiental – trabalha metodologias e instrumentos pra construção desses planos inspirados nas diretrizes desses planos diretores e tentando melhorá-las também. Tem uma discussão muito clara em termos do que você quer pra sustentabilidade ambiental do município, através de uma política que é fundamental pra organizar o território, pra garantir salubridade, que é o saneamento...”

Conforme divulgação institucional, são considerados como critérios de escolha dos participantes a vinculação com organizações sociais; 20% vagas são destinadas a gestores/as relacionados a conselhos setoriais de políticas públicas; distribuição equânime entre municípios da Baixada; destinação de 10 vagas para participantes do município do Rio de Janeiro; e atenção ao equilíbrio nos critérios de gênero e de etnia, o que demonstra que a FASE busca descentralizar a participação de técnicos e “especialistas” na construção das políticas públicas.

Em nível nacional, a ONG se envolve em diversos conflitos de grande repercussão, utilizando mídias alternativas para divulgá-los. Para se ter uma idéia da magnitude das ações de enfrentamento da ONG, um dos casos em que a FASE está envolvida atualmente está relacionado ao conflito que envolve uma empresa multinacional de papel e celulose e populações tradicionais no Espírito Santo, havendo grande pressão em nível nacional e internacional para que haja a devolução de terras apropriadas pela empresa para as populações indígena e quilombola. O conflito envolveu, no Brasil, o Ministério da Justiça, a FUNAI e o BNDES, e, no exterior, grandes acionistas da empresa, inclusive a família real da Suécia (JORNAL SÉCULO DIÁRIO, 2006), que optou por se desfazer das ações da empresa.

Já a Igreja Católica, como instituição, não se envolve diretamente nos conflitos ambientais, mas oferece apoio logístico para as lutas das associações de moradores e dos produtores rurais. Assim, não se pode falar em uma ação de “enfrentamento” de conflitos neste momento, ainda que historicamente a Igreja tenha uma atuação progressista em Nova Iguaçu.

Entre as instituições governamentais, a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e a Câmara Municipal, representada pelo vereador Fernando Cid, sustentam discursos que representam a política do consenso, evitando o envolvimento em conflitos (“é muito bom você trabalhar essa questão do conflito ambiental mais no diálogo”) e se limitando ao controle ambiental da atividade das empresas, previsto em lei. A concepção da questão ambiental é sobretudo técnica, não havendo menção às desigualdades na distribuição de danos ambientais. Ambos promovem um discurso de parceria com empresas, pensando a degradação ambiental especialmente em nível individual. Busca-se também potencializar iniciativas de geração de emprego e renda como forma de combate aos conflitos ambientais, evidenciando que o foco está nos indivíduos. O IBAMA busca uma maior aproximação com as comunidades, participando diretamente do conflito que envolve o abastecimento de água na comunidade da Biquinha, localizada no entorno da REBIO Tinguá, com a elaboração de um projeto que foi posteriormente apresentado à Petrobras para financiamento (o projeto acabou não aprovado).

No caso do aterro sanitário de Adrianópolis, o órgão deu parecer contrário à sua instalação, mas não pôde impedi-la devido à decisão judicial. Atuou ainda em outros grandes conflitos que envolvem a reserva, como no caso do lixão de Petrópolis e da supressão de mata pelo Fluminense, em Xerém, aplicando multas e desapropriando áreas. Vale ressaltar que estes relatos vão de encontro a declarações de algumas entidades ambientalistas, que acusam o órgão de não coibir a ação de grandes degradadores, mas apenas de “pequenos”, como passarinhos.

Como análise geral, não se pode negar que a atuação da FASE é uma exceção entre as organizações não-governamentais. De forma geral, as ONGs não se envolvem em conflitos pois não são diretamente atingidas por eles, inclusive porque seus militantes não necessariamente moram no lugar em que atuam. As ONGs, ao contrário dos movimentos sociais, não representam uma base popular, por isso não têm compromissos sociais e só se envolvem em conflitos quando é de seu interesse. Estes interesses comumente são muito mais relacionados àqueles que envolvem a sustentabilidade da instituição do que aos interesses da população ou à luta pela sustentabilidade socioambiental (em um contexto mais amplo que a sustentabilidade ecológica, por englobar a dimensão das desigualdades). Como afirma Dagnino:

O predomínio maciço das ONG, expressa, por um lado, a difusão de um paradigma global que mantém estreitos vínculos com o modelo neoliberal, na medida em que responde às exigências dos ajustes estruturais por ele determinados. Por outro lado, com o crescente abandono de vínculos orgânicos com os movimentos sociais que as caracterizava em períodos anteriores, a autonomização política das ONG cria uma situação peculiar onde essas organizações são responsáveis perante as agências internacionais que as financiam e o Estado que as contrata como prestadoras de serviços, mas não perante a sociedade civil, da qual se intitulam representantes, nem tampouco perante os setores sociais de cujos interesses são portadoras, ou perante qualquer outra instância de caráter propriamente público. Por mais bem intencionadas que sejam, sua atuação traduz fundamentalmente os desejos de suas equipes diretivas (Dagnino, 2004).

A atuação das ONGs como prestadoras de serviço acaba por legitimar a ausência de políticas sociais por parte do Estado, que substitui esta responsabilidade constitucional pela concentração de esforços na área econômica. As atribuições do Estado no trato com as comunidades rurais ficam a cargo de projetos das ONGs financiados por recursos públicos, mas que não contam com o acompanhamento devido de seus resultados e deslocam a cobrança do Estado para estas instituições flutuantes.

Embora os movimentos sociais entrevistados não sustentem um discurso “socialista” *stricto sensu*, reconhecendo a importância do mercado e até mesmo buscando sua inserção nele (caso das associações, que lutam para que haja condições de produção suficientes para poder brigar por um “espaço no mercado”), as ONGs, em parceria com o poder público, são claramente as entidades que acabam por percorrer um caminho mais benéfico ao capital. Observa-se um comportamento esquizofrênico das entidades ambientalistas quando se percebe a adequação de discursos reivindicativos e práticas moderadas: ora a ONG reivindica ao Estado o que é de direito da sociedade⁸, ora se oferece para realizar os serviços que o Estado não tem disponibilizado para a sociedade, em forma de projetos locais “demonstrativos”. O problema é que estes projetos, depois de finalizados, não são incorporados como políticas públicas, permanecendo como experiências pontuais que não serão reproduzidas. Esta contradição entre discurso e prática das ONGs nos faz reportar ao chamado “jogo da mitigação ambiental”:

Nessa perspectiva, os agentes do campo da política ambiental terminam por promover o consenso de que a dinâmica do jogo que nele se joga deve estar limitada, por um lado, pelo cuidado em não obstaculizar os interesses da acumulação e, de outro lado, pela necessidade, para a própria sobrevivência do campo e dos proveitos que ele oferece aos seus agentes, de obter “mitigações ambientais”. É precisamente nestes termos que os agentes podem se legitimar apresentando, à sociedade e a si mesmos, uma imagem do campo da “política ambiental” como um jogo sério e responsável, no qual os cuidados com a “defesa do meio ambiente” como um “bem público” não se curvam mecanicamente aos “interesses econômicos” mas também não obstaculizam “irresponsavelmente” (CARNEIRO, 2005).

Por outro lado, ainda que de maneira inconsciente, os movimentos sociais, por reivindicarem a manutenção de suas áreas e seus modos de vida – que vão de encontro à pressão pela produção intensiva – acabam por representar a real resistência à imposição do modo de produção capitalista. E, assim, a luta pela manutenção das formas tradicionais de produção em pequenas propriedades poderia ser entendida também como uma luta anticapitalista.

⁸ Segundo o Artigo 225 da Constituição Brasileira, todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

CAPÍTULO V – CONCLUSÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho fornece algumas respostas e suscita muitas indagações sobre o movimento ambientalista de Nova Iguaçu. Entre as respostas, a certeza de que:

1. Este é um movimento bastante politizado e próximo ao poder público, que, neste momento histórico, concede abertura para o diálogo e para a participação na construção de políticas;

2. Estes espaços abertos são ocupados principalmente por entidades que detêm o discurso autorizado, dado que, para ser aceita em um espaço público constituído, a instituição deve seguir a lógica daquele campo;

3. Este não é um movimento de caráter revolucionário, mas predominantemente reformista em sua atuação;

4. O ambientalismo de Nova Iguaçu, ao contrário do esperado, não é um movimento de pobres e excluídos, pois seus principais representantes pertencem e/ou reproduzem os discursos e interesses da classe média urbana;

5. Conseqüentemente, a atuação deste movimento não segue as premissas da justiça ambiental, não havendo uma luta no campo dos direitos da população tampouco um enfrentamento efetivo contra empreendimentos que causam conflitos em todas as regiões do município; e

6. Falta uma maior aproximação entre os movimentos de base e as ONGs para que o ambientalismo, enquanto luta, seja fortalecido em seus embates políticos a partir da reivindicação de benefícios sociais e da explicitação das contradições da política ambiental.

Outras questões foram verificadas, entre as quais:

Alguns ambientalistas de Nova Iguaçu, apesar de atuarem em uma cidade de grandes desigualdades sociais com uma elite muito pequena e concentrada em bairros centrais, mantêm um discurso pós-materialista próximo, embora não absoluto, do “preservar por preservar”. Isto significa que sua luta por preservação não está diretamente relacionada a questões básicas de sobrevivência e de geração de qualidade de vida, dado que não existe, para estas pessoas, uma dependência direta dos recursos naturais ou uma vulnerabilidade relacionada a más condições ambientais. Neste sentido, estas entidades reivindicam um maior investimento em fiscalização para as unidades de conservação, em muitos momentos

apelando para a beleza cênica destes locais. Vale destacar que esta importância dada à “beleza cênica” é um discurso típico da classe média, sendo um dos principais argumentos para a criação de unidades de conservação no Brasil, o que é feito dentro de uma lógica utilitarista e voltada para atender a parte da população urbana que quer e pode usufruir de um “momento de lazer” nas áreas naturais.

Fica claro que os esforços se concentram em locais de maior visibilidade, propícios a atividades de lazer e turismo (objetivo direto de algumas ONGs, como a CAMPO, e de representantes do poder público, como o vereador Fernando Cid e o secretário José Augusto Venda) que, certamente, também criam melhores condições de captação de recursos para projetos.

Por outro lado, algumas entidades, em especial os movimentos de base, apontam a importância da preservação ambiental para a promoção da saúde (MAB e Associação de Lavradores de São Bernardino), para a geração de emprego e renda (Onda Verde e Produtores de Tinguá) e/ou para possibilitar uma boa produção agrícola (Marapicu). Esse fato evidencia que muitos atores do ambientalismo iguaçuano mantêm uma visão da preservação calcada na realidade concreta, fruto da observação e da vivência.

A maioria dos entrevistados, contudo, tende a misturar os discursos materialista e pós-materialista. Um discurso oficial é repetido para se legitimar enquanto “ambientalista”, ou seja, aquele que conhece os termos corretos e tem conhecimento daquilo que as pessoas valorizam no movimento (ainda que esta percepção seja extremamente baseada no que é dito nos meios de comunicação e, portanto, reflitam a visão de uma pequena parcela da população que fabrica esta realidade, impondo valores de uma classe e de grupos sociais bastante restritos); outro discurso, baseado na vivência, é dito especialmente quando estes mesmos entrevistados encontram-se “encurralados” em questões mais objetivas. A diferença entre o discurso oficial e o discurso real, da vivência, da consciência e da observação da realidade, fica ainda mais explícita quando notamos a diferença entre aquilo que é dito quando perguntados sobre a questão ambiental (praticamente todos os entrevistados falam do fato de 2/3 do território iguaçuano ser coberto por florestas) e o que é dito sobre os problemas ambientais do município (a grande maioria se refere à falta de uma política da habitação e à falta de ordenamento territorial, que acabam por interferir na qualidade dos rios e do solo, além de gerar desmatamento nas encostas).

As ONGs, em determinados casos, ainda são vistas como um meio de **ascensão política** em nível local. Muitos entrevistados pertencentes a ONGs são ou já foram ligados a sindicatos e/ou partidos políticos. Isso tem várias explicações, afinal é comum que uma pessoa ligada à

política tenha como objetivo promover mudanças sociais. Não havendo lugar para mudanças dentro do partido, geralmente por questões burocráticas, é natural que haja a migração para ONGs, onde os processos são mais visíveis, dado que é possível realizar ações pontuais contando com financiamento de várias fontes. No entanto, é possível que o processo inverso também seja verdadeiro, isto é, que alguns militantes tenham feito das ONGs verdadeiros “trampolins políticos”, como afirmou a líder da Associação Camponesa de Marapicu quando diz que “as pessoas de ONGs sempre têm um pezinho na política”. Mesmo a participação constante de alguns militantes em determinados espaços públicos (conselhos, comitês ou conferências, nas quais são eleitos delegados) pode ser encarada como uma “ocupação de espaço”, uma forma de ganhar visibilidade e respeito dentro da luta política.

O orgulho da beleza das áreas naturais de Nova Iguaçu é fonte de contradições nos discursos dos ambientalistas. Isto, de certa forma, pode gerar uma prática mais preservacionista por parte das entidades, afinal ser preservacionista em um contexto global de exaltação da natureza é se sentir incluído, e essa inclusão é uma forma contemporânea de **diferenciação de classe**, pois ser preservacionista é se identificar com a elite. É nesse sentido que surgem frases como “as pessoas não têm consciência ambiental, por isso fazem queimadas na Serra de Madureira”, pois esta é uma forma de diferenciar culturalmente o incluído e o excluído do conhecimento. Esta diferenciação cultural é muito importante, visto que a diferenciação social daqueles que vivem em Nova Iguaçu, um local historicamente discriminado, muitas vezes é irrelevante.

O fortalecimento da auto-estima da população e o estabelecimento de uma **identidade** dos moradores com a cidade têm sido perseguidos como um objetivo central da política iguaçuana. É importante informar que o Plano Diretor do município, discutido de forma participativa, contava com um item específico sobre o aumento da auto-estima da população de Nova Iguaçu. Além disso, algumas ONGs (GEHNat e DAMGEMT), apesar de não fazerem disto um tema central das entidades, citaram em determinados momentos a questão do fortalecimento dos laços de identidade entre a população e seu território como algo relevante na construção da política ambiental. Para eles, a população não cuida pois não tem uma sensação de pertencimento ao local, o que poderia estar relacionado à sua origem como cidade-dormitório. Para o Poder Público, portanto, investir no fortalecimento de uma identidade baseada no orgulho das belezas naturais da cidade é um ponto estratégico para reforçar os cuidados da população com a cidade em que vive. Contudo, questionamos se o fortalecimento desta identidade local poderá produzir efeitos relevantes no que diz respeito à sustentabilidade ambiental, dado que, em um município tão desigual, nem toda a população

compartilha dos benefícios oferecidos pelas áreas protegidas, seja em relação à admiração da beleza cênica, em relação ao abastecimento de água ou em relação à distribuição dos recursos advindos do turismo.

O município de Nova Iguaçu demonstra grandes avanços no que diz respeito à **participação** da população na construção da política municipal. Um exemplo claro disso foi o processo de revisão do Plano Diretor Participativo (PDP) do Município, do qual tive a oportunidade de acompanhar algumas (das diversas) reuniões que ocorreram em vários bairros do município. Os debates finais foram realizados durante a 3ª Conferência das Cidades, em agosto de 2007, cujo tema era “Desenvolvimento Urbano com Participação Popular e Justiça Social”. É importante assinalar que muitos movimentos se fizeram representar nesta discussão, especialmente os agricultores, que debatiam o reconhecimento das áreas rurais do município após 10 anos de exclusão imposta. Se há um destaque negativo a ser feito sobre este processo, ele não se refere à iniciativa de abertura do poder público, mas à falta de participação efetiva de membros da “sociedade civil não-organizada”, isto é, cidadãos que não fazem parte de ONGs e movimentos sociais de base. Este fato é lamentável, pois gera, nestes espaços, uma repetição de membros que não representam a diversidade de opiniões e interesses presente em uma cidade de mais de 800.000 habitantes.

Outra constatação diz respeito à quantidade surpreendente de entidades da “sociedade civil” existentes no município, não apenas trabalhando a questão ambiental, mas envolvidas em diversas lutas, como o movimento negro, o movimento de mulheres, o movimento de produtores rurais, o movimento de associações de bairro, o movimento religioso, o movimento *hip hop* etc. Há também um grande número de ONGs, muitas de caráter assistencialista. A crítica a ser feita é relacionada ao pouco contato que estes movimentos têm entre si, embora esta afirmação seja baseada especialmente no caso do movimento ambientalista, que é bastante fechado mesmo entre as próprias entidades que o compõem.

Outra observação que poderia ser feita ao processo de participação da sociedade nos espaços públicos não pode ser comprovada nesta pesquisa, pois necessitaria de um melhor acompanhamento de reuniões de conselhos municipais e conselhos gestores de unidades de conservação, comitês de bacia e audiências públicas, entre outros. Esta crítica diz respeito à real “participação” da população nos processos decisórios enquanto controle social efetivo do Estado. Apenas duas declarações foram proferidas pelos entrevistados neste sentido: a reivindicação do MAB para que seja adotado o Orçamento Participativo⁹, criando condições

⁹ O orçamento participativo é um mecanismo governamental de democracia participativa que permite aos cidadãos influenciar ou decidir sobre os orçamentos públicos, geralmente o orçamento de investimentos de

de que seja feito o controle social da gestão e da distribuição dos recursos municipais, e o movimento criado por (poucas) ONGs para que os conselhos consultivos das unidades de conservação ganhem poder deliberativo. Estas demandas são embasadas na constatação de uma relação contraditória gerada pela abertura de espaços de participação e a falta de poder de decisão efetiva nestes espaços, que podem ser usados apenas para legitimar a constituição de um processo “democrático” que não passa de uma pequena e superficial abertura que ajuda a manter as relações de dominação de grupos historicamente excluídos das decisões políticas, como aponta Dagnino:

O processo de construção democrática enfrenta hoje no Brasil um dilema cujas raízes estão na existência de uma confluência perversa entre dois processos políticos distintos. De um lado, um processo de alargamento da democracia, que se expressa na criação de espaços públicos e na crescente participação da sociedade civil nos processos de discussão e de tomada de decisão relacionados com as questões e políticas públicas (...). De outro lado, com a eleição de Collor em 1989 e como parte da estratégia do Estado para a implementação do ajuste neoliberal, há a emergência de um projeto de Estado mínimo que se isenta progressivamente de seu papel de garantidor de direitos, através do encolhimento de suas responsabilidades sociais e sua transferência para a sociedade civil. Este projeto constitui o núcleo duro do bem conhecido processo global de adequação das sociedades ao modelo neoliberal produzido pelo Consenso de Washington. Meu argumento é então que a última década é marcada por uma *confluência perversa* entre esses dois projetos. A perversidade estaria colocada, desde logo, no fato de que, apontando para direções opostas e até antagônicas, *ambos os projetos requerem uma sociedade civil ativa e propositiva*. (...) O risco —real— que elas percebem é que a participação da sociedade civil nas instâncias decisórias, defendida pelas forças que sustentam o projeto participativo democratizante como um mecanismo de aprofundamento democrático e de redução da exclusão, possa acabar servindo aos objetivos do projeto que lhe é antagônico (Dagnino, 2004).

A discussão sobre participação não pode ser descolada de uma análise sobre a **representatividade** dos coletivos da sociedade civil presentes nos espaços públicos. Sobretudo porque o termo “sociedade civil” guarda uma conotação ideológica bastante complicada, dado que a sociedade não é homogênea ou neutra, como se buscou demonstrar na fundamentação teórica deste trabalho. Assim, associações que dizem representar a sociedade civil não representam uma entidade una, mas sim parcelas de um todo formado por diferentes classes, interesses e visões de mundo. Por este motivo, não se pode afirmar que as entidades pesquisadas representem os interesses da população da cidade, mas sim interesses de uma parcela desta população. O somatório dos interesses defendidos pelas associações civis é que

prefeituras municipais, através de processos de participação cidadã. Esses processos costumam contar com assembleias abertas e periódicas e etapas de negociação direta com o governo.

podem – ou não – criar condições de se estabelecer um ambiente realmente democrático e diverso, capaz de representar uma sociedade civil igualmente diversa e desigual. Nesta pesquisa, percebe-se em muitas falas que as lutas empreendidas pelas entidades são isoladas ou acompanhadas apenas por grupos parceiros, mas não se percebe uma maior interação com as comunidades. Diversas declarações até mesmo menosprezam a falta de interesse da população pela temática ambiental, sendo que as associações de moradores afirmam que, quando tentam se inserir nos espaços de debate, percebem-se isoladas por não sustentarem o discurso ambientalista oficial.

O fato é que, ainda que não haja uma clareza quanto a isso, os movimentos de base lutam por direitos garantidos por lei, portanto suas reivindicações fazem parte de uma esfera da luta política, o que muitas vezes é feito sem embasamento e de forma “desorganizada”, fazendo parecer que suas reivindicações legítimas não passam de reclamações que só podem ser resolvidas na esfera do “favor”. As ONGs, por sua vez, deslocam a luta do nível político para a esfera do mercado, trabalhando como projetos o que deveria ser política pública e apresentando como produtos o que deveriam ser direitos. Como afirma Zhouri (2007):

Direitos são tratados em termos mercadológicos. Os sujeitos sociais chamados à participação são aqueles que têm uma qualificação legitimada pelo campo: conhecimento técnico e capacidade organizativa e de ação. São excluídos da participação todos aqueles que não são “organizados” nos termos legitimados, e que não podem disputar o mercado de projetos com ONGs e fundações altamente equipadas e institucionalizadas. Por esta via fica estabelecido um novo tipo de exclusão política e social.

Desta forma, se intensifica a polarização entre os movimentos “sociais” e o movimento “ambientalista”, que na verdade falam sobre a mesma qualidade de vida utilizando outros termos e apresentando diferentes prioridades e formas de enfrentamento de conflitos. Por isso, afirmamos que a luta ambiental empreendida pelas ONGs que dizem representar a sociedade civil, defendendo a “natureza externa” das matas nas arenas de debate, talvez não represente a luta daqueles que pensam o ambiente cotidiano das valas e dos lixões. O ambientalismo, enquanto movimento social, para surpresa de muitos também reflete a divisão de classes presente na sociedade civil e uma entidade jamais poderá se intitular sua representante legítima, mas sim a representante dos interesses dos dominantes ou dos dominados.

Podemos dizer ainda que existe uma **contradição** que pauta a atuação das ONGs ambientalistas: a freqüente oposição existente entre a luta pela sustentabilidade ambiental (presente em seus discursos) e a luta pela sustentabilidade da própria organização, que acaba

por definir o limite de suas práticas. É baseada nesta “contradição das sustentabilidades” que muitas ONGs não conseguem manter na prática aquilo que manifestam em palavras, especialmente no que diz respeito ao trato com empresas privadas e com o poder público. Assim, ainda que apontem e façam críticas severas a diversos conflitos (causados por empresas e/ou pelo governo) que interferem nos direitos das comunidades, as ONGs acabam por não enfrentá-los na prática, dedicando-se a temas ambientais mais inofensivos e abstratos, como a defesa da biodiversidade ou o combate ao aquecimento global. Dagnino (2004) também observa esta contradição que interfere na atuação das ONGs e, se referindo a estas organizações, afirma que “seu desempenho, vinculado aos diferentes projetos políticos que as mobilizam, é, com frequência, também afetado pela necessidade de assegurar sua própria sobrevivência”.

De uma forma mais ampla, podemos afirmar que o enfraquecimento do poder do Estado em nível global, determinado pelas "recomendações" da política neoliberal, acaba por ter um grande impacto no (não) solucionamento de conflitos ambientais tanto em nível nacional quanto em níveis regional e local. O caso de Nova Iguaçu, como reflexo da forma como é tratada a problemática ambiental em escalas maiores, é também um forte demonstrativo de um certo fortalecimento da ação da sociedade civil que poderia levar a um processo de maior democratização, mas que, ao ter seus espaços de participação ocupados predominantemente por representantes do discurso das classes dominantes, acaba gerando um agravamento das injustiças ambientais, legitimadas pelos representantes do “terceiro setor” (a sociedade civil). Este suposto processo de democratização em linhas liberais se torna até irônico quando assim evidenciado, pois se ancora numa maior liberdade de expressão e abertura de espaço para denúncias, enquanto mantém intocadas as estruturas que poderiam garantir uma efetiva liberdade coletiva e justiça social.

Este trabalho buscou evidenciar a grande diversidade e a imensa complexidade existente no ambientalismo de Nova Iguaçu, o que talvez seja fruto de sua história calcada em profundas desigualdades sociais. Entre dois caminhos possíveis para o desenvolvimento da pesquisa, que poderia se concentrar na busca de dados sobre as instituições locais, a fim de gerar informações descritivas para militantes e gestores interessados no ambientalismo de Nova Iguaçu e da Baixada Fluminense, ou focar em uma análise crítica da atuação das entidades ambientalistas no atual contexto histórico, a escolha feita foi por tentar mesclar estas duas opções, oferecendo **contribuições** tanto ao movimento ambientalista local quanto à

discussão acadêmica sobre a participação da “sociedade civil” na questão ambiental, sobretudo quando relacionada ao movimento por justiça ambiental.

Para a discussão acadêmica, este estudo aponta a necessidade de que mais estudos críticos sejam feitos sobre o ambientalismo, de forma a gerar subsídios para que suas discussões sejam publicizadas e saiam fortalecidas deste debate.

Para o movimento ambientalista, foco deste trabalho, a maior contribuição possivelmente se encontra além da sistematização dos dados levantados: a análise desenvolvida pretende, acima de tudo, contribuir para que as entidades envolvidas na verdadeira luta pela sustentabilidade ambiental – que considera todas as suas dimensões sociais, culturais e econômicas e não suprime a discussão sobre a desigualdade na distribuição de benefícios e danos – reflitam sobre a efetividade de suas estratégias de enfrentamento dos problemas e conflitos ambientais.

É possível indicar que falta crítica no discurso dos movimentos sociais, pois o enfrentamento real deve se basear na explicitação das contradições existentes dentro na base estrutural da política ambiental. Este processo é complexo e muito mais longo do que o tempo de realização de um projeto, mas é a partir do conhecimento de experiências bem-sucedidas que buscaram o caminho da cobrança política por direitos que se gera a confiança necessária para que os movimentos sociais prossigam nesta luta. Há de se diferenciar “conquista” de “favor”, pois conquistas são continuadas em nível local e reproduzidas em níveis mais amplos, o que não acontece nos “favores” produzidos por projetos que não são incorporados como políticas públicas.

É preciso pensar também nos motivos que levam determinadas entidades a receberem o título de ambientalistas capazes de representar os interesses sociais, enquanto outras são excluídas dos debates sobre o tema. É fato que os espaços públicos também têm uma cultura, e que neles são aceitos aqueles que comungam do discurso hegemônico de um determinado campo. O mesmo acontece no campo ambiental e, com frequência, se verifica que, em busca de consensos, os sujeitos que poderiam expor contradições inerentes às políticas ambientais não são convidados para o debate. Assim, entidades que representam bases coletivas mais dependentes das políticas públicas são excluídas, deixando para entidades que representam puramente uma “moral” a representação enquanto sociedade civil. Aos movimentos sociais que lutam legitimamente por qualidade de vida e justiça ambiental, é necessário questionar, expor, confiar e lutar pela mudança.

São esses sujeitos sociais, vítimas da modernização conservadora e a segregação socioespacial que, ao lutarem pelos direitos aos recursos naturais e os serviços urbanos, recolocam em pauta a natureza social e política das questões ambientais (...). Estes são alguns atores do chamado “ambientalismo dos pobres”, que acionam outras matrizes de sustentabilidade, exigindo-nos pensar esta última a partir da equidade e da heterogeneidade cultural e da diversidade de projetos que os diferentes sujeitos sociais constroem. As lutas pelo fim da degradação no Brasil, pela melhor qualidade de vida no espaço urbano, teriam enormes ganhos se ampliassem seus horizontes e assumissem a relação intrínseca entre a justiça social e o meio ambiente (ZHOURI, 2007).

Ficam, portanto, o desejo e a esperança de que este estudo possa servir como base e estímulo para a transformação almejada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ACANDA, J.L. **Sociedade Civil e Hegemonia**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006.

ACSELRAD, H. *et alii*. **Ecologia: Direito do cidadão**. Rio de Janeiro: Gráfica JB, 1993.

ACSELRAD, H. As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. *In*: Acselrad, H. (org.), **Conflitos Ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará. 2004.

ACSELRAD, H. **Conflito Social e Meio Ambiente no Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004a.

AGÊNCIA CARTA MAIOR. **Assassino confesso do ambientalista Seu Júlio é absolvido no RJ**. Publicado em 11/07/2006.

ALEXANDER, J.C. Ação Coletiva, Cultura e Sociedade Civil: Secularização, atualização, inversão, revisão e deslocamento do modelo clássico dos movimentos sociais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, 13(37): 5-31. 1998.

ALIER, J.M. **O Ecologismo dos Pobres**. São Paulo: Editora Contexto, 2007.

ARNSTEIN, S. Uma escada da participação cidadã. **Revista da Associação Brasileira para a Promoção da Participação**, 2(2): 4-13. 2002.

AZEVEDO, J.M.L. **A Educação como Política Pública**. Campinas, SP: Autores Associados, 1997.

BARDIN, L. **L'analyse de contenu**. Paris, Presses Universitaires de France, 1977.

BARROS, N.A.G. **Um pouco da história de Iguassú a Iguaçú**. Nova Iguaçu/RJ: Colégio Leopoldo Machado, 1993.

BAUMAN, Z. **Em Busca da Política**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

BAUMAN, Z. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 2003.

BOBBIO, N. **O conceito de sociedade civil**. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

BRANDÃO, C. R. (org.) **Pesquisa participante**. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1982.

BROSE, M. Afinal, o que é participação? Sugestões para estruturar o debate. **Participe**, 3(4 e 5): 37-41, 2003.

BURMEISTER, H. **Viagem ao Brasil através das Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais**. São Paulo, 1952 [1853].

CARNEIRO, E.J. A oligarquização da “política ambiental” mineira. *In*: Zhouri, A; Laschefski, K; Pereira, D.B. **A Insustentável leveza da Política Ambiental – desenvolvimento e conflitos socioambientais**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2005.

CARNEIRO, E.J. As estratégias dos agentes da denúncia. *In*: IPPUR/UFRJ/FASE. **Mapa dos Conflitos Ambientais no Estado do Rio de Janeiro**. 21p. CD-ROM, 2006.

CARVALHO, I.; SCOTTO, G.; BARRETO, A. **Conflitos sociais e meio ambiente: desafios políticos e conceituais**. Rio de Janeiro: Ibase, 1995.

CDLNI – Câmara de Dirigentes Lojistas de Nova Iguaçu. **Pólo cosmético é realidade em Nova Iguaçu**. Disponível na Internet em <http://www.cdlni.com.br/noticias/noticia01.htm> 14/08/2007 Último acesso em 20/11/2007.

CONIC - **Nota do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil sobre a transposição das águas do Rio São Francisco e o jejum de Dom Frei Luiz Flávio Cappio**. Disponível em www.conic.org.br. Último acesso em 21 de abril de 2008.

COUTINHO, C.N. Prefácio. *In*: SEMERARO, G. **Gramsci e a sociedade civil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

COUTINHO, C.N. A democracia na batalha das idéias e nas lutas políticas do Brasil hoje. *In*: Fávero, O; Semeraro, G. **Democracia e Construção do Público no Pensamento Educacional Brasileiro**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

CRESPO, S. Uma visão sobre a consciência ambiental no Brasil nos anos 1990. *In*: Trigueiro, A. (coord.), **Meio Ambiente no Século 21: 21 especialistas falam da questão ambiental nas suas áreas de conhecimento**. Rio de Janeiro, Sextante, 2003.

D'ÁVILA NETTO, M.I. Os "novos" pobres e o contrato social: receitas de desenvolvimento, igualdade e solidariedade ou da solidariedade, seus mitos, laços e utopias. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, 50 (4): 7-13, 1998.

DAGNINO, E. Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando? *In*: Matto, D. (coord.), **Políticas de ciudadanía y sociedad civil em tiempos de globalización**. Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, p. 95-110. 2004

DEAN, W. **A Ferro e Fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DER - Departamento de Estradas e Rodagem do Estado do Rio de Janeiro. **Relatório de Impacto Ambiental do Arco Metropolitano**. DER, 2007.

EDER, K. The institutionalization of the environmental discourse. From identity mobilization to identity politics. *In*: World Congress of Sociology, 1994.

ESCOBAR, A. Dinero, desarrollo y ecología. El desarrollo sostenible: dialogo de discursos. **Ecología política**, 9: 8-25. 1995.

FALS BORDA, O. Aspectos teóricos da Pesquisa Participante: considerações sobre o significado e o papel da ciência na participação popular. *In*: Brandão, C.R. (org.) **Pesquisa Participante**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982. 2ª ed.

FALS BORDA, O. **Action and Knowledge: Breaking the Monopoly with Participatory Action-Research**. Londres: Intermediate Technology Publications e NY: Apex. 1991.

FASE/UFRJ/IPPUR. **Mapa dos conflitos ambientais no Estado do Rio de Janeiro**. CD-ROM, 2006.

FASE/UFRJ/IPPUR/PCNI. **Localização dos objetivos de desenvolvimento do milênio 2006 – Programa Piloto. Perfil da Cidade de Nova Iguaçu: Educação – Saúde – Sustentabilidade Socioambiental**. Nova Iguaçu, 2006.

FEEMA – Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente. **Inventário de Fontes Emissoras de Poluentes Atmosféricos da Região Metropolitana do Rio de Janeiro**. 2004.

FERREIRA, L.C. Conflitos Sociais Contemporâneos: considerações sobre o ambientalismo brasileiro. **Ambiente & Sociedade**, 2(5), 1999.

FUKS, M. **Conflitos ambientais no Rio de Janeiro: ação e debate nas arenas públicas**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2001.

FUNDAÇÃO CIDE. Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) 2000. **Anuário Estatístico**, 2001.

FUNDAÇÃO CIDE. **Anuário Estatístico do Estado do Rio de Janeiro - 2005**. Rio de Janeiro, 2005a.

FUNDAÇÃO CIDE. **Índice de Qualidade Municipal – 2005**. Rio de Janeiro, 2005b.

GOHN, M.G. **História dos Movimentos e Lutas Sociais**. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

_____. **O protagonismo da Sociedade Civil: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias**. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. **Teorias dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

GONÇALVES, C.W.P. **Os (des) caminhos do meio ambiente**. São Paulo: Contexto, 2002. 10ª ed.

GOULDNER, A. **El futuro de los intelectuales y el ascenso de la nueva clase**. Madrid: Alianza editorial, 1979.

GRAMSCI, A. **La política y el Estado moderno**. Barcelona: Planeta-Agostini, 1985.

HABERMAS, J. New Social Movements. **Telos**, 49: 33, 1981.

HERCULANO, S. Do desenvolvimento (in)suportável à sociedade feliz. In: Goldenberg, M. (coord.) **Ecologia, Ciência e Política**. Rio de Janeiro: Editora Revan, 1992.

HOUTART, F. Los Movimientos sociales y la construcción de un nuevo sujeto histórico. In: Boron, A., Amadeo, J. e González, S. (orgs.) **La teoría marxista hoy: problemas y perspectivas**. Buenos Aires: CLACSO, 2006.

IBÁÑEZ, J.L. Globalización e Identidad Nacional. In: **Modernidad, Razón e Identidad en America Latina**. Santiago: Andrés Bello, p. 115-124. 1996.

IBGE. Síntese dos indicadores sociais. PNAD 1999. Rio de Janeiro: 2000. In: Loureiro, C.F.B (org.). **Cidadania e Meio Ambiente**. Salvador: Centro de Recursos Ambientais, 2003.

IEF – Instituto Estadual de Florestas. **Plano Diretor da APA de Gericinó-Mendanha**. Rio de Janeiro, SEMADUR. 2005.

ISER. **O que o brasileiro pensa do meio ambiente e do consumo sustentável**. Brasília, MMA. 2002.

JORNAL DO COMMERCIO. **ONG: Duto de Salsa**. Coluna do Cláudio Humberto. Disponível na Internet em www.claudiohumberto.com.br Publicado em 27/11/2006

JORNAL O GLOBO. **Um desvio para limpar a água: CEDAE anuncia transposição dos três rios mais contaminados da Bacia do Guandu**. Publicado em 10/10/2007.

JORNAL SÉCULO DIÁRIO. **Família real sueca se desfaz de ações da Aracruz**. Publicado em 20/03/2006. Disponível em <http://www.consciencia.net/2006/0422-aracruz-suecos.html>

KONDER, L. **A Questão da Ideologia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

LAYRARGUES, P.P. O cinismo da reciclagem: o significado ideológico da reciclagem da lata de alumínio e suas implicações para a educação ambiental. In: Loureiro, C.F.B.; Layrargues, P.P. e Castro, R.S. (orgs). **Educação Ambiental: repensando o espaço da cidadania**. São Paulo: Cortez, 2002.

LEHER, R. Movimentos sociais, Democracia e Educação. In: Fávero, O; Semeraro, G. **Democracia e Construção do Público no Pensamento Educacional Brasileiro**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

LEHER, R.; SETÚBAL, M. (orgs.) **Pensamento Crítico e Movimentos Sociais: diálogos para uma nova práxis**. São Paulo: Cortez, 2005.

LOUREIRO, C.F.B. **O Movimento Ambientalista e o Pensamento Crítico: uma abordagem política**. Rio de Janeiro: Quartet, 2003.

_____. Educação Ambiental e "Teorias Críticas". *In*: Guimarães, M. (org.) **Caminhos da Educação Ambiental: da forma à ação**. Campinas, SP: Papirus, p. 51-86. 2006.

LOUREIRO, C.F.B.; LAYRARGUES, P.P; CASTRO, R.S. (orgs.) **Educação ambiental: repensando o espaço da cidadania**. São Paulo: Cortez, 2002.

LOUREIRO, C.F.B.; AZAZIEL, M; FRANCA, N. *et al.* **Educação ambiental e gestão participativa em Unidades de Conservação**. Rio de Janeiro, IBAMA, 2005.

LOUREIRO, C.F.B.; AZAZIEL, M.; FRANCA, N. **Educação ambiental e conselho em Unidades de Conservação: aspectos teóricos e metodológicos**. Rio de Janeiro: IBASE, 2007.

MARX, K. **Miséria da filosofia**. São Paulo: Centauro. 2001.

MONTAÑO, C. **Terceiro Setor e Questão Social: crítica ao padrão emergente de intervenção social**. São Paulo: Cortez, 2005.

MOTOKI, A. *et aliii*. Reavaliação genética do modelo do Vulcão de Nova Iguaçu, RJ: origem eruptiva ou intrusão subvulcânica? **Revista Escola de Minas**, 60 (4): 583-592, 2007.

MOURIAUX, R.; BEROUD, S. Para uma definição do conceito de "movimento social". *In*: Leher, R. & Setúbal, M. (orgs.) **Pensamento Crítico e Movimentos Sociais: diálogos para uma nova práxis**. São Paulo: Cortez. 2005.

OFFE, C. New Social Movements: Challenging the Boundaries of Institutional Politics. **Social Research**, 52: 817-68, 1985.

OLIVEIRA, R.S. A Evolução dos eixos de transporte no município de Nova Iguaçu e as contradições evidenciadas no cerne de sua atual organização especial. *In*: **Anais do VI Congresso Brasileiro de Geógrafos**. Goiânia, 2004.

OLIVEIRA, S. A releitura dos critérios de justiça na Região dos Lagos do Rio de Janeiro. In: Acelrad, H. (org.) **Conflitos Ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

PACHECO, S.M.M. **Produção e reprodução de loteamentos na periferia do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: PPGG/UFRJ. Dissertação de Mestrado, 1984.

PCNI – Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu. **Atlas Escolar da Cidade de Nova Iguaçu**. 2ª ed. 2004.

PCNI – Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu. **De Iguaçu a Nova Iguaçu – 170 anos**. 2004a.

PCNI – Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu. **Lei Orçamentária Anual**. 2006.

PETRAS, J. **Neoliberalismo: América Latina, Estados Unidos e Europa**. Blumenau: Furb, 1999. Col. Sociedade & Ambiente, n.3.

PIZETTA, A. **O processo de formação de consciência na luta pela transformação social: limites e possibilidade**. RJ: UFRJ/CFCH, Mimeo, 2006.

PONTES, R. **Mediação: categoria fundamental para o trabalho do assistente social**. Capacitação em serviço social e política social. Brasília: CFESS/ Abespss/ Cead/ UnB, 2000.

POULANTZAS, N. **Classes sociais no capitalismo de hoje**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1975.

PV – Partido Verde. **Manifesto do Partido Verde**. 1986. Disponível na internet em: <http://www.partidoverde.org/manifesto.php> Último acesso em 06/03/07.

RMA – Rede de ONGs da Mata Atlântica. **ONGs em Ação: Prêmio**. Publicado em 04/10/2006. <http://www.rma.org.br/v3/action/newsletter/index.php?id=463>

ROSA, L. P. **Tecnociências e humanidades** – vol.1. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 2005.

SALGUEIRO, T. B. “Cidade Pós-moderna: espaço fragmentado”. *In: Território*. Rio de Janeiro: Garamond 3(4), 1998. pp.39-53.

SALLUM Jr., B. Classes, cultura e ação coletiva. *Lua Nova*, 65, 2005. p.11-42.

SANTOS, B.S. Reinventar a democracia: entre o pré-contratualismo e o pós-contratualismo . *In: Heller, A. et al. A crise dos paradigmas em ciências sociais e os desafios para o século XXI* . Rio de Janeiro: Contraponto, 1999.

SANTOS, B.S. Os novos movimentos sociais. *In: Leher, R. & Setúbal, M. (orgs.) Pensamento Crítico e Movimentos Sociais: diálogos para uma nova práxis*. São Paulo: Cortez, 2005.

SEMERARO, G. **Gramsci e a sociedade civil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

SILVA, P.T. Políticas Públicas e Poder Popular. *In: Semeraro, G. (org.) Filosofia e Política na Formação do Educador*. Aparecida, SP: Idéias & Letras, 2004.

SOS MATA ATLÂNTICA. **Atlas Mata Atlântica** [online]. Disponível na internet em <http://www.sosmatatlantica.org.br/> Último acesso em 27/03/2007.

SPRADLEY, J.P. **The Ethnographic Interview**. New York: Holt, Rinehart & Winston, 1979.

TCE-RJ – Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro. Histórico. *In: Estudo Socioeconômico 2005 – Nova Iguaçu*. Rio de Janeiro, 2005. 97p.

THIOLLENT, M. **Metodologia da Pesquisa-Ação**. São Paulo: Cortez, 1985.

TOURAINE, A. The Study of Social Movements. *Social Research*, 52(4): 749-87, 1985.

TRIVIÑOS, A.N.S. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 2007

VALLA, V.V. Sobre participação popular: uma questão de perspectiva. **Cadernos de Saúde Pública**, 14(Sup. 2): 7-18. 1998.

VASCONCELOS, E.M. **Complexidade e Pesquisa Interdisciplinar: epistemologia e metodologia operativa**. 2ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

VIÉGAS, R.N. Desigualdade Ambiental e "Zonas de Sacrificio". *In*: IPPUR/UFRJ/FASE. **Mapa dos Conflitos Ambientais no Estado do Rio de Janeiro**. 21p. CD-ROM, 2006.

VIOLA, E.J. O Movimento Ambientalista no Brasil (1971-1991): da denúncia e conscientização pública para a institucionalização e o desenvolvimento sustentável. *In*: Goldenberg, M (coord.), **Ecologia, Ciência e Política**. Rio de Janeiro: Revan. 1992.

VIOLA, E.J.; LEIS, H.R. O ambientalismo multisetorial no Brasil para além da Rio-92: o desafio de uma estratégia globalista viável. *In*: Viola, E.J.; Leis, H.R.; Scherer-Warren, I. et al. **Meio Ambiente, Desenvolvimento e Cidadania: desafios para as Ciências Sociais**. São Paulo: Cortez; Florianópolis: UFSC, 1995.

WEBER, M. **The Theory of Social and Economic Organization**. London: Oxford University Press. 1947.

WOOD, E.M. O que é a agenda "pós-moderna"? *In*: Wood, E.M. e Foster, J.B. (orgs.) **Em Defesa da História: marxismo e pós-modernismo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

YIN, R. **Estudo de Caso: planejamento e métodos**. 3ª ed. São Paulo: Bookman, 2005.

ZHOURI, A. Conflitos Sociais e Meio Ambiente Urbano. **Série Documenta EICOS**, n. 17, 2007.

ZHOURI, A; LASCHEFSKI, K; PEREIRA, D.B. **A Insustentável leveza da política ambiental – desenvolvimento e conflitos socioambientais**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2005.

Sites das entidades pesquisadas:

<http://www.ondaverde.org.br/>

<http://www.campo.org.br/>

<http://damgmt.org/>

<http://www.fase.org.br/>

<http://www.gdn-rj.org/>

<http://gehnat.blogspot.com/>

<http://ubem.org/>

<http://www.mst.org.br/>

ANEXO 1

RELAÇÃO DE ENTIDADES AMBIENTALISTAS QUE ATUAM NO MUNICÍPIO DE NOVA IGUAÇU:

Não-Governamentais:

1. Associação Águas de Tinguá
2. CAMPO – Centro de Assessoria ao Movimento Popular
3. CEC Tinguá – Centro de Ecologia e Cidadania de Tinguá
4. DAMGEMT – Defensores Ambientais do Gericinó-Mendanha e Tinguá
5. ECOMARAPENDI
6. ECOPRESERVAR (ASCOLONIA) - Associação de Sitiantes da Colônia e Adjacências
7. ERHEN – Equipe de Resgate Histórico Ecológico Nacional
8. FASE - Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional
9. GCCA – Grupo de Combate a Crimes Ambientais
10. GDN – Grupo de Defesa da Natureza de Nova Iguaçu
11. GEHNAT – Grupo Ecológico Herdeiros da Natureza
12. GEMA – Grupo de Educação e Meio Ambiente
13. Instituto Terra de Preservação Ambiental
14. IPAMA – Instituto de Preservação Ambiental Mata Atlântica
15. ONDA VERDE
16. ORBE – Organização de Resgate da Biodiversidade Ecológica
17. PÉ DE MOLEQUE – Centro Comunitário Projeto Pé de Moleque
18. RANGER GACI – Grupo de Acampamento, Caminhada e Instrução
19. UBEM – União Brasil Ecologistas e Motociclistas

Associações:

20. Acampamento Terra Prometida – MST
21. Associação Camponesa de Marapicu
22. Associação de Lavradores da Fazenda São Bernardino
23. Associação de Produtores Rurais em Vila de Cava
24. Associação de Produtores Rurais de Tinguá
25. Associação de Moradores e Amigos de Tinguá – AMAT
26. Associação de Moradores de Jaceruba – AMORJ
27. Associação dos Moradores de Rancho Fundo – AMRF
28. Associação de Moradores de Barão de Guandu – AMABG
29. CEDRI - Centro de Desenvolvimento Rural Integrado
30. Associação de Lavradores da Fazenda São Bernardino
31. CISANE – Centro de Integração Social Amigos de Nova Era
32. União das Associações Camponesas de Campo Alegre
33. MAB – Federação das Associações de Moradores de Nova Iguaçu

Setor Empresarial:

34. S.A. Paulista
35. Pedreira Vigné
36. TRANSPETRO S.A - Petrobras Transporte S.A
37. FURNAS
38. Embelleze

Governamentais:

39. FEEMA - Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente
40. SERLA – Superintendência Estadual de Rios e Lagoas
41. CEDAE - Companhia Estadual de Águas e Esgoto
42. EMATER - Empresa Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural
43. ITERJ – Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro
44. IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
45. INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
46. FIOCRUZ - Fundação Oswaldo Cruz
47. UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
48. INMET - Instituto Nacional de Meteorologia
49. SEMMAM – Secretaria Municipal de Meio Ambiente
50. SEA – Secretaria de Estado do Ambiente

ANEXO 2**LISTA DE ENTREVISTADOS:****Entidades não-governamentais:**

1. Representante do DAMGEMT
2. Representante da FASE
3. Representante do GEHNat
4. Representante do GDN
5. Representante da UBEM
6. Representante do CAMPO
7. Representante da Onda Verde

Associações de bairro/produtores rurais:

8. Representante do MST
9. Representante do MAB
10. Presidente da Associação Camponesa de Marapicu
11. Presidente da Associação de Lavradores da Fazenda São Bernardino
12. Presidente da Associação de Produtores Rurais de Tinguá

Empresarial:

13. Representante da Pedreira Vigné

Poder Público / Governamental:

14. Câmara de Vereadores
15. SEMMAM
16. IBAMA

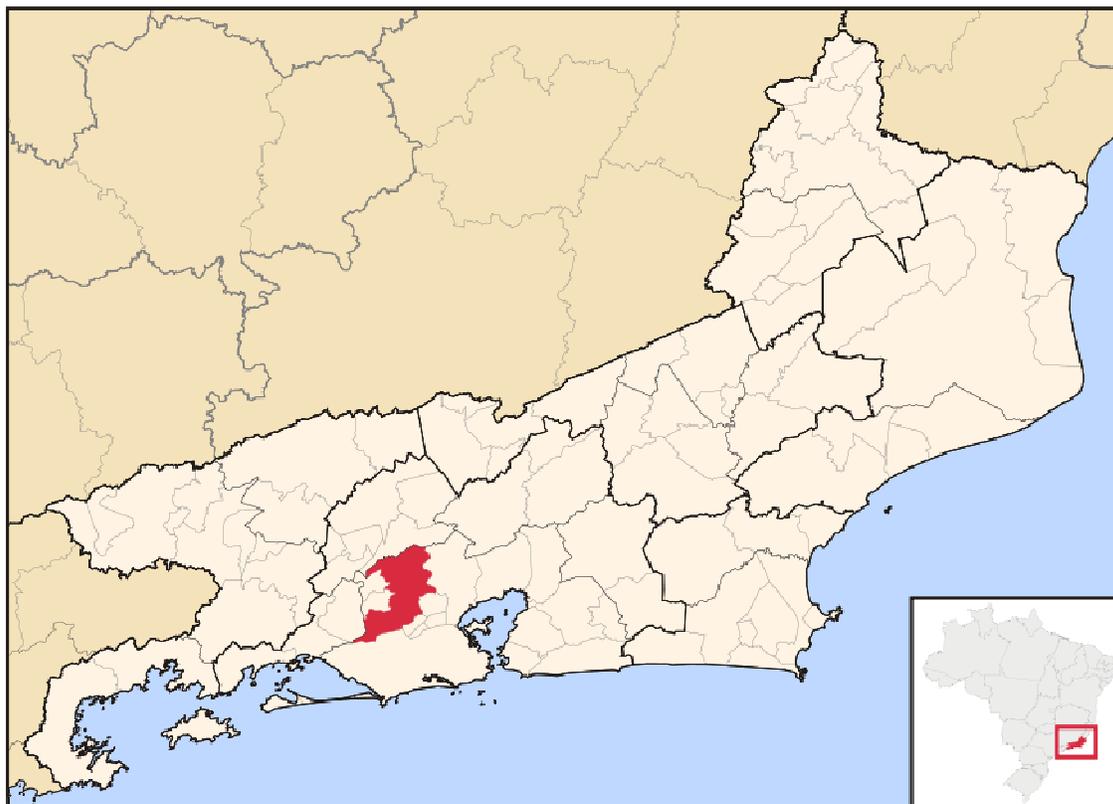
Religioso:

17. Igreja Católica

ANEXO 3

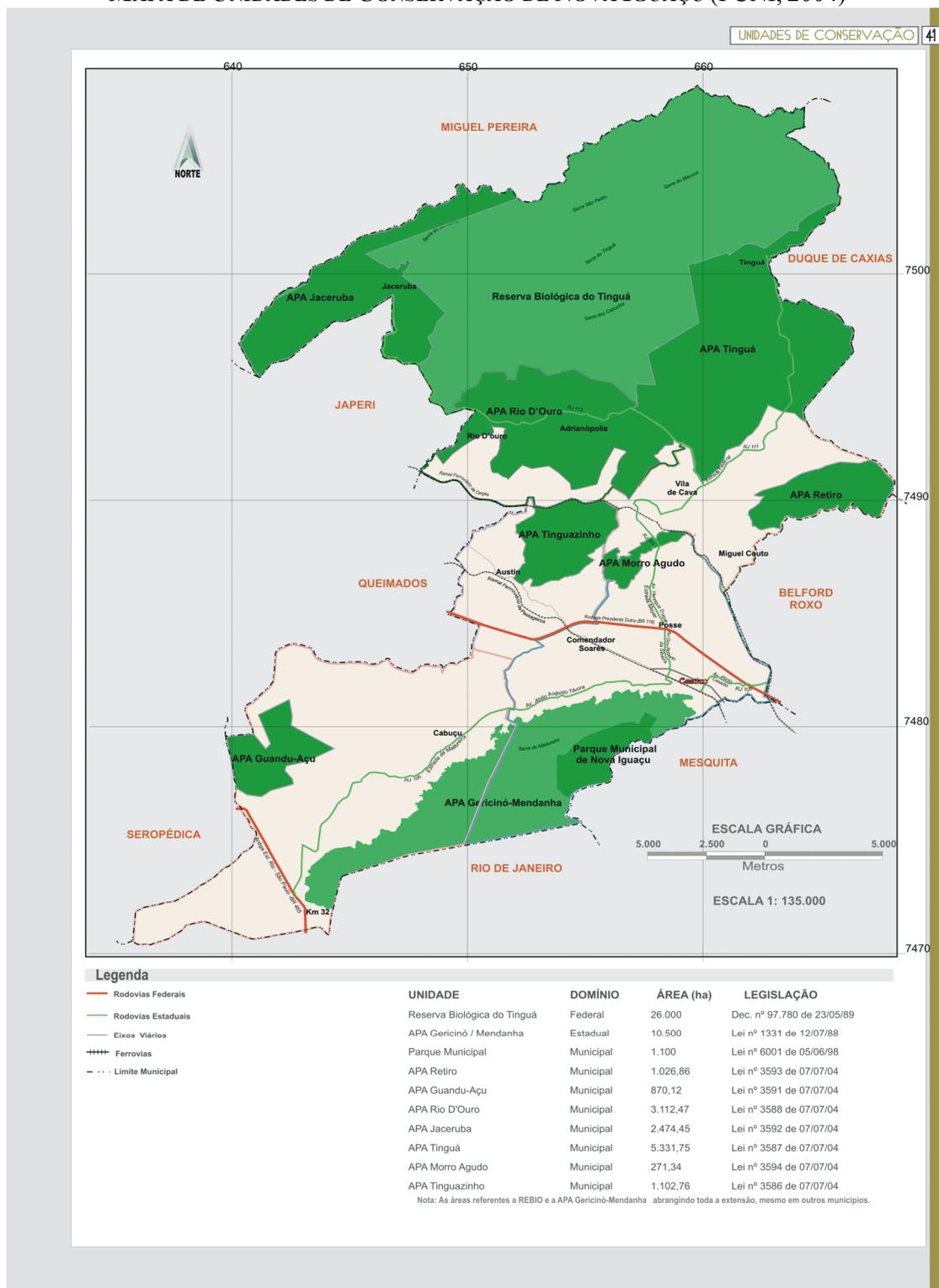
ROTEIRO DE ENTREVISTA (ADAPTADO PARA CADA ENTREVISTADO)

1. Como foi criada essa entidade? O que motivou seu surgimento?
2. Que tipos de atividades/projetos são desenvolvidos por essa entidade? A quem são direcionados? Você poderia descrever uma dessas atividades e o local onde ocorreu?
3. Como vocês analisam os resultados obtidos por estas atividades?
4. Quem são as pessoas que compõem o quadro dessa entidade? Como elas atuam?
5. Como você pensa a questão ambiental em Nova Iguaçu?
6. Existem conflitos na relação entre governo, empresas e sociedade? Você poderia me citar um caso? Como a entidade atua em relação a isso?
7. Como você definiria a atuação dessa entidade, ambientalista ou social?
8. Quais os principais desafios que vocês encontram para atingir seus objetivos? Como reagem a eles?
9. O que gostaria que mudasse na questão ambiental iguaçuana?
10. Como você imagina que estará esta região daqui a 10 anos?

ANEXO 4**MAPA DE LOCALIZAÇÃO DE NOVA IGUAÇU**

ANEXO 5

MAPA DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DE NOVA IGUAÇU (PCNI, 2004)



ANEXO 6**Termo de Consentimento Livre e Esclarecido**

Você está sendo convidado a participar da pesquisa “O Ambientalismo em Nova Iguaçu: políticas públicas e movimentos sociais”, desenvolvida pela bióloga Geisy Leopoldo Barbosa no Programa EICOS da UFRJ. O objetivo desta pesquisa é analisar a atuação dos movimentos sociais de Nova Iguaçu frente às políticas públicas desenvolvidas no município. Você foi selecionado devido à importância da sua instituição no cenário local e sua participação não é obrigatória.

As informações obtidas por essa pesquisa serão confidenciais e asseguramos o sigilo sobre sua participação. O que você relatar nessa entrevista será gravado, transcrito e analisado em uma dissertação de mestrado.

Nessa entrevista, lhe serão feitas perguntas sobre a história, os objetivos e a atuação dessa entidade na questão ambiental. Você receberá uma cópia deste termo onde constam os telefones da pesquisadora, podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação agora ou a qualquer momento.

Rio de Janeiro, / / 2007.

Assinatura da pesquisadora

Telefones: (21) xxxx-3952 / xxxx-9444

Declaro que entendi os objetivos da pesquisa e concordo em participar da entrevista.

Sujeito da pesquisa

ANEXO 7

FOTO AÉREA DA PEDREIRA VIGNÉ



ANEXO 8**IMAGEM DE SATÉLITE DO ATERRO SANITÁRIO DE ADRIANÓPOLIS (AO LADO, FURNAS)**

ANEXO 9

IMAGEM DE SATÉLITE DE AREAL LOCALIZADO NO ENTORNO DA REBIO TINGUÁ



ANEXO 10

FOTO DO CENTRO DE NOVA IGUAÇU



ANEXO 11

FOTO DE MANIFESTAÇÃO DE TRABALHADORES RURAIS PELA REVISÃO DO PLANO DIRETOR

